

MARIA ANGELICA PINTO NUNES PIZANI

**O CUIDAR NA ATUAÇÃO DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE MOUTIERS
NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA (1896-1937)**

**Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutor, ao Curso de Pós-
Graduação em História, Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, da Universidade
Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi

CURITIBA

2005

Pizani, Maria Angelica Pinto Nunes

O cuidar na atuação das irmãs de São José de Moutiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1896-1937) / Maria Angelica Pinto Nunes Pizani; Universidade Federal do Paraná. – 2005.

226 f. : il. color.

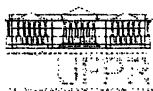
Inclui bibliografia

Orientador: Euclides Marchi

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História.

1. Vida religiosa. 2. História 3. Cuidados de enfermagem.
I. Marchi, Euclides. II. Título.

CDD 20.ed. 610.7309



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Tese do(a) candidato(a) **Maria Angélica Pinto Nunes Pizani**, sob o título **“O Cuidar na Atuação das Irmãs de São José de Moutiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1896 – 1937)”** para obtenção do grau de **Doutor em História**, após haver realizado a atribuição de notas são de Parecer pela *aprovacao*, sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de *historiadora*.

Curitiba, 04 de março de 2005

Prof. Dr. *[Assinatura]*
Presidente

Prof. Dr. *[Assinatura]*
1º Examinador

Prof. Dr. *[Assinatura]*
2º Examinador

Prof. Dr. *[Assinatura]*
3º Examinador

Prof. Dr. *[Assinatura]*
4º Examinador

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA ANGELICA PINTO NUNES PIZANI

O CUIDAR NA ATUAÇÃO DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE MOUTIERS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA (1896-1937)

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, formada pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi
Departamento de História, UFPR

Profa. Dra. Maria Adenir Peraro
Departamento de História, UFMT

Profa. Dra. Roseli T. Boschilia
Departamento de História, UTP

Profa. Dra. Liliana Maria Labronici
Departamento de Enfermagem, UFPR

Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho
Departamento de Geografia, UFPR

Curitiba, 4 de março de 2005

*Situar, fazer compreender, elucidar as
palavras dos homens do passado é uma
das tarefas primordiais do historiador.*

Jacques Le Goff

AGRADECIMENTOS

Somos seres coletivos e contamos com a colaboração dos que nos cercam, até mesmo nos momentos em que precisamos ficar sozinhos. É nesta hora que percebemos o respeito e o carinho dos que estão próximos.

Meus agradecimentos:

Aos meus pais que compartilharam minhas conquistas e me deixaram saudades.

Ao meu marido, Antonio José, que com a paciência de sempre foi um grande companheiro nesta jornada.

À minha filha Tatiana, que permitiu que eu tivesse tranquilidade e me incentivou nos momentos difíceis do trabalho.

Aos meus familiares, pela motivação do aperfeiçoamento.

Ao meu orientador, Professor Euclides Marchi, que compreendeu os problemas pessoais por que passei e me apoiou, demonstrando engajamento e seriedade.

Aos amigos professores e colegas do doutorado, pelo incentivo no prosseguimento dos estudos.

Às Irmãs da Congregação de São José, no Cajurú, e em especial à Irmã Noevil, responsável pela Sala da Memória da congregação, pela consideração e atenção com que sempre me recebeu.

À Antônia Schwinden, pela correção do texto, auxílio e amizade.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
RÉSUMÉ	ix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - AS IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE MOUTIERS: UMA CONGREGAÇÃO DE HOSPITALEIRAS	27
1.1 A TRAJETÓRIA DA CONGREGAÇÃO: DA FUNDAÇÃO À VINDA PARA O BRASIL	27
1.2 AS IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE MOUTIERS, A ESPIRITUALIDADE E A SANTIFICAÇÃO DO TRABALHO	37
1.3 A VOCAÇÃO HOSPITALEIRA	68
CAPÍTULO 2 - A CIDADE, A DIOCESE E AS IRMÃS DE SÃO JOSÉ: A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS E A PERCEPÇÃO DO PROBLEMA	75
2.1 CURITIBA E A SAÚDE NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX	75
2.2 A CRIAÇÃO DA DIOCESE E AS PRIORIDADES EPISCOPAIS	86
2.3 O EPISCOPADO E A TRANSFERÊNCIA DE CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS	106
CAPÍTULO 3 - A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA E AS IRMÃS HOSPITALEIRAS	128
3.1 UM CENÁRIO COMPROMETEDOR: A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA ANTES DA VINDA DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ	128
3.2 UMA PRESENÇA TRANSFORMADORA: A SAÚDE DOS CORPOS E A SANTIFICAÇÃO DAS ALMAS	145
3.3 UM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO: ALIENADOS OU CONDENADOS?	173
3.4 O CUIDAR SANTIFICADO	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
REFERÊNCIAS	207
ANEXO 1 - PROVEDORES DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA	220
ANEXO 2 - QUADROS DEMONSTRATIVOS DA ATUAÇÃO DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE MOUTIERS NO BRASIL, NAS ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (1896-1937)	223

LISTA DE FIGURAS

1	OS FUNDADORES DA CONGREGAÇÃO DE SÃO JOSÉ (SEM DATA).....	30
2	OS TEXTOS FUNDADORES.....	39
3	O CARISMA DA CONGREGAÇÃO.....	43
4	CAPA DO LIVRO DAS CONSTITUIÇÕES DA CONGREGAÇÃO DE SÃO JOSÉ, DE 1894	55
5	AS PRIMEIRAS IRMÃS NO PARANÁ.....	108
6	REVERENDA MADRE LÉONIE BLANCHET.....	115
7	VISTA FRONTAL DO CONVENTO DO CAJURU EM 1902.....	116
8	MAPA DE CURITIBA E O BAIRRO DO CRISTO REI (ANTIGO CAJURU).....	126
9	CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DOS LIMITES DA PROPRIEDADE DA CONGREGAÇÃO DE SÃO JOSÉ, SITUADA NA AVENIDA SÃO JOSÉ, NA PLANTA DO BAIRRO CRISTO REI	127
10	EMBLEMA DA IRMANDADE DE MISERICÓRDIA.....	133
11	A PRAÇA DA REPÚBLICA, TENDO A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO LADO ESQUERDO E A IGREJA DO BOM JESUS DO LADO DIREITO (1905).....	144
12	PÁTIO INTERNO DO HOSPITAL DE CARIDADE	171
13	A FARMÁCIA DA SANTA CASA	172
14	AS RELIGIOSAS DE SÃO JOSÉ E OS MÉDICOS DO HOSPÍCIO (SEM DATA).....	181
15	PAVILHÃO CENTRAL DO HOSPÍCIO N. SRA. DA LUZ.....	189
16	VISÃO DE UMA DAS ENFERMARIAS DO HOSPÍCIO N. SRA. DA LUZ.....	1900
17	VISTA PARCIAL - FACE DIREITA DO HOSPÍCIO N. SRA. DA LUZ.....	1900

RESUMO

O objetivo dessa tese é investigar a atuação da congregação francesa de São José de Moutiers, inserindo-a no contexto social, econômico e político paranaense. Trata-se de estudo histórico com análise documental. A delimitação temporal abrangeu o ano de 1896, que marcou a chegada das religiosas em Curitiba, até o ano de 1937, quando faleceu a superiora provincial Madre Leonie Blanchet. Este é um período no qual a cidade de Curitiba passava por transformações por quanto se urbanizava e o ordenamento social tornou-se preocupação tanto da igreja como das autoridades civis. A partir da criação da diocese de Curitiba em 1892, essas religiosas vieram auxiliar na conquista de espaços sociais, atuando na prática do cuidar de doentes na Santa Casa de Misericórdia. A atuação dessas mulheres mostrou-se envolta em uma hierarquia de poder clerical e do poder médico, marcado por valores, ideologias e relações sociais. Utilizando-se de Bourdieu, Foucault e Vauchez, analisou-se o campo religioso, sua posição em relação a outros campos de poder; a estrutura objetiva das relações e o habitus dos agentes dentro do campo. Na tese construiu-se um perfil desta congregação, partindo-se do levantamento de sua espiritualidade, evidenciando-se a posição ocupada na estrutura da sociedade, assim como a contribuição na ação social no momento de separação Igreja-Estado no decorrer das primeiras décadas da República. Dessa maneira, levantou-se a utilização do sagrado com seus símbolos e padrões comportamentais, visando à legitimação de um poder no conjunto da sociedade. O cuidar santificado exercido por estas mulheres fazia parte da identidade da religiosa de São José de Moutiers. O modo de ser cuidadora foi constituído ao longo do tempo, com a ocupação contínua do espaço e em suas relações cotidianas no ambiente hospitalar. Concluiu-se que a atuação dessas mulheres contribuiu para que se compreenda a história da enfermagem paranaense.

Palavras-chave: vida religiosa, história, cuidados de enfermagem.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate the work of religious French congregation São José de Moutiers, inserting it in the social, economic and political context of Paraná State/Brazil. It is a historical study grounded on document review. Time span entailed the year of 1896 when they arrived in Curitiba/Paraná State until 1937 when Province Madre Superiora Leonie Blanchet died. In this period, Curitiba City went through changes such as urbanization, social establishment, which became a concerning issue to the clergy as well as the authorities. In 1892, date of the creation of Curitiba diocese, these nuns settled here and helped conquer social settings, rendering care to the ill at Santa Casa de Misericórdia. Those women work was permeated by a hierarchy of clerical and medical power, marked by values, ideologies and social relations. Grounded on Bourdieu, Foucault and Vauchez, an analysis of the religious field was performed, its status in relation to the other fields of power; the objective structure of the relations and the "habitus" of the agents in the field. In the thesis, a congregation profile was accomplished: its spirituality, its status in the social structure besides its contribution in the social realm in the moment of Church/State separation during the first decades of the Republican period. Thus, it was examined the use of sacred symbols and behavioural patterns to legitimate its power in the social settings. Sanctified care delivered by those women was part of the nun's character in this religious congregation. Caregivers way of being was shaped along the time, continuously occupying the hospital settings and also in their daily relationships in the hospital environment. It was concluded that those women's work has contributed for the understanding of nursing history in Paraná State.

Key words: religious living, history, nursing care.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse est enquêter sur la performance de la congrégation française de Saint José de Moutiers, en l'insérant dans le contexte social, économique et politique de l'Etat du Paraná. Il s'agit d'une étude historique comprenant une analyse documentaire. La délimitation séculière inclus l'année de 1896 qui a marqué l'arrivée des religieuses à Curitiba jusqu'à l'année de 1937 lors du décès la supérieure provinciale Mère Leonie Blanchet. Celui-ci est une période où la ville de Curitiba passait par des grandes transformations si bien que son urbanisation et son ordre social s'était rendu préoccupation tant de l'église que des autorités civiles. À partir de la création du diocèse de Curitiba en 1892, ces femmes religieuses sont venues assister dans la conquête d'espaces sociaux, en agissant dans la pratique de soins des malades dans la Santa Casa de Misericórdia. La performance de ces femmes s'est montrée mêlée dans une hiérarchie de Pouvoir clerical et du Pouvoir médical, marqué par des valeurs, idéologies et relations sociales. En s'utilisant de la pensée de Bourdieu, Foucault et Vauchez, l'on analyse le champ religieux ainsi que sa position concernant d'autres champs du pouvoir; la structure objective des relations et l'habitus des agents à l'intérieur de ce champ. Au courant de cette thèse, il s'est construit un profil de cette congrégation, en débutant par une enquête sur sa spiritualité et établissant la position occupée dans la structure de la société ainsi que la contribution dans l'action sociale au moment de la séparation de l'église-État pendant les premières décennies de la République. De cette manière, l'on démontre l'utilisation du sacré avec leurs symboles et les normes comportementales, en visant la légitimation de son Pouvoir dans l'ensemble de la société. Le Soigner béni exercé par ces femmes faisait partie de l'identité religieuse de Saint José de Moutiers. La manière d'être "soigneuse" a été constituée au long du temps, avec l'occupation continue de l'espace et dans leurs relations quotidiennes dans l'environnement hospitalier. Il s'est conclu dans cette étude que la performance de ces femmes a contribué à la compréhension de l'histoire du métier d'infirmier à l'état du Paraná.

Mots clés: vie religieuse, histoire, soins du métier d'infirmier.

INTRODUÇÃO

A escolha do objeto desta pesquisa teve como motivação a experiência de uma caminhada profissional voltada tanto para a assistência como para a docência na enfermagem, acumulada ao longo de vinte e dois anos. Durante esse período minhas pesquisas centraram-se no tema da identidade feminina da enfermeira, com a formação normalizada e disciplinar e a herança da marca vocacional de fundo religioso. No curso de pós-graduação em nível de mestrado realizei análise histórica e curricular dos primeiros cursos de graduação em enfermagem de Curitiba. Dando continuidade aos estudos, no doutorado elegi como foco de trabalho a congregação francesa de São José de Moutiers que se estabeleceu em Curitiba no ano de 1896, por solicitação do bispo diocesano D. José de Camargo Barros, e assumiu o trabalho e as funções de enfermeiras e gestoras da Santa Casa de Misericórdia. Esse interesse para a pesquisa decorreu da disponibilidade e posse de informações que me permitiram perceber a contribuição dessa congregação para a história da enfermagem paranaense.

Para dar conta do objeto da pesquisa estabeleci como objetivo identificar e analisar o significado do cuidar na ação das Irmãs de São José de Moutiers no decorrer do período de 1896 a 1937, durante o qual estiveram atuando na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Essa intenção justifica-se pela necessidade de conhecer, segundo o ponto de vista das Irmãs de S. José de Moutiers, os determinantes que caracterizam o cuidar dos enfermos, a maneira como os textos da congregação representavam as irmãs hospitaleiras e como se efetivou o processo de identificação e legitimação das religiosas na sua ação de cuidadoras de enfermos.

O recorte cronológico acima definido tem como data inicial a chegada das Irmãs ao Paraná e o ano de 1937 representa a morte da primeira Superiora Provincial, Madre Léonie Blanchet, e o fim de um ciclo de crescimento e ampliação das atividades sociais da congregação de São José de Moutiers no Paraná.

Para se compreender o objeto e o objetivo desta tese deve-se apontar alguns dos referenciais que contextualizam a presença dessa congregação religiosa na cidade de Curitiba no período estabelecido.

Como ponto de partida, tem-se que, com a criação da diocese de Curitiba em 1892 e a nomeação do seu primeiro bispo D. José de Camargo Barros, intensificou-se o processo de transferência de congregações religiosas para a diocese. Ao perceber que a Santa Casa de Misericórdia carecia de recursos humanos capacitados para o atendimento aos doentes, D. José solicitou ajuda às Irmãs de São José de Chambéry¹ residentes em São Paulo. Como esta congregação, naquele momento, não pôde atendê-lo devido ao pequeno número de freiras alocadas naquela unidade, o prelado recorreu às Irmãs de São José de Moutiers, na França, que atenderam ao pedido e deslocaram algumas religiosas para Curitiba em 1896.

Ao lado disso, acompanha-se a própria dinâmica da cidade. Por volta do final do século XIX e início do XX Curitiba assumia ares de cidade urbanizada, e o ordenamento social passava a ser preocupação tanto das autoridades civis quanto da Igreja.

Na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba as Irmãs de São José se defrontaram com uma tarefa árdua, sobretudo porque no decorrer do período estudado, a enfermagem é denominada pré-profissional, período este em que o cuidar de doentes era visto como atividade subalterna à ação dos médicos. Estes, por sua vez, eram considerados os detentores do saber, e as relações de comunicação que com eles se estabeleciam eram dominadas pela idéia do "saber igual a poder".

¹Em 1858, na Província de São Paulo, Madre Maria Teodora Voiron tornou-se a primeira provincial da Congregação de São José de Chambéry, atendendo às solicitações do Bispo D. Antônio Joaquim de Melo (Histórico da Congregação, p.1-15). O historiador Ivan Manoel, ao estudar a Congregação de São José de Chambéry, destaca a escolha desta congregação feminina para atender aos paulistas, fato este que se deu de forma planejada, visto que Chambéry se tratava de um foco jesuítico com forte empenho doutrinário e contra-reformista. Por indicação dos capuchinhos saboiares essas religiosas vieram para São Paulo com a missão de preparar as "futuras damas da sociedade paulista" (MANOEL, 1996. p.50.) Assumiram a Santa Casa de São Paulo em 1872.

As freiras tiveram que conviver com atitudes de autoridade e submissão em três níveis: o poder clerical, o poder médico e o poder da própria congregação. E essa constatação indica que o trabalho das religiosas deve ser focado não somente sob o aspecto caritativo e misericordioso, mas também como parte de uma estrutura de controle social. O regramento e a disciplinarização dos corpos e das mentes faziam parte do ordenamento social proposto pela Igreja. Já as autoridades governamentais tinham na medicina social por meio da educação higiênica (física, moral, intelectual e sexual) uma forma de tratar e regular as famílias.

Nesta pesquisa procurou-se desvendar a atuação das religiosas e as relações com o poder médico e episcopal, o jogo de dominância no trabalho na Santa Casa de Misericórdia; enfim, o discurso médico e o discurso religioso, o ser sujeito e o sujeitar-se. Para tanto surgiu a necessidade de se buscar o entendimento da corporalidade da Congregação das Irmãs de São José de Moutiers, sua maneira específica de viver em sociedade, envolvendo os ritos da instituição, o uso da linguagem autorizada e sua força de representação. Levantaram-se as ações sociais da Congregação, as diversas obras sociais desenvolvidas pelas religiosas em Curitiba e sua relevância para a cidade, com destaque para o trabalho de cuidar de doentes na Santa Casa de Misericórdia. Para essas religiosas não era possível distinguir o cuidar do corpo físico do cuidar da alma, por isso atuavam sobre o binômio saúde do corpo e saúde da alma, de forma concomitante.

Para se entender melhor o trabalho e a presença das Irmãs de São José na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba é preciso analisar os rumos da atividade de enfermagem no decorrer do século XIX, especialmente a partir das mudanças que ocorreram na Inglaterra. Silva, em sua obra *A enfermagem profissional: análise crítica* (1986), ressalta que a modernização da enfermagem e sua conseqüente profissionalização ocorreram na Inglaterra, com a fundação em 24 de junho de 1860, por Florence Nightingale (1820-1910), de uma escola para enfermeiras, junto ao Hospital St. Thomas, em Londres, que seria modelo para outras instituições. Florence destacava como características necessárias para a enfermeira ser

devotada e religiosa, exigindo das alunas qualidades como sobriedade, honestidade, lealdade, pontualidade, espírito de organização, serenidade, correção e elegância.

O desejo de se tornar enfermeira fez Florence Nightingale, jovem da nobreza inglesa, protestante e amante dos estudos, enfrentar as barreiras familiares, como aponta Miranda:

Florence Nightingale nasceu em Florença, Itália, em 1820, enquanto a família fazia uma pequena viagem de passeio pela Europa. (...) Florence viveu grande parte da infância em ambientes rurais. (...) Havia na família uma certa tradição de participação política; o avô materno de Florence, William Smith, foi membro da Câmara dos Comuns, apoiando a luta pela abolição da escravidão e pelos direitos políticos das minorias religiosas; o pai de Florence, William Edward Nightingale, era um liberal e pertencia ao Whig [facção liberal da política inglesa], e isto significava também lutar pelo direito de voto para a nova classe média. Florence aprendeu a ler e a escrever fluentemente em inglês, francês e alemão. Teve aulas de História Universal e de História Política da Inglaterra, o que era incomum às mulheres daquele tempo. O próprio pai ensinou-lhe latim e grego, matemática e estatística com profundidade. (...) Também aprendeu canto, piano e bordado, sem o que não teria sido considerada como devidamente educada. (...) Em dezessete de fevereiro de 1837, portanto com dezessete anos, Florence estava pronta para ser apresentada à sociedade londrina, quando "escuta a voz de Deus" e escreveu em seu diário "Deus falou comigo e chamou-me para seu trabalho". Movida então por forte sentimento religioso, passou três meses trabalhando diretamente com os pobres da vizinhança (MIRANDA, 1996, p.121-125).

Miranda reforça ainda o empenho de Florence Nightingale em buscar experiência junto a diversas instituições para realizar seu grande objetivo:

Sob a perplexidade e o alarme de toda a família, em 1845, já com 25 anos, apresentou aos pais a ousada sugestão de frequentar o Salisbury Hospital como uma enfermeira por alguns meses a fim de realizar um estágio, e o desejo de algum dia fundar algo semelhante a uma Protestant Sisterhood without vows for women of educated feelings. O pedido foi rejeitado com veemência pela família. (...) Com uma forte persistência permaneceu mais oito anos após o pedido negado de estagiar no Salisbury Hospital colhendo todo tipo de informação possível que pudesse lhe habilitar para seu objetivo final. Lia reportagens de comissões médicas, panfletos de autoridades sanitárias e histórias de hospitais e de casas de assistência (MIRANDA, 1996, p.129-130).

Em viagem à Itália em 1847, Florence conheceu as Irmãs de Caridade, católicas, participando de um retiro no convento de Trinità dei Monti. Logo depois, partiu para o Egito e Grécia e, nos anos de 1849-1850, deparou-se, em Alexandria, com o trabalho das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo. Na Alemanha veio a estagiar no Instituto de Diaconisas do pastor luterano Theodor Fliedner que,

juntamente com sua esposa Friederike Fliedner, atuava em Kaiserswerth, com a diaconia feminina no atendimento penitenciário, em asilos para ex-presidiárias, hospitais e orfanatos.

Woodham-Smith transcreveu as impressões que Florence registrou sobre Kaiserswerth: "A enfermagem era nula. A higiene era horrível e o hospital certamente era a pior parte do local, mas eu nunca encontrei um nível tão alto e de tanta devoção; lá não havia descuido ou negligência e o que era notável era que muitas entre as diaconisas eram camponesas, não havia damas da sociedade entre elas." (WOODHAM-SMITH, 1951, p.55)

Florence também pesquisou outras instituições, vindo a ter destacada atuação na Guerra da Criméia², em 1854, conquistando subsídios para organizar sua escola de enfermagem. A partir do momento de criação de sua escola em 1860, surge a chamada enfermagem profissional.

As atividades e as idéias de Florence mereceram as considerações de Michelle Perrot. Ao abordar em sua obra *Mulheres Públicas*, produzida a partir de entrevistas com Jean Lebrun, o surgimento das profissões ligadas à saúde, destacou

²As tropas do czar da Rússia, Nicolau I atravessaram o rio Danúbio em 1853 e destruíram a esquadra turca. França e Turquia declararam guerra à Rússia em março de 1854, contando com o apoio da Inglaterra, no que se denominou Guerra da Criméia (1853-1856). Após seis meses de conflitos, eclodiram as informações sobre as dificuldades enfrentadas pelos soldados ingleses nos campos de batalha. O Ministro da Guerra Sir Herbert Sidney convidou Florence Nightingale para que fosse para o Oriente a fim de trabalhar nos hospitais militares. Florence juntamente com outras enfermeiras partiram de Londres em 21 de outubro de 1854, sendo o primeiro grupo feminino a integrar os hospitais militares ingleses. Em Scutari na Turquia, Florence constatou a situação dos hospitais onde reinavam péssimas condições de higiene aliadas à falta de materiais. Preocupou-se em assegurar a limpeza dos ambientes, trabalhando também na instalação de uma cozinha, uma lavanderia, e na separação dos doentes. Incentivou doações por parte dos ingleses na compra de diversos materiais. Miranda (1996, p.143) acrescenta: "Na realidade Florence Nightingale havia se tornado mais do que uma supervisora de enfermeiras: ela era uma administradora e organizava também o cotidiano da assistência aos soldados". Florence retornou à Inglaterra em 7 de agosto de 1856, sendo recebida pela rainha Vitória para expor as necessidades que diagnosticou para o sistema hospitalar inglês. Com o apoio financeiro que obteve conseguiu abrir uma escola para enfermeiras junto ao Sant Thomas Hospital, em Londres.

o "modelo de cuidado de enfermagem" desenvolvido na Grã-Bretanha, bem como o pioneirismo de Florence:

...o do nursing, desenvolvido por Florence Nightingale durante a guerra da Criméia, onde ela recrutara uma equipe de mulheres voluntárias para cuidar dos feridos no campo de batalha, preconiza enfermeiras profissionais, instruídas e bem pagas, colaboradoras qualificadas dos médicos. Florence Nightingale fundara com esse objetivo uma escola, de que se valeram aquelas que, como Léonie Chaptal na França, queriam ter acesso a uma profissão reconhecida (PERROT, 1998, p.108-109).

Collière, em seu trabalho intitulado *Promover a vida: da prática das mulheres de virtude aos cuidados de enfermagem*, refere-se também à contribuição de Florence Nightingale, destacando:

Como os cuidados não são já transmitidos por herança cultural, torna-se necessário aprendê-los. É então que Florence Nightingale especifica o campo de competências dos cuidados de enfermagem tanto no domicílio como no hospital, como dependendo de algo completamente diferente daquilo que os sintomas da doença poderiam deixar prever mas aparentando-se às condições que ocasionam esses sintomas ou que os favorecem quando se adoece, condições sobre as quais é possível agir. A ação de enfermagem situa-se, por um lado em relação a tudo o que melhora as condições que favorecem o desenvolvimento da saúde, com vista a prevenir, a limitar a doença e, por outro, em relação a tudo o que revitaliza alguém que esteja doente (COLLIÈRE, 1989, p.285).

As enfermeiras formadas na escola de Florence foram chamadas para atuar em hospitais em outras regiões da Inglaterra, como também na Suécia, na Alemanha, no Canadá e nos Estados Unidos, difundindo, assim, os padrões nightingaleanos.

No Brasil, esses padrões nightingaleanos chegaram em 1922, no Rio de Janeiro, com a fundação da Escola de Enfermeiras vinculada ao Departamento Nacional de Saúde Pública, de acordo com o Decreto n.º 15.799, de 1.º de novembro de 1922. Carlos Chagas, diretor deste departamento, em 1921, visitou os serviços de saúde norte-americanos buscando subsídios para profilaxia de doenças transmissíveis, manutenção das condições sanitárias dos portos e educação sanitária, e conheceu o trabalho realizado pela enfermagem naquele país.

Com o apoio da Fundação Rockefeller³ um grupo de enfermeiras norte-americanas orientou a criação da primeira escola de enfermagem no Brasil, de acordo com os padrões nightingaleanos, a qual pelo decreto presidencial de 31 de março de 1926 passou a denominar-se Escola de Enfermeiras Anna Nery. Por outro Decreto, n.º 20.109, de 15 de junho de 1931, regulamentou-se o exercício da enfermagem no Brasil, e a Escola Anna Nery tornou-se escola-padrão para as demais escolas de enfermagem no país, que deveriam seguir o mesmo programa de ensino.

A influência de Florence chegou ao Paraná somente em 1953. Nesse ano, foi criado o primeiro curso de enfermagem inspirado na Escola Anna Nery, na então denominada Escola Madre Léonie, incorporada à Pontifícia Universidade Católica em 17 de maio de 1960. O curso foi organizado pelas Irmãs de São José, a pedido do bispo D.Manuel da Silveira d'Elboux, visando integrar-se ao projeto do episcopado de uma futura universidade católica. O nome da escola foi uma homenagem à primeira superiora provincial da congregação no Paraná. Deve-se ressaltar o atraso no ensino institucionalizado da enfermagem no Estado, tendo em vista o modelo nightingaleano trazido em 1922 para o Brasil. Durante o período de 1896 a 1957 (este último, ano de formatura da 1.ª turma da Escola Madre Léonie), a enfermagem paranaense se viu marcada pelo predomínio da assistência religiosa, com um reduzido número de leigos auxiliando nos trabalhos.

³O trabalho da Fundação Rockefeller começou em 1913 nos Estados Unidos da América, estimulando cientistas e educadores, por meio de incentivo financeiro, a buscarem soluções para os diversos problemas do mundo e do próprio país. O controle de doenças transmissíveis, o incremento à produção de alimentos para o combate à fome, o tratamento da saúde, assim como os problemas das cidades e com a educação, eram os alvos das ações da fundação, além do trabalho filantrópico e religioso. Em 1921 a fundação contribuiu para a criação de diversas escolas de saúde pública no mundo, inclusive a Escola de Medicina de São Paulo. Foram também criados programas de educação e treinamento para enfermeiras. O Ministério de Justiça e Negócios Interiores por meio do Departamento Nacional de Saúde firmou convênio com a Fundação Rockefeller visando à transferência do modelo de enfermagem americano para o Brasil, o que se constituiu na Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil.

Situados os novos rumos da enfermagem, cabe analisar o conceito de cuidar apontado no objetivo desta pesquisa sob duas vertentes, quais sejam, o cuidar de doentes exercido por religiosas e o cuidar médico, delimitando-se, desta forma, os diferentes espaços de atuação e os diversos significados para cada um deles. Em decorrência desses posicionamentos, observa-se que enquanto a medicina empenhou-se no diagnóstico de patologias e sua cura, a enfermagem voltou-se à prestação de cuidados, independentemente da ocorrência da cura.

Segundo Boff, a filologia da palavra cuidado é assim caracterizada:

...alguns estudiosos derivam cuidado do latim *cura*. (...) Em sua forma mais antiga, *cura* em latim se escrevia *coera* e era usada num contexto de relações de amor e de amizade. Expressava a atitude de cuidado, de desvelo, de preocupação e de inquietação pela pessoa amada ou por um objeto de estimação. Outros derivam cuidado de *cogitare-cogitatus* e de sua corruptela *coyedar, coidar, cuidar*. O sentido de *cogitare-cogitatus* é o mesmo de cura: cogitar, pensar, colocar atenção, mostrar interesse, revelar uma atitude de desvelo e de preocupação. O cuidado somente surge quando a existência de alguém tem importância para mim. Passo então a dedicar-me a ele, disponho-me a participar de seu destino, de suas buscas, de seus sofrimentos e de seus sucessos, enfim, de sua vida. Cuidado significa então desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato. Como dizíamos, estamos diante de uma atitude fundamental, de um modo de ser mediante o qual a pessoa sai de si e centra-se no outro com desvelo e solicitude. Conhecemos nas línguas latinas a expressão "cura d'almas" para designar o sacerdote ou o pastor cuja missão reside em cuidar do bem espiritual das pessoas e acompanhá-las em sua trajetória religiosa. Tal diligência se faz com cuidado e *esprit de finesse*⁴ como convém às coisas espirituais (BOFF, 1999, p.90-91).

Waldow destaca o "Cuidar como comportamentos e ações que envolvem conhecimento, valores, habilidades, e atitudes, empreendidas no sentido de favorecer as potencialidades das pessoas para manter ou melhorar a condição

⁴Segundo Boff (1999, p.96), significa espírito de delicadeza, o sentimento profundo. "Blaise Pascal (1623-1662), filósofo e matemático francês do século XVII, introduziu uma distinção importante para nos ajudar a entender o cuidado e a ternura: o *esprit de finesse* e o *esprit de géometrie*. O *esprit de finesse* é o espírito de finura, de sensibilidade, de cuidado e de ternura. O espírito não só pensa e raciocina. Vai além e acrescenta sensibilidade, intuição e capacidade de união ao raciocínio e ao pensamento. Do espírito de finura nasce o mundo das excelências, das grandes significações, dos valores e dos compromissos para os quais vale dispendar energias e tempo. O *esprit de géometrie* é o espírito calculatório e obreirista, interessado na eficácia e no poder. É o modo-de-ser que imperou na modernidade. Ele colocou num canto, sob muitas suspeitas, tudo o que tem a ver com o afeto, o enternecimento e o cuidado essencial" (BOFF, 1999, p.119).

humana no processo de viver e morrer. Como cuidado, entende-se o fenômeno resultante do processo de cuidar." (WALDOW, 1998, p.127).

Boff apresenta uma concepção de cuidado identificado como ajuda e doação ao outro, enquanto Waldow acrescenta uma abordagem de ordem profissional, na qual o conhecimento é necessário para embasar as ações de cuidar.

O cuidar é universal e não se constituiu em ação exclusiva da enfermagem; está presente em todas as culturas, assumindo formas diferenciadas de prática, variando com o parentesco e tendo influência da estrutura religiosa (LEININGER, 1988). Porém, a preocupação com o cuidar não adquiriu o mesmo significado social do curar, este sim valorizado pela medicina. A partir dessa perspectiva, o cuidar pode assumir características terapêuticas ou não, diferenciando-se o cuidar profissional do cuidar leigo.

O conceito de cuidar ficará mais claro se o entendermos também sob o ponto de vista religioso, ou seja, abordá-lo no contexto da ação social da Igreja. O conceito de cuidar tem sua interface com o amor, seja ele oferecido ou direcionado ao próximo, constituindo o amor cristão. Para os religiosos o cuidar se apresenta como obrigação, fazendo-se necessário partir do conceito de misericórdia. Novamente Leonardo Boff contribui assim dizendo:

A misericórdia é considerada a característica básica da experiência espiritual de Jesus de Nazaré. Ele experimentou e anunciou um Deus Pai cuja misericórdia não tem limites: "dá o sol e a chuva a justos e injustos" e "não deixa de amar os ingratos e maus". Ele é o Deus misericordioso com o filho pródigo, com a ovelha tresmalhada, com a pecadora pública. É um Pai com características de Mãe. Ele mesmo mostra misericórdia com aqueles que o levaram à cruz. (...) No momento supremo, quando tudo se decidir, seremos julgados pelo mínimo de com-paixão e de misericórdia que tivermos tido com os famintos, os sedentos, os nus e os encarcerados (MATEUS 25: 36-41 Apud BOFF, 1999, p.127-128).

A Igreja Católica estabeleceu, assim, uma correspondência entre a bondade de Cristo e o trabalho de religiosos no cuidar de doentes e necessitados.

São Tomás de Aquino, cuja obra Suma Teológica serviu de inspiração para as organizações leigas denominadas confrarias ou irmandades e que visavam ao

trabalho com as Obras de Misericórdia⁵, dizia no século XIII: "A distinção entre os vários tipos de esmola se delineia convenientemente segundo as várias necessidades do próximo. Tais necessidades são algumas da alma e para elas existem as esmolas espirituais; outras são do corpo e para esse existem as esmolas corporais (II-II, q.32, a2)."

O cuidar para a Igreja Católica era entendido como uma ação social assistencialista e caritativa, e para tanto cabia a seus membros, mediante as congregações e ordens religiosas, atender a essa obrigação, trabalhando nos hospitais.

O Concílio de Trento, no século XVI, estabeleceu os hospitais como instituições de assistência e de prática da misericórdia, onde a caridade cristã seria vivida por meio do cuidado dos doentes e desvalidos. Dessa forma os ensinamentos de Cristo seriam praticados, possibilitando a garantia de entrada no Reino tanto aos mantenedores econômicos dessas instituições como aos cuidadores.

Na Europa essas organizações hospitalares passaram a ter uma dimensão mais social. Com o vazio da assistência à saúde por parte dos governos, a Igreja, incentivando laços de fraternidade e solidariedade, permitiu que muitas irmandades fossem organizadas para administrar essas instituições hospitalares onde atuavam os religiosos. A caridade praticada nos hospitais levou a Igreja a receber vantagens rendosas, pois viviam de doações e heranças testamentárias.

Em Portugal contaram com o apoio da rainha D. Leonor, esposa de D. João II, que incentivou a instituição da Misericórdia, especialmente a criação das Santas Casas. A Santa Casa de Lisboa, fundada em 1498, foi a primeira a receber o apoio da rainha e, dada a relevância política e econômica que adquiriu, cristãos influentes passaram a dirigi-la. O número de Santas Casas cresceu com os

⁵São elas, as Obras Corporais: a) dar de comer aos que têm fome; b) dar de beber aos que têm sede; c) vestir os nus; d) hospedar os peregrinos; e) visitar os enfermos; f) visitar os encarcerados; g) sepultar os mortos. Obras espirituais: a) aconselhar os duvidosos; b) instruir os ignorantes; c) repreender os pecadores; d) consolar os aflitos; e) perdoar as ofensas; f) suportar pacientemente as pessoas importunas; g) rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos (CINÁ, LOCCI e ROCHETTA, 1999, p.852).

benefícios reais e doações recebidas. D. Manuel I, irmão de D. Leonor, assinou em 1514 o Regimento das Capelas e dos Hospitais, promovendo uma reforma assistencial em Portugal e enfatizando o modelo das misericórdias.

O Brasil também foi agraciado com esse modelo de caridade cristã. Os hospitais aqui fundados⁶ seguiam o Estatuto da Misericórdia de Lisboa, em cuja organização hierárquica estava incluído o compromisso de participação dos membros. Botelho reforça: "Todas as cidades queriam uma Santa Casa", e acrescenta que os governantes "incompetentes para resolver os reais problemas de saúde da população, não só as recebiam de bom grado como as estimulavam com isenção do pagamento dos impostos. Assim, lavavam as mãos para a maior parte da assistência hospitalar no país" (BOTELHO, 1991, p.110).

A Igreja, representada por diversas ordens religiosas, favoreceu a consolidação dessas instituições no campo da assistência médico-social. Amparada pelos valores da caridade cristã, estimulava a organização de irmandades para administrar os hospitais, levando a mensagem bíblica da misericórdia.

Os papas voltaram-se para a questão social. Leão XIII enfatizou na encíclica *Rerum novarum* (sobre a Democracia Cristã - 1891) que "as confrarias, as congregações e as ordens religiosas de todo o gênero nascidas da autoridade da Igreja e da piedade dos fiéis" eram exemplos de sociedades "fundadas com um fim honesto, e, conseqüentemente, sob os auspícios do direito natural" (RN 33). Essas congregações assumiram carismas com o trabalho em hospitais, escolas e na assistência social.

Pio X, sucessor de Leão XIII, no início do século XX (1903-1914) defendeu ferrenhamente os direitos da Igreja e incentivou ações pastorais. A ação social mantinha-se paternalista, sendo a meta primordial o combate às doutrinas contrárias às da Igreja. Os preceitos do cristianismo sustentavam as ações fraternas e a

⁶Em 1543, Brás Cubas fundou, na cidade de Santos, a Irmandade da Misericórdia e o Hospital de Todos os Santos, que dava assistência aos doentes vítimas de longas viagens marítimas. A partir dessa primeira Santa Casa outras se seguiram, como a de Olinda (1540), da Bahia (1550), de Belém do Pará (1654), de São Paulo (1714).

convivência entre as classes, o que levaria à transposição das dificuldades sociais pelo exemplo de Jesus Cristo. A preocupação da Igreja estava voltada à prática da caridade pelos ricos, e ao incentivo ao espírito cristão entre os homens; intervinha nas questões sociais de forma a manter escolas, hospitais, instituições de abrigo a crianças, órfãos e idosos. Roma passou a cobrar do Estado a preocupação com o bem-estar comum, exigindo políticas sociais.

A sociedade brasileira também sentiu os reflexos do processo de romanização a partir de 1850, assim como viveu a penetração das idéias liberais, recebendo as transformações tecnológicas e tendo um avanço nas relações capitalistas. A expansão da urbanização provocou a liberalização dos costumes e as práticas religiosas viram-se abaladas, o que levou a um movimento do episcopado. Após a proclamação da República e com a promulgação da Constituição Republicana (21/02/1891), estabeleceu-se a completa independência do Estado e da Igreja, mas, embora o Estado fosse laico, buscou-se manter uma sociedade católica.

Desvinculada do Estado a Igreja Católica no Brasil dinamizou sua política de organização das obras sociais, aceitando os novos parâmetros estabelecidos na relação Estado e Igreja. Com a separação a Igreja pode rever sua relação com a população, buscando reavivar o catolicismo, e, para tanto, ordens e congregações religiosas européias entraram no país a pedido do episcopado brasileiro. O Brasil vivenciou não somente a descentralização do regime republicano, mas também a incrementação de sedes diocesanas nas capitais. A Igreja conquistou espaços desenvolvendo atividades como educação e saúde.

Cabe lembrar que desde a época colonial, o Brasil convivia com a carência de físicos ou cirurgiões-barbeiros⁷ e as pessoas eram tratadas pela própria família ou

⁷Santos Filho (1991, v.1, p.63) relata que os profissionais que praticavam medicina no Brasil, nos três primeiros séculos e até princípios do século XIX, eram chamados de físicos ou licenciados, cirurgiões-barbeiros ou cirurgiões aprovados. Os físicos eram os médicos propriamente dito, inicialmente em número reduzido, sendo que os cirurgiões-barbeiros tinham permissão das autoridades sanitárias para exercer a cirurgia. A medicina exercida baseava-se na "observação imediata, junto ao paciente, dos sintomas por ele apresentado" (p.67).

por serviçais, enquanto os desassistidos estavam à mercê da caridade, perambulando nas ruas ou isolados em abrigos, quando existentes (SANTOS FILHO, 1991). As famílias abastadas contavam com a presença do médico em casa, o que permitia que este profissional fosse elevado à condição de ouvidor dos segredos e das queixas das famílias. Com o predomínio das doenças contagiosas e pestilenciais, os médicos desempenharam seu trabalho baseando-se em conhecimentos não científicos.⁸

Com os avanços da ciência biológica na Europa, a saúde passou a ter uma perspectiva social, fazendo com que a higiene pública se tornasse alvo das autoridades, o que fez surgir a medicina social também no Brasil.⁹

Para se entender o trabalho dos religiosos no atendimento aos doentes deve-se partir, em primeiro lugar, do papel dos jesuítas, chegados em 1549 na comitiva de Tomé de Souza, que, por meio das enfermarias inacianas, foram os precursores da assistência hospitalar no Brasil. Além do trabalho missionário também prestavam cuidado especial ao corpo, atendendo a índios, brancos e negros sem discriminação, oferecendo seus conhecimentos como boticários e enfermeiros.

A partir de 1759, após a expulsão dos jesuítas do Brasil pelo Marquês de Pombal, o cuidar de doentes passou a ser realizado por leigos. Gradativamente as congregações religiosas femininas foram assumindo esta atividade, marcadamente nas Santas Casas de Misericórdia.

⁸Singer considera que somente a partir dos últimos anos do século XIX é que se passa a viver a medicina científica no Brasil, com predomínio dos conhecimentos advindos das descobertas bacterianas (SINGER, 1988).

⁹Segundo Foucault, a medicina social sofre influências de três vertentes, quais sejam, a medicina de Estado da Alemanha, a medicina urbana da França e a medicina da força de trabalho na Inglaterra. Estas influências foram sentidas no Brasil pelas diferenciações apresentadas pela Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro (baseada na escola francesa) e a Escola Tropicalista Bahiana (utilizava o modelo alemão e o inglês) (FOUCAULT, 1996).

Segundo Nunes, no Brasil Colônia conhecia-se apenas o modelo de vida religiosa feminina contemplativa ou enclausurada,¹⁰ sendo introduzido no país o modelo congregacional ou de vida ativa ao final do Império e durante a República, surgindo assim "...a imagem da irmã de caridade, boa, solícita, atuante, mas irmã, isto é, alguém que mantém com o sagrado certos laços que a diferenciam das outras mulheres" (NUNES, 1986, p.191).

¹⁰No Brasil, durante o período colonial, a Coroa Portuguesa restringiu a fundação de conventos destinados a mulheres. O primeiro convento feminino surgiu em 1677. Como aponta Azzi : "...as mulheres brancas foram escassas no Brasil até meados do séc. XVIII. (...) A grande desproporção entre a população branca, portuguesa, e a população mestiça, negra e indígena, não podia deixar de ser uma grande preocupação para a Coroa. A fim de favorecer o crescimento de uma classe dominante lusitana, os reis não desejavam a criação de conventos na colônia, que agravariam a situação, favorecendo o celibato para as mulheres brancas". A criação de "recolhimentos do tipo conventual, embora não canonicamente reconhecidos" foi a opção usada e aceita pela Coroa, distinguindo-se aqueles destinados à meninas indígenas, à órfãs lusitanas, às mulheres de vida impura, às viúvas e às interessadas na vida monástica. O primeiro recolhimento a ser transformado em mosteiro em 9 de maio de 1677 foi o Recolhimento do Desterro, em Salvador, e as responsáveis eram as Irmãs Clarissas do Mosteiro de Évora, vindas de Portugal. Na seqüência vários recolhimentos transformaram-se em mosteiros. O ingresso era permitido apenas às mulheres brancas de famílias de posses e de prestígio social, exigindo-se dotes e rendas fixas. A vocação religiosa não era o maior determinante para se ingressar nos conventos, pois as decisões não cabiam às mulheres e sim ao pai ou ao responsável masculino da família. O estilo de vida das religiosas desse período compreendia "oração em coro no oratório conventual, a preparação de festas religiosas, a catequese das educandas e servas e as penitências". O exercício do apostolado ainda não era permitido. No Brasil em 1857, existiam 6 congregações femininas instaladas, a de São Francisco do Carmo, São Vicente de Paulo, São José e os Recolhimentos (4 em Pernambuco, 1 no Maranhão e 1 em São Paulo), o que totalizava 30 residências religiosas. A congregação de São Francisco contava com 6 residências (4 na Bahia, 1 no Rio de Janeiro e 1 em Mariana); a do Carmo com 2 residências (1 no Rio de Janeiro e 1 em São Paulo); São Vicente de Paulo era a mais numerosa com 14 residências (7 no Rio de Janeiro, 3 na Bahia, 3 em Mariana e 1 em Pernambuco), a de São José de Chambéry mantinha apenas uma casa em São Paulo, assim como a das Irmãs do Coração de Maria uma casa no Rio Grande do Sul. (Almeida, 1866). As Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, que chegaram ao Brasil em 1849, respondiam, portanto, por 46,6% do número de casas. Quanto à localização, o Rio de Janeiro, como centro administrativo de governo, era o local com maior concentração de casas congregacionais, respondendo por 30% do total, seguido pela Bahia, com 23,3% (AZZI, 1983).

A autora destaca ainda o crescimento das ordens e congregações femininas:

A tarefa de implantação da reforma católica no Brasil, cuja meta principal era a implantação do espírito tridentino, exigia o concurso de muitas forças. Alguns bispos empenhados nesse movimento restaurador, que se fazia a partir de Roma, buscam a colaboração de religiosas e religiosos europeus. Ainda no período imperial, duas congregações religiosas haviam já iniciado aqui suas atividades: as Filhas de Caridade, em 1849, e as Irmãs de São José de Chambéry, em 1858. A partir de 1891, intensifica-se a vinda de ordens e congregações estrangeiras. Enquanto em 1888, apenas 11 haviam se instalado em território brasileiro, e, de 1881 a 1890 ingressam 6 delas no país, de 1891 a 1900, esse número aumenta para 16, crescendo para 76, entre 1901 e 1930. Outras 19 congregações são fundadas no Brasil, por essa época (NUNES, 1986, p.195).

Para a Congregação de São José de Moutiers, o trabalho religioso de cuidar visava à santidade tão almejada na espiritualidade proposta para a congregação. O cuidar consistia em doação ao próximo, objetivando amenizar o sofrimento. Entende-se aqui que o cuidar religioso feminino enfatizou o domínio simbólico dos princípios práticos do gosto pelo cuidar, fornecendo as regras e os preceitos para tal. Esta identidade simbólica do trabalho religioso feminino é reconhecida socialmente e admirada, estabelecendo a eficácia de uma dominação simbólica, permitindo que se efetive relações entre poder e representação, como coloca Chartier.

O gosto pelo cuidar tem que ser definido englobando o estilo de vida, caracterizando a capacidade e a competência como instrumentos de apropriação simbólica, o que vem a implicar poder, pelo domínio prático e teórico. Diante disso, para se entender o trabalho das religiosas de São José de Moutiers na Santa Casa, é preciso também analisar as relações de poder que envolvia o cuidar de doentes.

A assistência médica prestada na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba enfrentava as dificuldades de estrutura física e os poucos recursos financeiros. As religiosas de São José de Moutiers deveriam acatar as determinações médicas mantendo uma submissão relativa, pois eram as responsáveis pela vigilância constante sobre os pacientes e a administração do nosocômio. O contrato celebrado entre a Superiora da Congregação de São José e a provedoria do hospital constituiu-se em dispositivo regulamentador do poder das religiosas.

Em todo o cerimonial de poder, na Igreja e na sociedade, procurou-se legitimar um poder masculino e hierárquico, cabendo à mulher o trabalho de cuidadora subserviente. O poder confere liberdade e autonomia, invocando autoridade e submissão, portanto, estabelecendo uma ordem hierárquica. Esta ordem implica uma identificação de papéis sociais, como reforça Capra: "a tendência auto-afirmativa continua crescendo e, com ela, a exigência de submissão, que não é o complemento da auto-afirmação, mas o reverso desse fenômeno. Enquanto o comportamento auto-afirmativo é apresentado como o ideal para os homens, espera-se das mulheres o comportamento submisso" (CAPRA, 1986, p.41).

Para efeito desta pesquisa as questões relacionadas ao poder e submissão serão analisadas a partir das discussões apresentadas por Foucault e Bourdieu. Para o primeiro (1996), o poder está disseminado na sociedade, permitindo a coexistência de micropoderes e apresentando os dispositivos, as instrumentalizações, as técnicas, os mecanismos, as maquinarias, enfim a utilização de uma tecnologia disciplinar. Foucault aborda a noção de poder envolta em relações de ação e reação, força e resistência.

Em sua obra *Vigiar e Punir* (1998) mostra que o sofrimento físico foi substituído por novos dispositivos de punição. Ele trabalha a teoria do olhar, usando o exemplo do panóptico,¹¹ que significa a possibilidade do olhar do guarda da prisão em vigiar e os prisioneiros perceberem este controle (a burocracia e a administração dão esta idéia de poder), ou seja, o olhar vigilante do poder, a disciplinaridade da sociedade, que aqui será trabalhada na visão do hospital. A medicina impõe seu

¹¹Jeremy Bentham elaborou o projeto de arquitetura da penitenciária panóptica que, segundo Foucault, tem como princípio: "...na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas tem duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar". Complementa Foucault, "O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder" (FOUCAULT, 1998, p.165-169).

poder por meio de um olhar permanente sobre os corpos, que são mantidos disciplinados dentro de uma estrutura de lugar e espaço (o hospital).

A medicina foi um dos temas trabalhados por Foucault no desenvolvimento do seu pensamento filosófico, mais precisamente em sua obra "O Nascimento da Clínica" (1994), na qual aborda a construção da relação médico-paciente na clínica moderna. O diagnóstico e a terapêutica individualizados viriam a caracterizar o ato clínico deixando de lado um saber universalizado sobre as doenças, apesar dos avanços da anatomia e da patologia. As técnicas de exame do paciente passaram a ser instrumento dessa nova clínica, cabendo o saber apenas à figura do médico.

Com a preocupação de obter-se uma "massa disciplinada" no hospital, Foucault reforça a importância da disciplina para o treinamento dos indivíduos. O comando disciplinar utiliza ordens que devem ser cumpridas para a obtenção de um comportamento desejado, o que implica usar uma sinalização com gestos, posturas e olhares que resultem em obediência. Para o autor, o sucesso do poder disciplinar "se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame". Quanto à ritualística do exame, observa-se que ela abrange "a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade" (FOUCAULT, 1998, p.140-154).

A partir do século XVIII o hospital tornou-se um local para se examinar os enfermos, onde o médico passou a realizar visitas prolongadas para observação mais atenta dos doentes. De local de assistência o hospital transformou-se no centro do saber médico, estipulando-se uma hierarquia no exame dos pacientes. Surgiu, assim, um sistema de registros e de documentação dos exames realizados permitindo aos médicos "reconhecer os doentes, expulsar os simuladores, acompanhar a evolução das doenças, verificar a eficácia dos tratamentos, descobrir os casos análogos e os começos de epidemias" (FOUCAULT, 1998, p.155-158).

A análise de Foucault sobre o poder e a disciplinarização dos corpos contribui para se entender alguns dos procedimentos adotados na Santa Casa de Misericórdia

de Curitiba. O médico de família foi se estabelecendo como um especialista, fazendo surgir, na cidade, o modelo clínico de assistência, procurando atender às queixas estabelecidas pelos doentes. A Santa Casa ou Hospital de Caridade como era inicialmente chamada, de lugar de abrigo aos desamparados, tornou-se um hospital para acolher doentes, dando ênfase à medicina científica. A precariedade das condições higiênicas e o amadorismo dos cuidadores leigos fizeram surgir a demanda por um trabalho mais especializado, a exemplo daquele adotado pelas religiosas de São José de Moutiers. Os valores morais e religiosos acabaram por influenciar e melhorar a prática dos cuidados com a saúde daqueles que lá eram internados.

Por sua vez, Pierre Bourdieu nos apresenta a teoria do poder simbólico na qual aponta em diversos grupos e classes por ele investigados, pertencentes a diferentes esferas da atividade social, o manejo da linguagem como forma de domínio. O pertencer a um grupo implica legitimação dessa ligação, envolvendo desde um ritual de passagem até representações sociais advindas desse grupo, o que vem a constituir-se em poder simbólico.

A religião e a medicina utilizam uma linguagem própria, não decifrada pelos leigos, conferindo competência aos seus agentes, os religiosos e os médicos, que passam a ser porta-vozes de um determinado discurso e de uma prática específica. Como agentes sociais, os religiosos e os médicos adotam um sistema simbólico e assumem uma função política visando à ordenação do mundo, o que lhes confere diferenciação social e a legitimação das diferenças. Segundo Bourdieu, esta dimensão simbólica do conhecimento consiste em sistema de poder. Nesta perspectiva o hospital pode ser visto como um espaço delimitado do poder religioso e do poder médico, possibilitando aos seus agentes ordenar e a reordenar a realidade daquele espaço.

Além disso, Bourdieu trabalha com a concepção teórica da compreensão dos aparelhos de produção simbólica por meio de suas linguagens e representações, constituindo realidades próprias. Isto vem justificar uma ordem social e uma cultura subjacente, a qual, segundo o autor, "produz uma representação do mundo social imediatamente ajustada à estrutura das relações sócio-econômicas que, doravante,

passam a ser percebidas como naturais e, destarte passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes" (BOURDIEU, 1999, p.xii).

Os conceitos utilizados por Bourdieu, facilitaram o entendimento da gênese social do campo, aqui delimitado como campo religioso. Buscou-se analisar a posição do campo religioso em relação a outros campos de poder, como também estabelecer a estrutura objetiva das relações entre as posições ocupadas pelos agentes ou pelas instituições que estão em concorrência nesse campo. Necessário se fez analisar também o habitus dos agentes dentro do campo, o qual, somado à compreensão da estrutura social, permite que se conheça a maneira como um grupo vive, pensa e age, denominado por Bourdieu (1996) como *homologia estrutural*, incorporando habitus, padrões de linguagem e racionalização.

Campo é espaço social, realidade social específica, com uma certa autonomia, constituindo uma história própria, em que os agentes têm por objetivo a realização de um jogo (relações com o campo do poder). Campo na linguagem comum é domínio, mas, segundo Bourdieu, para que um espaço social seja um campo são necessárias a autonomia, uma coerência interna, uma estrutura própria com regras específicas de funcionamento. Esta é a razão pela qual ele não utiliza o termo sociedade e sim espaços sociais.

Todo campo apresenta um capital simbólico, pois seus agentes são detentores de um capital, como é o caso do campo religioso. Dentro do campo existem posições ocupadas pelos agentes individuais cujas posições sociais explicam o acúmulo de capital (das suas relações sociais, das experiências anteriores); quanto maior o capital, maior será o poder de tomada de decisão.

Bourdieu trabalha a reprodução das hierarquias sociais e a repetição de suas ideologias, transmitidas pelo "não dito", estabelecendo o conceito de "habitus". Este conceito é estruturado e estruturador, admitindo mobilidade social, envolvendo a mentalidade, a cultura e os costumes. O "habitus" vem a ser uma aquisição que é interiorizada, que vem do social, da formação educacional, do meio ambiente, da classe social, sendo esta aquisição extrapolada pela prática, resultando em

comportamento, fala, gestual, escolha das práticas sociais. O autor (2000) aborda a inter-relação entre o determinismo social inconsciente e a intencionalidade subjetiva consciente, concebendo analogias do individual/social, interior/exterior, material/espiritual, teoria/prática, constituindo-se num método relacional de opostos, onde o real é relacional.

Esse autor reforça que o conceito de habitus não pode se dissociar do conceito de campo, pois dentro dos espaços sociais existem regras, agentes movidos por estratégias, com interesses específicos, relações de força e uma história específica. Justamente sobre o conceito de habitus, Bourdieu vem assentar o conceito de campo, apresentando um espaço de estruturas hierarquizadas onde ocorrem as relações de acordo com as contingências históricas, construindo assim sua teoria do espaço social:

Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço (...) Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades actantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de forças objectivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções directas entre os agentes (BOURDIEU, 2000, p.134).

Bourdieu (2000) apresenta o conceito de habitus imbricado na credulidade, ou seja, na identidade do enunciador do discurso, no qual as relações de comunicação são sempre relações de poder. Não se trata de exigir dos indivíduos normas reguladoras, como o faz a medicina, mas sim de comportamentos incorporados e espontâneos, permeados por limites dentro dos quais existe uma liberdade de ação.

A religião utiliza a lógica da inclusão e da exclusão, da associação e da dissociação, de integração e distinção, fazendo com isso surgir sistemas simbólicos aplicáveis numa única direção de função social, o que leva à legitimação das diferenças (BOURDIEU, 1999).

O monopólio dos bens de salvação pertence à Igreja visando manter a ordem social, compactuando com os dominantes no poder e a resignação dos dominados. Trata-se de uma imposição de percepção do mundo, cujas práticas e

representações são postas no âmbito do natural e do sobrenatural. Isto vem trazer uma necessidade de moralização e sistematização das práticas religiosas e das crenças, impondo dessa maneira uma ética religiosa na qual o bem deve ser recompensado e o mal deve ser punido, marcando o sentimento de pecado.

Buscando-se o entendimento dessa dinâmica relacional nos espaços sociais é preciso recorrer ao conceito de representações sociais. Moscovici identifica uma interligação entre as representações como produto de interação e as influências da comunicação para assim definir representações sociais:

Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2003, p.21).

Guareschi e Jovchelovith destacam que a noção de representação social envolve os aspectos cognitivos, afetivos e sociais, a saber:

O fenômeno das representações sociais, e a teoria que se ergue para explicá-lo, diz respeito à construção de saberes sociais e, nessa medida, ele envolve a cognição. O caráter simbólico e imaginativo desses saberes traz à tona a dimensão dos afetos, porque quando sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimento e com paixão. (...) Tanto a cognição como os afetos que estão presentes nas representações sociais encontram a sua base na realidade social (GUARESCHI e JOVCHELOVITH, 1999, p.20).

As interações sociais, afetivas e educativas contextualizadas histórico, econômica e culturalmente efetivam o processo que resulta na construção de uma identidade. De acordo com Moscovici (2003, p.168), "as pessoas aceitam acima de tudo aqueles fatos que percebem, aqueles comportamentos que confirmam suas crenças habituais" envolvendo a circulação de idéias (conteúdos mentais) ou imagens (comportamentos simbólicos) que assim garantem o pertencimento a um grupo, o que pode reforçar a crença e a fé. Com as organizações individuais interagindo com as relações sociais chegamos ao conceito de habitus de Pierre Bordieu.

Dessa forma, na Igreja a organização hierarquizada e centralizada veio como solução para a manutenção de um monopólio de culto. Assim, a expansão dos bens religiosos permitiu que se pregasse o poder de um Deus bom e justo, protetor da sociedade a um número crescente de fiéis por meio do trabalho religioso. São os especialistas da religião que detêm o monopólio da gestão dos bens de salvação contrapondo-se aos leigos profanos não detentores deste potencial. Estabelece-se, assim, uma separação simbólica entre o "saber sagrado" envolto em segredo e a "ignorância profana", o que vem gerar uma preocupação com a forma de propagação de um corpus de normas e conhecimentos.

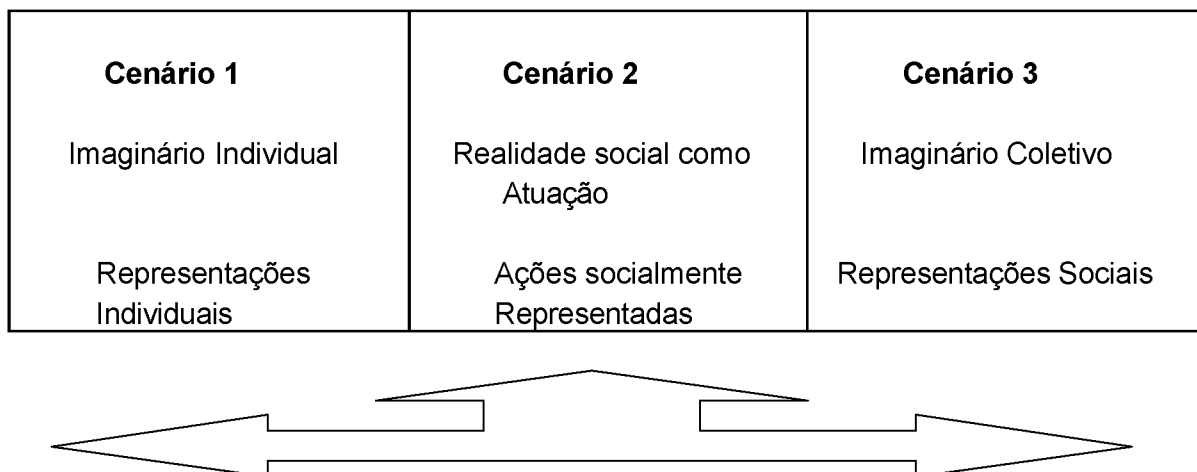
Ao analisar-se a congregação das Irmãs de São José de Moutiers, procurou-se detectar seus valores éticos e estéticos, que determinam as características pertinentes ao grupo. Levantaram-se as práticas por meio das quais se traduz o habitus deste grupo, enfocando-se o estilo de vida, os subespaços simbólicos que exprimem a unidade ou identidade, desde as vestimentas, a linguagem e o héxis corporal (postura). Na ética do trabalho dessas mulheres estão presentes a visão de mundo, o uso do tempo, do corpo, a importância do cuidar refletido diretamente na qualidade das ações.

Ressalte-se que a visão da comunidade e dos médicos quanto ao cuidar exercido pelas religiosas de São José permitiu a reconstituição da ação dessas mulheres pelas falas dos atores envolvidos.

O enfrentamento cultural entre as religiosas, os pacientes e os demais freqüentadores do Hospital de Caridade exigiu a utilização da dimensão simbólica, chamando atenção para o tratamento do corpo e da alma, ou matéria e espírito, o quanto dever-se-ia exigir dessas mulheres para que decifrassem códigos de uma outra cultura, diferente da sua. O trabalho realizado por essas religiosas é marcado por uma forma de ser diferenciada, na qual a trajetória social busca o desprendimento material e a ascensão espiritual, visando à santidade.

A preocupação com a assistência aos doentes trouxe as religiosas de São José de Moutiers para o Paraná, e o seu trabalho assistencial constitui um triplo

cenário no qual emergiram as representações do cuidar. O gráfico demonstrativo construído por Cardoso (2000, p.32) elucida "o cenário em que emergem as representações", a saber:



Segundo Cardoso (2000)

o cenário 1 é o do imaginário individual, em que surgem as representações individuais; o cenário 2, o do imaginário coletivo, no qual aparecem as representações sociais propriamente ditas (por exemplo, as que integram os estereótipos, os lugares comuns, os preconceitos, as religiões, os mitos, as ideologias, entre outras). Quanto ao cenário 3, o da realidade social como atuação, nele tomam forma as representações que têm por objeto ações sociais. Os três cenários estão intimamente inter-relacionados.

Esse triplo cenário utilizado se justifica, tendo em vista que o cuidar envolve a influência cultural, a percepção e interpretação dos atores envolvidos (religiosas, médicos e pacientes), determinando assim sua aprovação em face da expectativa gerada.

Examinando as concepções que envolvem o cuidar, que orienta as práticas, buscou-se entender os diferentes esquemas de percepção que o caracterizam como representação coletiva, determinando assim uma hierarquização da própria estrutura social.

Para análise da Congregação das Irmãs de São José de Moutiers recorreu-se a fontes diversificadas, num trabalho minucioso no Arquivo Público do Paraná, na

Biblioteca Pública do Paraná, na biblioteca da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, na Casa da Memória de Curitiba, na biblioteca do Studiun Theologicum e na Sala da Memória da Congregação de São José no Cajuru¹².

A documentação pesquisada abrangeu os Relatórios de Governo de 1855 a 1910, os relatórios do mesmo período da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, os Relatórios da Irmandade de Misericórdia de 1873 a 1937, incluindo os Relatórios dos Diretores Médicos da instituição, a documentação da Congregação de São José, bem como as crônicas de autoria de uma das religiosas. Realizou-se também a pesquisa em jornais, a leitura de cronistas e memorialistas locais, o levantamento das Cartas Pastorais dos bispos do período e dos Boletins Diocesanos. O acesso aos documentos da Cúria Metropolitana nos foi negado, apesar da solicitação pessoal feita ao bispo.

Com os Relatórios de Governo foi possível levantar a história dos primórdios da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, instalada em 6 de dezembro de 1852, tendo em vista que os Relatórios da Irmandade disponíveis datam de 1873. Nos relatórios da Irmandade de Misericórdia estão presentes os registros dos médicos diretores daquele hospital, administrado desde 1896 pelas religiosas de São José, fazendo com que os doutores tivessem que se subordinar às normas estabelecidas por aquelas mulheres, sem, no entanto, enfatizarem esta condição em suas falas. Os relatórios médicos numa visão ufanista apresentam o exercício da prática da cura enriquecida pelos progressos da ciência e apontam em alguns momentos a caridade como apoio moral para este trabalho. O caráter descritivo da fala dos médicos é também enobecedor de sua atuação, com tímida referência ao apoio das religiosas no tratamento dos doentes. Dessa forma os registros enfocam o discurso da corporação médica deixando de lado outros atores sociais como as religiosas.

¹²Cumprer ressaltar que ao longo do trabalho manteve-se a grafia original nas citações, por entender-se que se fossem corrigidas estariam sendo adulteradas, uma vez que se tratam de documentos históricos.

Nas fontes pesquisadas a visão dos doentes atendidos no hospital mostra-se silenciosa, porém os jornais do período registram notícias sobre as mudanças percebidas pela população após a chegada das religiosas na instituição. Por mais que essas fontes representem a tradução dos jornalistas das matérias, elas se constituem num discurso consentido que relata as falas dos sujeitos envolvidos.

Ao se utilizar na tese as crônicas de autoria de uma religiosa de São José buscou-se ouvir a percepção que essas mulheres levaram do seu local de trabalho, tendo-se clareza que os textos apresentam uma visão parcial da realidade vivida, sem que se apontem questões negativas nesta atuação. Nas crônicas a memória está comprometida com os propósitos da Congregação de São José, mas sua utilização é relevante pois em muitos momentos torna-se a fala das silenciosas religiosas.

Na biblioteca do Studiun Theologicum ocorreu a consulta às cartas pastorais dos bispos de Curitiba do período estudado e esta documentação foi essencial para o entendimento da orientação da Igreja quanto à uniformidade na prática pastoral, servindo de veículo para a divulgação da posição do papado e de seus decretos. Os boletins diocesanos exigiram sistematização das informações dada a sua diversidade.

Uma lacuna que não foi resolvida foi a pesquisa em prontuários ou registros médicos dos atendimentos prestados. Por informação recebida na própria Santa Casa, estes documentos não mais existem. Foram disponibilizados para liberar espaço no hospital. Lamentavelmente isto impediu o acesso a informações importantes para esta pesquisa.

Esta tese está dividida em três capítulos. O primeiro aborda inicialmente a criação da congregação de São José na França, no século XVII. Partindo-se da espiritualidade proposta e praticada pelas religiosas, segue-se enfocando o conceito de santo, complementando-se com as virtudes impostas nas Constituições da congregação quanto ao ser Irmã de São José. Apresenta-se detalhadamente a atribuição da Irmã Hospitaleira segundo as Constituições da Congregação de São José. Para a construção dessa história, analisaram-se os documentos de fundação

da congregação quais sejam, a Carta Patente do Bispo do Puy, os Textos Primitivos envolvendo a Carta Eucarística, os Regulamentos e as Constituições.

No segundo capítulo recriou-se o cenário da cidade, buscando-se os olhares das autoridades eclesiais e administrativas, reforçando-se a fala dos historiadores e cronistas do período quanto às questões econômicas, sanitárias, demográficas e de urbanização. Analisaram-se os bispos que governaram a diocese de Curitiba, no período de 1896 a 1937, abordando-se a vinda de congregações religiosas para atuarem no campo social, no campo educacional e no da saúde visando à disciplinarização da sociedade curitibana. Utilizaram-se as seguintes fontes: as cartas pastorais dos bispos que delimitavam os comportamentos a serem seguidos pelos católicos, boletins eclesiásticos com as informações sobre a diocese e normativas de conduta, e os periódicos locais.

O terceiro capítulo apresenta um levantamento sobre o surgimento do primeiro hospital de Curitiba, ou seja, a Santa Casa de Misericórdia, e como este servia à cidade até a chegada das Irmãs de São José em 1896. A partir de então apresenta-se o trabalho realizado pelas religiosas no hospital e as transformações ocorridas, bem como a atuação na assistência aos alienados e as relações com as autoridades policiais e do sistema carcerário. Conclui-se o capítulo com as considerações sobre o cuidar santificado. Nessa fase a pesquisa contou com os relatórios de governo da Província, os relatórios da Irmandade de Misericórdia, o contrato firmado entre a congregação e a provedoria, os periódicos de época e também as Crônicas da Irmandade.

CAPÍTULO 1

AS IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE MOUTIERS: UMA CONGREGAÇÃO DE HOSPITALEIRAS

1.1 A TRAJETÓRIA DA CONGREGAÇÃO: DA FUNDAÇÃO À VINDA PARA O BRASIL

A vinda da Congregação de São José de Moutiers para o Brasil não se constituiu em um fato isolado, apenas atendendo à solicitação de um bispo, mas sim fez parte de um contexto de planejamento da Igreja Católica. No trabalho de promover a reforma da Igreja Católica comandada pelo Vaticano e com a adesão do episcopado brasileiro, com a criação da diocese de Curitiba, fazia-se premente o atendimento às obras sociais que a cidade demandava, buscando-se no estrangeiro o apoio de uma congregação com experiência nessa área.

Para compreender o motivo da vinda dessas religiosas para o nosso país, faz-se necessário uma contextualização da situação da Igreja na França. O aumento das vocações religiosas marcou o catolicismo francês a partir da década de 1860. Em 1851 a França contava com 34.208 religiosas, e em 1861 este número passou a 89.243. Os religiosos masculinos não chegavam a 3.000 em 1851, aumentando para 17.650 em 1861 (AUBERT, 1975). Esses religiosos dedicavam-se tanto ao ensino nas instituições do Estado como trabalhavam no ensino livre. A assistência social também se tornou um grande foco de atuação da Igreja, seja no trabalho em asilos, seja nos orfanatos e nos hospitais.

Em contraposição a esse crescimento, os positivistas preocupavam-se em combater a Igreja Católica, especialmente por seu domínio sobre a educação dos jovens franceses. Jules Ferry, como ministro da Instrução Pública (1879-1885), decretou o fechamento temporário de 261 conventos masculinos e promulgou a lei escolar de 28 de março de 1882, que anulava a obrigatoriedade do ensino religioso.

Outra medida tomada foi a instituição da lei de 30 de outubro de 1886, que determinou a neutralidade da escola e a saída de religiosos e freiras das escolas públicas. Iniciava-se um processo de laicização da sociedade francesa.

A partir de então conventos foram fechados, emblemas religiosos foram retirados até dos hospitais, passando a assistência pública a ter um caráter civil. Apesar de Roma buscar a conciliação, a tensão criada teve seu auge em 9 de dezembro de 1905 com a separação da Igreja e do Estado. O confisco de seminários ocorreu por parte do Estado e a ordenação sacerdotal reduziu-se de forma assustadora, forçando o estabelecimento de noviciados no estrangeiro, o que levou muitas congregações fundadas na França a emigrarem.

As Irmãs de São José tiveram sua origem na França, na cidade de Le Puy, no século XVII, em 1646, quando o padre jesuíta Jean Pierre Médaille fundou a congregação das filhas de São José. Padre Médaille denominou "Pequeno Projeto" a um agrupamento de mulheres que não usavam hábito para realizar o apostolado na comunidade e que se organizaram de forma oculta, obedecendo a uma tradição espiritual, ou seja, uma maneira típica e própria de compreender e viver o evangelho.

De acordo com Masseroni (1995, p.28-30), Jean Pierre Médaille nasceu em 6 de outubro de 1610 em Carcassone, uma das cidades mais antigas do Midi francês, de família de nobres, e muito religiosos. Em 15 de setembro de 1626 entrou no noviciado em Toulouse, entregando-se seriamente aos estudos. Seus primeiros votos ocorreram em 1628 junto à Companhia de Jesus. Atuou como educador, assistente de superiores, embrenhando-se em atividades missionárias, apesar das enfermidades por que passou. Segundo Silvestre, os arquivos da Companhia de Jesus, em Roma, apresentam, em seus catálogos, registros dos superiores provinciais sobre o padre Médaille, conforme segue:

...à notável inteligência, ao excelente juízo, à grande e religiosa prudência, à incomparável experiência das coisas espirituais (...) ao grande talento para instruir e dirigir almas (1645) (...) peca contra a prudência e se mostra bastante crédulo (...) nascido para as missões (1649) (SILVESTRE, 1985, p.5).

A mudança do tom deveu-se às intenções da fundação do Pequeno Projeto, uma comunidade religiosa, conforme registraram as cartas do superior geral. No trabalho missionário, Padre Médaille deparou-se com católicos e protestantes e com a ausência da fé, o que o fez preocupar-se com o chamamento de jovens à vida religiosa de clausura. Para ele, a vida consagrada exigia a companhia visível de Deus no mundo, a proximidade com as situações existenciais do cotidiano das pessoas, e não somente espirituais como no silêncio da clausura; exigia-se a presença física e tangível dos religiosos junto à população (MASSERONI, 1995, p.35).

Padre Médaille enfatizava a vida comunitária aberta a missões pelo mundo, atendendo às demandas da comunidade e do apostolado. Segundo ele, a comunidade é lugar da presença das três pessoas divinas, assim como na Eucaristia se faz a comunhão com o Pai, com o Filho e com o Espírito Santo¹³, sendo o apostolado uma forma de se exteriorizar a vida divina.

Ciente da obediência devida ao superior provincial de Toulouse, ou seja, respeitando a hierarquia eclesiástica, Pe. Médaille comunicou-o da formação da comunidade de religiosas, forçando o Superior, por sua vez, a encaminhar o caso ao Superior Geral. Em 8 de março de 1647, recebeu resposta conforme cópia existente no arquivo dos jesuítas em Roma, como consta:

Quanto ao piedoso agrupamento de mulheres que iniciou, só posso responder isso: não devia instituí-lo sem aprovação do Padre Provincial e muito menos lhe prescrever Regras (leges), sem sua aprovação, porque isso pode dar margem a juízos, queixas e talvez a perigos. Por isso, tome providências para que o padre provincial esteja a par de todo este fato, a fim de que, se for para a maior glória de Deus, continue com maior proveito se houver maior segurança (SILVESTRE, 1985, p.6).

¹³Carta Eucarística parágrafos 38 e 40 (TOIGO e cols., 1985, p.10-11).

FIGURA 1 - OS FUNDADORES DA CONGREGAÇÃO DE SÃO JOSÉ (SEM DATA)



Monsenhor Henri de Maupas
Bispo da cidade de PUY (França)



Revmo. Pe. J. P. Médaille
(Jesuita)

FONTE: Acervo da Congregação de São José

Silvestre (1985, p.7) coloca que Pe. Médaille jamais foi residente na região do Puy, porém existem registros nos livros de contas do colégio dessa localidade, da passagem do padre pela região. Toigo assim aponta como poderia ter se dado o encontro de Médaille com o Bispo do Puy:

Enquanto pregava missões no Maciço Central, o Pe. Médaille encontrou piedosas mulheres, desejosas de se entregar totalmente a Deus, mas que não podiam entrar nos mosteiros por não terem bens suficientes. Para responder ao desejo delas, estando na época no Colégio Saint Flour, por volta de 1646, ele teve a inspiração de criar uma "Associação pequenina a seus olhos e em si mesma... mas toda de Deus e do querido próximo". Concebeu ele um modesto projeto de vida consagrada no mundo, sem trajes que as distinguissem e sem clausura. Para essas pequenas comunidades do campo, compostas de três a seis membros, escreveu Regulamentos e lhes deu o nome de São José, colocando-as todas sob "sua proteção e salvaguarda". Procurando um Bispo que se dispusesse a aprovar e dar continuidade a seu projeto, dirigiu-se a Dom Henrique de Maupas, então bispo do Puy, grande admirador de São Francisco de Sales e amigo da Visitação, o qual encorajou o início do novo Instituto. O Bispo chamou ao Puy as jovens e viúvas que o Pe. Médaille havia encontrado e assumiu a fundação da nova Congregação, conforme o que diz o Prefácio das Constituições impressas em Vienne, em 1693 (TOIGO, 1985, p.vii).

Em 1647 o monsenhor Henrique de Maupas¹⁴, Bispo de Le Puy-en-Velay (Haute-Loire), tornou-se o responsável pela concretização do Pequeno Projeto. Por solicitação do bispo, uma dama chamada Lucrèce de la Planche acolheu as primeiras colaboradoras que passaram a atuar no Hospício Montferrand do Puy, que foi reformado, sob a direção de Francisca Eyraud, primeira superiora da Congregação, a qual dirigiu o hospício por trinta e dois anos. Apesar de não saber ler nem escrever, foi auxiliada para escrituração da casa e instrução das órfãs por Margarida de São Lourenço, alfabetizada. Surgiu assim uma confraria de caridade que levou o hospital a se chamar "La Maison de la Charité dês Filles Orphelines de Saint Joseph, de la Rue Montferrand" (URSJ, 1955, p.16).

¹⁴Henrique de Maupas nasceu em 1606 no castelo de Casson, próximo de Reims, em Champagne. Estudou no Colégio de Reims, posteriormente na Universidade de Pont-Mousson, dirigida por jesuítas. Em 1622 tornou-se bacharel em Filosofia e, em 1625, doutor em Teologia e veio ser vigário geral de Reims. Por seus contatos com Giovanna di Chantal e as filhas da Visitação, era admirador da obra de São Francisco de Sales, o que o levou a ser biógrafo dos fundadores da Visitação e empreendendo-se então pela beatificação de Francisco de Sales. De 1634 até 1661 foi capelão da Rainha Ana da Áustria. Em 1641 foi nomeado bispo do Puy, tomando posse em 20 de janeiro de 1644. Faleceu em outubro de 1680, em Evreux.

Como aponta Luff, exigia-se uma aprovação legal para a existência de uma congregação: "As congregações religiosas podem ser aprovadas localmente, por um ou vários bispos, e, neste caso, só podem ter casas em suas dioceses. Toda instituição nova começa assim" (LUFF, 1969, p.579).

Em 15 de outubro de 1650 ocorreu a fundação oficial, e em 10 de março de 1651 obteve-se o reconhecimento jurídico com a Carta Patente do Bispo, como segue:

Nous, Henri de MAUPAS-DU-TOUR, Evêque et Seigneur du Puy, Comte de Velay, Suffragant immédiat de As Sainteté, Abbé de Saint-Denis de Rheims, Conseiller du Roi em sés conseils, et premier Aumônier de la Reine regente, désireux de l'avancement de la gloire de Dieu, du salut des ames, et du service de la charité dans notre diocese, ayant appris que quelques bonnes veuves et filles voulaient se consacrer aux louables exercices de la charité, tant pour le service du grand Hôpital et dès pauvres malades de notre ville, que pour l'education et direction des filles orphelines de notre Hôpital de Montferrand, et que pour pouvoir vaquer avec plus de loisir auxdits exercices, elles désirent, sous notre bon plaisir et de notre aveu, dresser une Société et Congrégation, en laquelle, vivant en communauté, il leur fut loisible, sans aucun empêchement, de s'employer auxdits services; ce dessein nous a semblé si louable, que nous l'avons embrassé de grande affection; nous avons permis et permettons, auxdites veuves et filles, de dresse leur Congrégation sous le non et titre des filles de Saint-Joseph; de s'assembler et vivre em Communauté, en une ou plusieurs maisons, selon qu'il leur en sera nécessaire, pour mieux répandre lês fruits de leur charité, et de pouvoir multiplier leurs dites Maison en tous lês lieux de notre diocese ou nous lê jugerons à propôs. Et afin que toutes choses se fassent avec plus d'ordre, pour faire prospérer ladite Congrégation nouvelle, nous avons dressé et donné des règlements auxdites filles et veuves, qu'elles garderont exactement, à la plus grande gloire de Dieu et édification du prochain, ainsi qu'elles ont commencé de lês garder au susdit Hôpital de Montferrand; prenant, des à présent, les dites veuves et filles, et leur Congrégation presentes et à venir, sous notre protection; et ordonnons à nos Vicaires et Officiaux de tenir la main à ce que leur louable entreprise reçoive toujours de nouveaux accroissemens, et à ce que personne ne vienne à molester lesdites veuves et files, auxquelles nous don nos notre bénédiction de toute l'étendue de notre affection, et leur souhaitons, avec la même affection, la bénédiction de Dieu lê Père, Fils et Saint-Esprit.

Au Puy, ce dixième mars, mil six cent cinquante-un.

Henri,

Evêque du Puy, Comte de Velay (UR SJ, 1955, p.18-19).¹⁵

¹⁵Tradução livre: "Nós, Henrique de Maupas de Tour, Bispo e Senhor do Puy, Conde de Velay e Sufragâneo imediato de Sua Santidade, abade de Saint Denis de Rheims, Conselheiro do Rei em seus conselhos e Primeiro Capelão da Rainha Regente, desejoso do avanço da glória de Deus, da salvação das almas e da prática da caridade em nossa Diocese, tendo sabido que algumas viúvas e jovens queriam consagrar-se aos louváveis exercícios da caridade, tanto para o serviço do Hospital-Orfanato e dos pobres doentes de nossa cidade, quanto para a educação e direção das órfãs de nosso Hospital de Montferrand; e que, para poderem dar-se mais livremente a esse exercício, elas

No mesmo ano, em 13 de dezembro, ocorreu o registro do "Contrato da Associação" perante o Notário Real Apostólico, instituindo-se a comunidade de habitação e de bens, entre as contratantes, sendo que no mesmo dia o Bispo na qualidade de Senhor Temporal aprovou o ato, dando-lhe força de lei, passando a existir como pessoa jurídica. Constam deste contrato (URSJ, 1955, p.20) as primeiras seis religiosas com seus nomes de família, a saber:

- 1.º Francisca Eyraud, de Saint-Privat-d'Allier, Diocese do Puy, Diretora;
- 2.º Claudia Chastel, de Langogne, Diocese de Mende, em Gévaudan, viúva de Guilherme de Mazaudier. É a única que assina o contrato, porque as demais declararam-se analfabetas;
- 3.º Margarida Burdier, de Saint-Julien-em-Forez, Diocese de Lyon;
- 4.º Ana Chaleyer, de Saint-Geney's-em-Malifaux, Diocese de Lyon;
- 5.º Ana Vey, de Saint-Jures-de Bonas, Diocese do Puy;
- 6.º Ana Brun, de Saint-Victor-Malescours, Diocese do Puy.

desejavam, com nossa aprovação, formar uma Sociedade e Congregação, para que vivendo em comunidade, pudessem sem nenhum impedimento entregar-se a esses serviços, desígnio esse que nos pareceu tão louvável que o abraçamos com grande afeição, permitimos às ditas viúvas e jovens que formem uma Congregação, sob o nome e título de 'Filhas de São José'; que se reúnam e vivam em comunidade, em uma ou diversas casas, segundo lhes for necessário para melhor espalhar o fruto de sua caridade, que possam multiplicar as ditas casas em todos os lugares, de nossa Diocese, conforme julgarmos a propósito; e a fim de que tudo se processe com mais ordem para prosperidade da nova Congregação, fizemos as Regras e as demos às ditas jovens e viúvas, para que elas as observem exatamente, para a maior glória de Deus e edificação do próximo, assim como já começaram a fazer no Hospital de Montferrand; nós tomamos desde já as viúvas e jovens, e suas Congregações presentes e futuras, sob nossa proteção e ordenamos a nossos Vigários e oficiais que velem para que esta louvável associação progrida e para que ninguém venha molestar as viúvas e jovens, às quais damos nossa benção com toda a afeição e desejamos com a mesma afeição a benção de Deus Padre, Filho e Espírito Santo.

Puy, dez de março de mil seiscentos e cinqüenta e um.
HENRIQUE, Bispo do Puy, Conde de Velay."

O nome do Padre Medaille não aparece nos atos de fundação, pois desde 1654 ele havia se transferido para Alvernia, na diocese de Clermont-Ferrand, dedicando-se a uma vida missionária, atendendo os pobres. Em outubro de 1669, em Billom, deixou definitivamente o trabalho missionário, vindo a falecer neste mesmo ano, aos 59 anos de idade (MASSERONI, 1995, p.29-30).

O Puy foi o ponto de partida da congregação, considerada a Casa-mãe. Aos poucos, foram surgindo novas casas ao centro e sul da França, mantendo-se autonomia em cada cidade ou aldeia, sem a existência de uma superiora geral coordenando as comunidades, conforme o modelo jesuíta. Esta autonomia dificultou o entrosamento entre as comunidades criadas, enfraquecendo a congregação.

Os decretos que resultaram da Revolução Francesa, em 1789, e a Constituição Civil levaram ao estabelecimento de uma Igreja nacional francesa, desligada de Roma, o que fez surgir uma divisão entre os sacerdotes, levando os contrários aos ideais da Revolução Francesa à condenação ao exílio ou à forca, e os favoráveis a prestarem o juramento constitucional. Como alguns bispos fiéis a Roma foram substituídos por bispos cismáticos, muitas comunidades de religiosas também tiveram que se submeter aos cultos constitucionais, fazendo com que algumas irmãs de São José fossem condenadas pela não aceitação das determinações. Com a nova imposição da "lei de vigilância" votada pela Convenção em 4 de abril de 1793, as religiosas que esconderam sacerdotes contrários ou as que negavam fidelidade à Constituição foram também perseguidas, motivo pelo qual, em 17 de junho de 1794, foram executadas no Puy, Praça do Martouret: Irmã São Juliano (Maria Ana Garnier) do Convento de Beaune e, Irmã Santo Aleixo (Jeanne-Marie Aubert) do Convento de Saint-Georges-Lagricol.

Em 8 de agosto do mesmo ano novas execuções ocorreram na Praça de Privas (Ardèche), sendo condenadas Irmã Santa Cruz (Antoinette Vincent), 63 anos, superiora de Burdignes (Loire); Irmã Madalena (Marie-Anne Sénovert), 32 anos, professora, d'Empurany (Ardèche) e Irmã Todos os Santos (Madeleine Dumoulin), 31 anos, professora, de Saint-Sigolène (Haute-Loire) (URSJ, 1955, p.48 e 55).

Terminada a Revolução Francesa, as comunidades de Irmãs de São José voltaram a se reunir, tendo destaque as figuras de Irmã São João Fontbonne (Lyon), Irmã Ana Maria Grand (Puy), Irmã São José Jallat-Lagardete (Cheylard-Ard'èche), Irmã Rosa Reboulet (Saint-Vallier-Drôme), que passaram a se agrupar com novas interessadas em compartilhar a vida religiosa.

Madre Fontbonne (1759-1843), por exemplo, a pedido do Cardeal Fesch, tio do Imperador Napoleão, em 1808, acabou por agregar antigas religiosas e viúvas conhecidas como *Filles-Noires* (Irmãs da Boa Morte, por trajarem preto e por prestarem serviços, dia ou noite, aos agonizantes), inculcando-lhes o espírito do Pequeno Projeto (URSJ, 1955, p.60).

Outra Irmã cujo nome também teve realce na expansão dos trabalhos na Sabóia, foi Madre São João Marcoux (1785-1855), de Lyon, que fundou sucessivamente as congregações de Chambéry (aprovada por Carta Patente do Rei da Sardenha-Piemonte Vitor Emanuel, em 1816), de San Jean de Maurienne (aprovada por Carta Patente de Charles Felix, em 1827) e de Moutiers em Tarentaise (aprovada por Carta Patente de Charles Felix, em 6 de junho de 1827), para cuidarem dos serviços educacionais, como também para atuarem junto aos doentes hospitalizados (JAROUSSE, 1988, p.46).

Madre São João Marcoux, que vivia em Chambéry, acompanhada de mais duas religiosas chegaram à Moutiers, na diocese de Tarentaise, em 25 de novembro de 1825. O cura daquela paróquia apoiado pelo senador Bal (Senado de Savoia) escreveu a Chambéry procurando realizar o anseio de dotar a comunidade de Moutiers dos serviços de religiosas. O próprio senador doou a primeira e pequena casa que abrigou as irmãs.

As religiosas abriram uma escola e em 1827 iniciaram as atividades de um pensionato. O Bispo de Tarentaise, Monsenhor Rochaix, permitiu que a congregação de Moutiers se formasse autônoma de Chambéry, recebendo a aprovação real em 6 de junho de 1827, por Cartas Patentes de Charles Felix.

Monsenhor Rochaix, em 1832, nomeou Madre Maria Teresa Buisson superiora geral da congregação, no mesmo ano em que as religiosas conseguiram a compra de uma casa mais ampla, que se constituiu como casa-mãe. Em 1873, Madre Maria Adélia Jacquemard foi indicada como superiora geral da Congregação de Moutiers.

A Congregação de Moutiers em Tarentaise, desde a sua criação, adotou as Constituições Primitivas seguidas por Chambéry, vindo a solicitar algumas modificações ao Bispo de Tarentaise, Pierre-Emmanuel Bouvier, "*afin de les adapter aux besoins des temps nouveaux*"¹⁶ (CONGREGATION..., 1894, p.xix). O consentimento ocorreu em 19 de março de 1894, e o bispo nesta carta de aprovação faz referência aos trabalhos realizados pelas religiosas de São José naquela localidade, como segue:

*Depuis près de soixante-dix ans, la Congregation des Soeurs de Saint-Joseph rend au diocèse de Tarentaise de précieux services par son dévouement pour le soin des malades dans les hôpitaux et à domicile, pour l'instruction des enfants dans les salles d'asile, les écoles du peuple, les orphelinats, les pensionnats et les écoles libres fondées presque sans ressources. Aussi nous sommes heureux de voir que les populations savent en bénéficier avec reconnaissance. Non contente de faire le bien dans le diocèse, la Maison-Mère de Moutiers a fourni, depuis quarante ans, bon nombre de religieuses aux missions d'Amérique, où elles travaillent à l'extension du règne de Jésus-Christ.*¹⁷ (CONGREGATION..., 1894, p.xix)

Foi essa experiência no cuidado de enfermos em hospitais e a domicílio que fez com que as Irmãs de São José de Chambéry, que se encontravam em São Paulo, indicassem as religiosas de Moutiers para atuarem na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

¹⁶Tradução livre: "a fim de adaptá-las às necessidades dos novos tempos".

¹⁷Tradução livre: "Por mais de setenta anos, a Congregação das Irmãs de São José presta à Diocese de Tarentaise precioso serviço pela sua devoção para o cuidado dos enfermos nos hospitais e à domicílio, para a instrução de crianças nos asilos, nas escolas do povo, em orfanatos, nos pensionatos e nas escolas livres fundadas quase sem recursos. Assim Nós somos felizes de ver que as populações sabem se beneficiar com reconhecimento. Não contente de fazer o bem na diocese, A Casa Mãe de Moûtiers forneceu, por quarenta anos, um bom número de religiosas para missões da América onde elas trabalham para a extensão do reino de Jesus Cristo."

Como a congregação ainda não possuía missões no Brasil, atendendo à solicitação do Bispo Dom José de Camargo Barros, foram enviadas ao Paraná seis religiosas e dois sacerdotes capelães, que partiram da França em 23 de junho de 1896.

1.2 AS IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE MOUTIERS, A ESPIRITUALIDADE E A SANTIFICAÇÃO DO TRABALHO

Tendo em vista a dedicação das Irmãs de São José em praticar o evangelho, constituindo a santificação como objetivo desta ordem religiosa, cabe ressaltar a espiritualidade vivenciada por elas. Segundo Azevedo, espiritualidade consiste na "... aglutinação organizada de idéias religiosas e de práticas piedosas que motivam uma maneira determinada de viver" (AZEVEDO, 1983, p.74); salienta-se aqui o modo de ser esperado das religiosas, portanto, a imagem do ideal de mulher em seu papel religioso.

Luff esclarece o conceito de ordem religiosa e os votos exigidos para nela ingressar:

"Ordens religiosas" é uma expressão comumente usada para descrever todas as organizações de homens e mulheres que se dedicam ao serviço de Deus através de três votos: pobreza, castidade e obediência. Pelo voto de pobreza eles abrem mão do direito à propriedade privada; pelo voto de castidade abrem mão do seu direito ao casamento; pelo voto de obediência submetem sua vontade à direção de um superior. Essas medidas pretendem libertar as suas faculdades para a oração e para o serviço. Estritamente falando, a palavra "ordem" (...) é generalizada de modo a incluir as que são chamadas também, mais corretamente, congregações, sociedades e institutos (LUFF, 1969, p.569).

A espiritualidade das religiosas de São José vem reforçar uma vida consagrada, na prática, aos conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência, visando à busca de um amor perfeito e união total com Deus.

Padre Médaille colocava-se humildemente como aspirando uma pequena causa, que ele denominou "Pequeno Projeto" se comparado à obra de Francisco de

Sales¹⁸, e que, segundo ele, constituir-se-ia sim, num "Grande Projeto". Este pequeno projeto ou congregação propunha um estilo de vida a suas seguidoras, sendo determinado pela sabedoria dos costumes, absoluta discrição que deveria acompanhar o surgimento de um novo carisma para a Igreja daquele tempo, e, conseqüentemente, de um modo de ser marcado pela humildade, simplicidade e ocultamento, ou seja, o aniquilamento como expressão máxima da espiritualidade josepina.

A vida comunitária, segundo as Constituições Primitivas, é assim abordada: "sua caridade deve ser acompanhada de uma tão grande união que todos os que as virem possam dizer que elas não têm senão um coração e uma só alma como se dizia dos cristãos da primitiva igreja (...) de tal sorte que sua Congregação possa trazer o nome da Congregação do grande amor de Deus"¹⁹ (CONGREGAÇÃO..., 1907, p.40).

A Federação Francesa das Congregações de São José²⁰ estabeleceu toda uma simbologia para representar os textos fundadores e o carisma da congregação, sendo que os textos compreendem a Carta Eucarística (1646), os Regulamentos (1646), as Constituições (1654) e as Máximas (1672). Jacqueline Priot, a pedido da Federação Francesa, ilustrou com a figura de uma árvore os textos fundadores.

¹⁸Em 1610, Francisco de Sales juntamente com Giovanna di Chantal constituíram uma congregação de mulheres que deixaram a clausura para entrarem nas casas dos pobres e doentes, sendo denominadas Irmãs da Visitação. Foram punidas pela Igreja, que determinou o retorno à clausura.

¹⁹Regulamentos parágrafo 1 (TOIGO e cols., 1985, p.120).

²⁰Estabelecida visando buscar unicidade e fortalecimento da Congregação na França, diante do grande número de representações.

FIGURA 2 - OS TEXTOS FUNDADORES



FONTE: Revista **Para além de todas as fronteiras**. Tradução: Irmã Odila A. de Queiroz. São Paulo: Loyola, 1998, p.35

Nessa figura, o tronco registra a base de uma congregação "do maior amor", marcando a ação evangelizadora do grupo. A divisão do tronco parte da Carta Eucarística, os ramos seguintes representam a finalidade maior qual seja, o trabalho "em honra das duas Trindades" (Jesus/Maria/José e Pai/Filho/Espírito Santo) considerados eixos fundamentais da espiritualidade de São José.

Como ao crescer e se desenvolver toda árvore se dirige para o alto, para o céu, os ramos buscam o encontro com Deus, que se atinge no atendimento ao próximo. Para tanto, as Máximas e os Regulamentos devem ser obedecidos visando

à prática do evangelho e as "contemplações dos mistérios de Cristo". A base dessa árvore é circundada pela ação na comunidade, que fortalece a vida das religiosas, diante do "servir em espírito e em verdade".

O seguir a Cristo adquire assim um sentido simbólico em que a fé anima o viver, permite viver como ele vivia e compartilhar a sua missão. Chama-nos a atenção o uso da metáfora da árvore que na Bíblia é usada em diversas passagens. A árvore é símbolo da vida, quando tem suas folhas caídas no outono aguarda a floração e frutificação, portanto reforça o ciclo vida-morte. Tem nas raízes sua força maior que lhe dá toda a resistência, assim como é a fonte de sua alimentação.

O trabalho silencioso das raízes em contato com a terra lhe dá estabilidade e sustentação; mesmo se cortada, a árvore tem a esperança de brotar e retornar a crescer. Surge assim o aspecto da radicalidade da vida religiosa, ou seja, a profundidade, consistência e firmeza da fé como a árvore e suas raízes. Neste sentido, Martínez Díez reforça que "Só é possível o seguimento radical aos que estão enraizados em Cristo. O fundamento último da vida religiosa é uma experiência religiosa radical." (MARTÍNEZ DÍEZ, 2002, p.93). Para Santo Tomás, a experiência radical consiste na virtude da religião ou "consagração total do religioso ao serviço de Deus" (Suma Teológica, II-II, 186, 1c e 1 ad 2).

A Carta Eucarística suscita uma série de dúvidas quanto a sua origem, visto que existe menção a dois documentos: o primeiro constituir-se-ia num manuscrito de Padre Médaille e o segundo de autoria do abade Rivaux, datado de 1878. Este é considerado uma adaptação do original, um texto retocado, que se encontra na Casa Mãe de Lyon, publicado junto à biografia da Madre do Sagrado Coração, superiora geral da Congregação de Lyon. Provavelmente isto se deva às perdas ocorridas com as perseguições sofridas pelas religiosas durante a Revolução Francesa, o que as forçou a reconstruírem a história da congregação auxiliadas pela oralidade. Endereçada a uma irmã cujo nome permaneceu subtendido a uma sigla com as

iniciais de NESM²¹, evitando censura ou perseguição, a Carta Eucarística apontava para uma vida de eremita e de penitência, dedicada à santificação. Para o mundo a congregação deveria apresentar-se sem um aparato exterior, reconhecimento jurídico ou prestígio social segundo as ordens religiosas daquele tempo, a saber: *"La nostra associazione sarà un corpo senza corpo...una congregazione senza congregazione (...) un ordine religioso senza essere un ordine religioso. In breve, essa apparirà sempre un nulla nel mondo"* (Lettera Eucaristica 7).²²

Em relação aos tipos de votos, aos regulamentos e à finalidade das congregações, complementa Luff:

As ordens prestam os Votos Solenes, e, por conseguinte, são ordens no sentido mais estrito da palavra. A maioria das instituições que datam da pós-Reforma não tem a categoria de Ordem; são chamadas congregações ou apenas institutos. Os membros prestam Votos Simples. Desde que os jesuítas deram o exemplo, poucas ordens mais recentes cantam ou mesmo rezam o Ofício Divino diário em coro. Sua vida é muito mais condicionada pelo trabalho que realizam. (...) Os regulamentos deixados pelos seus fundadores não são chamados regras, e sim constituições. (...) Além das congregações de sacerdotes, que também têm irmãos para os ajudarem em seu trabalho, existem congregações de Irmãs, a maioria dedicada às obras de caridade, como educação e enfermagem. (...) Os votos solenes tem obrigatoriedade muito mais forte do que os votos simples. Um religioso em votos simples abre mão do uso de propriedade, mas pode reter a propriedade legal, ao passo que o que presta votos solenes renuncia ao próprio direito de possuir (LUFF, 1969, p.576-578).

Os Regulamentos elucidam a organização e as atividades da nova Congregação, descrevendo as práticas cotidianas, semanais, mensais e anuais. As Constituições são textos mais longos e completos, atendendo ao espírito do Pequeno Projeto, nas quais abordam-se a natureza, as finalidades e os meios para se chegar ao dinamismo da ação religiosa joesepina, convivendo com a dimensão comunitária e missionária. A congregação apresenta dupla finalidade: primeiramente a

²¹A destinatária da carta foi provavelmente Marguerite de Saint-Laurent (NESM = Notre excellente Soeur Marguerite).

²²Tradução livre: "A nossa associação será um corpo sem corpo... uma congregação sem congregação (...) uma ordem religiosa sem ser uma ordem religiosa. Aparecerá sempre nula no mundo." (Carta Eucarística 7).

de uma vida de intimidade com Deus, com empenho para que todos descubram que são amados e chamados a viver a mesma vida de Deus, e, ainda, a prática de todos os santos exercícios da misericórdia espiritual e corporal (SILVESTRE, 1985, p.17).

Os Avisos e Regulamentos foram escritos numa perspectiva de expansão da organização, visando orientar de forma uniforme o crescimento do Pequeno Projeto. As Máximas do Pequeno Instituto insistem no espírito cristão do trabalho missionário, apontando as virtudes necessárias para as religiosas que desejam participar da congregação (MASSERONI, 1995, p.13).

A vida religiosa preconizada no Pequeno Projeto abrangia a pobreza, a castidade e a obediência, sem falar em votos, em face do que determinava a Constituição Circa pastoralis de 1566, ordenando aos religiosos de retornarem à clausura ou ao estado laico. Portanto, não deveriam existir religiosas com votos solenes na vida apostólica, o que fez Padre Médaille denominar de votos secretos.²³

O carisma da congregação (figura 3) apresenta-se como visando à "dupla união total" entre os homens e Deus, entre os próprios homens, buscando formar a unicidade, para tanto a contemplação de Cristo deve permear os serviços comunitários.

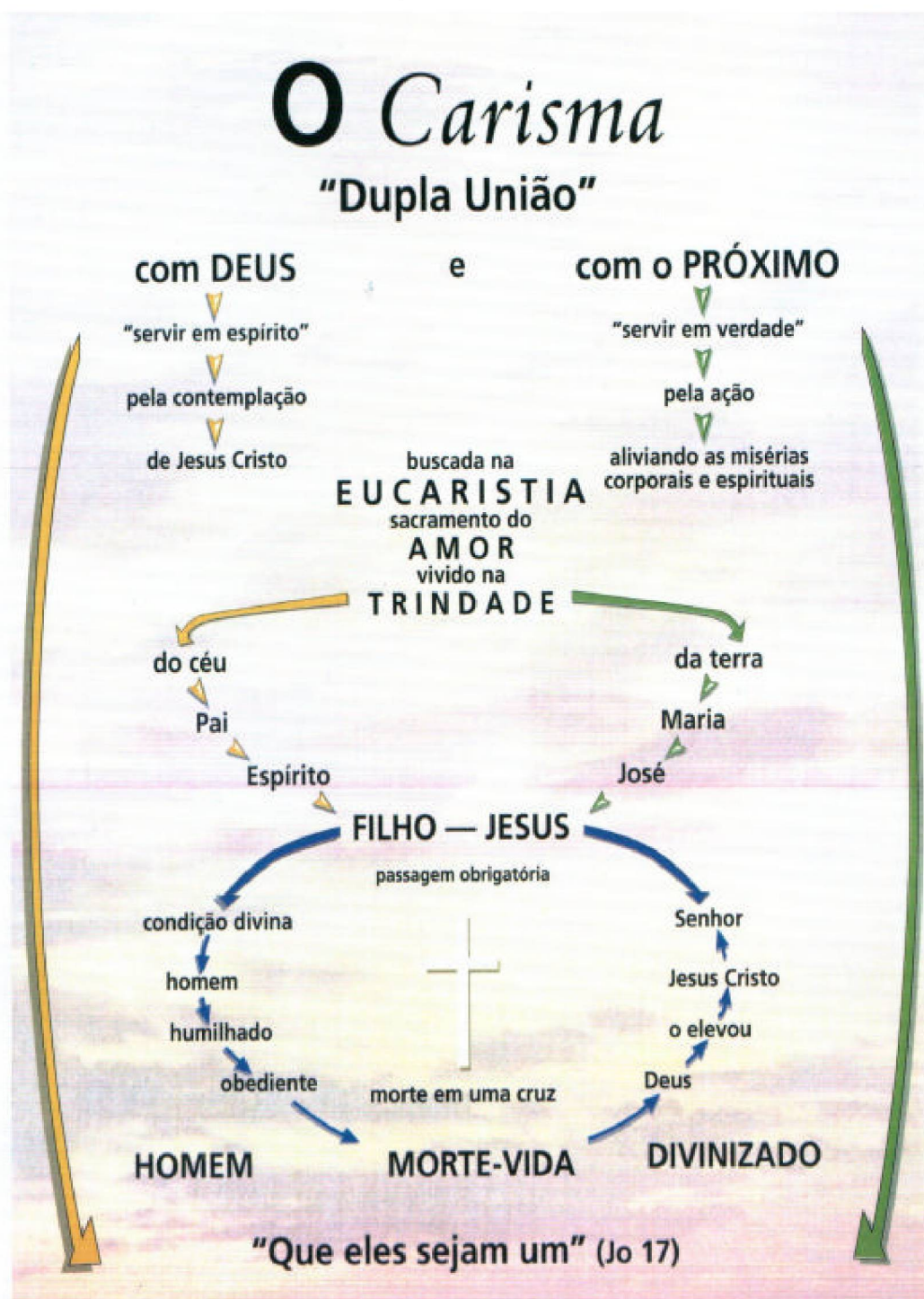
Em honra de São José, as irmãs viveriam o espírito da congregação fundamentado *"la vie intérieure, l'humilité et la charité"*,²⁴ exercendo obras de misericórdia espirituais e corporais.

Para a fé cristã Deus é trindade, Pai/ Filho/Espírito Santo. Por meio da Eucaristia o amor é vivido, pela Trindade do céu (Pai/Filho/Espírito Santo) e a da terra ou visível (Jesus/Maria/José). Com a junção das Trindades, passa-se a ter a figura única do homem divinizado, chegando à morte, mas sendo ressuscitado, como demonstra o esquema do carisma.

²³Carta Eucarística parágrafo 38 (TOIGO e cols., 1985, p.11).

²⁴Tradução livre: "na vida interior, na humildade e na caridade" (Constituições Primitivas, 1894, capítulo III, p.10).

FIGURA 3 - O CARISMA DA CONGREGAÇÃO



FONTE: Revista **Para além de todas as fronteiras**. Tradução: Irmã Odila A. de Queiroz. São Paulo: Loyola, 1998, p.34

Para que uma candidata ingresse na congregação são impostos sacrifícios inerentes visando ao privilégio do pertencimento ao grupo; portanto, não basta apenas a crença em Deus, mas se faz necessário constituir uma identidade que

confira à integrante autoridade como enunciativa de um discurso. A partir daí se transfere a essa integrante todo um habitus da corporação, que lhe concederá uma maneira própria de ser e agir.

Um manuscrito de Clermond-Ferrand, do início do século XVIII, posterior ao do Puy, mostra como se organizavam as religiosas existentes no período:

- 1.º As Associadas, assim chamadas as Irmãs que residem nos centros. São elas o coração do Instituto, praticam todas as obras, fazem os três votos simples de pobreza, castidade e obediência e vivem plenamente no espírito do "Pequeno Projeto";
- 2.º As Agregadas ou Irmãs do campo, reunidas em pequenas comunidades, não ultrapassando seis. Esta classe é para as pessoas piedosas que a idade ou condição, não permitem retirar-se do mundo, mas que desejam, ganhando a vida, servir a Deus. Após o Noviciado fazem elas os três votos simples, válidos durante o tempo que permanecer unidas à Congregação; sua principal obrigação é a visita aos pobres e doentes. Ficam sob a dependência da Superiora das Irmãs associadas;
- 3.º As Damas agregadas ou Senhoras do mundo, que viviam em suas casas, mas se ligavam à Congregação por um laço espiritual (URSJ, 1954, p.30).

Quanto a essa terceira classe, complementam as especialistas da congregação que:

Era uma espécie de Ordem Terceira, que acabou por se confundir com as Damas da Misericórdia. Existiam sob este nome associações de caridade assaz espalhadas, compostas de Senhoras do mundo que assistiam os pobres e doentes a domicílio. O Padre Médaille se esforçou por fazê-las passar, com o assentimento dos Senhores Bispos, sob a direção das Irmãs de São José. Esta terceira classe não durou muito tempo (URSJ, 1954, p.30).

Segundo Toigo e colaboradores, esses estudos realizados pelas religiosas acabaram por concluir que:

... as Irmãs do campo formavam uma só e mesma categoria com as agregadas. Teria havido, no início da Congregação, comunidades da cidade, mais importantes e com obras mais numerosas, cujo código de vida e cujo texto de referência era o texto das Constituições. Essas comunidades eram – pelo menos no início – responsáveis por comunidades do campo reunidas em distritos. As comunidades do campo, menores, menos estruturadas, compostas de mulheres mais simples, precisavam de um código de vida completo como está apresentado nos Regulamentos. Seus membros eram as Irmãs agregadas, das quais falam as Constituições Primitivas (TOIGO e cols., 1985, p.xviii).

Parcela do imaginário individual dessas religiosas está estabelecido no livro das Constituições que se apresenta dividido em seis partes, a saber:

*La première Partie explique la nature de la Congrégation; La seconde, traite de son gouvernement; La troisième de l'admission des sujets et des vœux de religion; La quatrième, des exercices spirituels que les Soeurs doivent pratiquer; La cinquième, des oeuvres de zèle qu'embrasse la Congrégation, et des règles particulières pour les Soeurs chargées de ces oeuvres; La sixième, des règles communes établissant l'observance religieuse (CONGREGATION..., 1894, p.01).*²⁵

Um exemplar do livro das Constituições para o Instituto das Irmãs de São José, datado de 1894, devidamente mantido na Sala da Memória no Convento do Cajuru, em Curitiba, contém as determinações de como deveriam proceder as irmãs daquele período, o que permite configurar-se o modo de viver das mulheres religiosas da congregação que vieram para o Paraná.

Aponta-se no capítulo II da primeira parte das Constituições a diferença entre as Irmãs Coristas e as Conversas:

XI - La Congregation se compose de deux classes de religieuses: les Soeurs Choristes ou Voilées, et les Soeurs Converses. Les Soeurs Voilées sont principalement destinées à l'enseignement, et à l'exercice des emplois qui requièrent une certaine culture intellectuelle. L'obéissance peut toujours néanmoins les appliquer à tout ce que demande la gloire de Dieu ou la charité envers le prochain. Les Soeurs Converses ont pour attributions spéciales les soins du ménage, les commissions au dehors et les autres travaux corporals, ainsi que le soin des maladies, sous la direction des Soeurs Voilées.

*XII- Les Soeurs Voilées professes, ayant les conditions requises par les Constitutions, ont voix active et passive aux différentes charges de l'Institut, ce qui n'a pas lieu pour les Soeurs Converses. A part cette difference et la diversité de costume, les Soeurs Converses sont traitées comme les Soeurs Voilées, tant en santé qu'en maladie, et jouissent des memes avantages spirituels*²⁶ (CONGREGATION..., p.8-9).

²⁵Tradução livre: "A primeira parte explica a natureza da Congregação; a segunda, trata de sua administração; a terceira, da admissão de indivíduos e dos votos religiosos; a quarta, dos exercícios espirituais que as Irmãs devem praticar; a quinta, das obras de zelo que envolve a Congregação e das regras particulares para as Irmãs encarregadas dessas obras; a sexta, das regras comuns estabelecendo a observância religiosa."

²⁶Tradução livre:

"XI - A Congregação é composta de duas ordens de religiosas: as Irmãs Coristas e as Irmãs Conversas. As Irmãs Coristas são destinadas à educação e ao exercício dos empregos que requerem uma certa cultura intelectual. A obediência pode, contudo, ser aplicada a todos que demandam a glória de Deus ou a caridade com o próximo. As Irmãs Conversas têm por atribuições especiais o

O capítulo IV apresenta a ordem hierárquica que se deverá observar na congregação:

*Afin de maintenir l'ordre dans la Congrégation, et d'empêcher que la pratique indiscrete de l'humilité extérieure n'introduise la confusion parmi les Soeurs, on observera ce qui suit. La Supérieure Générale tiendra partout et toujours le premier rang; son Assistante occupera le second à la Maison-Mère et le premier dans les autres Maisons. Les Visiteuses ont droit à la même préséance, en cours de la Visite régulière. Les Supérieures locales tiendront le premier rang dans leurs Maisons respectives; à la Maison-Mère, elles prendront le rang de leur profession; quand elles se trouveront dans une autre Communauté, on les placera après la Supérieure du lieu. Les autres Soeurs professes seront toujours placées par rang d'ancienneté*²⁷ (CONGREGATION..., 1894, p.18-19, § II).

No mesmo documento, observa-se um destaque para a obediência, a qual corresponde à renúncia à própria vontade; a submissão é imposta a um guia espiritual (o supremo), significando docilidade e disponibilidade para escutar e permitir ser guiado, fortalecendo-se o aspecto disciplinar da obediência.

A maneira como as religiosas deveriam se portar diante das pessoas independia de sua classe. A modéstia e a humildade sempre deveriam imperar, desde o simples gesto de se virar a cabeça para desviar o olhar era prescrito, manter os olhos baixos e sem encarar as pessoas com quem tratavam, especialmente as do sexo oposto, era o recomendado. As mãos também seriam conservadas em posição conveniente, com um andar grave, moderado e nunca precipitado, todos os gestos e movimentos do corpo deveriam ser edificantes.

cuidado doméstico, a portaria e outros trabalhos corporais, assim como o cuidado com os enfermos, sob a direção das Irmãs Coristas.

XII - As Irmãs Coristas professas, em face das condições requeridas pelas Constituições, terão voz ativa e passiva em todos os cargos e empregos do Instituto, enquanto as Conversas não terão voz ativa nem passiva. À parte das diferenças e da diversidade de vestuário, as Irmãs Conversas serão tratadas como as Irmãs Coristas, tanto na saúde como na doença, gozando das mesmas vantagens espirituais."

²⁷Tradução livre: "A fim de manter a ordem na Congregação e de impedir que a prática indiscreta da humildade exterior não introduza a confusão entre as Irmãs, observar-se-á o que se segue: A Superiora Geral terá sempre, entre todas o primeiro lugar hierárquico; sua Assistente ocupará o segundo lugar na Casa Matriz e o primeiro lugar nas outras Casas; as Visitantes tem direito à mesma dignidade durante uma visita regular. As Superiores locais terão o primeiro lugar hierárquico nas suas respectivas Casas. Na Casa Matriz, elas tomarão o lugar de sua profissão; quando elas se encontrarem em uma outra Comunidade, elas se subordinarão a Superiora local. As outras Irmãs professas serão sempre colocadas na escala hierárquica pelo tempo de exercício de sua profissão."

O modo de vestir diferenciava igualmente as irmãs Coristas das Conversas, demonstrando a hierarquia, pois o vestuário é extremamente discursivo, conforme segue:

I - Les Soeurs seront vêtues d'une étoffe commune de laine noire qui n'aura point été pressée ni lustrée. Le corsage de la robe sera plissé devant, de manière à former tunique; la jupe ne touchera pas tout à fait la terre; les manches seront unies, d'une largeur médiocre et d'une longueur telle, qu'étendues, elles atteignent l'extrémité des doigts. Sous ces grandes manches, les Soeurs en porteront de petites qui se termineront au poignet.

II - La coiffure se composera: 1.º d'un voile de laine noire qui descendra de quinze centimètres environ au-dessous de la ceinture, et devra, quand il sera baissé, couvrir exactement les yeux; 2.º d'un voilon de la même étoffe que le voile; 3.º d'un serre-tête; 4.º d'une cornette qui enveloppera le cou; 5.º d'un bandeau placé au milieu du front; 6.º d'une guimpe qui couvrira la poitrine. Ces trois derniers articles seront de toile blanche de qualité ordinaire. Les souliers seront noirs et sans façon.

III - Les Soeurs porteront un Crucifix de cuivre sur bois noir, reposant sur la poitrine.

IV - A la ceinture, elles auront un cordon de laine noire, auquel sera attaché, du cote gauche, un Chapelet avec une simple croix, le tout de bois noir.

V - Le costume des novices ne différera pas de celui des Soeurs professes; mais elles ne porteront pas de Crucifix.

VI - L'habit des Soeurs converses sera également d'étoffe noire, mais plus commune. Elles porteront: 1.º une pelerine, ou un mouchoir noir; 2.º une coiffe noire, à laquelle sera adaptée une large bande blanche qui entourera le visage. Elles n'auront ni guimpe ni cornette²⁸ (CONGREGATION..., 1894, capítulo IV da Primeira Parte, p.15-17).

²⁸Tradução livre:

"I - As Irmãs serão vestidas de um tecido comum de lã negra que não será passado, nem lustrado. O corsário do vestido será dobrado na frente, de maneira a formar túnica. A saia não tocará absolutamente o chão: as mangas serão unidas, de uma largura média tal que estendidas elas alcançarão as extremidades dos dedos; embaixo dessas grandes mangas, as Irmãs portarão outras pequenas que se terminarão no pulso.

II - O penteado se comporá: 1.º de um véu de lã negra que descerá aproximadamente quinze centímetros abaixo da cintura e quando este for abaixado deverá cobrir precisamente os olhos; 2.º um lenço do mesmo tecido que o véu; 3.º de uma tiara; 4.º de um 'cornette' que envolverá o pescoço; 5.º de uma tarja colocada no meio da testa; 6.º de uma murça que cobrirá o colo. Esses três últimos artigos serão de tecido branco de qualidade comum. Os calçados serão negros e sem adereços.

III - As Irmãs levarão consigo um Crucifixo de cobre e madeira preta repousando sobre o colo.

IV - Na cintura, elas terão um cordão de lã negra no qual será preso do lado esquerdo um rosário com uma simples cruz toda em madeira negra.

V - A vestimenta das noviças não se diferenciara daquela usada pelas Irmãs professas; contudo elas não levarão crucifixo.

VI - O hábito das Irmãs conversas será igualmente de tecido negro, contudo mais inferior. Elas levarão: 1.º capuz, ou lenço negro; 2.º um arranjo em negro no cabelo ao qual será adaptado uma larga faixa branca que contornará a face. Elas não terão nem murça nem 'cornette'."

Grelot aborda o uso do véu como costume judeu-cristão; as mulheres judias, na Palestina, tinham como hábito comum vesti-lo "quando saíam de casa e especialmente quando se dirigiam à sinagoga" (GRELOT, 1998, p.60-61). Segundo esse autor, como expressão simbólica "o uso do véu pelas mulheres não é um sinal de inferioridade ou de submissão; é, no contexto cultural do tempo, um sinal de dignidade, uma marca de decência: pura questão de conveniência que poderia encontrar, em outros tempos, outras soluções" (GRELOT, 1998, p.64).

Segundo Bourdieu (1998), os agentes sociais dentro de um campo e, especificamente nesse contexto as religiosas, exprimem uma posição social utilizando-se de signos exteriores ao corpo, como a vestimenta, e signos incorporados que envolvem a maneira de falar, a maneira de andar ou de se comportar, determinando assim diferenças distintivas. Para tanto, os ritos iniciáticos são necessários e envolvem todo um trabalho de inculcação, visando à imposição de um capital cultural que vem estabelecer limites de pertencimento. Na congregação esse papel cabe à Mestra das Noviças.

Como condições para entrada na Congregação, a Terceira Parte (Admissão e Educação dos Indivíduos – Votos Religiosos), Capítulo I das Constituições (1894, p.71-72) apresenta as qualidades necessárias às interessadas ou postulantes, observando-se que a clausura não existia, pois as obras de caridade exigiam o contato com o mundo exterior:

II - Il faut que les postulantes soient nées d'un mariage légitime, de parents honnêtes et qu'elles jouissent elles-mêmes d'une bonne réputation. Celles dont le père ou la mère aurait subi quelque peine infamante ne seraient pas recues.

III - Elles doivent avoir une santé suffisante pour remplir les emplois de la Congrégation, être exemptes de maladies contagieuses, incurables, et de ces infirmités notables qui prêtent au ridicule ou sont de nature à causer une véritable souffrance en communauté. On ne recevra point celles dans les familles desquelles l'aliénation mentale est héréditaire.

IV - Il faut les personnes désireuses d'entrer dans la Congrégation ne soient pas nécessaires à la subsistance de leurs père et mère, qu'elles n'aient point de dettes personnelles et ne soient pas engagées dans des procès.

V - On ne recevra point les esprits bornés, capricieux, entêtés, artificieux et dissimulés; ni les caractères altiers, inconstants, apathiques, sournois, portés aux amities particulières ou aux affections tout humaines. Si pourtant les personnes de ce caractère s'amendaient sérieusement pendant leur noviciat, on pourrait les recevoir. Les esprits mondains, intrigants ou mélancoliques ne conviennent pas à la Congrégation.

VI - Avant tout, on exigera des postulantes um esprit droit, um jugement sain, um caractere franc et ouvert. Celles que l'on connaîtrait dépourvus de jugement d'une manière notable seront toujours exclues. De tels sujets, quels que soient du rest leurs talents et leurs qualités, son tune source infaillible d'ennuis et d'ambarras pour les communautés religieuses²⁹ (CONGREGATION..., 1894, p.89-91).

Verifica-se que a entrada na vida religiosa feminina encontrava-se limitada não apenas pela inclinação pessoal, como também pela adequação de ordem econômico-social das interessadas, condições de saúde física e mental, pelas virtudes apresentadas, dependendo-se ainda do número de vagas ou capacidade e existência da instituição conventual nas proximidades do local de moradia familiar.

A viuvez era permitida para o ingresso na Congregação, existindo limites quanto à idade das pretendentes, como segue na mesma parte das Constituições:

²⁹Tradução livre:

"II - É preciso que as postulantes sejam nascidas de um casamento legítimo, de pais honestos e que elas mesmas gozem de uma boa reputação. Aquelas cujos pais tenham sofrido alguma pena infame não serão recebidas.

III - Elas devem ter uma saúde suficiente para cumprir as tarefas da Congregação, ser isentas de doenças contagiosas, incuráveis e enfermidades notáveis que a prestem ao ridículo ou sejam de natureza a causar um verdadeiro sofrimento em comunidade; não se receberão aquelas em cujas as famílias a alienação mental é hereditária.

IV - É preciso que as pessoas desejosas de entrar na Congregação não sejam necessárias a subsistência de seu pai e sua mãe e que elas não tenham dívidas pessoais e não sejam engajadas em processos.

V - Não se recebe os espíritos limitados, caprichosos, teimosos, artificiosos e dissimulados, nem os caracteres: arrogantes, inconstantos, apáticos, sinuosos, inclinados à amizades particulares ou aos afetos temporais. Se, contudo, as pessoas desse caráter se dedicam seriamente durante seu Noviciado. Poder-se-á recebê-las. Os espíritos mundanos, intrigantes ou melancólicos não convêm à congregação.

VI - Antes de tudo, exigir-se-á das postulantes um espírito correto, um julgamento saudável, um caráter franco e aberto. Aquelas que se conheceriam desprovidas de maneira clara de julgamento serão sempre excluídas. Tais indivíduos, quais quer que sejam o restante de seus talentos e qualidades, são uma fonte infalível de problemas e constrangimentos para as comunidades religiosas."

VIII - On n'en admettra aucune avant l'âge de quinze ans révolus, ni après trente-cinq ans. Toutefois, ce dernier cas ne serait pas exclusif si, aux qualités ordinairement requises, la postulante joignait d'autres avantages sérieux.

*IX - La viduité n'est point, par elle-même, un obstacle à l'entrée dans la Congrégation*³⁰
(CONGREGATION..., 1894, p.91).

Pensando numa instituição feminina exigia-se também toda uma ritualística³¹ de iniciação para as noviças. O simbolismo e o ritual iniciático representava "uma morte para a condição profana e o renascimento para o mundo sagrado", como aborda Eliade (1996, p.160), sendo considerado um rito de passagem. Em relação à consagração de noviças e a profissão religiosa, Milner complementa:

A iniciação de monges e freiras e de outros religiosos efetua-se em dois estágios. Primeiro há uma cerimônia do revestimento do hábito religioso, quando o postulante começa o noviciado ou período de prova. Terminado este, o noviço faz os votos, primeiro por um período limitado, normalmente três anos, e depois por toda a vida (MILNER, 1969, p.887).

Na Congregação de São José existia a função de Mestra de Noviças que buscava atender e trabalhar as necessidades espirituais e temporais das Pretendentes, das Noviças e das Irmãs aspirantes.³² Para a admissão de Noviças, dever-se-ia fazer o exame da Pretendente por meio de uma entrevista, assim como se examinavam o físico e as suas maneiras. A Pretendente, caso fosse admitida, era mantida afastada das Noviças, devendo por um prazo de pelo menos três meses seguir os exercícios prescritos, o chamado "tempo da prova". Passado esse período,

³⁰Tradução livre:

"VIII - Nunca se as admitirá antes da idade de quinze anos completos, nem após trinta e cinco anos. Contudo, este último caso não seria excludente, caso, às qualidades ordinariamente requeridas, a postulante adicionasse outras vantagens sérias.

IX - A viuvez não é, por si mesma, um obstáculo à entrada na Congregação."

³¹Emprega-se aqui o entendimento do sociólogo Rivière (1997, p.84) para ritual: "Um sistema culturalmente construído de comunicação simbólica, constituído de seqüências reguladas e ordenadas de palavras e atos, freqüentemente expressos por múltiplos meios, cujo conteúdo e disposição (ordem) caracterizam-se por diferentes graus de formalismo (convencionalismo), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição)."

³²CONGREGATION..., 1894, Décima Parte, Capítulo IX, p.55-60.

todas as irmãs da casa avaliavam a candidata, quando então em reunião própria se fazia uma votação para a admissão como Noviça.

A tomada de hábito exigia a prévia licença do Bispo que pessoalmente participaria da cerimônia ou seria representado por sacerdote indicado, e é nesta ocasião que deve se cortar a metade dos cabelos da Noviça.

No fim do primeiro ano de Noviciado, a Superiora reunirá seu Capítulo e informar-se-á da opinião das Irmãs sobre a conduta das Noviças. Após ser feita a abertura do escrutínio, as que não tiverem a metade dos votos a favor deverão ser entregues a seus pais.

A Superiora reunirá o conselho ao final dos dois anos de Noviciado, no qual participa a Mestra das Noviças, que dará as necessárias informações sobre as jovens noviças. As que não servirem para a Congregação, serão despedidas, e as que conforme sua conduta durante o Noviciado, forem julgadas capazes serão apresentadas ao Capítulo, no qual passarão pelas mesmas cerimônias realizadas por ocasião da tomada de hábito. Depois de recolhidos os pareceres, as que tiverem mais da metade de pareceres favoráveis, serão admitidas a fazer os votos anuais, e as outras serão despedidas.

Antes da Profissão, as Irmãs Aspirantes serão ainda apresentadas ao Capítulo, no qual se aborda com energia a importância do ato que vão fazer e a santidade das obrigações que vão contrair. Depois disto serão interrogadas sobre suas disposições, e dadas as respostas, sairão do Capítulo; então os votos serão recolhidos. Caso não tenham conseguido os dois terços, serão despedidas.

Quando uma Pretendente ou uma Noviça for recebida pelo Capítulo, o Bispo será comunicado para que delegue um Sacerdote para aplicar o exame prescrito pelo Concílio de Trento. Este exame será feito três vezes: a 1.^a vez antes da tomada do hábito, a 2.^a antes dos votos anuais e a 3.^a antes da Profissão.

Os diversos procedimentos pelos quais se passa de pretendente a noviça e de noviça à condição de Irmã Aspirante constituem-se em uma série de condutas

sucessivas que visa diferenciar, corrigir e, se preciso, castigar ou até mesmo eliminar, buscando-se a qualificação final da religiosa.

Ao analisar a formação da religiosa, observa-se a preocupação existente com esta nova representante de Deus, a qual se torna detentora de um poder que é produzido e lhe é concedido pela Congregação. A religiosa é revestida de autoridade e passa a veicular os conceitos defendidos pela congregação.

As etapas classificatórias das postulantes determinam a qualificação da porta-voz e eliminam aquelas consideradas não capazes. As regras estabelecidas constituem a disciplina que permite o controle das aceitas, além do que, enumeram os rituais de identificação que irão imprimir o comportamento esperado para os membros da comunidade religiosa. O discurso é acompanhado, portanto, de signos para alcançar o efeito esperado, como, por exemplo, o uso do hábito que não é apenas uma peça de vestuário, mas sim um símbolo de poder e de aceitação numa determinada classificação no conjunto da comunidade.

Conforme ressalta Bourdieu (1998), o rito de instituição confere um mandato à religiosa, demarcando os limites da investidura do poder, a passagem do antes para o depois, estabelecendo o novo comportamento dela esperado, marcando a representação do que a comunidade à sua volta passa a enxergar e desejar dela.

O rito de passagem marca o limite de uma etapa de transformações. A partir deste marco a religiosa está investida de uma consagração, alterando a visão de si mesmo como dos que a rodeiam, alteram-se as representações.

Moscovici (2003) destaca que o rito de instituição marca todo um novo conhecimento obtido, o qual capacita para novas atribuições. O religioso é consagrado em seu ato de investidura. Sofre alterações em sua forma de vestir, e inclusive sua forma de portar-se, mudando também a linguagem, o que vem constituir a ritualística de identificação.

Com isso surge uma nova identidade para a religiosa que determina seus direitos e deveres, e que implica a delimitação de um território que não pode ser ultrapassado, e que, para tanto, será vigorosamente vigiado.

A identidade da Irmã de São José verifica-se a partir de todo um aprendizado, resultando no comportamento ou no modo de ser freira. Os rituais iniciáticos, toda a vestimenta com sua austeridade da cor preta impondo seriedade e decência, o controle do tempo e do espaço sagrado, constituem a representação de um poder instituído. Esta representação difundiu-se com o passar dos anos, tornando-se qualificativa para a identificação social das religiosas, ela adota um *modus vivendi* que a qualifica, dando credibilidade à vida religiosa e coerência. É esta uniformidade disciplinar que forma a comunidade religiosa.

Podemos analisar também como essas religiosas delimitavam o seu espaço sagrado vivendo em contato direto com o mundo profano, ocupando-se em servir ao próximo e visitar os doentes. O espaço sagrado próximo de Deus implica para o religioso um simbolismo para a sua habitação, por mais simples que seja, buscando sempre a comunicação com um mundo superior, a ligação entre a Terra e o Céu. Para tanto, no capítulo II das Constituições - Primeira Parte, quanto à separação do mundo, reforça-se a importância de se viver ocultamente no retiro de suas casas ou de viverem no meio dos pobres confiados ao seu cuidado, seguindo o exemplo de Cristo. No recolhimento das casas deveria existir um locutório longe dos aposentos das Irmãs, para receber estranhos, sendo importante introduzir as pessoas de fora sempre tendo a religiosa uma acompanhante. Nos hospitais, casas de penitentes e nos hospícios as religiosas deveriam ocupar aposentos separados, inclusive com refeitório e oratório próprios, para ali poderem fazer seus exercícios espirituais.

Entra em destaque a experiência de marcação ou delimitação do tempo sagrado para as religiosas de São José. Ousamos dizer que a experiência temporal vivenciada pelas religiosas significa "ser-no-mundo", como "estar-diante-de Deus", num diálogo ininterrupto com Ele, conforme se refere Rehfeld (1988, p.67) à compreensão do tempo no pensamento bíblico. Procurando combinar o lugar e a hora para estes encontros, deve-se "Atribuir determinados ritos a determinados momentos e períodos", o que o autor reforça como trazendo um significado

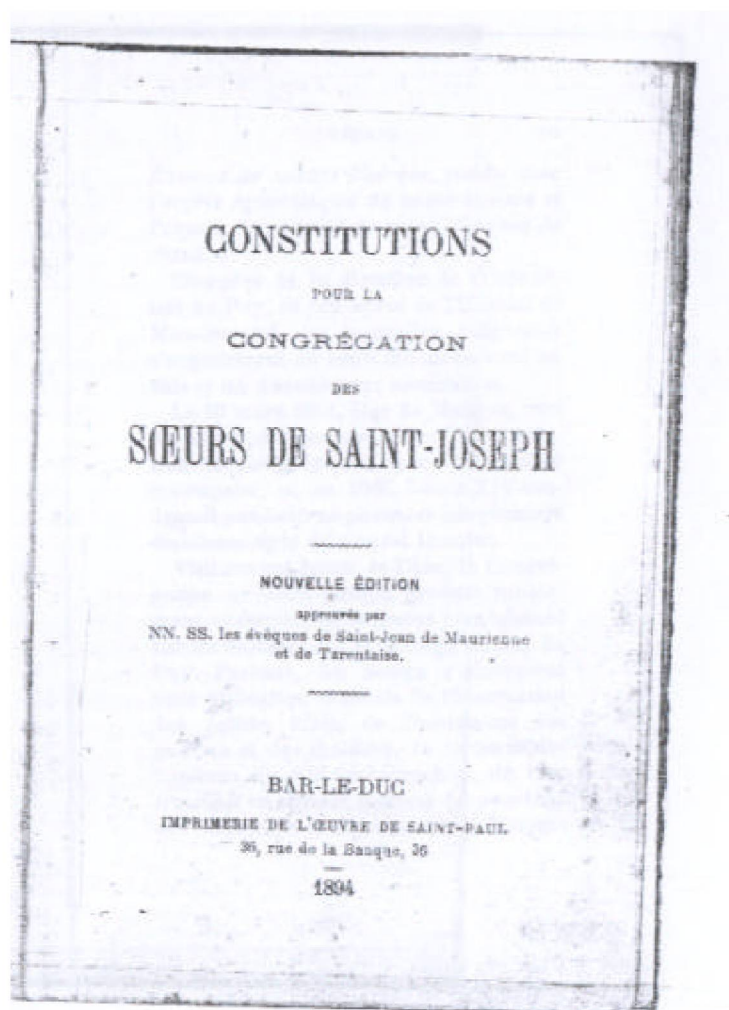
simbólico. A santificação do tempo, aponta Milner marca a passagem de "...um ciclo diário, semanal e anual de celebrações, ela impregna o momento fugidio com a memória de acontecimentos passados, com a esperança da glória futura e com a presença viva do mistério de Cristo" (MILNER, 1969, p.894).

O Capítulo V das Constituições - Primeira Parte traz os exercícios espirituais que as Irmãs deviam praticar, enfatizando que os serviços prestados ao próximo seriam considerados instrumentos úteis para a comunicação com Cristo. Aos domingos e festas de guarda as religiosas deveriam rezar em coro, na capela ou oratório, o ofício de Nossa Senhora, e nos outros dias as Matinas do dito ofício³³. Diariamente, a oração mental e o exame de consciência, com leitura espiritual, deveria ocorrer em dois períodos. Estes exercícios são considerados os meios para se atingir a união com Deus e a perfeição.

Vimos anteriormente que o tempo sagrado para as religiosas de São José apresentava-se de forma diferente para as Irmãs Coristas e as Conversas, o que implicava comportamentos diferenciados em sua ritualística, porém, independentemente da função hierárquica, a busca pela santificação era vivida num plano temporal duplo, ou seja, a passagem de um modo de ser a outro, do profano ao sagrado. A vida ordenada, sendo organizada por horários, permitia a divisão dos trabalhos e responsabilidades.

³³Marcos de Castro, em seu trabalho de tradução da obra São Francisco de Assis, de Jacques Le Goff, assim esclarece: "Matinas, laudes, prima, terça ou terça, sexta e noa, vésperas e completas são as chamadas horas canônicas do ofício divino, nas quais em princípio os frades ou qualquer religioso membro de comunidade tinham obrigação de recitar em conjunto, no coro" (LE GOFF, 2001, p.93).

FIGURA 4 - CAPA DO LIVRO DAS CONSTITUIÇÕES DA CONGREGAÇÃO DE SÃO JOSÉ, DE 1894



FONTE: Congregação de São José

A visibilidade da identificação do ser uma Irmã de São José manifesta-se como a busca da santidade, e, portanto, é elucidativo abordar-se o conceito de santidade. Neste sentido Vauchez (1987) traz uma série de considerações relevantes como características do Santo, quais sejam: aquele que supera os limites normais da condição humana em matéria de desconforto e de sofrimento; abstém-se de relações sexuais; afasta-se dos vínculos familiares; utiliza o seu poder ao serviço do próximo; é mediador; é integrador; tem a capacidade de ler nos corações dos homens e de revelar o que lhes acontecerá; é detentor do poder no âmbito da comunidade, alguns vêem nele um paliativo para suas angústias.

Esse autor, quando apresenta o significado do conceito de Santidade, traça a possibilidade de uma relação com o Divino, suscetível de efeitos purificadores, qualificando assim um ser vivo, sendo tomado por um simbolismo aceito por todos, e reforçado quando da ocorrência da morte.

Para os gregos, a gênese do conceito de santidade permaneceu como atributo da divindade, já para a religião hebraica era colocada como uma qualificação pessoal de Yahweh (nome de Deus). Na Bíblia, a palavra santo determina tudo o que está próximo de Deus ou lhe é consagrado, referindo-se a lugares ou pessoas. Por exemplo, os sacerdotes possuem uma relação privilegiada com o Divino, daí porque evitavam a impureza, conforme aponta o Levítico [19: 2] "Sede santos, porque eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo".

No Antigo Testamento a santidade era privilégio de poucos como Moisés, Daniel, Samuel, Elias, Eliseu, que agiram sob a autoridade e a influência de Deus. Os profetas como mensageiros de Deus eram acompanhados de poderes taumaturgos que permitiam ser identificados e ouvidos.

Com o Cristianismo a noção de santidade se ampliou, tornando-se Jesus o mestre do "povo dos santos", ou seja, da comunidade dos eleitos, permitindo assim a difusão da religião. Marcando a crise da Igreja ao final da Idade Antiga, surgiram vários "homens de Deus", trazendo o sobrenatural para a vida cotidiana (VAUCHEZ, 1987, p.288). Segundo o autor, estes santos homens, eremitas ou monges vieram fazer concorrência aos santos bispos, a exemplo de Santo Antonio, Santo Ambrosio, Santo Agostinho, São Bento, entre outros. Esse fenômeno de santificação caracterizou a religiosidade da época, perdurando até aos tempos modernos.

Na Gália merovíngia, na Alemanha e nas Ilhas Britânicas, os acordos entre a aristocracia e o alto clero, visando à conversão dos camponeses e ao fortalecimento das abadias, permitiu um novo modelo de santidade, qual seja, "o santo nobre que reunia em si as origens, as qualidades do chefe e a piedade religiosa" (VAUCHEZ, 1987, p.296). Abades, rainhas, bispos e soberanos levantaram santuários e mosteiros para autovangloriar-se e demonstrar seus milagres.

A partir do século XI e com a denominada "reforma gregoriana", registra-se uma reação contrária do papado a todas as formas de sacralização do poder laico. A cúria romana com seus *Dictatus papae* apresenta o sucessor de Pedro como santo pelo assento à cadeira apostólica, o que fez o Papa Gregório VII, em carta a Hermano de Mentz, condenar as pretensões de santidade dos soberanos.

Com os "Decretais" de Gregório IX em 1234, estabeleceu-se a reserva pontifícia do direito de canonização, cabendo exclusivamente ao papa manifestar-se sobre a santidade de um servidor de Deus e de autorizar que lhe fosse permitido culto litúrgico. Nos últimos decênios do século XII estabeleceram-se de fato os processos de canonização de forma a selecionar os reais merecedores de tal titulação, investigando-se, por ordem de Roma, a vida, as virtudes e os milagres dos possíveis santos (VAUCHEZ, 1987 p.297).

Até ao final da Idade Média, ainda existiam os *sancti*, oficialmente reconhecidos pela Igreja e os *beati*, de culto limitado ao nível local. Para os seguidores da Reforma Protestante, somente Cristo seria passível de santificação. Nesse sentido, Douillet complementa: "Não sendo possível por em discussão as milhares de canonizações anteriores, Urbano VIII concedeu aos cultos locais os benefícios da prescrição centenária. (...) o Papa concedeu pois uma aprovação global, no sentido de uma tolerância, a todas as canonizações anteriores." (DOUILLET, 1960, p.82 -83).

Com os decretos de Urbano VIII de 1625 e de 1634, a santidade de um homem ou de uma mulher seria determinada pelo papa, quando confirmado de que jamais fora objeto de culto público, tornando-se a santidade exclusiva ao domínio eclesiástico. As normas estabelecidas pelo Papa Bento XIV em sua obra "De servorum Dei beatificatione et de Beatorum canonizatione" (1839-1841) vigoram há quase dois séculos. Em 1917 promulgou-se o *Codex Iuris Canonici* que padroniza condutas, para a canonização. A etapa inicial era constituída pela montagem de um processo diocesano (informativo ou ordinário) e posteriormente um processo da Santa Sé (apostólica). A beatificação do servo de Deus era a primeira

fase, na qual ocorria minuciosa investigação dos milagres. Cabia ao bispo local juntar os documentos, interrogar as testemunhas e garantir que não houvesse culto por antecipação. Toda a documentação levantada era analisada então pela Congregação dos Ritos, em Roma visando julgar "a heroicidade das virtudes ou a realidade do martírio" (DOUILLET, 1960, p.83).

Desde o fim da Idade Média os papéis atribuídos aos santos começaram a ser ocupados por outros personagens, trazidos pelo progresso das ciências, permitindo principalmente ao poder público, utilizar-se do professor, do médico, do técnico agrícola como mediador social (VAUCHEZ, 1987). Por outro lado, para a Igreja os religiosos eram os portadores da doutrina católica procurando impor sua concepção de mundo e de sociedade, objetivando o controle político, cultural e ideológico. Mas a abordagem que se pretende focar não é do culto dos santos, que caracteriza a Igreja católica, mas sim a da pessoa santa, que se separa por motivos divinos do mundo profano, adotando uma vida ética, rígida em regras.

Segundo Schlesinger e Porto (1995, p.2294 e 2296), a palavra **santo** é de origem hebraica (Kadosh) e "significa separado". No Novo Testamento utilizou-se a palavra grega hagios designando "as pessoas ou coisas destinadas ao uso sagrado, bem como os dias reservados ao serviço religioso (Ex. 20: 8; 30: 31; Lv. 21: 6; Nm. 5: 17; Ne. 8: 9; Zc. 14: 21)". Esses autores assim esclarecem quanto ao termo **santidade**: "do hebraico Kedusha significa separação por motivos divinos. A pessoa santa, pois, é que vive de acordo com os preceitos divinos, em relação tanto a questões dos cerimoniais quanto a questões éticas".

Para Sterpellone, "Heilig, em alemão, quer dizer santo, e o verbo heilen significa curar. E o próprio termo santo está mais do que manifestamente relacionado ao verbo sanar, portanto, 'santo é aquele que saneia'..." (STERPELLONE, 1998, p.5). Para esse autor, o poder de curar não é prerrogativa de todos os santos, como afirma: "Certamente, nem todos aqueles que foram elevados à honra dos altares tiveram a virtude de sanar chagas e de curar males incuráveis. Aliás, aqueles

que operaram neste sentido foram relativamente poucos e muitos milagres aconteceram tão somente na fantasia popular".

Jesus Cristo é considerado o modelo de perfeição pregando a santidade de vida, conforme se apresenta "Sede perfeitos assim como também vosso Pai celeste é perfeito" (Mt. 5: 48). Esta conclamação à vida cristã implica a busca de uma sociedade fraterna e caridosa. Para tanto, o caminho da perfeição exige o cumprimento integral "à vontade do Pai" e ao serviço do próximo. Este é o modelo seguido pela Irmãs de São José de Moutiers, a procura constante por uma vida santificada. Na prática, essa santidade era buscada no dia-a-dia de trabalho no hospital e nas demais obras, cuidando de doentes ou dos abandonados, com respeito e caridade.

É importante reportar-se inicialmente às Constituições da Congregação, que recomendam a observação fiel das regras para se atingir a perfeição, confirmando a humildade como caminho para a santidade:

*III - Elles s'appliqueront aussi avec soin à l'acquisition de l'humilité, la demanderont à Dieu avec instance, et la pratiqueront intérieurement et extérieurement en toutes sortes d'occasions.
IV - Elles la pratiqueront intérieurement en entretenant dans leur esprit de pensées de mépris pour elles-mêmes, considérant sans se flatter le nombre de leurs péchés, de leurs faiblesses et de leurs miseres. Il faut ensuite que l'humilité passe de leur esprit dans leur coeur, et qu'avec le secours de la grâce, elles arrivent à aimer le mépris et à souffrir avec joie l'humiliation*³⁴ (CONGREGATION..., 1894, cap. III, p.11-12).

Reiterando que o trabalho das religiosas deveria ser sempre permeado pelo espírito de simplicidade e de humildade, com vistas na santificação das Irmãs e no serviço ao próximo, cabe lembrar um trecho do livro das Crônicas (1965) no qual uma Irmã de São José escreve sobre a então falecida Madre Leonie, lembrando das Recomendações da *Notre Miere*. O caminho espiritual da perfeição é atingido pelo

³⁴Tradução livre:

"III - Elas se dedicarão também com solicitude à aquisição da humildade, a demandarão a Deus com veemência e a praticarão interiormente e exteriormente em todos os tipos de ocasiões.

IV - Elas a praticarão interiormente mantendo em seu espírito pensamentos de desprezo por si mesmas, considerando sem se alardear o número de seus pecados, de suas fraquezas e suas misérias. É preciso em seguida que a humildade passe de seu espírito para seu coração. E que com o socorro da graça, elas chegam a amar o desprezo e a sofrer com alegria a humilhação."

abandono da mediocridade e do compromisso com o próprio eu, qual seja, pela humildade e aniquilamento, o que permite que se perceba a santidade no cotidiano das religiosas, conforme segue:

Os santos são verdadeiramente bons, caridosos, humildes. Eles trazem a paz. É muito agradável viver com eles. Fazei e deixai fazer a vontade de vossas irmãs em tudo o que não for contrario as santas regras. Viver unida a Nosso Senhor, utilizai os seus meritos para nos santificar a nós, e aos que vivem conosco para maior glória de Deus. Tendes tudo o que é preciso para nos tornar uma santa, e porque não ficar santa? A santidade consiste em fazer a vontade de Deus momento por momento. A humildade é a verdade, em mim há só pecado, Deus só em tudo. Trabalhar em Deus, e por Deus. A união com Deus é impossível sem a humildade, Deus se humilhou para se unir a nós, devemos nos humilhar para nos unirmos a Ele. Porque Deus nos chamou a vida religiosa? Foi para nos santificar e nos garantir a salvação e para que O servíssemos melhor que no mundo (HECK, 1965).

A fala da superiora provincial (1965) demonstra a importância da busca da santidade: "Trabalhem para sermos santas, o resto nada significa. O que consola na hora da morte é termos feito muitos sacrifícios. Infeliz daquela que tiver dado mau exemplo!...Sejamos fieis e seremos felizes!"

O simbolismo da cruz e crucificação é usado como representação do martírio necessário para a santificação, reforçando a importância do desconforto e do sofrimento, como se percebe no discurso da religiosa:

Quando tiverdes alguma cousa a sofrer olhai para o crucifixo e pensai que Nosso Senhor vos dizia quando entrastes no convento "Se quiserdes vir após mim tomai a vossa cruz e segui-me na agonia, na coroação de espinhos, meditai nas chagas, nos insultos e suplicios de vosso divino Modelo." Não julgueis a ninguém e não sereis julgados e morrerás tranquila. As afeições só de Deus e em Deus. Os sofrimentos são necessários sem eles não há santidade verdadeira. A cruz que se deve abraçar é a da obediência, as outras são falsas. A cruz está sempre adiante do apóstolo, se ela não estiver diante de nós, não somos apóstolos. Não se deve ter as preferências de ninguém, e nem ter preferência para alguém. Quando nos acontece alguma cousa, olhemos si é empecilho a nossa santificação e salvação, tudo mais não é nada (HECK, 1965)

A humildade é sublinhada nas Constituições (1894, cap. III, item V, p.12) envolvendo a aceitação de funções árduas: "Elles la pratiqueront extérieurement en recherchant, ou au moins en acceptant de bon coeur, les emplois les plus pénibles et les plus méprisables aux yeux de la nature; en conservant une grande douceur

dans leurs conversations"³⁵ (CONGREGATION..., 1894, cap. III, item V, p.12). No terreno da práxis, a opção pela pobreza evangélica traduziu-se no trabalho com os pobres e indigentes doentes do hospital, na solidariedade com estes necessitados de atenção e na própria austeridade da conduta da vida religiosa.

A santificação é vontade divina, é motivação espiritual e envolve empenho comunitário, como aponta o trecho seguinte das Crônicas:

Deus não somente deseja mais quer que eu me torne santa. Deus será para mim o que eu for para as minhas irmãs e o meu próximo. O fogo que me deve fazer agir é Deus, isto sim é fervor, qualquer outro fogo seria falso. As religiosas são mães de uma infinidade de almas, sobretudo das que convivem conosco, devemos rezar e nos sacrificar para que elas se salvem. Meu Deus fazei que nenhuma se perca por minha culpa. A vocação foi Deus que nola deu, a fim que nos santifiquemos e cooperemos a santificação e salvação de muitas outras almas. Amai-vos uns aos outros como eu vos amei, disse Nosso S. J. Christo e assim entrareis no reino do céu. Deveis ser obediente e pobres, não desperdiceis nem o tempo, nem as cousas, o Cajuru deve parecer a casa de Nasaré (HECK, 1965).

O trabalho acompanhado de sofrimento deveria ser a marca do cotidiano das religiosas, que almejavam a santidade, mantendo obediência constante. Esta prática deveria identificar a Irmã de São José permitindo que se fizesse a representação simbólica, servindo para caracterizar o grupo. Isto significa que sacrifício é sinal de redenção, a auto-sujeição expressa a obediência da fé, já a busca pela liberdade e autonomia é estigmatizada como ação pecadora. A busca pela santidade serve de base para a identidade das Irmãs de São José, devendo ser trabalhada na formação das religiosas, buscando-se a consciência de si. Esta identidade se reflete no agir social, quando a comunidade investe uma expectativa quanto ao papel esperado, ocorrendo a apropriação de um simbólico característico.

Esse agir social envolve o modo de vestir-se, o modo de portarem-se, as virtudes da humildade, simplicidade e caridade, sobretudo a obediência e a discrição

³⁵Tradução livre: "V - Elas a praticarão exteriormente buscando ou ao menos aceitando de bom grado, as funções as mais penáveis e as mais desprezíveis aos olhos da natureza; conservando uma grande doçura em suas conversas".

tornaram-se traços distintivos das Irmãs de São José de Moutiers. As Constituições sintetizam estas virtudes:

*XI - L'esprit de recueillement et d'oraison, une profonde humilité, une grande simplicité, une charité cordiale et généreuse, animée par un grand esprit de foi: telles sont donc les principales vertus qui doivent caractériser les Soeurs de Saint-Joseph. Ces vertus les rendront propres à glorifier Dieu dans leurs travaux, et seront pour elles une source abondante de grâces et de mérites*³⁶ (CONGREGATION..., 1894, cap. III, p.14-15).

Seguindo as características do Santo, apontadas por Vauchez (1987), o abster-se de relações sexuais impõe às Irmãs de São José os votos e a virtude da castidade, como indicam as Constituições:

I - Jésus-Christ compare les vierges aux Anges de Dieu; c'est pourquoi les Soeurs de la Congrégation doivent vivre à la manière des anges, autant que le permet la faiblesse humaine; c'est-à-dire que leur vie doit être tout intérieure, toute spirituelle, tout appliquée à la pensée et à l'amour de Dieu.

III- Les Soeurs éviteront donc avec un soin extreme toute pensée, parole, action qui seraient tant soit peu contraires à la perfection de cette angélique vertu.

IV- Elles s'abstiendront entre elles et avec leurs élèves de ces témoignages d'affection qui, sans blesser toujours la pureté, nuisent beaucoup à sa perfection, et peuvent n'être pas sans quelque faute.

*VI- Comme l'Esprit-Saint nous avertit que nul ne peut avoir la chasteté si Dieu ne la lui donne, il faut que les Soeurs l'alui demandent souvent avec ferveur, surtout dans les tentations et les occasions dangereuses. Elles recourront aussi avec confiance à la sainte Vierge la perseverance dans cette vertu*³⁷ (CONGREGATION..., 1894, III parte, cap. VI, p.114-116).

³⁶Tradução livre: "XI - O espírito de recolhimento e de oração, uma profunda humildade, uma grande simplicidade, uma caridade cordial e generosa, animada por um grande espírito de fé: tais são, portanto, as principais virtudes que devem caracterizar as Irmãs São José. Essas virtudes as tornarão propícias a glorificar Deus nos seus trabalhos, e serão por elas uma fonte abundante de graças e méritos."

³⁷Tradução livre:

"I - Jesus Cristo compara as virgens a anjos de Deus: é por esta razão que as Irmãs da Congregação devem viver à maneira dos anjos, tanto quanto o permite a fraqueza humana; ou seja, sua vida deve ser toda interior, toda espiritual, toda aplicada ao pensamento e amor de Deus.

III - As Irmãs evitarão, portanto, com um cuidado extremo, todo pensamento, palavra, ação que seriam contrários à perfeição desta angélica virtude.

IV - Elas se absterão entre elas e com seus discípulos de testemunhos de afeição que, sem ferir a pureza, prejudicam muito sua perfeição e podem não estar isentos de algum erro.

VI - Tal como o Espírito Santo nos adverte, ninguém pode ter a castidade se Deus não lhe der, é preciso que as Irmãs a peçam frequentemente com fervor, sobretudo nas tentações e nas ocasiões perigosas. Elas recorrerão também com confiança à Santa Virgem para obter perseverança nesta virtude."

A castidade, entretanto, não pode ser vista apenas como santificação pessoal, a dificuldade maior não procede apenas da sedução do meio, mas de como trabalhar a afetividade na relação entre as pessoas. Surge, então, a virtude da pureza que caracteriza a pessoa consagrada, pois a castidade religiosa não deve significar a ausência de amor.

A busca pela perfeição exige o cumprimento dos votos e da virtude da pobreza na congregação, não existindo impeditivo ao direito de possuí-los, como assinalam as Constituições:

I - Notre-Seigneur a proposé la pauvreté volontaire comme un des grands moyens de perfection: Si vous voulez être parfait, vendez ce que vous avez, donnez-le aux pauvres, et vous aurez un trésor dans le Ciel. C'est afin de suivre ce conseil évangélique et d'imiter Jésus-Christ, qui s'est fait pauvre par amour pour nous, que les personnes religieuses renoncent effectivement à tous leurs biens temporels.

II - Le vœu simple de pauvreté, tel qu'on le fait dans la Congrégation, ne détruit pas le droit de posséder. Les Soeurs peuvent conserver la nue propriété de leurs biens, mais le vœu leur en interdit l'administration, l'usufruit et l'usage; elles ne peuvent donc en disposer, en aucune manière, sans la permission des Supérieurs majeurs. Il en est de même des biens qui leur surviendraient à titre de donation ou d'héritage après leur profession.

IV - Si elles reçoivent quelque don, elles le remettront au plus tôt entre les mains de la Supérieure, qui en disposera pour le bien de la Communauté.

V - Les Soeurs se rappelleront que le vœu de pauvreté les oblige à un soin spécial des objets dont elles ont l'usage ou la charge; elles doivent veiller à ce que rien ne se perde ni se détériore par leur faute.

VII - Sans une permission spéciale, les Soeurs ne tiendront rien sous clef³⁸ (CONGREGATION..., 1894, III parte, cap. VII, p.117-119).

³⁸Tradução livre:

"I - Nosso Senhor propôs a pobreza voluntária como um dos grandes meios da perfeição: Se vós quereis ser perfeito, vendais o que tiver, dai-os aos pobres, e vós tereis uma tesouro no Céu. É a fim de seguir este conselho evangélico e de imitar Jesus Cristo que se fez pobre por amor a nós, que as pessoas religiosas renunciaram efetivamente a todos os seus bens temporais.

II - O voto simples de pobreza tal qual se o faz na Congregação não destrói o direito de possuir. As Irmãs podem conservar a nua propriedade dos seus bens, mas o voto lhes proíbe a administração, o usufruto e o uso; elas não podem portanto dispor destes de nenhuma maneira sem permissão das Superiores Maiores; mesmos os bens que se sobrevierem à título de doação ou de herança após a sua profissão.

IV - Se elas receberem alguma doação, elas a remeterão o mais cedo possível às mãos da Superiora que disporá desta para o bem da Comunidade.

V - As Irmãs se lembrarão de que o voto de pobreza as obriga a um cuidado especial dos objetos dos quais fazem uso ou que estão sob sua guarda: elas devem cuidar destes para que nada se perca nem se deteriore devido a erro seu.

VII - Sem uma permissão especial, as Irmãs não possuirão nada sob chave."

A virtude da pobreza deve ser praticada sempre, o que inclui desde a vestimenta até o domicílio, evitando-se tudo o que for supérfluo, como prosseguem orientando as Constituições:

X - Il leur est encore enjoint de veiller à ce qu'il n'y ait rien de superflu et de recherché dans les habits, les meubles, et généralement dans tout ce qui est à l'usage des Soeurs, afin que tout soit conforme à la pauvreté dont elles ont fait profession.

XI - Les Soeurs ne se borneront pas à l'observation stricte du vœu de pauvreté; elles se souviendront qu'elles doivent aussi en pratiquer la vertu. Or, la vertu de pauvreté demande qu'elles se détachent des affections secrètes qu'elles pourraient avoir aux biens de ce monde, et qu'elles les regardent avec mépris, ou au moins avec une sainte indifférence. Elles doivent même n'avoir aucune attaché à ce qui est à leur usage personnel: habits, chambre, livres, images, chapelets et autres choses semblables.

XII - Pour bannir entièrement l'esprit de propriété, les Soeurs, em parlant de ce qui est à leur usage, ne se serviront jamais de termes indiquant une possession personnelle, mais elles diront, par exemple: notre habit, notre livre, etc.

XIII - S'il arrive que les choses données aux Soeurs soient d'une qualité inférieure ou mal accommodées; si même, par une permission de Dieu, elles manquent du nécessaire, elles se souviendront que Jésus-Christ, leur Maître et leur Epoux, a été traité toute sa vie beaucoup plus mal et plus pauvrement qu'elles. Elles se rappelleront aussi qu'ayant fait vœu de mener une vie pauvre, elles doivent non seulement éviter le superflu, mais encore souffrir avec plaisir, ou au moins avec patience, la privation de ce qu'elles croiraient leur être nécessaire³⁹ (CONGREGATION..., 1894, III parte, cap. VII, p.120-122).

³⁹Tradução livre:

"X - É preciso ainda velar para que não haja nada de supérfluo e de elaborado nos hábitos, móveis e em geral em tudo o que é de uso das Irmãs, a fim de que tudo esteja conforme à pobreza da qual elas fazem profissão.

XI - As Irmãs não se limitarão à observação estrita do voto de pobreza; elas se lembrarão de que elas devem também praticar a virtude. Ora, a virtude da pobreza requer que elas se livrem de afetos secretos que poderiam ter aos bens deste mundo, e que elas os observem com desprezo, ou ao menos, com uma santa indiferença. Elas devem efetivamente não ter nenhum apego ao que lhes é de uso pessoal: hábitos, quarto, livros, imagens, rosários e outras coisas semelhantes.

XII - Para banir inteiramente o espírito da propriedade, as Irmãs, falando do que é do seu uso, não se servirão jamais de termos indicando uma possessão pessoal. Logo elas dirão, por exemplo: nosso hábito, nosso livro, etc.

XIII - Se ocorrer de as coisas dadas às Irmãs sejam de uma qualidade inferior ou mal acomodadas; se mesmo por uma permissão de Deus, faltarem à elas o necessário, elas se lembrarão que Jesus Cristo, o seu Mestre e o seu Esposo foi tratado em toda sua vida muito mal e mais pobremente que elas. Elas se lembrarão também que tendo feito voto de levar uma vida pobre, elas devem não somente evitar o supérfluo, mas ainda sofrer com prazer, ou ao menos com paciência a privação do que elas acreditar-lhes-iam ser necessária."

O ambiente pobre de recursos materiais no início do noviciado do Cajuru é um exemplo da prática dessa virtude, chamando a atenção do próprio bispo, como detalhado no próximo capítulo. A segurança da religiosa só pode estar em Deus e exige o renunciar a todos os bens materiais. A pobreza na história da vida religiosa é assim lembrada por Martínez Diéz:

A vida religiosa nasceu sob o sinal da pobreza evangélica. Esta conheceu diversas formas ao longo da história. O eremitismo enfatizou a pobreza como ascese individual. A vida cenobítica obrigou a pobreza individual e terminou fazendo-a compatível com a riqueza comunitária. As ordens mendicantes fomentavam a pobreza real, individual e comunitária, e enfatizaram sua dimensão apostólica. Nos institutos apostólicos a pobreza foi interpretada como serviço assistencial aos pobres. Hoje se insiste na pobreza como solidariedade com os pobres (MARTÍNEZ DIÉZ, 2002, p.172).

Como demarca São Tomás de Aquino, "Da posse das coisas terrenas nasce o apego da alma a elas. Por isso, para alcançar a perfeição da caridade, o primeiro fundamento é a pobreza voluntária" (Suma teológica, II-II, 186, 3c).

Abertas ao mundo para a atuação, as irmãs da congregação têm seus momentos introspectivos vivendo a oração e a contemplação como parte da busca da santidade. Exigem-se das religiosas os exercícios espirituais, que devem ser praticados sem sofrer interferência do trabalho e das demais tarefas, assim indicados nas Constituições:

*II - les Supérieurs majeurs veilleront à ce que les exercices de piété ne soient point sacrifiés aux préoccupations du travail et des emplois. Les Soeurs elles-mêmes attacheront une grande importance à leurs exercices spirituels, se souvenant que la négligence sur ce point les conduirait peu à peu au relâchement et à la tiédeur. Si, pour de justes motifs, elles n'ont pu s'en acquitter avec la Communauté, elles auront soin, autant qu'il se pourra, de les faire en leur particulier*⁴⁰ (CONGREGATION..., 1894, IV parte, capítulo I, p.128-129).

⁴⁰Tradução livre: " II - As Superiores Maiores velarão para que os exercícios de piedade não sejam em nada sacrificados pelas preocupações do trabalho e das tarefas. As Irmãs, elas próprias, darão uma grande importância aos seus exercícios espirituais, lembrando-se que a negligência neste ponto as conduziria pouco à pouco à displicência e ao esmorecimento. Se, por justo motivo, elas não puderem quitar-se disto junto a Comunidade, elas terão cuidado, na medida do possível, de os fazer em particular."

A confissão é outro exercício necessário, sendo realizada junto a um confessor designado para este fim e aprovado pelas religiosas, obedecendo à seguinte periodicidade: *"Les Soeurs se confesseront habituellement une fois la semaine, au confesseur ordinaire de la Communauté"*⁴¹ (CONGREGATION..., 1894, IV parte, II cap, p.130).

O assistir à missa é obrigação diária para a religiosa de São José, de acordo com as Constituições:

*Le saint Sacrifice de la Messe étant la prière par excellence, et, selon saint François de Sales, "le soleil des exercices spirituels", les Soeurs y assisteront tous les jours avec la plus grande dévotion, et tâcheront d'en retirer les fruits de grace et de bénédiction qui y sont attachés*⁴² (CONGREGATION..., 1894, IV parte, III cap., p.133).

Já a prática do silêncio é condição indispensável para a perfeição:

I - La pratique du silence a toujours été considérée par les Saints et les Maîtres de la vie spirituelle, comme une condition indispensable de vie et de perfection, soit pour les Communautés, soit pour chaque religieuse en particulier.

III - Excepté aux heures des récréations de Règle, ou de délassement accordé par la Supérieure, les Soeurs éviteront toute conversation inutile; elles ne parleront que pour l'exercice de leurs emplois, et pour satisfaire à la nécessité ou à la charité; ce qu'elles feront alors à voix basse, ou du moins très modérée. Le grand silence, ou silence sacré, commence le soir après la lecture du sujet de la méditation, et dure jusqu'au lendemain après cet exercice. Pour le rompre, il faut une nécessité urgente; encore devra-t-on le faire sans le moindre bruit, et le plus brièvement possible.

*IV - Le silence est prescrit en tout temps au réfectoire au dortoir. Il est encore particulièrement recommandé dans le cloître et les corridors, à moins que la Supérieure n'autorise à y faire la récréation. A la promenade, les Soeurs auront la liberté de parler; mais dans les rues et les lieux fréquentes, elles garderont le silence*⁴³ (CONGREGATION..., 1894, IV parte, VI cap., p.142-144).

⁴¹Tradução livre: "I - As Irmãs se confessarão habitualmente uma vez por semana ao Confessor ordinário da Comunidade."

⁴²Tradução livre: "Sendo o Santo Sacrifício da Missa a oração por excelência e, segundo Santo Francisco de Sales, 'o sol dos exercícios espirituais' as Irmãs o assistirão todos os dias com a maior devoção, e se ocuparão de retirar destes os frutos da graça e da benção que lhe são atribuídos."

⁴³Tradução livre:

"I - A prática do silêncio foi sempre considerada pelo Santos e Mestres da vida espiritual como uma condição indispensável da vida e da perfeição, seja para as Comunidades, seja para cada religioso em particular.

Os exercícios espirituais estão divididos em anuais, mensais, semanais e diários (CONGREGATION..., 1894, IV parte, cap. VII, cap. VIII, cap. IX e cap. X, p.145-155). Anualmente acontece a escolha de um santo ou santa como protetor da congregação, ocorrendo festas como a de São José e da Imaculada Conceição. Já Pentecostes e a Semana Santa exigem retiro e novenas por parte das religiosas. Mensalmente é escolhido o santo protetor do mês, que será invocado diariamente. A superiora propõe uma prática exterior de virtude que todas deverão exercer ao longo do período. No último dia do mês, ocorrem um balanço das graças recebidas e o agradecimento respectivo.

Semanalmente deve acontecer a confissão, e as religiosas recitam o Ofício da Santa Virgem. Diariamente se faz a oferenda do dia na capela como primeira tarefa, seguida preferencialmente de missa. Deve-se destinar oito horas para o sono. Antes do jantar e do lanche noturno devem ser feitos o exame particular e as orações; o dia deve terminar com o exame de consciência.

Todas essas virtudes acentuam o compromisso de busca do estado de perfeição, dando sentido e sendo a finalidade da profissão religiosa. A profissão dos conselhos evangélicos, respeitando os votos de pobreza, castidade e obediência, delimita a identidade da religiosa, sendo que com a perfeição se atinge a santidade.

III - Exceto às horas de recreação da Regra, ou de descanso acordada pela Superiora, as Irmãs evitarão qualquer conversação inútil; elas somente falarão para o exercício das suas tarefas, e para satisfazer a necessidade ou a caridade; elas o farão então à voz baixa, ou ao menos, muito moderada. O grande silêncio ou silêncio sagrado começa à noite, após a leitura do tema da meditação, e dura até o dia seguinte após este exercício. Para rompê-lo, é preciso uma necessidade urgente, ainda dever-se-á fazê-lo com o mínimo de barulho e o mais brevemente possível.

IV - O silêncio está prescrito todo o tempo no refeitório e no dormitório. Ele é ainda particularmente recomendado nos recintos e corredores, à menos que a Superiora autorize a se fazer a recreação nestes. No passeio, as Irmãs terão a liberdade de falar; mas nas ruas e nos lugares freqüentados, elas guardarão o silêncio."

1.3 A VOCAÇÃO HOSPITALEIRA

Considerando que as Irmãs de São José se destacaram no trabalho na área de saúde e foram as pioneiras no Paraná, necessário se faz conhecer o que os registros da congregação trazem como funções da religiosa que atua nesse segmento.

O livro das Constituições das Irmãs de São José de Moutiers datado de 1894, no seu original de língua francesa, apresenta uma diferenciação para as religiosas dedicadas ao trabalho na área de saúde. O capítulo V traz as regras para as religiosas chamadas Irmãs Hospitaleiras que exerciam suas funções em instituições hospitalares ou hospícios. Já o capítulo VI aborda a atuação das chamadas Irmãs Enfermeiras que tinham a missão de cuidar de doentes a domicílio.

Na edição de 1907, as Constituições apresentam-se traduzidas para a língua portuguesa, e foram englobadas as duas categorias, e aparece no capítulo X as regras para as Irmãs Hospitaleiras, abrangendo "As Irmãs encarregadas de visitar os pobres e os doentes, ou de cuidar d'elles nos hospitaes e hospícios" (CONGREGAÇÃO..., 1907, p.57-58). A intenção de englobar as funções se justifica, por entender-se que o cuidar abrange a atenção, o afeto e a preocupação com o conforto e bem-estar dos indivíduos doentes, hospitalizados ou não.

O detalhamento das atribuições existente na edição de 1894 auxilia na descrição de como as religiosas cuidavam dos doentes. A primeira regra reforça que para ser uma hospitaleira dedicada é preciso ser uma religiosa fervorosa, pois diante da enfermidade e da morte colocam-se a fragilidade da vida e o encontro com Deus. Já a segunda regra apresenta a imagem de servir ao próximo doente como se estivesse diante de Jesus Cristo, exigindo-se caridade, compaixão e respeito, como segue: *"En servant les malades, elles se rappelleront que c'est Jésus-Christ lui-même qu'elles servent dans ses membres souffrants. Elles auront pour eux, non seulement de la compassion et de la charité, mais encore un veritable respect."*⁴⁴

⁴⁴Tradução livre: "II - Servindo os enfermos, elas se lembrarão que é Jesus Cristo, ele próprio, que elas servem em seus membros que sofrem. Elas terão por eles, não somente compaixão e caridade, mas ainda verdadeiro respeito."

A ocorrência de comportamentos inadequados dos doentes perante as religiosas deveria ser desculpada, como refere a terceira regra: *"Elles les traiteront toujours avec beaucoup de douceur, excuseront leurs impatiences, ne tiendront pas compte des paroles désagréables qu'ils pourraient leur adresser; elles veilleront seulement à ce qu'ils n'offensent pas Dieu ne blessent point la décence."*⁴⁵

A conduta discreta marca o comportamento das religiosas, que se apresentariam com modéstia e reserva vigiando a separação dos sexos, de acordo com a sétima regra:

*Elles éviteront toute familiarité avec les malades, surtout avec les hommes, à qui, par leur constante reserve, elles devront commander le respect. Elles laisseront à l'infirmier les soins spéciaux à leur donner. Excepté dans les cas urgents, les Soeurs ne paraîtront point devant les pauvres et les malades sans le costume religieux.*⁴⁶

As Irmãs Hospitaleiras seriam as vigilantes do patrimônio da instituição de maneira constante, e deviam administrá-lo com todo o zelo, como enuncia a décima quarta regra:

*Les biens des hôpitaux étant le trésor des pauvres, les Soeurs en auront le plus grand soin en tout ce qui rentre dans leurs attributions. Elles les administreront avec économie et se borneront, pour leur usage personnel, à ce qui est nécessaire et à ce que les conventions leur accordent. Pour les pauvres et les malades, elles s'en tiendront aux prescriptions du règlement, du médecin et des administrateurs.*⁴⁷

⁴⁵Tradução livre: "Elas os tratarão sempre com muita doçura, desculparão suas impaciências, não terão em conta palavras desagradáveis que eles poderiam lhes endereçar. Elas cuidarão somente para que estes não ofendam Deus e não firam a decência."

⁴⁶Tradução livre: "Elas evitarão qualquer familiaridade com os enfermos, sobretudo os homens, a quem, por sua constante reserva, elas deverão comandar o respeito. Elas deixarão ao enfermeiro dar-lhes os cuidados especiais. Exceto no caso de urgência, as Irmãs não aparecerão diante dos pobres e enfermos sem o hábito religioso."

⁴⁷Tradução livre: "Os bens dos hospitais sendo o tesouro dos pobres, as Irmãs terão por estes o mais grande cuidado em tudo o que entrar em suas atribuições. Elas os administrarão com economia e se limitarão, para seu uso pessoal, ao que é necessário e ao que as convenções lhes acordam. Para com os pobres e enfermos, elas se restringirão às prescrições do regulamento, do médico e dos administradores."

O atendimento religioso aos enfermos marcando a catequese é apresentado na quinta e nona regras das Constituições das Irmãs Hospitaleiras:

V - Auprès des pécheurs endurcis, elles redoubleront de patience, de soins affectueux, afin de gagner leur confiance; mais avant tout, elles prieront ardemment Notre- Seigneur de les toucher et de les convertir.

IX - Autant que la prudence le leur permettra, elles veilleront à ce que les personnes de la Maison fréquentent les sacrements, instruiront celles qui ignorent les vérités de la religion, s'efforceront d'amener aux devoirs et aux pratiques du christianisme celles qui en seraient éloignées⁴⁸ (CONGREGATION..., 1894, cap. V, p.176-177).

A preocupação com o preparo dos doentes com morte iminente quanto à salvação da alma também se faz na quarta regra, a saber:

Elles auront à coeur le bien de leur âme et profiteront de leurs bons moments pour les exhorter à la patience, à la prière, à la confiance en Marie, que l'Eglise invoque comme le Salut des infirmes et le Refuge des pécheurs. Elles auront soin de leur faire recevoir à temps les derniers sacrements, et les disposeront à une sainte mort⁴⁹ (CONGREGATION..., 1894, cap.V, p.176).

Na prática, o cuidado com o moribundo está ligado ao tempo sagrado, pois a morte se vê envolta num ritual no qual a Vontade Divina se faz base, princípio e razão de tudo. O acompanhamento ético deste momento enfatiza o papel das religiosas no cuidado com o doente em situação de morte, seu papel de vigilante perpétuo, cumpridor da Obra Corporal de "enterrar os mortos", o que é destacado nas Constituições como segue:

⁴⁸Tradução livre:

"V - Junto aos pecadores endurecidos, elas redobrarão paciência e cuidados afetuosos, a fim de ganhar sua confiança. Mas, antes de tudo, elas orarão ardentemente à Nossa Senhora para os tocar e os converter.

IX - Tanto quanto o permitir a prudência, elas se ocuparão com que as pessoas da casa freqüentem os sacramentos, instruirão aquelas que ignoram as verdades da religião, se esforçarão de conduzir aos deveres e práticas do Cristianismo aquelas que desta se afastaram."

⁴⁹Tradução livre: "Elas terão em seus coração o bem de suas almas e aproveitarão seus bons momentos para os exortar à paciência, à oração, à confiança em Maria, que a Igreja evoca como a Felicidade Eterna dos Enfermos e o Refúgio dos Pecadores. Elas terão cuidado de lhes fazer receber a tempo os últimos sacramentos, e os disporão a uma Santa morte."

*XIX - Si la maladie s'aggrave et fait prévoir un danger de mort, les Soeurs tâcheront, avec beaucoup d'à-propos et de délicatesse, de disposer le malade à recevoir les sacrements. Elles prépareront tout ce qui est nécessaire pour la cérémonie, et entretiendront le malade dans de saintes pensées. Em cas de décès, si les parents le demandent et qu'on les y autorise, elles resteront près du défunt dans le recueillement et la prière*⁵⁰ (CONGREGATION..., 1894, cap.VI, p.187).

Cabe ressaltar que não havia nenhum manual de procedimentos de cuidados que contivesse, com riqueza de detalhes, as ações que as religiosas deveriam executar na rotina do hospital. Como banhar um doente, que cuidados dietéticos tomar, como fazer um curativo, eram conhecimentos, por certo, repassados oralmente, sem um código manuscrito de padronização. Tal procedimento pode ser explicado pelo fato de essas mulheres terem de acompanhar a atuação do médico, cuja orientação poderia variar de um paciente para outro.

Era preciso, pois, obedecer aos cuidados prescritos pelos médicos, considerados detentores de um saber que impunha o controle dos corpos, como apresenta a décima primeira regra: *"Elles auront pour les médecins les égards qui leur sont dus, leur communiquant les observations faites sur les malades, et se conformant exactement à leurs ordonnances et à leurs avis. Là, devront se borner les rapports des Soeurs avec les médecins; les autres deviendraient inutiles ou dangereux."*⁵¹

As atividades de limpeza e manutenção da ordem do ambiente estão previstas nas Constituições: *"VIII - Elles veilleront à ce que l'ordre et la propreté*

⁵⁰Tradução livre: "Caso a doença se agrave e deixe prever o perigo de morte, as Irmãs se ocuparão, com muito tato e delicadeza, de dispor o enfermo a receber os sacramentos. Elas prepararão tudo o que for necessário para a cerimônia, e entreterão o enfermo em santos pensamentos. Em caso de falecimento, se os familiares o pedirem e que se autorize isto, elas ficarão perto do defunto no recolhimento e na oração."

⁵¹Tradução livre: "Elas terão pelos médicos o respeito que lhes são devidos, os comunicando as observações feitas sobre os enfermos, e se conformando exatamente a seus comandos e a suas opiniões. Lá, deverão se limitar o relacionamento das Irmãs com os médicos: de outra maneira tornar-se-ia estes inúteis e perigosos."

*règnent dans les Salles et les dortoirs, et à ce que l'air y soit fréquemment renouvelé.*⁵² (CONGREGATION..., 1894, cap. V, p.177).

No cuidado dos pobres e dos doentes, as Constituições apontam que as religiosas deveriam demonstrar habilidade com a higiene, realização de compressas e com o manuseio de remédios:

*III - Elle tiendra le malade, as chambre et tout ce don til doit user dans une propreté parfaite; fera ou surveillera les bouillons, préparera avec soin les remedes ordonnés par le médecin et les administrera fidèlement. Em remplissant ces fonctions, elle doit conserver la gravite religieuse, parlant peu et d'un ton modeste, évitant tout bruit et tout mouvement exagéré*⁵³ (CONGREGATION..., 1894, cap. VI, p.181).

O acompanhamento do doente exigia atenção eficiente visando ao relato para o médico, como enfatizam as Constituições:

II - (...) elle s'informera de son état, s'instruira des ordonnances du médecin et s'occupera consciencieusement de la personne qu'elle devra soigner.

*IV - Elle examinera les diverses phases de la maladie pour en rendre compte au médecin, à qui elle ne parlera qu'avec une grande modestie. Il est des opérations auxquelles la Soeur ne doit point assister; si, dans un cas exceptionnel, son concours paraît indispensable, elle prendra l'avis de sa Supérieure*⁵⁴ (CONGREGATION..., 1894, cap.VI, p.181-182).

Nesse contexto, a congregação modelava a Irmã Hospitaleira, pois muitas delas eram de origem humilde, sem conhecimento prévio desse tipo de serviço. Com a formação recebida a religiosa passava a especialista, sendo uma cumpridora das

⁵²Tradução livre: " VIII - Elas se ocuparão com que a ordem e a limpeza reinem nas salas e dormitórios, e a que o ar nestes ambientes sejam freqüentemente renovados."

⁵³Tradução livre: " III - Ela manterá o enfermo, seu quarto e tudo que ele deve usar em perfeita limpeza; fará ou acompanhará as compressas quentes, preparará com cuidado os remédios prescritos pelo médico e administrá-los-á fielmente. Cumprindo suas funções, ela deve conservar a gravidade religiosa, falando pouco e com um tom modesto, evitando todo barulho e todo movimento exagerado."

⁵⁴Tradução livre:

" II - ela se informará sobre seu estado, se instruirá dos comandos do médico e se ocuparão conscienciosamente da pessoa que ela deverá assistir.

IV - Ela examinará as diversas fases da doença para transmiti-las ao médico, a quem somente falará com grande modéstia. Há operações às quais a Irmã não deve assistir: se, em caso excepcional, sua participação parecer indispensável, ela tomará a opinião de sua Superiora."

normas da Igreja e instituída de autoridade. Como aponta Bourdieu, "a verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que a pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade" (BOURDIEU, 2000, p.186). É com esse monopólio de conhecimento que essas mulheres dominavam o trabalho nos hospitais e tinham sua prática reconhecida como legítima.

Essa congregação feminina tem sua história marcada também pela submissão institucional. As atividades apontadas estabelecem uma relação de subordinação das religiosas ao médico, configurando a especialização daquele que identifica os sinais e sintomas de uma doença. A visão apresentada às religiosas é de um cientificismo da medicina, no qual se busca no hospital o tratamento e a recuperação do doente, deixando-se de lado a idéia de local de penitência e misericórdia, vigente na Idade Média. Por outro lado, não se pode deixar de pensar que, como auxiliares e prestadoras de cuidado, as religiosas podiam acompanhar o desenvolvimento da medicina, desde o uso de novas drogas até procedimentos mais avançados.

É interessante observar que aspectos como a higiene, a limpeza e manutenção dos ambientes, a administração atenta dos medicamentos prescritos, eram cuidados que intrigavam Florence Nightingale e constituíram preocupações da Congregação de São José. No nível comportamental, Florence também exigia sobriedade nas ações de suas discípulas, uma das marcas das religiosas, dessa Congregação.

Cabe recordar a influência que Florence recebeu do contato com o serviço de diaconia na Alemanha. Em Kaiserswerth, reaflorou o movimento das diaconias da Igreja cristã primitiva, sendo Theodor e Friederike Fliehn, no início de 1836, os incentivadores da diaconia da casa materna como "moldura de trabalho e método de formação para diaconisas de todas as camadas sociais". Tal modelo foi levado para a Holanda e em Hamburgo onde jovens passaram a desempenhar atividades caritativas, pertencentes a famílias camponesas ou operárias. Ele trazia uma presidência exercida por um homem e uma mulher, formando uma comunidade

feminina de vida, de fé e de serviço, difundindo-se pelos países vizinhos. Outras iniciativas existentes no período acabaram por se unir a este modelo, o que fez surgir as diaconisas enfermeiras que "pela qualidade do seu trabalho logo passaram (...) a ser cobiçadas em hospitais públicos e nas comunidades" (GOSSMANN, 1997, p.119).

O espaço conquistado pelas congregações femininas deveu-se aos avanços em relação às idéias da vida religiosa que resultaram no rompimento com a exigência da clausura, abrindo-se caminhos para a atuação da mulher na área social, no cuidado de doentes e idosos, na educação de crianças e jovens, no atendimento aos excluídos deficientes e doentes mentais. É importante frisar que todo esse cuidar não acontecia apenas no plano físico e social, mas se complementava com o cuidado espiritual.

CAPÍTULO 2

A CIDADE, A DIOCESE E AS IRMÃS DE SÃO JOSÉ: A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS E A PERCEPÇÃO DO PROBLEMA

2.1 CURITIBA E A SAÚDE NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, o Paraná passava por transformações políticas, econômicas e sociais decorrentes de sua recente emancipação política da Província de São Paulo, ocorrida em 1853. Com uma economia pouco expressiva, fundamentada na atividade criatória e na extração do mate, contava com poucos recursos para investir nas áreas de serviço público. Nesse sentido, evidenciava-se que a sociedade local estava desprovida de agentes sociais que permitissem levar o Paraná a equiparar-se com outras regiões do país.

Buscando nos relatos de historiadores e cronistas a imagem de Curitiba nesse período, os olhares são distintos. Rocha Pombo assim descrevia a cidade do progresso e da riqueza no início do século XX:

A nossa capital é uma das mais belas, das mais opulentas e grandiosas do Sul. Quem viu aquela Curitiba, acanhada e sonolenta, de 1853, não reconhece a Curitiba suntuosa de hoje, com as suas grandes avenidas e "boulevards", as suas amplas ruas alegres, as suas praças, os seus jardins, os seus edifícios magníficos. A cidade é iluminada a luz elétrica. É servida por linhas de "bonds" entre o Batel e o Fontana e a estação da estrada de ferro, aproveitando a quase toda a área urbana. O tráfego diário conta, além, do que fazem os "bonds", com mais de 1.000 veículos diversos. Há plena atividade, dentro do quadro urbano, mais de trezentas fábricas e oficinas e no município todo, perto de 600. Já se funde em Curitiba tão perfeitamente como no Rio. Já se grava e já se fazem, em suma, todos os trabalhos de impressão tão bem como os melhores da Europa. O movimento da cidade é extraordinário, e a vida de Curitiba, é já a vida afanosa de um grande centro. Existem para mais de trinta sociedades, clubes e instituições de ordem popular. Contam-se seis colégios particulares, cinco livrarias, nove tipografias, muitas de primeira ordem, e uma litografia importantíssima (ROCHA POMBO, 1980, p.141).

O editorial do jornal Diário da Tarde apontava, porém, um cenário urbano com diversas carências na cidade do progresso:

Faltam-nos tudo: não temos água potável, não existem esgotos para os detritos de nossa já não pequena população; muitas ruas de grande trânsito exigem calçamento; o nosso passeio público, único logradouro que possuímos, está quase que abandonado; as nossas praças e vias mostram-se sujas e descuidadas; a limpeza pública não satisfeita (DIÁRIO DA TARDE, 15 jun. 1900).

A diversidade dos textos, seja na fala do historiador Rocha Pombo, seja na do cronista de jornal, revela que cada autor trabalha com discursos que envolvem uma troca cultural própria, o que nos remete à obra de Brandão, a qual apoiada em Bakhtin ressalta o enfoque discursivo-interacionista, qual seja, "insiste no caráter social dos fatos de linguagem, considerando o enunciado (isto é, o texto) como o produto da interação social, em que cada palavra é definida como produto de trocas sociais" (BRANDÃO, 2000, p.36-37).

Curitiba se apresentava então rodeada de chácaras e de várias colônias⁵⁵, além de ter tido seu território desmembrado com o surgimento de oito novos municípios, a saber: São José dos Pinhais (1852), Campo Largo (1870), Bocaiúva do Sul (1871), Rio Branco do Sul (1871), Almirante Tamandaré (1889), Colombo (1890), Piraquara (1890) e Araucária em 1890 (WACHOWICZ, 1981).

Os governantes eram pressionados pelo empresariado em função tanto da carência de uma política de proteção à indústria quanto das precariedades dos meios de comunicação e transporte para o escoamento da produção, os quais contribuíam para que Curitiba ficasse isolada das demais localidades do Estado, como também se distanciasse dos pólos econômicos de São Paulo e Rio de Janeiro.

O jornal A Republica, de 3 de janeiro de 1900, destaca com maior detalhamento que Curitiba contava com 438 estabelecimentos industriais

⁵⁵Colônia Argelina (1869), Pilarzinho (1870), São Venâncio (1871), Abranches (1873), Santa Cândida (1874), Orleans (1875), Riviére (1877), Santa Felicidade (1878), Dantas (1878), Alfredo Chavez (1878), Santa Gabriela (1886), Antonio Padro (1886), Presidente Faria (1896), Maria José (1887), Afonso Pena (1908) (Fonte: BALHANA et al. (1969).

(denominação esta utilizada para grandes e pequenos empreendimentos), sendo a atividade ervateira o alicerce desta economia, pois constituíam-se em 100 as fábricas de barricas para erva-mate, 25 os engenhos de beneficiamento de mate. Destaca ainda a existência de selarias (81), olarias (41), marcenarias (39), serralherias (21), curtumes (10), fábricas de café moído (10), fábricas de licores (06), oficinas de carros (07), marmorarias (03), entre outras.

O empresariado paranaense almejava, ainda, uma indústria de maquinaria moderna, que tornasse a produção mais rápida e lucrativa, ou seja, vislumbrava-se essa nova indústria como a forma simbólica de ultrapassar as dificuldades, deslocando-se o poder político de grupos do campo (ervateiros e pecuaristas) para os industriais da cidade.

A chegada de imigrantes veio ao encontro não só das necessidades de mão-de-obra, como também de participação e expansão do empresariado local. Balhana e Westphalen reforçam essas considerações ao afirmarem que "das 4.644 empresas registradas pela Junta Comercial do Paraná, de 1890 a 1929, 39,5% pertenciam a proprietários de ascendência luso-brasileira" (BALHANA e WESTPHALEN, 1986, p.272), sendo complementada a estatística com imigrantes de outras origens, com destaque para os alemães (24,3%) e os italianos (15,1%).

O crescimento da imigração contribuiu para o aumento populacional do Paraná, acompanhado de graves transtornos sociais, tais como a aglomeração urbana, com a conseqüente falta de moradia, insalubridade, a higiene pública precária e as epidemias, as quais passaram a exigir a intervenção do Estado.

A medicina apontava a "inferioridade étnica ou eugênica" como a causadora desses males, devendo-se evitar "a proliferação dos pobres e imigrantes" (BOCK, 1991, p.471). A modernização de Curitiba fez-se acompanhar de epidemias, entre elas a pneumonia (1895), erisipela (1895-96), disenteria (1895, 1896, 1897 e 1898), e febre dengue (1890 a 1896). A medicina na época se preocupava em desvendar os causadores desses males, apontando os imigrantes como possíveis

portadores⁵⁶, porém não se voltava para a carência de instalações de água e esgoto ou a falta de drenagem dos banhados nas áreas centrais da cidade.

O médico Trajano Joaquim dos Reis escreveu em 1894 a obra *Elementos da Hygiene Social*, na qual enfatizou a importância da visão científica e sua aplicação por meio de medidas higiênicas e sanitárias, para a garantia da qualidade de vida da sociedade em geral. A falta de higiene e a presença de doenças eram marcas da pobreza e, conseqüentemente, a vadiagem e a mendicância precisavam ser combatidas. O homem saudável teria gosto pelo trabalho atuando no progresso da nação. O médico era, portanto, um auxiliar na construção da cidade, pois o próprio Dr. Trajano, nesta obra, indicou várias formas de melhorias que trariam benefícios para os curitibanos, desde o calçamento das ruas, arborização das vias, tratamento do lixo e abastecimento de água.

Os dados demográficos enfatizam o incremento populacional, como segue no quadro 1.

QUADRO 1 - CRESCIMENTO POPULACIONAL DE CURITIBA E DO PARANÁ, NOS ANOS DE 1853 A 1920

ANO	CURITIBA	PARANÁ
1853	6.791	62.258
1872	12.625	126.722
1890	24.553	249.491
1900	49.755	327.136
1920	78.986	685.711

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2004)

O crescimento populacional de Curitiba mostra-se expressivo a partir das últimas décadas do século XIX, principalmente na década de 1890 a 1900, que apresentou um aumento na ordem de 102%.

⁵⁶Conforme elucida a tese do Dr. Jayme Dormund dos Reis – *Das principais endemias e epidemias de Curityba*, apresentada à Faculdade de Medicina e Pharmacia do Rio de Janeiro (1898, p.166).

O aparecimento das doenças era atribuído sobretudo à conduta social. O pensamento médico trazia nesse período o dispositivo higiênico como sustentáculo do modelo de saúde e de bom comportamento; a educação higiênica, portanto, deveria corrigir os erros de conduta, deixando-se de lado a questão da inserção dos indivíduos na sociedade como causa fundamental de sua condição de saúde.

Boni destaca o que significava higienizar a cidade:

"Modernizar", "civilizar", construir o "progresso", passa a significar principalmente "higienizar". Higienizar implicava em drenar pântanos, alinhar e calçar ruas, retificar cursos de rios, instalar água encanada e rede de esgotos, arborizar praças, prevenir focos potenciais de enfermidades onde estivessem (prédios, fábricas, cemitérios), adotar medidas preventivas, como vacinas e, principalmente, combater hábitos anti-higiênicos. Em suma, ordenar o espaço, disciplinar usos, controlar e regular hábitos. Curitiba não foi exceção, e embora em menor escala do que cidades como o Rio de Janeiro ou São Paulo, se viu às voltas com problemas dessa natureza (BONI, 1985, p.30).

O desenvolvimento científico de Curitiba evoluiu com a fundação da Faculdade de Medicina do Paraná, em 1912, permitindo assim a realização de estudos sobre a saúde da população local. A preocupação com o charlatanismo existente estimulou a criação da Sociedade de Medicina do Paraná em 1914, e a Revista Paraná Médico serviu para alavancar o registro de trabalhos científicos da área.

A capital paranaense passou a ser palco de reformas visando à melhoria de sua infra-estrutura, contando com o apoio do Presidente Carlos Cavalcanti (1912/1916), que objetivava apresentar a sede do governo com ares de civilização, assim como do prefeito João Antonio Xavier, que buscava a modernidade de arquitetura e a reurbanização da cidade. Conseqüentemente a especulação imobiliária teve seu lugar, associada ao incremento das taxas dos contribuintes municipais, levando ao aumento do custo de vida na capital.

No Executivo municipal cabia à Diretoria de Hygiene o cuidado da saúde pública. Em 1911 este setor contava com apenas um diretor médico para realizar a fiscalização dos serviços de água e esgotos, de remoção do lixo, do controle dos gêneros alimentícios, da fabricação de bebidas, entre outros. Esta diretoria pouco

cresceu no município, existindo em 1920, em seu quadro de carreira, apenas quatro funcionários (PREFEITURA..., 1911, p.157).

Em 1913, Candido Ferreira de Abreu elegeu-se prefeito municipal. Durante os três anos de sua administração voltou-se para a higienização da cidade. No seu governo o Serviço de Higiene Pública foi responsável pela fiscalização dos prédios da cidade e houve uma expansão dos serviços de limpeza urbana, ocorrendo a canalização de vários trechos dos rios que percorriam as vias públicas. De acordo com a análise de Victor, as reformas urbanísticas⁵⁷, porém, expulsaram o trabalhador pobre dos espaços civilizados, realizando um ordenamento territorial. Ao abordar as mudanças ocorridas na cidade entre 1900 e 1912, ressalta que:

Aquelas pitorescas chácaras de outrora já perderam o seu caráter vivamente campestre, enfileiradas agora em ruas regulares com outros prédios, que lhes empobrecem a atmosfera e em muitos casos tiram-lhes grande parte do terreno. Estão desaparecendo os leves chalés de madeira, e rareiam ainda mais as pobres casinhas encardidas, de telhas de taboa, cujo aspecto às vezes era miserando. Os pobres e os sapos vão indo cada vez mais para longe, dizia-me Emiliano Pernetta com a perversidade de quem não quer perder uma boa frase, tanto mais quando realmente ela vem bem resumir a situação. Está aí o motivo principal, acrescentou porque não achas mais na cidade esse cheiro campesino de que falas, é de que eu me recordo: com os pobres vão se distanciando também as culturas (VICTOR, 1913, p.90-91).

Isso aponta para uma "estratificação espacial e social", como coloca Menezes (1996, p.63), sendo mais marcante no período de 1920-1940, quando se pretendia tornar Curitiba uma cidade moderna.

No período compreendido entre 1914 a 1920 verificou-se uma crise na economia paranaense motivada pela baixa representação do mate nas exportações, levando ao desemprego uma significativa parcela de trabalhadores, o que motivou

⁵⁷O engenheiro francês Pierre Taulois, que atuava como agrimensor na Província de São Paulo, apresentou, em 1885, um plano para a cidade, utilizando-se do modelo de malha em vigor na Europa de fins de século XIX, quando a angulação reta das ruas se fazia cruzar por avenidas (BENATTI e SALDANHA, 1996). A urbanização de Curitiba foi lenta até fins da década de 1930, tendo destaque o alargamento da Rua XV de Novembro considerada ponto comercial e social da cidade. Aos poucos as chácaras e colônias passaram a constituir os bairros da capital que sofriam com as distâncias e as dificuldades de transporte. Foi somente com o Plano Agache, de 1941, que o governo buscou trazer o colono para o núcleo urbano (MENEZES, 1996, p.67).

movimentos migratórios para outros estados brasileiros e o aumento da mendicidade na capital com impactos na ordem social.

A organização e o ordenamento da cidade trouxeram nova preocupação: o que fazer com os indivíduos que se mantinham excluídos do mundo do trabalho, ou seja, mendigos, menores abandonados e vadios. As autoridades policiais curitibanas deparavam-se com a mendicância e a vadiagem nas ruas da cidade, destacadamente nas duas primeiras décadas do século XX.⁵⁸ A ociosidade dificultava a distinção entre vadios e miseráveis.

O jurista Evaristo de Moraes ao estudar o tema apresentou uma proposta de categorização para os excluídos sociais: "a) insuficientes físicos e insuficientes psíquicos; b) indivíduos válidos que não trabalham por motivos independentes da sua vontade, os impossibilitados de trabalhar, vagabundos por força de circunstâncias acidentais; c) vagabundos voluntários ou profissionais" (MORAES, 1921, p.15-27). Essa distinção serviu à chefatura de polícia de Curitiba, que passou a contar com um "Gabinete de Identificação"⁵⁹ que concedia licença para esmolar. Após o indivíduo passar por um exame médico no Gabinete Médico Legal, aquele profissional qualificava-o capaz ou incapaz para o trabalho, neste último caso sendo concedida a licença para esmolar.

⁵⁸Consultar BONI, M. I. M. **O espetáculo visto pelo alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/ Universidade de São Paulo. RIBEIRO, L. C. **Memória, resistência e trabalho em Curitiba (1890-1920)**. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. KARVAT, E. C. **Discursos e práticas de controle: falas e olhares sobre a mendicidade e a vadiagem (Curitiba: 1890-1933)**. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

⁵⁹Pelo Decreto n.º 378 de 1.º de julho de 1908, o presidente do Estado do Paraná – Sr. Luis Antonio Xavier, instituiu o Regulamento do Gabinete de Identificação e Estatística, que era uma necessidade para a estruturação dos serviços da chefatura de polícia (Paraná, Leis e Decretos, 1908).

Com a necessidade de retirar das ruas os andarilhos, a chefatura de polícia passou então a expedir, em 1912, a "carteira de identidade para indigentes", que permitia o asilamento. Na primeira página do Jornal Diário da Tarde, de 18 de março de 1916, encontra-se uma referência à procura dos mendigos e desvalidos pelo Gabinete de Identificação, como segue:

Rumo do Gabinete de Identificação vimos seguir, rua Marechal Floriano abaixo, impressionante turma de mendigos. Homens, mulheres e crianças. Ao soturno rythmo toc, toc, toc, característico de muletas nas calçadas, marchava a triste leva entrapada e lenta, os olhos ennevoados dessa resignação que parece reflexo da penumbra acerba que anoitece, sem auroras, a alma sofredora dos vencidos da vida. Não iam ao encontro de um vexame que lhes fizesse maior a desgraça, já tão grande: esperava-os no Gabinete uma operação seleccionadora, há muito necessária, a fim de se separar os verdadeiros dos falsos mendicantes.

O jornal prosseguiu descrevendo os desafortunados:

Coritiba nos últimos tempos e quase de repente, encheu-se de mendigos, pelas esquinas, pelas praças e ruas, por toda a parte, alguns em verdade necessitados, cegos, alujões, phenomenos teratologicos incapazes de angariar a subsistência; outros, porém, visivelmente fingidos, farroupilhas e sórdidos, desengonçando-se em forçadas attitudes enfermigas, que os invalidassem para a campanha tenaz que o principio biológico da luta pela existência impõe a todos os mortaes (...) Bom signal, incontestavelmente, é a medida ora posta em pratica de serem passados pelo crivo do gabinete identificador os inumeros mendigos que infestam a cidade. Assim, os falsos pobres, os espertalhões inqualificáveis não continuarão a explorar a caridade publica, fazendo concorrência áquelles que, por sua miséria e desdita, têm o direito ao apoio da solidariedade humana.

O Poder Público era desprovido de instituições sociais que mantivessem afastados em locais como escolas correcionais, hospícios, albergues e penitenciária, os excluídos da sociedade civil. Com a incapacidade do corpo policial, a cidade clamava por asilos e albergues visando ao restabelecimento da ordem. Nessa época a Santa Casa de Misericórdia, embora com acomodações insuficientes, servia de local de abrigo para alienados mentais e miseráveis. Neste sentido, talvez cumprisse o papel de reforço à vigilância e ao isolamento como maquinaria do poder, de acordo com a análise de Foucault, ao ressaltar que: "A disciplina às vezes exige cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande "encarceramento"

dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes." (FOUCAULT, 1998, p.122)

Exigia-se do Estado a segregação da pobreza e da miséria, e as instituições asilares atenderiam a essa necessidade tendo em vista que a medicina higienista defendia a privação como forma de evitar atos de vandalismo ou de desordem. A disciplinarização dos corpos não se constituía em ato de caridade, mas era compreendida como defesa da preservação da raça.

De 1915 a 1922 o desenvolvimento da cidade estagnou com o advento da Primeira Guerra Mundial. Moreira Garcez (1919-1927), ao assumir a prefeitura de Curitiba em 26 de fevereiro de 1919, preocupou-se inicialmente em melhorar os recursos de crédito da municipalidade, tendo em vista as dívidas contraídas pelos antecessores em face dos anseios de progresso da cidade. O prefeito aprovou um novo Código de Posturas, que passou a vigorar em 1920, apesar das reduções de recolhimento, com vistas no seu projeto de urbanização, como relata Martins:

Procedeu á desobstrução dos rios, reconstruiu e construiu boeiros, para o fácil escoamento das águas pluvias que periodicamente causavam inundações em certas zonas da cidade; retocou o ajardinamento das praças publicas e concluiu sobre lindas linhas estheticas o jardim da Praça da universidade; cuidou das estradas do rocio; calçou a parallelepipedos as ladeiras nas ruas macadamisadas; fez a Praça da Republica, até então rocha Tarpeia de todas as administrações municipaes, desde 1876 quando ali se construiu o Hospital; remacadamisou todas as ruas centraes; movimentou os britadores das pedreiras do Ahú e os auto-compressores, inertes desde o tempo da presidência Carlos Cavalcanti e da prefeitura Candido de Abreu; visou e dotou de melhoramentos notáveis zonas contíguas aos nossos mais desenvolvidos e aprazíveis arrabaldes; cuidou carinhosamente, do Cemitério Municipal, calçou-o, deu-lhe novas condições technicas, estheticas e administrativas, numa nobilíssima preocupação sentimental; e, ao mesmo tempo, com uma infatigável operosidade, com um carinho singular, com uma competência technica admirável, estendeu por todos os pontos da cidade o calçamento das vias publicas, – o Problema maior de Curityba⁶⁰ (MARTINS, 1922, p.156).

⁶⁰A Praça da República é a atual Praça Rui Barbosa, sendo que o hospital referido é a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Esse projeto de urbanização atendia ao crescimento demográfico da cidade, a qual passou a contar com estruturas urbanas modernas e com o crescimento industrial, como reforça o autor:

Em 1848 tinha 112 fábricas, com 2.440 operários (...) e o recenseamento de 1920 registrou 255 fábricas com 3.448 operários (...) Tinha 1.283 prédios em 1886, e conta hoje, somente no seu quadro urbano, 8.237. O número de veículos matriculados em 1921 para transportes urbanos, se elevou a 2.584 (...) Tem em tráfego 26.175 metros de linhas de bondes eléctricos, com um movimento de passagens que em 1898 foi de 670.000, em 1908 de 980.000, em 1918 de 1.888.122, e em 1921 de 2.979.447. Possui um serviço telephonico com 562 Kilometros de linha e 965 aparelhos (...) a sua iluminação, pública e particular é eléctrica, de lâmpadas incandescentes, com intensidades que variam de 32 até 300 velas (...) Tem Curityba edificios públicos que seriam notáveis mesmo em cidades de maior importância tais como os do Paço Municipal, Palácio do Congresso, da Universidade, do Gynnasio, da Escola normal, prédios particulares, commerciaes e residenciaes que rivalizam, em conforto e aspecto, com os melhores das metrópoles estaduais brasileiras;

As entidades assistenciais e educacionais surgidas no seu mandato projetavam uma nova visão de Curitiba, complementa Martins:

...serviços de assistência social beneméritos, como o Hospital de Caridade, o Hospício N. S. da Luz, o Instituto Pasteur, a Gotta de Leite, a Maternidade, os asylos de orphãos do Cajurú e S. Luiz, o Albergue Nocturno; egrejas de certa beleza architectonica e entre ellas uma das mais bellas do Brasil, – a Cathedral; estabelecimentos officiais e particulares de instrucção, de primeira ordem, faculdades e escolas de ensino superior de Direito, Engenharia e Medicina, gymnásios, collegios, grupos escolares, jardins de infância, conservatório de música, escola de desenho e pintura, escolas profissionais para os dois sexos (MARTINS, 1922, p.140-142).

As agremiações, as estruturas de lazer, a arborização das vias públicas e o saneamento também eram preocupações que envolviam o projeto de urbanização. Quanto a isso, finaliza Martins:

As associações educativas, beneficentes ou simplesmente recreativas – os clubes, os grêmios, teem alguns deles, installações próprias magníficas e se estimulam na efficiencia com que concorrem para a confraternização social do meio. Tem hotéis excelentes; casas commerciaes idênticas as dos grandes centros, theatros modernos, dos quaes se destaca o Guayra, do Governo do estado, cinco jardins públicos dos mais bellos do paiz, e entre elles o Passeio Público, duas vezes maior que o do Rio de Janeiro. Ruas e praças amplas, bem cuidadas, muitas dellas arborisadas com cerca de 5.000 árvores de escolhidas essências florestaes como o eucaliptus, o cinamomo, a magnólia, plátanos, diversas eugenias e acácias. Todas as casas são servidas de água abundante, encanada das vertentes occidentaes da Serra do Mar, e bem assim de redes geraes de exgotto que vão ter a philtros bacterianos e dahi ao rio Belém, affluente do Yguassú (MARTINS, 1922, p.140-142).

Em 30 de outubro de 1926 foi inaugurado em Curitiba, pelo então governador Dr. Munhoz da Rocha, o Asilo São Vicente de Paulo, buscando responder ao problema da mendicância que tanto afrontava a cidade. A instituição era assistencial, mantida pelo Estado, e visava prioritariamente ao tratamento de indigentes, fichados previamente pelo Gabinete de Identificação e Estatística da chefatura de polícia. Grande era a preocupação com os indivíduos que não pertenciam ao mundo do trabalho, pois vagavam contra o ideário de civilização e progresso que a cidade esperava, preocupando as autoridades mantenedoras da ordem urbana.

Outra demanda social era o número crescente de crianças pobres, órfãs ou abandonadas que perambulavam pela cidade, trazendo preocupação para a segurança da propriedade privada e do patrimônio público. A imprensa buscava conclamar as autoridades e a sociedade civil para a causa da assistência e proteção à infância. Na década de 1920 as crianças pobres eram atendidas no Patronato Agrícola⁶¹, conforme relatos da Sociedade de Socorro aos Necessitados e da chefatura de polícia.

O agravamento das condições sociais dessa parcela da população obrigou o Estado a estabelecer acordos com ordens religiosas para o recolhimento e atendimento de menores em suas instituições. A regeneração pela educação e pelo trabalho seriam formas menos onerosas para o Estado viabilizar os estabelecimentos asilares, incentivando o ensino profissionalizante.

Com maior intensidade começou a se efetivar a estatização dos serviços básicos a partir dos anos vinte, como os serviços de água e esgotos e a iluminação pública, permitindo que o poder público estadual pudesse trazer inovações ao Paraná. Por outro lado, a municipalidade passou a interferir ainda mais no espaço urbano curitibano e em seu planejamento. Isto exigiu a criação e cobrança de novas taxas que incrementaram a receita municipal. Curitiba ganhou sua Planta Cadastral

⁶¹O Patronato Agrícola foi criado pela Escola Agrônoma do Paraná, tendo sido aprovado pelo governo do Estado por meio do Decreto 943 de 17 de agosto de 1920. Segundo o decreto, o objetivo era atender "as classes pobres e visa a educação moral, cívica, physica e profissional de menores desvalidos".

possibilitando a realização de estudos para o seu desenvolvimento, como apontou o então prefeito da cidade João Lothário Meissner⁶² em 1935:

A terminação do levantamento possibilitará a nomeação da "Comissão da Cidade", que cooperará com a Prefeitura na organização do plano geral da cidade, no qual deverão figurar todos os melhoramentos a serem realizados, obedecendo as modernas normas de urbanismo, a fim de garantir o progresso sempre maior de Curitiba, pela continuidade dos trabalhos e tornado-os independentes do critério pessoal e exclusivo de cada administrador.

Nos anos trinta tornou-se obrigatória a identificação civil de toda a sociedade brasileira, surgindo assim os institutos de identificação. A classificação dos excluídos deu lugar ao registro de todos os cidadãos. De acordo com o IBGE (2004), em 1920 Curitiba contava com 78.986 habitantes e em 1940 seus registros apontavam uma população de 127.278 pessoas.

A cidade crescia com a vontade de ser moderna, acompanhada de problemas de infra-estrutura sanitária, insuficiência habitacional, insalubridade, mostrando os pobres desajustados como preocupação para o discurso médico-sanitário, policial e religioso.

2.2 A CRIAÇÃO DA DIOCESE E AS PRIORIDADES EPISCOPAIS

Na Europa, com as mudanças filosóficas, políticas, econômicas e sociais após a Revolução Francesa e o período napoleônico, a Igreja Católica concentrou-se na luta contra o modernismo, leia-se socialismo, comunismo, liberalismo econômico e livre-pensamento. Preocupada com tais questões, que abalavam a família tradicional e os valores ditados pela religião, a Cúria Romana organizou o Concílio Vaticano I (1869-70) no qual reforçou as idéias contrárias ao mundo moderno, mantendo-se no medievalismo, ou seja, incentivando a economia de subsistência, enquanto a ciência deveria preocupar-se com o culto a Deus.

⁶²PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Mensagem enviada à Câmara Municipal – Fevereiro de 1935**. Curitiba: Typographia do "Diário Oficial", 1935. p.14 - 15.

A Igreja Católica pretendia recristianizar o mundo, buscando, segundo Hobsbawm, manter "uma velha sociedade viva e orgânica contra a corrosão da razão e do liberalismo" (HOBSBAWM, 1998, p.252). Para dar unidade à liturgia e ao catecismo incentivou a construção de seminários e a formação de padres. Nesse mesmo período destaca-se o crescimento internacional das Ordens e Congregações, voltadas ao trabalho missionário.

A partir da segunda metade do século XIX prevaleceu a idéia do ultramontanismo⁶³, o culto à figura do papa, proclamando-se a infalibilidade papal⁶⁴, o respeito aos princípios hierárquicos, o fortalecimento das doutrinas oficiais da Igreja. Pio IX (1846-1878) também vivenciou durante seu mandato as discussões sobre os limites territoriais do papado e a conquista do território italiano, assim como vários movimentos políticos na Europa. A Santa Sé acabou sofrendo a diminuição de seu território, passando também pelo questionamento de seu poder espiritual. O papa seguinte, Leão XIII (1878-1903) diplomaticamente celebrou acordos na França, Alemanha, Bélgica, Suíça e Áustria-Hungria, apaziguando os problemas entre Estado e Igreja. Ambos os papas empenharam-se no incentivo ao trabalho missionário, na tentativa de se contrapor aos avanços dos protestantes em missões assistenciais e na área da educação (MICELLI, 1988, p.11-16).

A Igreja Católica implantou-se no Brasil como instituição oficial desde o início da Colônia. No período imperial tinha no imperador seu chefe maior, permitindo a

⁶³O termo ultramontanismo se deveu às discussões ocorridas durante o Concílio Vaticano I (1869-1870), no mandato do papa Pio IX, quando o grupo majoritário apoiador do dogma da infalibilidade papal acabou por receber esta denominação, pois ultrapassaram a cordilheira dos Alpes para aderir à Roma.

⁶⁴Abordando a organização da Igreja, Luff assim se refere: "Quando o Papa fala com o propósito expresso de ensinar sob a divina garantia de infalibilidade – isto é, livre de erro – ele fala *ex cathedra*, da cadeira da sua autoridade, e seus pronunciamentos são reconhecidos como livres de erro e obrigatórios para todos os católicos. Para ensinar dessa forma, o Papa deve preocupar-se com questões de fé ou moral para a Igreja inteira, e sua intenção de definir doutrina infalível deve ser bastante clara". (LUFF, 1969, p.514). O preceito de infalibilidade papal está presente no cânon 331, no qual se confirmam duas ordens de poderes: "protestas suprema, plena immediata et universalis."

este, por força do padroado, a escolha de bispos, nomeação de párocos e missionários, o financiamento de expedições evangelizadoras, a construção de templos e a manutenção do culto, entre outros.⁶⁵

Nas últimas décadas do século XIX no Brasil, além do fim da monarquia em 1889, ocorreu também a separação da Igreja do Estado, retirando-se do clero toda subvenção estatal, entre outras coisas. Parte do episcopado brasileiro passou a buscar a substituição do antigo catolicismo de raízes portuguesas pelo novo modelo de Roma. Para tanto, segundo Oliveira, embasaram suas ações nos seguintes pontos:

1. Voltar-se para os assuntos internos da Igreja, não assumindo cargos na política imperial, como haviam feito seus antecessores.
2. Trazer da Europa, na medida do possível, novas ordens e congregações religiosas que lhe servissem de apoio para a reforma da Igreja (Padres da Missão, Irmãs da Caridade, Capuchinhos franceses e, posteriormente, Redentoristas, Dominicanos, Jesuítas e outros).
3. Instituir os seminários "fechados", rigoristas, como único meio para ingressar no sacerdócio. Assim, formar sacerdotes com espírito clerical de intensa vida espiritual, cortados dos interesses familiares e políticos e que se dedicassem exclusivamente aos serviços religiosos (OLIVEIRA, 1985, p.14-15).

O governo provisório da República (de novembro de 1889 a março de 1891) legalizou a separação como expressa o Decreto n.º 119, de sete de janeiro de 1890, pelo qual implantou-se a liberdade de culto (art. 2.º), a extinção do padroado (art. 4.º), a perda da imunidade política do clero (art. 5.º). A Igreja pouco ou quase nada influenciava as lideranças civis, nas quais os ideais do Positivismo e do Liberalismo eram marcantes, não estando mais sob controle estatal. Já, o Decreto n.º 155, de 14 de janeiro de 1890 trazia o calendário nacional de festividades, no qual o Governo Provisório retirou os dias santificados como feriados nacionais.

⁶⁵De acordo com Cury (1991, p.106-109), a Igreja Católica de Roma outorgava o padroado a um administrador civil, conferindo-lhe controle sobre a Igreja local ou nacional. Como complementa Hoornaert (1977, p.163-164), o governo de Portugal e a Igreja firmaram esse compromisso determinando o direito de padroado à figura do rei, o qual passou a associar aos seus direitos políticos a titulação de Grão-Mestre de ordens religiosas, devendo o papa confirmar as medidas reais.

A reação da Igreja foi imediata e optou pelo modelo estrutural de Roma, passando os bispos a serem escolhidos pela Santa Sé, enfocando-se a educação religiosa como meta primordial de trabalho do clero, sendo este processo denominado de *romanização*⁶⁶ do catolicismo brasileiro. Porém, subsistiam as práticas de um catolicismo diferenciado entre o povo e o clero, um leigo e o outro oficial, indicando a carência de sacerdotes e de trabalho missionário. Somente na metade do século XIX a Igreja percebeu a necessidade de recatolicizar o Brasil, evidenciando o distanciamento do povo, e a força que as confrarias ou irmandades leigas adquiriram. Segundo Marchi, "se a religiosidade foi e é uma constante no cotidiano do povo brasileiro, o mesmo nem sempre ocorreu com a catolicidade" (MARCHI, 1998, p.57).

O texto da Constituição de fevereiro de 1891 marcou o distanciamento entre o Estado e a Igreja, como afirma Bruneau:

A Constituição Republicana não foi declarada em nome de Deus, proclamando assim o caráter essencialmente a-religioso do novo regime. As medidas do governo provisório, sobre a separação e não subvencionamento foram ratificadas (Art. 112, 72 e 7). Os membros de ordens religiosas, congregações e comunidades, engajados pelo voto de obediência eram privados dos direitos políticos (Art. 70, 1 e 4). Somente os casamentos civis, e não os religiosos, eram oficialmente reconhecidos (Art. 72 e 4). Os cemitérios foram secularizados e entregues à administração municipal (Art. 72 e 5). O clero não gozava de imunidade política (Art. 72:28 e 29). E, finalmente, a educação foi laicizada, sendo a religião eliminada do currículo, e ficando os governos proibidos de subvencionar escolas religiosas (Art. 72, 6 e 7) (BRUNEAU, 1974, p.64-65).

Com a separação do Estado, a Igreja reforçou sua estrutura organizacional e, imediatamente, procurou criar uma série de novas dioceses. O Papa Leão XIII por meio da Bula Apostólica *Ad universas orbis Ecclesias*, de 5 de maio de 1892, expedida em 8 de novembro do mesmo ano, dividiu o Brasil em duas províncias

⁶⁶Sobre a romanização, ver OLIVEIRA, Pedro A. R. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.36, n.141, p.131-142, mar. 1976. AZZI, Rioldo. O início da restauração católica no Brasil (1920-1930) I e II. **Síntese**, n.10, p.61-89, 1977. WERNET, Augustin. A vinda de congregações estrangeiras e a europeização do catolicismo no centro sul do Brasil. **Revista da SBPH**, Curitiba, n.6, p.43-52, 1991.

eclesiásticas, sendo a do Norte com sede na Bahia e a do Sul com sede no Rio de Janeiro, criando também as dioceses do Amazonas, Curitiba, Niterói e Paraíba.⁶⁷ O crescimento do número de dioceses brasileiras teve o seguinte ritmo: em 1891 contava-se com doze dioceses, em 1900 passou-se a registrar dezessete, em 1910 houve um incremento para trinta, chegando-se a 1920 com cinquenta e oito (BRUNEAU, 1979, p.29).

Nesse período de ampliação das dioceses, Curitiba foi consagrada como sede em 1892, incorporando Paraná e Santa Catarina. Dom José de Camargo Barros⁶⁸ foi seu primeiro bispo, tomando posse em 30 de setembro de 1894.

Como o bispo⁶⁹ é considerado um sucessor dos apóstolos, por instituição divina, é denominado Pastor na Igreja, mestre da doutrina, sacerdote do culto sagrado; estas funções recebidas pela consagração episcopal fazem com que um bispo diocesano responda pelos cuidados de uma diocese (SALVADOR, 1993, p.95).

⁶⁷A primeira diocese brasileira foi a diocese de São Salvador da Bahia, criada em 25 de fevereiro de 1551, tendo Dom Pedro Fernandes Sardinha como seu primeiro bispo. Ela foi desmembrada em 22 de novembro de 1676, quando se deu a criação da Diocese do Rio de Janeiro, e em 6 de dezembro de 1745 novo desmembramento ocorre com o surgimento da Diocese de São Paulo. As províncias eclesiásticas são agrupamentos de dioceses, existindo uma ou mais para cada país.

⁶⁸Dom José de Camargo Barros nasceu em Indaiatuba, comarca de Itu em 24 de abril de 1858, sendo descendente de ilustre família paulista. Em 1875 ingressou no Colégio dos Padres Jesuítas em Sorocaba onde teve despertado a vocação sacerdotal. Acabou sendo admitido no Seminário Episcopal de São Paulo em 28 de junho de 1877. D. Lino de Carvalho ordenou-o sacerdote em 11 de março de 1883. Dom José ficou lecionando no Seminário, sendo que foi empossado na paróquia de Santa Efigênia em São Paulo em 1887, permanecendo no cargo até 1893, quando então foi escolhido pelo Papa Leão XIII para ocupar o cargo de Bispo da Diocese de Curitiba. Em 9 de novembro de 1903 D. José foi transferido para assumir como bispo a Diocese de São Paulo. D. José faleceu em 1906 durante um naufrágio de navio, retornando de Roma, tendo o acidente ocorrido perto da Espanha (FEDALTO, 1956, p.20-21).

⁶⁹O termo bispo é originário do latim, *episcopus*, significando administrador ou supervisor, sendo a diocese a sé do bispo, e este, o seu ordinário.

Serpa reforça as preocupações que envolviam as práticas dos bispos brasileiros no início do século XX, a saber:

... construção de seminários, residência episcopal, catedral, imprensa católica, ensino do catecismo, resgate e aumento do patrimônio, construção de escolas, incentivo às missões paroquiais, visitas pastorais, introdução de novas associações para leigos. Apelavam para importação de ordens e congregações religiosas estrangeiras e se comunicavam com o clero e fiéis através de cartas pastorais (SERPA, 1997, p.95).

Visando a uma articulação do episcopado com um discurso e estratégias comuns, a Igreja lançou mão das cartas pastorais com o objetivo de atingir sua missão sacramental. Desta maneira, como pastor, o bispo devia fazer uso das cartas como matéria doutrinária e disciplinar tanto para os sacerdotes da diocese como para a comunidade de fiéis.

D. José de Camargo Barros apresentando-se à diocese curitibana, em sua primeira carta pastoral, "saudando aos seus Diocesanos no dia de sua sagração", em 24 de junho de 1894, preocupou-se com a legitimação de sua autoridade, assim dizendo Barros: "A primeira credencial pois a reclamar d'aquelle que vem vos annunciar a palavra divina é que elle comprove a legitimidade de sua missão, que mostre que foi enviado por Deus. Sem esta primeira e essencial condição, ninguém pode apresentar-se no meio de um povo, como pregador do sancto Evangelho." (BARROS, 1900a, p.20).

Além de reforçar sua linguagem autorizada, pois quem fala é Deus por intermédio de seu representante, conforme coloca Bourdieu, a investidura do cargo de bispo está presente quando enfoca sua nomeação "Quanto a nós, ficae tranquilllos, temos recebido essa divina missão e para proval-a, se não basta a nossa nomeação, se não basta o decreto pontifício de nossa confirmação, temos ainda o facto solemnissimo e público de nossa sagração." (BARROS, 1900a, p.20).

D. José abordando a necessidade do cumprimento dos sacramentos enfatizou que estes deveriam acompanhar os fiéis do nascimento até sua morte. Portanto, a salvação seria obtida pela submissão, o "eu" dos fiéis ficaria apagado,

devendo ser a Igreja a condutora dos caminhos. Certamente, o bispo buscava sedimentar a dominância de condutas pela sociedade, assim dizia ele:

Acaba de nascer? A toda pressa corre ella para elle e antes mesmo que tenha aberto os olhos à luz, o purifica (...) Chega a adolescência, idade das tempestades (...) Voa a Igreja em seu auxílio e lhe communica um incremento de vida (...) Suas forças estão exauridas ou enfraquecidas (...) A Igreja a convida a vir sentar-se em um banquete celeste (...) Teve o christão a desgraça de fraquejar na lucta (...) a Igreja o recolhe sanguinolento (...), o mergulha em um banho que o lava e cura. Chega à sua última hora (...) Corre a Igreja para junto de seu leito (...) Tem elle necessidade de mediadores que se occupem, de uma maneira especial, das cousas divinas (...) A Igreja lhe prepara, em seus sacerdotes, íntegros monitores, guias esclarecidos, paes cheios de ternura e devotamento (BARROS, 1900a, p.24-25).

Após tomar posse no cargo em 30 de setembro de 1894, buscando a expansão da Igreja em sua diocese, com a formação de seu clero, D. José preocupou-se inicialmente com a fundação de um seminário diocesano. O primeiro passo foi a realização de um encontro de autoridades, a 25 de outubro de 1894, o qual contou com a presença dos Padres Alberto José Gonçalves (Cura da Sé), Francisco da Costa Pinto (Vigário Cooperador da Catedral), Marcello Nunziatta (Vigário de Paranaguá), Cônego José Evangelista Braga (Vigário Colado de Mogi-Mirim – São Paulo), Coronel Joaquim Lacerda, Desembargador Itaciano Teixeira e Dr. Joaquim José de Carvalho.

Em circular aos vigários, de três de novembro de 1894, o bispo reforçava a importância da implantação da obra dizendo:

Não ignora V. Revma. que para a vitalidade de uma diocese o elemento essencial é um bom Seminário. O Seminário, como a mesma palavra o indica, é a sementeira, é a fonte fecunda, donde irrompe, irradia-se a vida religiosa por todas as camadas sociaes pela formação de sacerdotes exemplares e preparados para as luctas incruentas no meio do século. (...) Por isso, o immortal Pontífice, actualmente reinante. O Papa Leão XIII não cessa de chamar toda a attenção dos Bispos para os Seminários. (...) Ainda ultimamente, na carta de 2 de julho deste anno que dirigiu a todos os Arcebispos e Bispos do Brasil, fallando sobre os Seminários, assim se exprime: "At vero in dioecesibus ubi nulla adhuc Seminaria existunt, curent omni ope Antistides ut ea quam primum quamque potime instituantur". (...) Além de ser uma necessidade, um dever, o Seminario em nossa diocese é ainda uma aspiração popular. O povo quer, o povo pede, o povo reclama, quanto antes, a abertura de um Seminário que venha dar a seus filhos uma educação ao mesmo tempo completa e sólida. (...) O Seminário não é um edificio particular, é um monumento de luz e de glória para todo um povo. (...) Eis porque fazemos empenho, mas muito empenho em

que todos, absolutamente todos os diocesanos, se façam representar, na altura de suas posses, na construção desse santuário da ciência e da virtude. Por isso, pela presente, resolvemos encarregar V. Revma. de promover para tal fim uma collecta entre todos os seus parochianos (...) e como todos não podem dar, de prompto, quantias avultadas, determinamos que Vossa Revma. procure estabelecer entre os seus parochianos uma contribuição mensal, embora pequena, mas continua, além das offeras que agora receber. José, Bispo Diocesano (BARROS, 1900b, p.35-36).

Trata-se de uma demonstração pública de que o bispo seguia as decisões da Santa Sé, além de estar referendando a importância da formação mais rigorosa e moralmente irrepreensível do novo clero. Ao exigir que fossem seguidos os preceitos do Papa, estava dividindo as obrigações com a comunidade diocesana, a qual aparece como a grande beneficiária desta obra. Acabava-se firmando um contrato, quando um contexto de signos e de experiências seriam trocados pela honraria de se auxiliar na construção do templo do saber e ainda, possibilitando aos diocesanos terem seus familiares freqüentando o majestoso monumento.

A criação do seminário permitiria a formação de um novo clero nacional seguindo as orientações de Roma, enfatizando a hierarquia da Igreja e o poder clerical, buscando a uniformidade do catolicismo. A Igreja estaria assim privilegiando todos os estratos sociais, formando jovens cristãos que poderiam futuramente constituir-se numa elite política, como também estava dando uma oportunidade de estudo para a juventude e permitindo a qualificação de futuros mestres para a área de educação.

Em 22 de fevereiro de 1895, D. José adquiriu dois terrenos no Batel, tendo sido auxiliado pelas doações da comunidade, assim como pelas cotas lotéricas, segundo a Lei n.º 122, de 12 de dezembro de 1894, sancionada pelo então governador Dr. Francisco Xavier da Silva. Para dirimir as dificuldades, alugou-se um prédio na Rua Comendador Araújo, que, após sofrer reformas, foi inaugurado como seminário em 19 de março de 1896. Foi escolhido São José como padroeiro, e os Padres Lazaristas (Congregação da Missão) como a congregação responsável. O seminário não oferecia apenas educação visando à formação de sacerdotes, mas estava aberto aos jovens interessados em prosseguir seus estudos.

Com a extensão territorial da diocese, o bispo necessitava se afastar de Curitiba e percorrer as localidades na chamada visita pastoral. Na Carta Pastoral datada de 24 de fevereiro de 1895, D. José anuncia aos diocesanos a realização da primeira Visita Pastoral, enfatizando a ritualística simbólica esperada pelo cargo, servindo de recomendação aos fiéis quanto à forma que o representante de Deus esperava ser tratado, ou seja, as normas da relação: "...O Bispo é o representante de Deus sobre a terra; eis porque à sua chegada levantam-se os povos, vão ao seu encontro, ornem-se as ruas, repicam-se os sinos e por onde passa, curvam os fiéis as suas frentes reverentes e fazendo-lhe bem definida e nobre genuflexão osculam-lhe o sagrado anel." (BARROS, 1900a, p.49). Reforçando o símbolo da autoridade sobre o seu rebanho de fiéis, os paramentos e as insígnias pontificais do bispo, como o anel, complementam a investidura do cargo.

As visitas pastorais permitiam aos bispos supervisionar os trabalhos de padres e vigários em face do pretendido fortalecimento do catolicismo. Apesar da ausência provocada nas sedes dos episcopados, as visitas proporcionavam também o controle financeiro das contribuições dos paroquianos nas diversas localidades.

Observando o discurso pelo lado dos diocesanos, a autoridade do poder espiritual vinha envolta na noção de incorporação, conforme recomenda o bispo:

Todas as honras, todas as homenagens que se lhe tributam não são de mais, nunca são excessivas, porque não é o indivíduo, não são as suas qualidades pessoais que se reverenciam, não. Todas as honras que lhe tributaes se dirigem á auctoridade sagrada de que se acha revestido. Seja moço ou velho, nobre ou plebeu, elle é o Bispo de vossas almas, é aquelle que foi enviado para tratar comvosco, como embaixador de Deus, do negocio de vossa salvação (BARROS, 1900a, p.49-50).

No período entre 1890-1930, o processo de construção institucional da Igreja, para Micelli, deve-se "de um lado, às novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé, durante a segunda metade do século XIX e, de outro lado, aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que teve de enfrentar no interior da sociedade brasileira" (MICELLI, 1988, p.11).

Diagnosticando a situação da diocese após as visitas realizadas até esse período, enfatizou Dom José:

...Eis aqui a brecha, pela qual entram em uma parochia, atropellada e confusamente, os emissários do protestantismo, do espiritismo, do atheismo, do positivismo, enfim de todos os erros que falsificam a religião do povo; eis aqui uma das portas largas pelas quaes precipitam-se nos corações dos fieis todas as más paixões e lamentáveis desvarios. (...) Portanto acima de tudo, antes de tudo, a instrucção do povo, a pratica para os adultos, o catechismo para os pequenos. Eis o novo lábaro que devemos erguer sobre as fortalezas de nossas parochias; eis o posto, onde devemos ficar e agir; eis o campo de nossas batalhas, a arena, em que devemos empregar de ora em diante todos os esforços de nosso zelo (BARROS, 1900a, p.96-98).

A Santa Sé apontava para a remodelação de condutas, visando-se à conquista da ordem, da disciplina, do respeito e do sentimento religioso, enfim, da ressacralização da vida social. D. José, portanto, teria o desafio de ser um interlocutor junto ao poder temporal, o Estado, sendo a formação e ampliação de um novo clero uma necessidade a ser vencida na diocese.

D. José buscando enfrentar a carência de formação religiosa da população, solicitou apoio dos seus diocesanos em favor da imprensa católica, em Carta Pastoral datada de 10 de abril de 1898, dizendo ele:

... Nos tempos actuaes, a imprensa catholica é uma obra pia utilíssima, grandemente necessária e igualmente santa e por isso constante e energicamente recomendada pelos Summos Pontífices e Bispos do orbe catholico. (...) Onde o púlpito dorme e não falla, o periódico torna-se para o povo o supplemento da homilia ou da palavra do parochio e, para dizermos todo o nosso pensamento, o seu único catechismo. (...) Onde o púlpito falla, mas o povo não vem ouvir-o, a imprensa religiosa leva ao seio das famílias o ensino das verdades catholicas, faz na praça, no café, na loja, na officina, no restaurant, no comboyo, no vapor, por toda a parte, o que o orador sagrado faz no templo. Alem disto, é um poderoso meio de despertar por toda a parte a sympathia pela religião. (...) A imprensa catholica é, pois, em cada parochia, em cada família o thermometro da atmosphaera religiosa nos diversos paizes da Europa e do mundo christão; é o pharol erguido no meio das nações, donde a religião diffunde jorros de luz que vão inundar o seio da família christã e o sanctuario das consciências e provocar dest'arte mais amor e mais dedicação.

Criou um periódico denominado A Estrella, cujo primeiro número circulou em 3 de abril de 1898, servindo a carta pastoral para o bispo comunicar a publicação, a saber:

A imprensa religiosa é ainda a correspondência epistolar da família catholica. (...) O jornal catholico é ainda um complemento, não dizemos bem, é um elemento indispensável da vida e da acção religioso-social da Igreja, é a alavanca, por meio da qual todas as obras pias d'uma diocese podem receber impulso efficaz e duradouro. (...) "De todo o coração vos pedimos pelo espírito religioso, consagram a sua vida a publicar periódicos para diffundir e defenfer a doutrina catholica". Assim disse Pio IX. "A imprensa catholica é de soberana utilidade, digo pouco: é uma necessidade". Assim affirmou Leão XIII. (...) Apoiado, pois, em motivos tão fortes é que vos recommendamos que venhaes com todos os vossos recursos ao encontro do primeiro jornal catholico desta diocese (BARROS, 1900a, p.120-123).

Certamente os caminhos traçados por D. José vinham ao encontro das recomendações superiores, porém, desde o século XVI, os bispos eram obrigados a ir a Roma para uma audiência com o Papa, em intervalos regulares de tempo, visando detalhar seu trabalho na diocese (LUFF, 1969). Desta maneira, surgiu para o bispo a oportunidade de uma viagem ao Vaticano em face da realização do Concílio Plenário Latino-Americano.

O então Papa Leão XIII demonstrando sua preocupação com a América Latina, decidiu celebrar um concílio plenário para tratar dos problemas religiosos, buscando consolidar a situação da Igreja. Com uma comissão instituída para tal, elaboraram-se vários decretos e deliberações, concluindo-se pela escolha de Roma como o melhor local para o evento. Tendo a festa da Santíssima Trindade, em 28 de maio de 1899, como data para o início dos trabalhos, a conclusão do evento ocorreu em 9 de julho, dia de comemoração da festa dos Prodígios da Bem Aventurada Virgem Maria, para os romanos.

Em uma audiência ocorrida a 10 de julho, os bispos brasileiros que participavam do Concílio foram recebidos pelo pontífice, o qual recomendou especial atenção com os seminários, sacerdotes e missões populares.

Ao retornar do Concílio Plenário Latino-Americano, D. José, em carta pastoral datada de 21 de novembro de 1899, assim descreve como relatou a diocese de Curitiba para os representantes da América, naquele evento:

...formada de dous vastos Estados brasileiros, tem, mais ou menos, uns 600.000 habitantes, dispersos em uma extensão de 9.600 leguas quadradas e que entretanto toda esta população está dividida apenas em 68 parochias, das quaes 33 estão vagas por falta de sacerdotes, sendo todo este povo cuidado somente por 35 parochos, que, sobrecarregados de multiplos deveres, vivem ainda isolados uns dos outros por enormes distancias que os separam. Ahi dissemos que já visitámos quasi todas as parochias, havendo percorrido, por bons e máos caminhos, mais de 997 leguas, havendo administrado a confirmação a mais de 90.000 pessoas. Ahi relatámos todas as obras e instituições que temos conseguido realizar na Capital e no interior da diocese, expuzemos o estado moral e religioso do clero e do povo, mostrámos as suas necessidades espirituas e religiosas, exaltamos o vosso espirito de fé e de piedade, o vosso aferro a Religião catholica, preciosa herança de vossos antepassados e muitas outras cousas dissemos que, mesmo em resumo, não é possivel dar nesta carta pastoral (BARROS, 1900a, p.4).

As visitas pastorais permitiam aos bispos conhecerem a diocese e suas dificuldades. Não se pode esquecer que a diocese envolvia as terras paranaenses e de Santa Catarina, e que à época havia sérias dificuldades de comunicação e transportes. Esta forma de alusão do discurso traz o plano temporal como destaque, levantando os obstáculos à ação de evangelizar. Traz ainda a alternância com o plano espiritual, quando o bispo aponta que existiam erros a serem corrigidos quanto à doutrina, revelando a relação desarmoniosa entre locutor e ouvinte. O trabalho com as sociedades urbanas tinha destaque na diocese, enquanto grande parte da população rural mantinha-se desprovida desse atendimento. Tal distanciamento fez florescer a religiosidade popular, preocupando a Igreja na conquista de seu poder. Novamente surgia a oportunidade para o bispo reforçar a importância da estruturação e formação do clero, ressaltando o valor do Seminário, tema de recomendação do Santo Pontífice:

Fallou a principio sobre os seminarios, nos quaes se formam os ministros de Christo, que mais tarde vão ser os auxiliares dos bispos no sagrado ministerio da salvação das almas; recommendou muito que nestes seminarios não falte o curso de philosophia thomistica, a qual elle tem inculcado desde o começo do seu pontificado pela encyclica *Aeterni Patris*, como a base, mais solida para os estudos theologicos. Sabendo que há dioceses tão pobres que não podem ter ou sustentar um seminario, recommendou que houvesse na Capital da provincia ecclesiastica um seminario central para os alumnos de taes dioceses pobres e que estes seminarios centraes, se elles teem os altos estudos de philosophia e theologia e direito, poderão converter-se em pequenas universidades, onde se conferirão graus academicos ecclesiasticos (BARROS, 1899, p.6).

Dessa feita, a ênfase recaia no direcionamento organizacional da Igreja, exigindo-se a educação do clero para que se estabelecesse um catolicismo

universalista, recomendando-se a separação dos cursos de humanidades dos cursos de filosofia e teologia. Trata-se, portanto, de um discurso que reforça a concepção da hierarquia eclesiástica, visando à formação de uma intelectualidade da religião. Por meio da ação eclesial inteligente, com base científica, o Papa esperava superar as necessidades e dificuldades que se apresentavam para a América no período.

Referindo-se ao resultado do Concílio, assim se expressa D. José:

Leis prudentissimas foram feitas, leis que serão levadas ao vosso conhecimento só depois de examinadas, confirmadas e aprovadas pela auctoridade infallivel do Romano Pontifice. Desde já exhortamos a todos vós, sacerdotes e fieis, que acceiteis respeitosamente essas leis e que fielmente as observeis, porque foram ellas bem estudadas, discutidas e promulgadas para o maior progresso da Religião em nossos paizes e bem de vossas almas (BARROS, 1899, p.5).

Esse evento acabou por resultar na publicação das Constituições Conciliares de 1.º de janeiro de 1900, como código fundamental de direito eclesiástico para os países da América Latina, servindo de ponto de partida para a revitalização religiosa. Esse código continha 16 títulos e 998 artigos, trazendo determinações sobre as principais questões dogmáticas e disciplinares da vida eclesiástica. Tomando posição quanto às questões religiosas, morais e sociais, adaptadas ao tempo, buscava-se uma base comum de ação entre os católicos das dioceses latino-americanas.

Serpa complementa quanto aos resultados do Concílio Plenário Latino-Americano:

As decisões do Concílio Plenário Latino-Americano colocaram todos os países sob a égide de uma única legislação. Os decretos buscaram a afirmação da autoridade da Igreja enquanto instituição fortemente hierarquizada. Submeteram a seu controle todas as variações de manifestações religiosas que, consideradas como ignorância religiosa do povo, deveriam ser abolidas ou reelaboradas. As decisões atingiram de cheio as Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras que, por decisão do Concílio, deveriam ter seus estatutos reformulados, passando para o controle do governo diocesano. Seus bens seriam incorporados ao patrimônio da Igreja. Enfim, o Concílio Plenário Latino-Americano, de 1899, levou a Igreja a empreender uma forte clericalização de suas estruturas, a rejeitar o passado e a tradição cultural latino-americana, propugnando por uma postura europeizante da sociedade em toda extensão. Os decretos do Concílio Plenário Latino-Americano, de 1899 foram, imediatamente, postos em prática nas dioceses brasileiras, seja através de exemplares distribuídos pelo Vaticano, seja através de realização de Sínodos diocesanos, e serviram de base para a elaboração das Constituições Diocesanas das Províncias Eclesiásticas Meridionais do Brasil, de 1915, que seguiu as mesmas diretrizes doutrinárias e organizacionais (SERPA, 1997, p.88-89).

Seguindo as orientações do Concílio Plenário Latino-Americano, realizou-se em São Paulo, de 3 a 12 de novembro de 1901, a Primeira Conferência dos Bispos da Província Eclesiástica do Sul do Brasil, quando os bispos afirmaram estar por inspiração do Concílio Plenário Latino Americano, considerado por eles como "um precioso repositório de doutrina e instrução ecclesiastica". O resultado foi a elaboração de uma Carta Pastoral Coletiva subscrita pelos seguintes sacerdotes: Joaquim Alcoverde de Albuquerque Cavalcanti (Arcebispo do Rio de Janeiro), Antonio Joaquim de Melo (Bispo de São Paulo), Claudio José Gonçalves Ponce de Leão (Bispo do Rio Grande do Sul), Silvério Gomes Pimenta (Bispo de Marianna), Francisco do Rego Maia (Bispo de Petrópolis), José de Camargo Barros (Bispo de Corytiba), e João (Bispo de Pouso Alegre).

As Resoluções e Estatutos da conferência determinaram a uniformização de deliberações para as dioceses da Província, enfatizando-se a evangelização, o cumprimento dos sacramentos e a escolarização para o progresso espiritual das dioceses, sendo que o artigo 133 do documento dá exemplo desta preocupação: "É de grande utilidade fundar pequenos seminários ou escolas apostólicas, no interior das dioceses, confiados a Congregações Religiosas que formem alumnos para os Seminários diocesanos."

O artigo 13 do documento recomendava aos bispos "fundar em suas respectivas dioceses um Boletim diocesano para publicação dos actos das Congregações Romanas, expediente e actos diocesanos, conferencias ecclesiaticas, etc.". Isto já vinha acontecendo na diocese, que teve lançado em 5 de janeiro de 1900 o primeiro número de seu "Boletim Ecclesiastico da Diocese de Corytiba", com publicação na primeira sexta-feira de cada mês, tendo distribuição gratuita a todos os sacerdotes.

Na continuidade, o mesmo documento no capítulo VII, das Confrarias e Irmandades, ressaltava a importância da autoridade diocesana no acompanhamento dos trabalhos dessas corporações, reforçando-se a condenação aos que pertencessem a seitas ou sociedades secretas, condenadas pela Igreja, como a

maçonaria. Também se reconhecia o auxílio destas entidades na "distribuição de esmolas e a sustentação de Hospitais e Asylos" (CAVALCANTI, 1901, p.70-74). Isto veio reforçar a preocupação de D. José em buscar apoio para a melhoria da assistência prestada no Hospital de Caridade de Curitiba.

Segundo Scarano, as confrarias tiveram sua origem na tradição medieval, respeitando uma categorização profissional; no catolicismo colonial brasileiro surgiram as irmandades e "nelas se manifestava realmente o espírito religioso da população", envolvendo todos os momentos da vida dos que moravam nas cidades, a saber: "todos os acontecimentos do nascimento à morte, eram comemorados nas confrarias e quem estivesse fora delas era olhado com desconfiança, privado do convívio social, quase um apátrida dentro dos grupos que se reuniam em associações tentando estabelecer alguma ordem e organização". Reforça a autora a contribuição que essas irmandades trouxeram na manutenção do culto: "... construíam igrejas, paramentavam-nas, organizando assim a vida católica local" (SCARANO, 1976, p.28-37). No Brasil tais organizações se constituíram adotando critérios raciais e sociais, ou seja, existiam aquelas destinadas aos pobres (negros ou pardos) e também aos brancos ou senhores, preocupando o poder eclesiástico e o temporal (BENEDETTI, 1984). Oliveira aponta a existência de dois tipos de irmandades no Brasil:

As Irmandades de Misericórdia, destinadas à construção e manutenção de hospitais e abrigos para indigentes, e as irmandades de fins devocionais e cultuais. As primeiras, que perduram até hoje, foram as únicas entidades de caráter propriamente filantrópico até o século XIX. As outras irmandades também tinham atividades beneficentes, mas exclusivamente para os confrades e suas famílias, enquanto as Irmandades de Misericórdia atendiam a não-membros (OLIVEIRA, 1985, p.15).

Criticando a secularização do ensino, a descristianização das escolas públicas, aprovada pelo legislativo brasileiro, em carta pastoral sobre as escolas paroquiais, publicada no Boletim Ecclesiastico da Diocese de Curitiba, de 2 de março de 1900 (anno I, n.3, p.1), D. José reforça que a escola paroquial é essencial a uma paróquia, tanto quanto a própria igreja matriz. Segundo ele, não se trata de uma novidade na vida social da Igreja, mas para a diocese passou a ser um novo

projeto. Para enfatizar a importância do ensino do catecismo, o bispo faz uso de uma comparação entre o médico e o sacerdote, ou seja, procura demonstrar que ambos têm poder de decisão e de ação diante da população:

...A nossa attitude deante das grandes enfermidades moraes da Diocese é a de um medico que, para salvar o seu enfermo, tem só um remédio, cujo resultado elle conhece efficacissimo, mas ao qual se oppõem as pessoas da família e o próprio doente. Que faz o medico? Inventta discursos para convencer o doente, emprega palliativos? Não. Diz simplesmente: "ou o doente há de tomar este remédio e eu garanto a cura, ou morre infallivelmente". Eis o que viemos vos dizer mais uma vez: Ou haveis de ensinar o catechismo por qualquer modo que seja a todas as vossas ovelhas e vereis vossas parochias reformadas, as heresias e os erros vencidos, Deus melhor conhecido, amado e servido; ou se não o ensinaes, as vossas ovelhas perder-se-ão e com ellas e na frente dellas o pastor descuidado que deixou penetrar no redil o lobo que não dorme. É o que diz Santo Agostinho: "*Non pavisti, occidisti*".

Para o poder episcopal a organização socioeconômica da cidade passaria pela educação e formação religiosa da população, a remodelação de condutas exigia o trabalho missionário.

Foi somente em 23 de julho de 1901, que o bispo entregou aos curitibanos, a primeira parte da obra do Seminário São José no novo endereço do Batel. O jornal católico A Estrella, de 25 de maio de 1902 (anno V, n.8, p.4), elucida sobre a formação oferecida no Seminário:

Este estabelecimento, que funciona actualmente no magnifico predio construido no Batel, arrabalde de Curityba, em uma vasta chacara, com todas as accomodações proprias ao fim a que se destina, está habilitado a dar a seus alumnos, alem de esmerada educação, a mais completa instrucção; Ensina com capricho todos os preparatorios para as Academias, a saber: Portuguez, Arithmetica, Historia Patria, Francez, Algebra, Historia Universal, Inglez, Geometria, Historia Natural, Latim, Trigonometria, Physica, Geographia, Chimica. Alem destas materias ainda se ensina: Religião, Italiano, Alemão, Polaco, Rethorica, e Philosophia comprehendendo Logica, Metaphysica e Ethica, bem como musica instrumental e vocal. O curso completo de todas estas materias dura 5 annos. Alem d'este curso, há um outro superior e especial para a carreira ecclesiastica. Conta para isso com pessoal docente numeroso e habilitado, constando de 3 sacerdotes e 6 collaboradores. Admittem-se alumnos internos, semi-internos e externos. Para as condições de admissão trata-se com o reitor.

D. José permaneceu como bispo de Curitiba até 15 de abril de 1904, perfazendo nove anos e seis meses no cargo, sendo substituído por D. Duarte Leopoldo e Silva⁷⁰.

D. Duarte foi eleito Bispo de Curitiba em 10 de maio de 1904, sendo sagrado a 22 de maio do mesmo ano, na capela do Pontifício Colégio Pio Latino Americano, pelo Cardeal Merry de Val, Secretário de Estado do Papa Pio X, tomando posse na diocese em 2 de outubro de 1904.

Em sua carta de saudação aos diocesanos, apresentou seu programa de trabalho, preocupando-se em "doutrinar com firmeza e caridade, suportar com paciência e confiança em Deus, perdoar com magnanimidade e espírito cristão, só o pôde fazer quem nas fontes da Verdade bebeu a luz serena que ilumina e fortalece" (SILVA, 1907, p.6).

O novo bispo procurou reforçar na diocese a necessidade de a Igreja vencer a ignorância religiosa, buscando salientar aspectos que durante os cultos ou solenidades afrontavam o sagrado com o profano⁷¹; demonstrava assim seu olhar civilizador, apontando que em algumas localidades "não sabem rezar nem sequer o Padre Nosso, a Ave-Maria, confessam e comungam sem saber a razão, apenas por instinto de fé" (SILVA, 1906, p.98). Chegou a criticar severamente como se mantinham algumas capelas dirigidas por simples moradores, a saber:

⁷⁰Dom Duarte Leopoldo e Silva nasceu em Taubaté, São Paulo, em 4 de abril de 1867. Em sua cidade natal cursou o primário e o secundário, sendo que ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro aos dezoito anos de idade, na qual permaneceu por apenas um ano. Percebendo sua vocação sacerdotal, entrou no Seminário de São Paulo. Foi ordenado sacerdote em 30 de outubro de 1892 sendo que foi nomeado Pároco de Santa Cecília em 1894. Deixou esta comunidade para tornar-se bispo de Curitiba, permanecendo por trinta meses nesta função. Com a morte de D. José de Camargo Barros assumiu como bispo a diocese de São Paulo em 14 de abril de 1907, vindo a falecer em 13 de novembro de 1938 (FEDALTO, 1956, p.23-24).

⁷¹Segundo Mircea Eliade (1996, p.17-18), o mundo natural é profano, portanto o que não pertence a ele deve ser considerado "sagrado", o que o autor denomina de "hierofania". O cotidiano da vida pode ser considerado profano desde que não esteja envolto em rituais que tragam a conotação do sagrado.

Em geral, a capela é um velho caixão de pinho com uma cruz ao alto, tendo uma única entrada sem ar, nem ventilação, uma sineta ao lado, uma mesa deplorável, ou uma coisa semelhante, que lhe serve de altar, algumas garrafas ou pedaços de pau toscamente lavrados à guisa de castiçais, tudo vergonhosamente sujo, imundo, detestável. Completa o quadro outro caixãozinho posto sobre o altar e a que chamam de nicho, ridiculamente decorado com uns paninhos azuis e cor-de-rosa, desbotados, grotescos, impossíveis. Aí se amontoa, na mais indizível confusão, uma santaria enorme – santos de barro, santos de gesso, santos sem cabeça, santos de perna quebrada, verdadeiros bonecos de tamanhos diversos e invocações indecifráveis, hediondamente cobertos de fitas e de trapos infames. Pelas paredes, de um e outro lado, grande quantidade de registros sujos, velhos, rasgados, também de todos os tamanhos e invocações (SILVA, 1906, p.99).

Preocupava-se não somente com a manutenção das igrejas ou capelas como lugares sagrados, mas também ressaltava a importância de os vigários enfatizarem a ordem, a higiene e a limpeza nesses locais:

Se queremos educar o povo, despertando-lhe a inteligência das verdades da fé, habituá-lo ao respeito e veneração das coisas, lugares sagrados, impor-lhe silêncio durante as cerimônias do culto, encontrar-lhe o caminho do coração para as práticas mais austeras, prender-lhe a atenção à palavra de Deus, chamá-lo sobretudo à exata compreensão dos seus deveres para com o santíssimo sacramento, é absolutamente indispensável fazer guerra aos hediondos caixões de pinho, e dar-lhes capelas modestas, embora, porém asseadas, decentes e providas do necessário para o culto (SILVA, 1906, p.99).

Rápida foi a passagem de D. Duarte pela diocese, afastando-se em 7 de janeiro de 1907, permanecendo pouco mais de dois anos. Em sua Carta de Despedida apresentou com brevidade as obras realizadas e as condições em que deixou a diocese, a saber:

Na estrada percorrida encontrará o Nosso successor os patrimônios já quase constituídos do Paraná, da futura Diocese de S. Catharina e do Seminário Episcopal; o serviço parochial reorganizado sob a baze das visitas ou missões parochiaes; a reconstituição das Fabricas e do Obulo Diocesano; dous grandes e acreditados collegios, sendo um deles equiparado ao Gymnasio Nacional; dez novas escolas congreganistas com grande e animadora freqüência; o Seminário Episcopal, pagas todas as suas dividas, com obras novas e maior numero de alumnos; a ordenação de dezesseis sacerdotes entre seculares e regulares; três novos hospitaes sob a direcção de Irmãs; cinco novas Congregações estabelecidas na Diocese; as Congregações já existentes accrescidas de novos membros; 64 jovens donzellas consagradas a N. S. Jesus Christo; onze egrejas parochiaes confiadas a Congregações religiosas com muita vantagem para o serviço espiritual, até então precário; diversas Associações Catholicas ultimamente estabelecidas; uma nova turma de Missionários Diocesanos; 131 localidades visitadas pessoalmente pelo Bispo Diocesano rodeado do Maximo respeito e consideração; a visita official do Apostolado por um delegado diocesano; a animadora freqüência dos Santos Sacramentos da Egreja e conseqüente desenvolvimento do espírito de fé (SILVA, 1907, p.7).

O terceiro bispo diocesano foi Dom João Francisco Braga⁷², que tomou posse em 17 de fevereiro de 1908, vindo da Diocese de Petrópolis e permaneceu como administrador da diocese de Curitiba até 22 de junho de 1935. Em sua Carta Pastoral saudando os diocesanos, após referendar a grande ajuda dada aos titulares anteriores por Monsenhor Alberto Gonçalves, e enaltecendo o trabalho do clero, as atividades do Seminário Episcopal, referiu-se também à atuação das congregações religiosas femininas: "Obras descortinamos, bellas d'encanto e d'enleio, florescendo á sombra de Virgens consagradas ao Senhor em seus collegios, suas escolas, seus asylos e hospitaes. Com veneração, saudamos as Irmãs de todas as Congregações e as virtudes, tão nobre quão heroicamente, postas ao serviço da família e da sociedade." (BRAGA, 1908, p.7). Cabe ressaltar que a Congregação de São José de Moutiers atuava na Santa Casa de Misericórdia e mantinha o Noviciado no Cajuru.

Na sequência, enfatiza o bispo o papel fundamental dos pais na formação católica dos filhos, conclamando-os a ajudá-lo nesta tarefa, certamente preocupado com a modelação das condutas sociais:

Feliz o lar domestico onde o pae e a mãe exercem, em face dos filhos, mimosos sacerdócios; onde os primeiros elementos da doutrina christã são, ao sahir do berço, as primeiras palavras balbuciadas; onde se respira um ambiente embalsamado dos perfumes da piedade e radiante das luzes do alto! Paes e Mães de família, continuae a guardar o sentimento christão em vossa família; que o vosso lar seja animado pelo espírito de fé; que os pensamentos eternos presidam á educação de vossos filhos; que elles cresçam em uma atmospherá de vida sobrenatural, e que seus corações aprendam de vós, que Deus deve

⁷²Dom João Francisco Braga nasceu em 24 de agosto de 1868, em Pelotas, Rio Grande do Sul, tendo origem abastada. No Externato de Porto Alegre iniciou seus estudos, após ingressou no curso de humanidades em Hamburgo, Alemanha, por acompanhar seu pai que era diplomata. Retornando ao Brasil pensou em seguir carreira diplomática ou na área da política seguindo as heranças familiares, porém com 28 anos, em 1895, encaminhou-se ao Seminário de Mariana, Minas Gerais, de padres lazaristas. Após cursar Filosofia e Teologia ingressou no sacerdócio sendo ordenado em 17 de abril de 1900. Depois de uma passagem pelo Rio de Janeiro retornou a Porto Alegre no cargo de secretário do bispado, onde permaneceu dois anos. O Papa Leão XIII escolheu-o como primeiro bispo de Petrópolis, tomando posse em 26 de outubro de 1902. Foi chamado então para assumir a diocese de Curitiba, onde permaneceu por 27 anos. Renunciou o trabalho na Arquidiocese de Curitiba em 1935 por sérios problemas de saúde, sendo então transferido para o Sanatório de São José das Irmãs de Caridade, em Petrópolis. Faleceu aos 69 anos em 13 de outubro de 1937.

ser amado, através da vida inteira! Paes e Mães de família, Filhos nossos mui amados, por vós termos sempre, e por vossa excelsa missão, respeito, estima, veneração. Paes e Mães de família, a quem, neste momento, consagramos aqui nossas saudações, ajudade-nos – nós vol-o pedimos – a afastar d'esta Diocese e de nossa Pátria os perigos que lhes ameaçariam o futuro si pela infância ignorados forem a oração, os mandamentos, as verdades da religião...e da juventude desconhecidos o fervor da fé, a pureza da vida, o amor das virtudes christãs, o entusiasmo das causas nobres! (BRAGA, 1908, p.7-8).

Ao buscar o apoio das elites dirigentes locais, o novo bispo fez menção da atenção recebida pelas autoridades, não deixando de reforçar a investidura de poder que o bispo apresenta no destino da diocese e na garantia da ordem:

Ao Exmo. Snr. 2.º Vice presidente do Paraná, ora em exercício, confirmamos o respeito, a sinceridade e a confiança com que saudamos, na hora de nossa chegada, no momento do nosso desembarque. A S. Ex.^a o Snr. Governador do Estado de Santa Catharina consagramos também nossas saudações e as mesmas expressões, de nossa parte. (...) Saudamos todas as Auctoridades, sem nenhuma excepção, civis e militares, – a Magistratura, – os Representantes dos dois Estados, em ambos os parlamentos. Sobre todos, havemos de implorar – é nosso dever – a protecção de Nosso Senhor Jesus Christo, que é o melhor apoio do direito, a mais firme garantia da ordem, a mais forte trincheira da segurança de uma pátria. Ao digno Corpo Consular apresentamos nossas saudações, também (BRAGA, 1908, p.10-11).

O Boletim da Diocese de Curityba, datado de 24 de agosto de 1908 (p.12), dava continuidade às publicações oficiais, e tinha como principal pauta o anúncio pelo bispo D. Duarte, do Decreto baixado pelo Papa Pio X, publicado em Roma no dia 19 de março de 1908, referente à desmembração e ereção da nova Diocese de Florianópolis, separando-a, portanto, da Diocese de Curitiba, apontando como justificativa "...remover as difficuldades que nas Dioceses da republica Brasileira embaraçam a administração Ecclesiastica, principalmente por causa das grandes extensões territoriaes". Os limites da nova diocese de Florianópolis permaneceram os mesmos, segundo a circunscrição civil do Estado de Santa Catarina.

A política paranaense foi fortemente abalada com a "Questão do Contestado", em 1910, quanto aos limites de terras com o Estado de Santa Catarina. Serpa complementa como ficaram os limites da diocese após o movimento: "Em 1917, com o término da Guerra do Contestado, já estando definidos os limites

entre o Estado do Paraná e Santa Catarina, foram incorporadas à Diocese de Florianópolis, as paróquias de Itaiópolis, o curato de Iracema, parte da paróquia do Rio Negro, de Porto União e de Palmas" (SERPA, 1997, p.117).

O Palácio Arquiepiscopal de Curitiba, situado à Avenida Jaime Reis, foi fruto dos esforços de D. João, que inclusive adquiriu com recursos herdados de família o terreno onde se localiza a sede da mitra. Curitiba ganhou várias igrejas com o incentivo de D. João: "... do Bom Jesus, na Praça Rui Barbosa; do Bom Jesus do Calvário, no Alto do Cabral; e Senhor Bom Jesus, no Portão; de S. Estanislau na Rua Emiliano Pernet, a de S. Francisco de Paula" (FEDALTO, 1956, p.27).

O crescimento e a dimensão territorial também vieram influenciar a necessidade de separação das atividades religiosas, fazendo com que em 10 de maio de 1926 fosse publicada a Constituição Apostólica apontando o desmembramento da diocese de Curitiba do Paraná e a elevação de seu território à Província Eclesiástica, pela Bula "Quum in Dies Numerus" do Papa Pio XI. Curitiba foi elevada à condição de Arquidiocese, não mais tendo que se submeter à Igreja de São Paulo, sendo criadas também as Dioceses de Ponta Grossa, Jacarezinho e a Prelazia de Foz do Iguaçu. A partir de então, Dom João Francisco Braga passou a ser o primeiro Arcebispo de Curitiba.

Pertenciam à Arquidiocese de Curitiba vinte e nove paróquias, quais sejam: Curitiba, Abranches, Água Branca, Antonina, Araucária, Assunguy de Cima, Bocaiúva, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Lapa, Morretes, Muricy, Orleans, Palmeira, Paranaguá, Piraquara, Rio Negro, Rondinha, Santa Cândida, Santa Felicidade, São João do Triunfo, São José dos Pinhais, São Mateus, Tamandaré, Tomás Coelho, Umbará e Votuverava.

2.3 O EPISCOPADO E A TRANSFERÊNCIA DE CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS

Dom José de Camargo Barros percebendo a necessidade de ampliar a atuação da Igreja entre os cidadãos e visando à conquista de espaço junto ao poder

público, garantindo a presença da Igreja paralelamente ao Estado, e suprimindo a carência do clero, recorreu a ordens e congregações estrangeiras, masculinas e femininas, para que o apoiassem nesta empreitada, instituindo escolas católicas e estruturando a assistência nos hospitais.

O ano de 1895 marcou a chegada a Curitiba da primeira congregação feminina de religiosas francesas denominada de Nossa Senhora dos Santos Anjos. Vieram com o intuito de fundar um colégio para meninas, nos moldes do já instalado na capital federal, e muito elogiado pela imprensa.

Os benefícios que o novo colégio traria para as famílias curitibanas foram noticiados pelo jornal *A Republica*, de 13 de novembro de 1895 (anno X, n.264, p.2), visto que os métodos educacionais empregados previam a formação da mulher alicerçada no pudor e na religião, a saber:

Estas irmans, educam as meninas para a sua nobre missão na sociedade, missão de boas e exemplares mães de família, das quaes dependerá mais tarde, n'um futuro não mui remoto, as abençoadas escolas onde hão de formar-se – "cidadãos sérios e uteis, mulheres fortes e honestas, conscias dos proprios deveres". Grave responsabilidade pesa sobre os paes pela educação dos filhos, que, para ser bôa, não se deve permittir sem os confortos da religião; afim de que – "floresça a saude do corpo, ao mesmo tempo que na alma augmente o esplendor da virtude". Oh! Exclama ainda aquelle mesmo escriptor emerito, eu comprehendo muito bem que os inimigos da religião empreguem todos os esforços para arrancar a fé do coração da mulher! Elles sabem que enquanto ao lado da juventude estiver a mãe christã, deverão lutar com um obstaculo insuperavel; sabem, que enquanto os filhos beberem dos labios maternos o sentimento religioso, cairão frustrados os planos de impiedade; o signal da cruz, que a mãe imprimiu na fronte do filho poderá velar-se, mas não se extinguirá, e mais tarde ou mais cêdo, resplandecerá de novo. Já as familias christãs, conscias dos seus deveres e da sua responsabilidade perante a sociedade e diante de Deus, têm agora aonde confiar a educação moral e religiosa das suas jovens herdeiras.

A imprensa fazia coro com as preocupações do bispo diocesano, o qual procurava influenciar as famílias, como estratégia para melhorar os costumes privados e a moral pública, destacando a importância da formação da menina-mulher-mãe.

Além da educação das jovens, o bispo percebia a necessidade de melhorar a assistência prestada na Santa Casa de Misericórdia aos desamparados da sorte. Buscando ajuda de outra congregação religiosa, D. José recebeu da França as Irmãs de São José de Moutiers, que chegaram a Curitiba, em 1896, acompanhadas

de dois padres. Estes foram acolhidos no Seminário dos Lazaristas franceses, ficando as religiosas no Colégio das Irmãs dos Santos Anjos durante quinze dias. A Santa Casa de Misericórdia de Curitiba ou Hospital de Caridade foi o primeiro campo de apostolado das Irmãs de São José de Moutiers, no Brasil. Acompanhadas dos padres Lassiaz e Anxionnaz aqui chegaram seis religiosas, a saber:

- Irmã Marie Joseph (Marie Aline Jacquier)
- Irmã Cécile (Marie Françoise Meimoz)
- Irmã Marie Lucie (Jeanne Marie Rolland)
- Irmã Marie Françoise (Victoire Michel)
- Irmã Flavie (Anne Marie Verginne Borlet)
- Irmã Marie Basile (Thérèse Bonnevie) (HECK, 1978, p.06)

FIGURA 5 - AS PRIMEIRAS IRMÃS NO PARANÁ (SEM DATA).



FONTE: Acervo da Congregação de São José.

A chegada das religiosas coincidia com as manifestações da intelectualidade curitibana que se preocupava com as intenções e influências da Igreja em relação ao ordenamento social. Dario Vellozo juntamente com Silveira Netto, Julio Pernetta e Antonio Braga, fundaram em 1895, a revista "O Cenáculo", propondo que a modificação dos costumes fosse resultada não da ação da Igreja,

mas do trabalho do educador e do médico, da ordem e da higiene, buscando a reorganização familiar. Reforçava Vellozo no periódico: "É dever de todo aquelle que se preza de possuir uma penna, – de aço ou de ouro, que importa? – mostrar e demonstrar ao povo ingenuo e credulo a impropriedade do ensino religioso, a falsidade das doutrinas da Egreja romana, a esterilidade de seo dogmatismo." Complementa o protesto: "...ensino civico, recebido nos seminarios e casas de instrucção religiosa, é pernicioso á sociedade e ao Paiz, – o Cenaculo protesta, em nome da Moral, em nome da Patria republicana, contra esse invadir da Egreja nos dominios da Intelligencia" (VELLOZO, 1896, p.38).

Em resposta aos embates e ataques da intelectualidade, em 5 de janeiro de 1897, D. José publicava nova carta pastoral, na qual recomendava o ensino do catecismo:

... Não são mais numerosas do que os dedos das mãos as parochias em que as aulas do catechismo deixam algum resultado pratico. (...) Por conseguinte, em vista deste estado de cousas não é de admirar ver-se o enorme atrazo em que se acha a religião nesta diocese. (...) A ignorância religiosa, além de ser um grande mal em si mesma, ainda degenera o culto tão bello e tão racional de nossa religião e vicia a piedade mesma. O meio mais poderoso para regenerar uma parochia é a diffusão do ensino religioso. (...) Conhecemos parochias nesta diocese, onde se fazem festas todos os mezes, festas pomposas e que attrahem muito povo, mas onde não há uma só communhão por anno, onde os moribundos morrem sem os sacramentos, onde os nubentes casam-se sem confissão; parochias, cujo povo tem fama de muito religioso, mas onde os próprios catholicos que acompanham as procissões e que por assim dizer, moram na egreja, são tão ignorantes em religião, que negam a existência do inferno e dos demônios, não admittem o peccado original e por conseguinte repellem, rejeitam todos os mais dogmas (BARROS, 1900, p.96-98).

Atendendo às orientações de política da Igreja Católica de buscar reforço para seu quadro de religiosos, sobretudo os vindos da Europa, no ano de 1897 chegou a segunda caravana de religiosas de São José ao Paraná, que foram encaminhadas para a Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, na região do litoral paranaense.

Tendo a Madre Superiora insistido em pedir à França novas irmãs, desembarcou na cidade de Curitiba em 13 de dezembro de 1898 a terceira caravana, assim composta: Mère Marguerite Marie (Marie Jourdan), Irmã Maria do

Rosário (Catherine Macaulay - irlandesa), Irmã Ildefonse (Hélène Mac Mahon - irlandesa) e Irmã Geneviève (Victoire M. Empereur), devidamente acompanhadas do padre Jean Michel, futuro Capelão da Casa Provincial (HECK, 1965, p.25).

Trindade apresenta um panorama das congregações femininas que chegaram ao Paraná, seguindo a dos Santos Anjos e de São José:

... as Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus (italianas – 1900); as Irmãs da Divina Providência (alemãs – 1903); as Filhas de Caridade de São Vicente de Paula (polonesas – 1904); as Irmãs de Nossa Senhora de Sion (francesas – 1906); e as das Franciscanas da Sagrada Família (polonesas – 1906), fundando um número aproximado de 23 casas escolares, na cidade e nos arrabaldes (TRINDADE, 1992, p.17).

Um novo hospital foi construído na entrada de Curitiba para atender aos funcionários feridos na construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, localizado em frente à via férrea, no Cajuru. O diretor da Companhia, Senhor Serjeat, solicitou à Madre Superiora que um grupo de religiosas viesse trabalhar naquele local, motivo pelo qual foram encaminhadas Irmã Françoise, e como suas auxiliares Irmã Maria do Rosário e Irmã Genoveva (HECK, 1978, p.26).

Dom José de Camargo Barros buscando incentivar as vocações religiosas, vislumbrou a idéia da abertura de um Noviciado da Congregação de São José em Curitiba, o que fez Madre Marie Joseph Jacquier, Superiora da Santa Casa (1896 - 1920) escrever à Madre Geral, Madre Marie Adelle, na França, que se mostrou favorável à idéia:

O Senhor Bispo vai à França, apressando a realização de seu projeto. Pleiteou, com geito todo especial a causa, e venceu. Seis irmãs, novas apóstolas, a 5.^a caravana Missionária com destino ao Paraná, foram escolhidas. Enquanto em Môtiers, faziam-se os preparativos, em Curitiba, procurava-se o local da futura Província (HECK, 1978, p.31-32).

O padre Jean Michel que acompanhou a 3.^a caravana missionária das religiosas de São José ao Paraná, em 1898, foi um dos auxiliares do Bispo Dom José e passa a ser importante personagem para a conquista do Noviciado. A ele foram confiadas as Paróquias de Piraquara e de Campina Grande, e como capelão

do Hospital da Estrada de Ferro, lhe era permitido viajar às expensas da Companhia para realizar o trabalho de apostolado. Foi por seu intermédio que o proprietário de quinze hectares de terras, perto do ambulatório da Estrada de Ferro, a dois quilômetros da cidade, confiou-lhe o interesse na venda da área. Padre Michel levou a notícia a Dom José e à Superiora da Santa Casa. Uma tragédia acabou por ajudar os religiosos na nova empreitada, a propriedade pela qual tinham interesse foi destruída por um incêndio, restando apenas um pequeno chalé, o que levou o proprietário a negociá-la por 25 contos de réis, dinheiro este encaminhado pela Superiora Geral da França.

A Superiora Geral, além de velar pela observância das Constituições da Congregação em todas as comunidades, deveria também implementar as obras de expansão, conforme estabelecem as Constituições no seu item VI: *"Les acquisitions et aliénations d'immeubles, les foundations nouvelles, etc, sont aussi réglées par elle, de l'avis de son Conseil, et avec l'autorisation de Monseigneur l'Evêque."*⁷³ (CONGREGATION ..., 1894, cap. II, segunda parte, p.24).

Para viabilizar a implantação do noviciado, o Conselho Geral apontou o nome de Madre Léonie Blanchet (nascida em 1858, em Savoia-França), que havia deixado o Noviciado de Moutiers transferindo-se para Curitiba, onde assumiu o cargo de Primeira Provincial da Congregação no Brasil. A designação foi feita pela Superiora Geral, obedecendo ao previsto nas Constituições:

IV - L'autorité de la Supérieure Générale s'étend sur toute la Congrégation et sur chacun de ses membres; en conséquence, les Maisons de l'Institut, dans quelque pays qu'elles soient établies, restent sous sa dépendance, et toutes les Soeurs doivent respecter ses ordre et les accomplir.

⁷³Tradução livre: " VI - As aquisições e alienações de imóveis, as fundações novas, etc., são também acertadas por ela com a opinião de seu Conselho e com a autorização de Excelentíssimo Bispo."

*V - C'est la Supérieure Générale qui, dans les limites déterminées par les Constitutions, nomme aux différentes charges, supériorités et offices, et fait, dans le personnel de la Congrégation, les changements qu'elle croit nécessaires*⁷⁴ (CONGREGATION..., 1894, p.23-24).

Em 12 de dezembro de 1900 partiram de Bordeaux, na França, no navio La Plata, o grupo de religiosas francesas responsáveis pela implantação do Noviciado no Paraná:

- Mère Léonie Blanchet;
- Irmã Marie des Anges Rullier;
- Irmã Louise Octavie Colliard;
- Irmã Françoise Caroline Viallet;
- Irmã Imelda Arnollet;
- Irmã Victorie Agathe Molliex.

Chegaram ao Rio de Janeiro em 1.º de janeiro de 1901, onde foram recebidas pelo Padre Michel. Ficaram alojadas com as irmãs vicentinas e logo seguiram viagem de navio até Paranaguá. Em 11 de janeiro do mesmo ano a Superiora Provincial Madre Léonie instalava-se no pequeno sobrado do Cajuru (HECK, 1978, p.37-41).

A Superiora Provincial representava a Superiora Geral junto às suas subordinadas da Província e às Irmãs que lhe eram confiadas. Cabia a ela a responsabilidade de organizar os trabalhos no Noviciado, com o fito de garantir a formação da identidade de religiosa, por meio do aprendizado de "ser freira". Esta

⁷⁴Tradução livre:

"IV - A autoridade da Superiora Geral estende-se sobre toda a Congregação e sobre cada um de seus membros. Em consequência, as Casas do Instituto, em qualquer país que sejam estabelecidas, permanecem sobre sua dependência, e todas as Irmãs devem respeitar suas ordens e as realizar.

V - É a Superiora Geral quem, nos limites determinados pelas Constituições, nomeia superiores e assistentes às diferentes tarefas, e faz no pessoal da Congregação as mudanças que ela acreditar necessárias."

disciplinarização envolve a renúncia, o que segundo Foucault, implica a obediência ao mestre e o aniquilamento do eu. Esta é a maneira de se atingir a santidade, pela purificação da alma. No Noviciado a atuação se faz sobre o corpo dócil "que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado" (FOUCAULT, 1998, p.118).

Madre Léonie deveria residir no convento de sua circunscrição, a partir do qual governava toda a Província (CONGREGATION..., 1894, item II, p.32). A Superiora Provincial detinha o poder que lhe era conferido pelas Constituições e pelas autoridades da Congregação. Segundo Bourdieu, ela se constituía no "porta-voz autorizado, consegue agir com palavras em relação a outros agentes, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo, que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador" (BOURDIEU 1998, p.89).

O convento de Curitiba era cercado por eucaliptos e cedros, com a presença de muitos animais silvestres, apresentado com a seguinte descrição nas Crônicas:

As recém-chegadas ficaram surpreendidas ao entrar na graciosa moradia. Era um sobrado. No andar térreo havia seis cômodos. No primeiro andar também seis repartições. (...) Irmã Louise Octavie imaginando-se encontrar uma pobre cabana de indígenas estava em admiração. Não cessava de apalpar as brancas paredes dizendo: "Ma Mère, olhe, olhe estas paredes são iguais às nossas!" (HECK, 1978, p.41).

Todavia, no início as dificuldades foram muitas. Nas descrições das Crônicas encontra-se o seguinte relato:

A dama pobreza reinava em cheio, na Vila São José. Não havia móveis! Nas camas, colchões de palha de milho. Os caixotes vindos da França serviam de mesa e de cadeiras. Na ocasião da primeira visita de Sua Excelência, o Senhor Bispo, às Irmãs, recém chegadas, foi-lhe oferecida uma cadeira sui generis. Consistia num caixote coberto com retalho de fazenda trazido de Moutiers. Ficou com a bela aparência de um lindo sofá!... D.José foi o primeiro a sentir o conforto deste móvel improvisado. Quanto às Irmãs sentaram-se elegantemente no chão, à moda oriental. Faltavam apenas os tapetes e as almofadas (HECK, 1978, p.40-41).

O uso da expressão "dama pobreza" chama a atenção na descrição feita pelas Irmãs de São José, do sobrado que serviu de convento. A obra escrita em 1227, que fornece dados biográficos da vida de São Francisco de Assis, como aponta Le Goff (2001), intitulada "Sacrum commercium beati Francisci cum domina Paupertate" (O Casamento Espiritual de São Francisco com a Senhora Pobreza), faz referência à "senhora pobreza" representando-a como esposa, consistindo na vida religiosa, e como reforça o referido autor "o casamento com a pobreza". São Francisco, com sua poesia e lirismo, apresenta as virtudes que devem marcar o religioso: "santa Sabedoria, pura e santa Simplicidade, santa Pobreza, santa Humildade, santa Caridade, santa Obediência". Pelas Crônicas, as Irmãs de São José absorveram o espírito franciscano e souberam lidar com a pobreza.

Cabe destacar que o contato mantido com o bispo era um estímulo para as religiosas, pois ele era o comandante revestido com sua autoridade e as irmãs, suas subordinadas, como apontam as Constituições em seu capítulo I, 2.^a parte:

I - Le Supérieur de la Congrégation est Monseigneur l'Evêque du diocèse ou se trouve la Maison-Mère. Les Soeurs auront toujours pour lui un profond respect et une entière soumission, le considérant comme le véritable Lieutenant de Jésus-Christ, revêtu de son caractère et de son autorité sur elles.

*II- Monseigneur l'Evêque visitera, quand il le croira utile, les Maisons de son Diocèse, fera rendre compte aux Supérieures du spirituel et du temporel de leur Communauté. Il fera les ordonnances nécessaires pour maintenir ou remettre en vigueur l'observance des Constitutions*⁷⁵ (CONGREGATION..., 1894, cap I, 2.^a parte, p.20-21).

⁷⁵Tradução livre :

"I - O Superior da Congregação é o Excelentíssimo Bispo da diocese onde se encontra a Casa Matriz. As Irmãs terão sempre por ele um profundo respeito e uma inteira submissão, considera-lo-ão como o verdadeiro tenente de Jesus Cristo revestido de seu caráter e de sua autoridade sobre elas.

II - O Excelentíssimo Bispo visitará, quando o acreditar útil, as Casas Matrizes de sua Diocese, fará as Superiores prestarem contas do espiritual e do temporal de sua Comunidade. Ele fará os comandos necessários para manter ou recolocar em vigor a observância das Constituições."

FIGURA 6 - REVERENDA MADRE LÉONIE BLANCHET, (SEM DATA).



FONTE: Acervo da Congregação de São José

FIGURA 7 - VISTA FRONTAL DO CONVENTO DO CAJURU EM 1902



FONTE: Acervo da Congregação de São José

Quando chegaram em Curitiba, a imagem idealizada com um modelo de comportamento que definia o papel da freira, precisou adequar-se à nova realidade, pois as religiosas viram-se forçadas a executar serviços considerados pesados. Não se ativeram aos serviços religiosos: o trabalho envolvia a higienização e organização do convento, os serviços na cozinha e até o cultivo de seus alimentos, preparando a terra com as próprias mãos. A alimentação das religiosas forçosamente era simples, pois os recursos eram poucos:

Era preciso viver. O dinheiro trazido da França foi gasto no pagamento da pequena propriedade. Tudo estava faltando...O pão seria ganho com o suor do próprio rosto...Mais do que nunca era preciso ir para frente contando em Deus. Plantou-se milho e feijão (este era a base da alimentação no país). A horta começara a dar os legumes e, em breve, a Irmã cosinheira encontrou o suficiente para preparar as refeições da comunidade. Não havia carne. Comprava-se então uma cabeça de boi por 400 réis. Cosinhava-se uma e duas vezes esta cabeça para conseguir um caldo substancioso. O cardápio não variava (HECK, 1978, p.47).

Apesar da simplicidade do convento, uma capela era necessidade premente, e a data de 2 de fevereiro de 1901, quando se comemora a festa de purificação de Maria, marcou a inauguração de uma singela capela no sobrado, na qual foi celebrada uma missa pelo Bispo D. José. Nela podia ser mantido o Santíssimo Sacramento no convento, e as religiosas poderiam deixar de freqüentar a capela do Hospital da Estrada de Ferro.

Após a missa ocorreu a benção do sino do convento, o qual deveria anunciar "a hora da oração, a hora do Ângelus convidando os vizinhos a saudarem juntos a Virgem Mãe" (HECK, 1978, p.43). Cabe mencionar o reforço simbólico ao controle das atividades, pois o sino passava a ser utilizado para delimitação dos horários e auxiliava na organização dos trabalhos, como reforça Foucault (1998, p.127-128). O sino é o sinal da "técnica do comando" e da "moral da obediência", e por tamanha importância lhe cabe o cerimonial de benção (FOUCAULT, 1998, p.140).

Segundo as Crônicas, nesse mesmo mês, Irmã Imelda e Irmã Marie Lucie, enfermeira na Santa Casa, foram encaminhadas a Itu (sede da Província das Irmãs de São José de Chambery em São Paulo, chegadas em 1858) para estudarem a língua portuguesa.

Informam, ainda, as mesmas Crônicas que no ano de 1901, foi fundado o Orfanato do Cajuru. O sistema de internato permitiria a vigilância constante sobre as crianças, por meio de uma formação religiosa embasada em preceitos morais, alfabetização e conhecimento de trabalhos manuais; tudo sob a responsabilidade de uma Irmã de São José:

O sótão do chalezinho foi transformado em dormitório para elas [as crianças]. Nascidas na Santa Casa lá ficavam sob a vigilância carinhosa das Irmãs. Contudo não era possível manter as crianças no meio dos doentes. Vieram para o Cajuru. Irmã Catarina de Jesus foi nomeada sua primeira mestra eis porque atribuem-lhe o título de "fundadora do orfanato". Na Santa Casa, Irmã Catarina de Jesus foi substituída por Irmã Maria dos Anjos. Irmã Catarina permaneceu por 20 anos nesse trabalho. Cuidou, qual mãe carinhosa de centenas de crianças de todas as cores e de todas as nacionalidades (HECK, 1978, p.49-50).

Nas Constituições da Congregação de São José, Padre Médaille seu fundador, delimitou como se daria o serviço com escolas e a educação de meninas pobres. Este cuidado com crianças era atribuição das "Irmãs encarregadas dos Orfanatos". O capítulo IV da 5.^a parte das Constituições aborda o serviço de educação de meninas pobres como função básica da Congregação, sendo que:

II - Elles élèveront ces jeunes filles selon les principes de la foi et les maximes de l'Evangile, les porteront à aimer la vie humble et laborieuse ou la Providence les a fait naître; elles la leur feront envisager comme ayant une ressemblance plus directe avec le genre de vie qu'a choisi Notre-Seigneur, et comme leur facilitant la pratique des vertus fondamentales de la vie chrétienne.

III - Elles leur inspireront des goûts simples, l'amour du travail, la modestie, la fidélité à leurs pratiques religieuses et aux devoirs de leur condition, afin de les habituer au genre de vie que ces enfants devront suivre plus tard dans le monde.

*IV - Les Soeurs veilleront à ce qu'elles ignorent les nouvelles du dehors propres à les distraire, les préserveront avec soin de tout ce qui serait de nature à compromettre leur innocence et cette aimable simplicité qui doit être leur cachet distinctif*⁷⁶ (CONGREGATION..., 1894, p.172-173).

D. José de Camargo Barros preocupado em manter controle sobre a Irmandade de Misericórdia da Santa Casa teve, com a vinda das religiosas de São José, a oportunidade de acompanhar os acontecimentos e as obras daquela instituição, garantindo o exercício da caridade para com o próximo no cuidado dos desassistidos, de presos e condenados e dos doentes mentais.

⁷⁶Tradução livre:

"II - Elas educarão essas meninas segundo os princípios da fé e das máximas do Evangelho, as conduzirão a amar a vida simples e laboriosa onde a providência as fez nascer. Elas lhes farão entendê-la como tendo uma semelhança mais direta com o gênero de vida que escolheu Nosso Senhor e como lhes facilitando a prática das virtudes fundamentais da vida cristã.

III - Elas lhes inspirarão gostos simples; o amor ao trabalho, a modéstia, a fidelidade a suas práticas religiosas e aos deveres de sua condição a fim de acostamá-las ao gênero de vida que essas crianças deverão seguir mais tarde no mundo.

IV - As Irmãs cuidarão para que elas ignorem as notícias externas próprias a lhes distraírem, as preservarão com cuidado de tudo o que seria de natureza a comprometer sua inocência e esta amável simplicidade que deve ser sua marca distintiva."

No Boletim Ecclesiatico da Diocese de Corytiba, datado de 6 de abril de 1900, Monsenhor Alberto José Gonçalves, vigário da paróquia e cura da Catedral, apresentou o "Relatorio da Parochia de Nossa Senhora da Luz de Corytiba", narrando inicialmente a sua criação como também seus limites geográficos:

- 1.º) Não se sabe ao certo a data da criação da parochia. A povoação foi fundada em 1654 por Theodoro ou Eleodoro Ébano Pereira. Elevada á villa em Novembro de 1668. Devemos suppor que a criação da parochia, se não é anterior á da villa, remonta a essa época; sendo certo que em Fevereiro de 1747, Corytiba era já parochia como se vê do termo de abertura do 1.º livro do Tombo pelo Vigário Manoel Domingues. Fazem parte desta parochia os municípios de Deodoro, Campina Grande e Tamandaré, que em virtude de Provisão Episcopal de 4 de Fevereiro de 1899 constituem um curato sob a administração dos Revdmos. Religiosos Franciscanos, residentes nesta Capital.
- 2.º) A população é calculada em 45 mil almas.
- 3.º) A parochia limita com S. José dos Pinhaes a uma légua e meia; com Iguassú a duas léguas; com Bocayuva a quatro léguas; com Votuverava a quatro léguas; com Campo Largo a três léguas; com Colombo a légua e meia; com Antonina a 5 leguas e com Morretes a 5 leguas (**Boletim Ecclesiatico da Diocese de Corytiba**, 6 abr. 1900, anno I, n.4, p.52-53).

Monsenhor Alberto relata ainda as irmandades atuantes na paróquia, as festas celebradas, os hospitais e escolas católicas existentes, como segue:

- 8.º) Há na parochia as seguintes irmandades: Nossa Senhora da Luz; Santíssimo Sacramento, S. Benedicto, N. Senhora do Rosário, Bom Jesus dos Perdões e da Misericórdia. Funcionam ainda mais a Congregação das Filhas de Maria, o Apostolado da Oração e duas conferencias de S. Vicente de Paulo.
- 9.º) Na sede da parochia, isto é, n'esta cidade, além da Cathedral, existem as capellas de S. Francisco das Chagas, do Rosário, de S. Francisco de Paula, do Hospital de Caridade, do Hospital da estrada de Ferro, do collegio dos Santos Anjos e do Seminário Episcopal. As colônias italianas e polacas estabelecidas na parochia tem também suas capellas, algumas das quaes possuem patrimônios e casa parochial. (...)
- 11) A proporção entre os casados no civil para os casados na Igreja é diminuta; raros são os que se contentam somente com o contrato civil. (...)
- 13) As festas que celebram-se durante o anno são as seguintes: da Padroeira (N. S. da Luz), da Paschoa, do Espírito Santo e Santíssima Trindade, de N. S. do Rosário e S. Benedicto, N. Senhora da Gloria e a do Coração de Jesus.
- 14) Há na parochia dois Hospitaes: o da Santa Casa de Misericórdia, administrado pela Irmandade e o da estrada de Ferro, administrado pela companhia e ambos servidos pelas Irmãs de S. José de Moutiers – de França. Existem ainda n'esta parochia o collegio dos Santos Anjos, dirigido pelas Irmãs d'este nome, o Seminário Episcopal de S. José, dirigido pelos Padres Lazaristas e uma residência dos Religiosos Franciscanos.

A primeira vestição de uma Pretendente à Irmã de São José, em terras paranaenses, ocorreu em 4 de outubro de 1901, e a cerimônia foi celebrada pelo Bispo D. José. Esta cerimônia ocorria quando as disposições da Pretendente estivessem suficientemente provadas, tempo este que deveria ser de pelo menos três meses vindo a seguir o Noviciado de dois anos. A candidata ficava sob a direção de uma Mestra de Noviças que buscava instruí-la sobre os princípios da vida religiosa, conforme apontavam as Constituições.

O ano de 1902 foi marcado pelo lançamento da pedra fundamental da Casa Provincial das Irmãs de São José no Paraná, ocorrido em 31 de julho, pelo padre Anxionnaz, devendo a casa ser construída ao lado do sobrado. As postulantes foram aos poucos chegando ao convento vindas de várias localidades: "... e elas vieram do Rio, de Santa Catarina, de Minas e do Paraná. Na católica Santa Felicidade, colônia próxima de Curitiba e constituída na sua maior porcentagem de população italiana, muitas moças ouviram o chamado de Deus" (HECK, 1978, p.51).

Também em 1902, em 12 de outubro duas novas irmãs chegaram da França para trabalharem no Colégio São José, Irmã Louise Octavie Colliard e Irmã Cécile Mesmoz. O colégio foi construído num terreno doado por D. José de Camargo Barros, e em 1906 foi transferido para a Rua Aquidaban, hoje Rua Emiliano Pernet.

De acordo com o relato das Crônicas (1965, p.88), a sexta caravana de religiosas francesas chegaria em 20 de julho de 1903, trazidas pelo padre Germain Bérout, que mais tarde viria a ser Capelão do Hospital Nossa Senhora da Luz.

Segundo as Irmãs de São José, no ano de 1904, deu-se a primeira tomada de hábito no convento por quatro religiosas brasileiras, quando pronunciaram os votos perpétuos de pobreza, castidade e obediência. Nesse mesmo ano, o Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Sr. Bento José Lamenha Lins, em seu relatório abordava a importância para a cidade do orfanato coordenado pelas religiosas: "Uma grande lacuna acaba de ser preenchida com a criação do asylo de orphãos do Cajurú, outra bella instituição de iniciativa privada e onde já estão recolhidas 17 meninas" (PARANÁ, 1905, p.13).

Dr. Bento José Lamenha Lins em seu relatório ao Presidente do Estado, Dr. Vicente Machado, referente ao ano de 1905, aponta o trabalho com a infância e as dificuldades sentidas pelas religiosas de São José:

... Para meninas existe em Curitiba o Asylo do Cajuru, que funciona em magnífico prédio expressamente construído para esse fim e à cargo das Irmãs de São José, que também dirigem o serviço do Hospital e Hospício de Nossa Senhora da Luz. Já conta o Asylo 20 meninas, mas é sabido que as Irmãs lutam com falta de meios para mantel-as, pois é incerta a quota fornecida pela caridade de particulares. Parece-me de justiça que o Estado concorra com uma subvenção para manter a Instituição. Este auxilio podia ser baseado na despesa feita em alimento e vestuário das meninas e que está calculada em 700 réis diários por unidade (PARANÁ, 1906, p.6).

Com as demandas da cidade de Curitiba aumentando, as religiosas de São José foram incentivadas a abrir um colégio, o que fez Madre Léonie empenhar-se neste novo projeto, buscando auxílio da Casa Mãe na França. Irmã Julia Jarre partiu da França em 24 de outubro de 1905 para assumir a direção de uma escola, o que se efetivou em fevereiro de 1906 na região do Ahu de Cima, junto ao hospital de alienados, onde eram atendidas crianças filhas de colonos da região. Em 1.º de fevereiro de 1906 também iniciaram seus trabalhos quatro religiosas no Colégio São José da cidade da Lapa.

Ao final do ano escolar de 1907, Irmã Julia passou a ser responsável pela direção do então criado Internato Nossa Senhora de Lourdes, no Cajuru, e nele permaneceu por cinquenta e dois anos, como apontam as Crônicas. O colégio em 1907 contava com apenas um pavilhão onde oferecia sob a forma de internato, o curso primário. Ainda nesse ano foi construída a gruta de Nossa Senhora de Lourdes a poucos metros do Colégio, que tinha a imagem vinda da França, motivo pelo qual tornou-se um ponto de peregrinação e devoção à Virgem. A obra foi iniciativa de Madre Léonie que era uma ardorosa devota da padroeira, pois nascera no ano das aparições de Lourdes, em 1858, segundo referência das Crônicas. O internato estava assim abrindo suas portas para a comunidade encontrar um refúgio de oração. O local que abrigava a formação educacional era também local para a busca da fé.

Em 1908, Dr. Bento José Lamenha Lins dirigindo-se ao Vice-Presidente do Estado do Paraná, Sr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, menciona o trabalho do orfanato com meninas e aponta a necessidade de uma instituição para abrigar meninos na cidade de Curitiba: "Como orphanato, só possuímos no Estado o do Cajuru, mantido pelas Irmãs de S. José e onde recebem educação 28 meninas. Esta instituição lembra a conveniência de ser creado um orphanato para menores do sexo masculino." (PARANÁ, 1908, p.12).

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, no Cajuru, em Curitiba, teve um aumento em sua área física no ano de 1908, e em 4 de agosto de 1915 ergueu-se o segundo pavilhão, com três andares, contando com duas salas de aula, uma sala de estudos e um dormitório para alunas.

A preocupação da Igreja com a educação e com a assistência social impulsionou o trabalho episcopal na busca de novas congregações religiosas. Com esta motivação o bispo D. João Francisco Braga realizou viagens à Europa, as quais resultaram na vinda dos Padres Capuchinhos, Padres Passionistas, Padres Josefinos de Asti, e Padres Estigmatinos, entre outros.

A educação católica durante seu mandato foi priorizada ocorrendo a criação de várias instituições, como esclarece Fedalto:

O Colégio de S. Mateus das Irmãs de Caridade (1908); a Escola de D. Pedro das Irmãs da Sagrada Família (1908); a Escola de Água Branca das Irmãs da Sagrada Família (1909); Colégio Santa Ana das Servas do Espírito Santo, em Ponta Grossa (1911); novo Colégio de Sion (1912), das Irmãs de Sion, na Praça Santos Andrade (Curitiba); Colégio Santa Cândida das Irmãs da Sagrada Família, em Santa Cândida (1912); Colégio das Irmãs da Divina Providência, em Rio Negro (1913); Colégio das Irmãs de Caridade, em Tomaz Coelho (1913); Colégio das Irmãs da Divina Providência, em Palmas (1913); Colégio das Irmãs da Sagrada Família, em Cruz Machado (1914); Colégio Paroquial dos Padres Josefinos, em Paranaguá (1920); Colégio dos Irmãos Maristas, na Rua XV de Novembro (1925); Colégio das Irmãs da Sagrada Família, em Curitiba (1927); Colégio das Irmãs de Caridade em Araucária (1928); Internato Nossa Senhora Aparecida, das Irmãs da Sagrada Família, em Curitiba (1931); Instituto Nossa Senhora das Mercês das Irmãs de Caridade, nas Mercês (1932); Colégio das Irmãs da Sagrada Família, em Triunfo (1932) (FEDALTO, 1956, p.27).

Em 27 de maio de 1915 ocorreu o registro formal em cartório dos Estatutos da Congregação de São José, assinado por sua Superiora Geral no Brasil, Catharina Blanchet, mais conhecida como Madre Léonie. Constando de seis artigos,

o documento estabelece o compromisso das religiosas com a implantação e direção de colégios, asilos e hospitais, explicitava também a subordinação da congregação à França, fato limitador da ação das irmãs no Brasil, assim afirmando:

Art. 1.º A Congregação de São José de Tarentaise, França, é uma associação de senhoras, com o fim de estabelecer e dirigir collegios, asylos e hospitaes.

Art. 2.º A sede social da Congregação é a cidade de Moutiers, Savoie, França. Na Republica dos Estados Unidos do Brasil, a casa principal da qual todas as outras dependem, é na cidade de Curytiba, Estado do Paraná, arrabalde do Cajurú.

Art. 3.º A Superiora geral faz-se representar no Brasil, activa e passivamente, em juízo e em geral nas suas relações com terceiros, pela superiora ou directora da casa principal de Corytiba.

Art. 4.º As associadas não respondem subsidiariamente pelas obrigações que os representantes da associação contrahirem no nome d 'esta.

Art. 5.º Nos casos de dissolução previstos na lei numero 173, de 10 de setembro de 1893, ou em quaesquer outros, os bens da congregação serão administrados pela Mitra da diocese na qual se der a dissolução.

Art. 6.º Para os efeitos da lei numero 173 de 10 de setembro de 1893, estes Estatutos assignados pela representante da Superiora geral no Brasil, serão publicados no jornal official e inscriptos no Registro civil de Coryytiba.

Corytiba, 27 de Maio de 1915.

A representante da Superiora geral no Brasil

Catharina Blanchet

(Devidamente reconhecido pelo carimbo do official do Registro de Hypothecas e Títulos de Curityba, Dr. Flavio Ferreira da Luz)

Nesse contrato Madre Léonie é "o porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição", como coloca Bourdieu (1998), portanto a linguagem representa a autoridade com todo seu simbolismo.

Durante o mandato de D. João Francisco Braga como arcebispo, ocorreu em 23 de dezembro de 1917 a vigésima tomada de hábito no convento das irmãs. No início do ano seguinte, em 1.º de fevereiro de 1918 o arcebispo fundou o Colégio São Francisco, localizado na rua do mesmo nome, no centro de Curitiba, em terreno pertencente à mitra, e as religiosas de São José eram as mestras da instituição (HECK, 1978, p.182-183).

Com a epidemia de gripe espanhola de outubro a dezembro em 1918, que afetava o mundo e também chegou a Curitiba, as religiosas se viram obrigadas a atuar de forma incondicional. A cidade era desprovida de um serviço sanitário estruturado que

permitisse o combate a doenças transmissíveis. Não existia hospital de isolamento. A Santa Casa⁷⁷ era a referência. O Colégio São José acabou por suprir a falta de leitos da Santa Casa de Misericórdia, transformando-se em hospital de emergência. A Irmã Maria dos Anjos ficou responsável como enfermeira-chefe, vendo no dia-a-dia o óbito de muitas vítimas da doença, e o aumento do número de órfãos.

D. João Francisco Braga, em 2 de fevereiro de 1919, com o advento da epidemia de tifo e da gripe espanhola em Curitiba, fundou um asilo para meninos órfãos chamado Asilo São Luis, que funcionava em uma casa anexa ao Colégio São José, na Praça Rui Barbosa. A direção coube à Irmã Maria dos Anjos, da Congregação de São José, enquanto o padre Jean Michel, Capelão no Cajuru, esforçou-se em garantir abrigo aos meninos. Por sua vez, as meninas órfãs foram encaminhadas ao Cajurú. No Natal de 1919, D. João Francisco Braga colocou o asilo sob a proteção do bispado. Mesmo assim, as dificuldades de manutenção forçavam as irmãs a solicitar auxílio de donativos à população católica. A Irmã Maria dos Anjos criou no orfanato oficinas de marcenaria, alfaiataria, com o intuito de desenvolver nos meninos habilidades para o trabalho. Também pelo seu esforço foram conquistadas bolsas de estudos em diversos ginásios de Curitiba, para atender aos jovens (HECK, 1978).

Em 16 de junho de 1920 faleceu Madre Marie Joseph Jacquier, primeira Superiora das Irmãs de São José no Paraná, que dirigiu a Santa Casa desde a sua chegada em 1896 até o ano de sua morte.

Nesse mesmo ano, o Juvenato São José no Cajurú foi fundado em 8 de dezembro, e passou a receber meninas de idade maior, sendo Madre Imelda Arnollet a Provincial no período, e sua primeira diretora Irmã Félicie Brachet. O convento das

⁷⁷Na década de 1920 foram erguidos o Sanatório São Sebastião na Lapa e o Leprosário São Roque em Piraquara. Em Curitiba havia um pequeno lazareto funcionando nas Mercês; porém, graças aos esforços do governador do Estado Dr. Caetano Munhoz da Rocha e do Dr. Victor do Amaral, em 28 de janeiro de 1928, inaugurou-se o Hospital de Isolamento, que um ano após passou a denominar-se Hospital Osvaldo Cruz.

religiosas, no Cajuru, ganhou uma grande capela no ano de 1925, que foi consagrada posteriormente pelo Arcebispo D. João Francisco Braga, em 18 de março de 1930.

Em atenção à solicitação do Ministro da Guerra, as Irmãs de São José responsabilizaram-se pelos serviços do Hospital Militar de Curitiba, assumindo os trabalhos a partir de 1.º de março de 1928. Para lá foram encaminhadas as religiosas: Madre Marie Françoise Michel, Irmã Eleonore Gindrat, Irmã Alberina Morgala, Irmã Marie Alix Sczespanski e Irmã Clementina. Como apontam as Crônicas as religiosas dedicavam-se não apenas aos cuidados da saúde do corpo, mas também com a da alma: "As Irmãs atendiam aos soldados quer nas enfermarias, quer nos quartos particulares. Eram benquistas. Os doentes saboreavam os seus ensinamentos e muitos voltaram à prática da religião" (HECK, 1965, p.107).

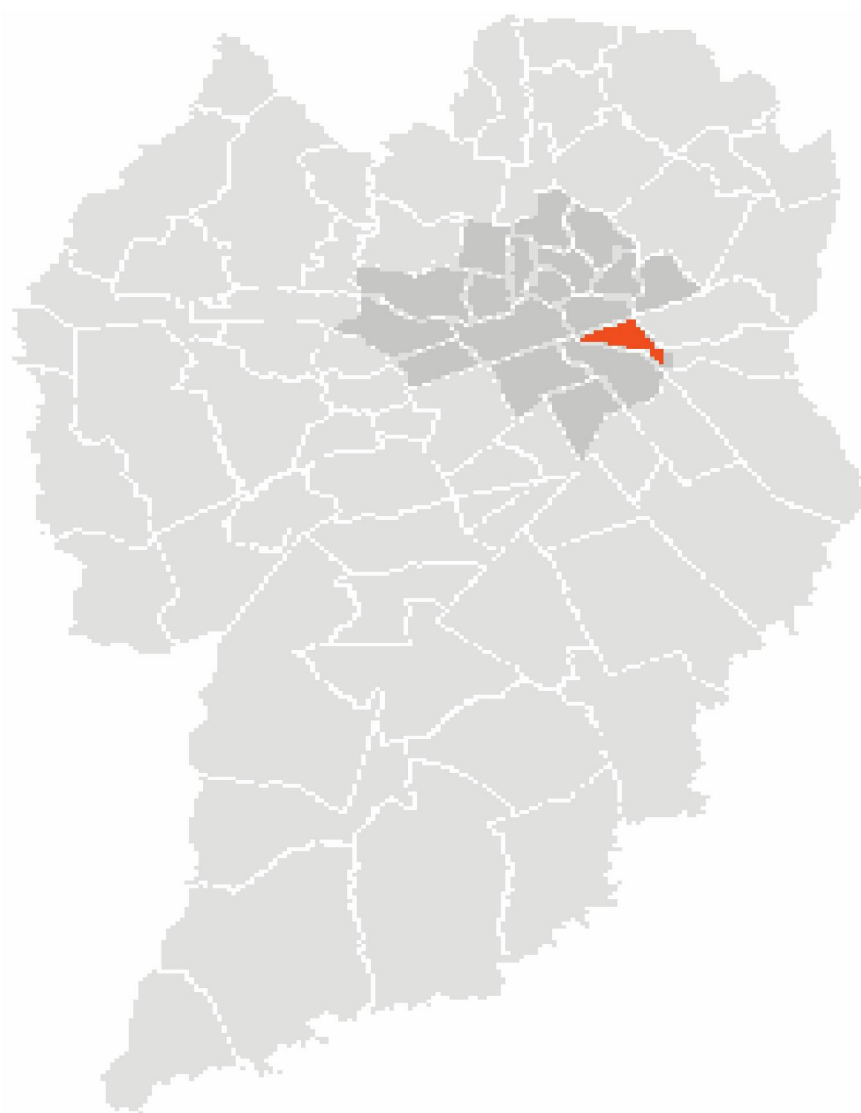
A rápida expansão da ação das religiosas de São José, tanto na educação como na saúde, dá mostras da aceitação por parte da população de seus trabalhos. Toda esta grande obra ocorreu durante o provincialato de Madre Léonie Blanchet, que não era apenas uma organizadora ou planejadora de ações. Assim relatam: "Fez várias fundações. Em todas, acompanhava as Irmãs e permanecia com elas até que instalassem o principal" (HECK, 1965, p.65). A bondade era a grande virtude de Madre Léonie, a saber: "Não podia ver o sofrimento físico ou moral sem procurar aliviá-lo. Mesmo, pessoas estranhas a procuravam, certas de serem bem acolhidas" (HECK, 1965, p.66-67).

Madre Léonie foi a Superiora Provincial de 1901 a 1922 e de 1928 a 1937. Religiosa por cinqüenta e sete anos, Madre Léonie faleceu em 18 de junho de 1937 aos 78 anos de idade no Cajuru, em Curitiba, após um longo sofrimento como vítima de um acidente⁷⁸ em novembro de 1936. Seu trabalho na direção da congregação permitiu à Igreja ampliar a atuação nas áreas da saúde, da educação e da assistência

⁷⁸Segundo as Crônicas (HECK, 1978, p.39-41), no dia 19 de novembro de 1936, no feriado nacional do dia da Bandeira, Madre Léonie acompanhava a visita da Superiora Geral da Congregação, Irmã Jeanne Victorie, juntamente com outras religiosas, no município de Colombo. Ao final da tarde, após um piquenique, as religiosas encaminharam-se ao ônibus para o retorno à Curitiba. Madre Leonie buscando as retardatárias, foi derrubada pelo ônibus, tendo uma de suas pernas esmagada pelas rodas. Foi imediatamente trazida para a capital e atendida na Santa Casa.

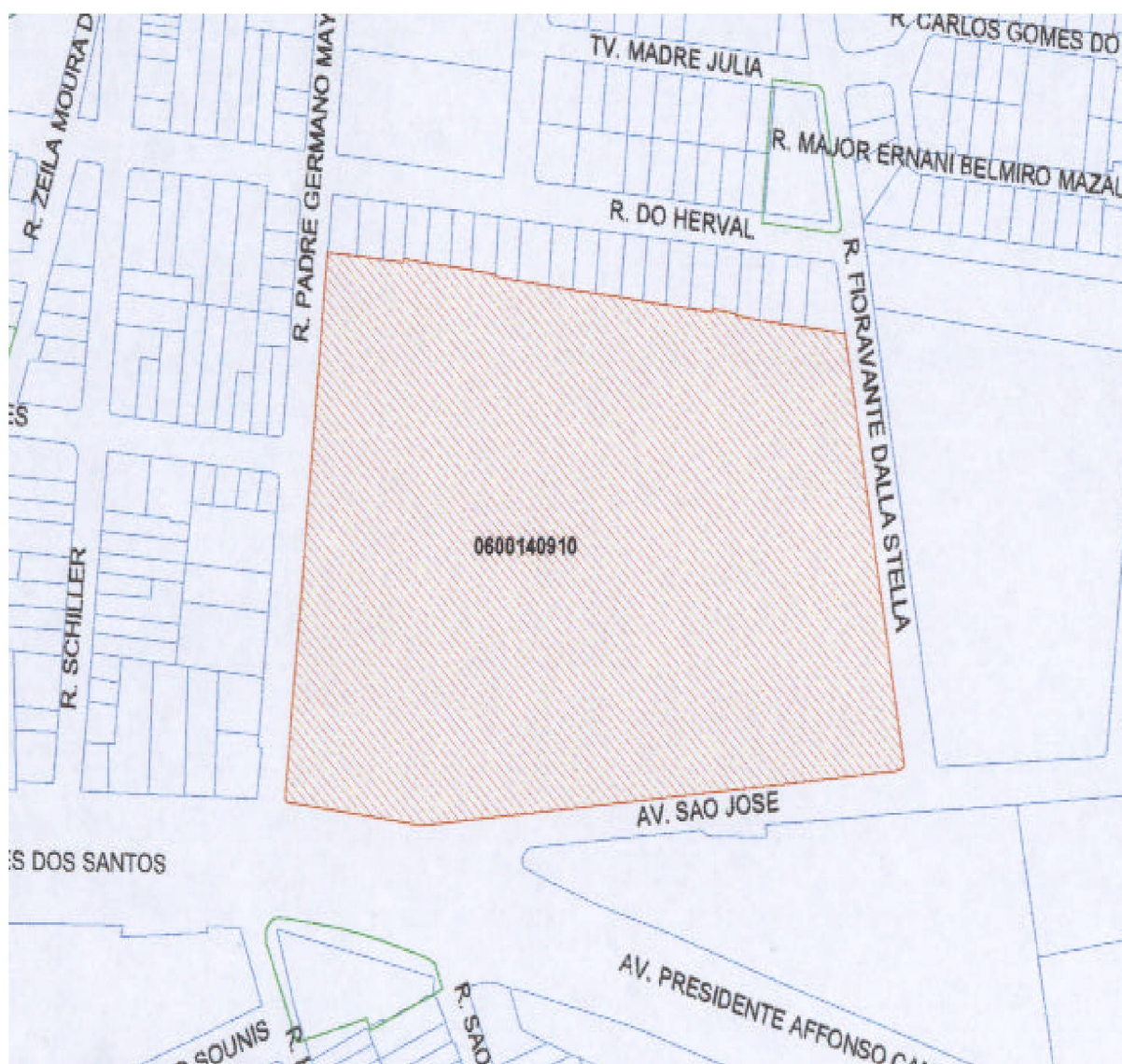
social, ocupando geograficamente com obras parte do Estado do Paraná e até no Rio de Janeiro: o Orfanato do Cajuru (1901), o Externato São José em Curitiba (1902), Externato São José em Paranaguá (1902), o Hospício Nossa Senhora da Luz (1903), Colégio São José em Castro (1905), Colégio São José na Lapa (1906), Asilo São Vicente na Lapa (1906), Hospital 26 de Outubro em Ponta Grossa (1909), Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa (1909), o Asilo São Luiz (1919), Asilo dos Desvalidos em Petrópolis (1919), Hospital Militar de Curitiba (1928), Casa da Criança e Solacício São José no Rio de Janeiro. No Anexo 2 apresentam-se quadros demonstrativos dessas obras, incluindo informações quanto à data de chegada dos grupos de religiosas, e o tempo de permanência nesta atuação.

FIGURA 8 - MAPA DE CURITIBA E O BAIRRO DO CRISTO REI (ANTIGO CAJURU)



FONTE: IPPUC (2004)

FIGURA 9 - CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DOS LIMITES DA PROPRIEDADE DA CONGREGAÇÃO DE SÃO JOSÉ, SITUADA NA AVENIDA SÃO JOSÉ, NA PLANTA DO BAIRRO CRISTO REI



FONTE: Indicação Fiscal, IPPUC (2004)

CAPÍTULO 3

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA E AS IRMÃS HOSPITALEIRAS

3.1 UM CENÁRIO COMPROMETEDOR: A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA ANTES DA VINDA DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ

Santos Filho (1991, v.1, p.63), médico e historiador, propõe uma periodização para a medicina brasileira, que ajuda a entender o processo: o período inicial, envolvendo os três primeiros séculos até os primórdios do século XIX (1808), seria marcado pela presença dos então chamados físicos⁷⁹ ou licenciados, cirurgiões-barbeiros ou cirurgiões aprovados. A segunda etapa chamada medicina pré-científica perdurou até 1866, período em que ocorreu a criação das escolas de medicina de Salvador e do Rio de Janeiro. O terceiro e último período é denominado medicina científica, fortemente influenciado pelas idéias da nova medicina microbiológica ou bacteriológica, tendo destaque a fundação da Gazeta Médica da Bahia em 1866.

Com a vinda da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, a administração pública colonial preocupou-se com as condições de saúde da população em face da penetração de novas enfermidades causadas pela abertura comercial dos portos e da intensificação do tráfego de escravos. D. João VI procurou modificar a imagem da sede da Corte e das demais cidades litorâneas e instituiu em 1809 o cargo de Provedor-mor de Saúde da Corte. Entre outras medidas estabeleceu um regimento com normas para vigilância sanitária dos portos, controle de mercadorias e inspeções de matadouros e açougues. Em 1810 foram definidas normas para a vigilância de boticas, controle do exercício profissional, exames de cirurgiões para

⁷⁹Conforme esclarece Santos Filho (1991, v.1, p.277), o termo físico denominava o médico "porquanto se dava à Medicina o cognome de Física, ou ciência que indagava, pela observação e pela experiência, dos corpos naturais. (...) O ensino era simplesmente oral, baseado na leitura dos textos latinizados dos famosos clássicos helenos da Antiguidade, Hipócrates e Galeno".

concessão de licenças para a prática da medicina. As primeiras Escolas de Cirurgia foram instituídas no Rio de Janeiro (1813) e na Bahia (1815).⁸⁰

Nos idos da terceira década do século XIX, o governo passou a se interessar ainda mais pela manutenção das condições de saúde de sua população, sendo a medicina utilizada como um aliado do Estado para o controle social. D. Pedro II reforçou essas preocupações com a doação de recursos para a criação de um laboratório, na França, especializado nas enfermidades das regiões tropicais.

A Secretaria de Estado dos Negócios do Império foi a responsável pelas repartições de Higiene e Saúde, as Juntas de Higiene Pública, os lazaretos de quarentena, o Instituto Vacínico, as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e os órgãos ligados à Assistência Sanitária. As Juntas realizavam tanto a fiscalização profissional quanto vistoriavam o comércio de medicamentos e os hospitais, obedecendo ao Regulamento criado em 29 de setembro de 1851, correspondendo a um Código Sanitário para todo o Império (SANTOS FILHO, 1991, v.2, p.501).

Como as primeiras enfermarias não atendiam à demanda de doentes, foram instituídas as chamadas Santas Casas pertencentes a Irmandades de Misericórdia. Caracterizadas como associações caritativas constituídas por religiosos e por pessoas católicas de posse, cumpriam os compromissos de obras de misericórdia, recebendo doentes, alienados e crianças abandonadas.

Foi somente no século XIX que as principais Santas Casas contaram com o ingresso de religiosas que vieram a exercer a direção interna e os serviços de enfermagem (SANTOS FILHO, 1991, v.2, p.428). As religiosas eram auxiliadas por práticos, de baixa condição social e analfabetos.

⁸⁰Reforça Santos Filho que as escolas médicas da Bahia e do Rio de Janeiro levaram os jovens abandonarem Coimbra, "por todo o século XIX apenas sessenta e sete brasileiros se matricularam (...) e desses, somente quarenta e cinco se diplomaram. O ensino nas escolas cirúrgicas e médicas obedeceu à orientação da ciência francesa e foi na Faculdade de Paris que muitos profissionais brasileiros complementaram a sua formação" (SANTOS FILHO, 1991, v.2, p.29).

No Paraná, em 11 de dezembro de 1836, organizou-se, sob a denominação de Associação Patriótica Defensora de Paranaguá⁸¹, uma Irmandade para aquela cidade portuária. O documento que registra sua fundação intitula-se *Compromisso da Irmandade*, aprovado pela Lei n.º 30 de 7 de março de 1836, e os fundos angariados pela confraria permitiram a fundação do Hospital de Misericórdia de Paranaguá, no ano de 1839, o primeiro do Paraná.

O hospital era destinado aos pobres e desvalidos, servindo mais de local para a morte, sendo a medicina de família predominante, apesar da carência desse profissional. O então Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 8 de fevereiro de 1855, apresenta como sendo apenas três os profissionais habilitados legalmente a exercer a medicina na província, como segue:

A saúde, isto é, a unidade, que dá valor ás cifras da vida, anda na província a Deos e á ventura, não que a polícia desconheça os seus deveres e não tenha em memoria as terminantes disposições das leis e regulamentos em vigor, mas em virtude das circumstancias excepcionaes, em que nos achamos. Temos um homem distincto por seu profundo saber medico, sem a mais ligeira mescla de affectação, e venerando por seu desinteresse e caridade: esse homem é o doutor Faivre; mas reside nas solidões do Yvahy. Existe ainda, com instrucção e competentemente habilitado para exercer a medicina, o doutor José Francisco Corrêa, mas esse medico, que ora está na cidade de Sorocaba, ora na Palmeira, e, as vezes, na villa do Príncipe, parece não fazer da arte de curar sua profissão habitual, preferindo outros meios mais próprios de fazer avultar seu patrimônio. Há também nesta cidade um medico com as precisas habilitações, o doutor José Candido da Silva Murici, cirurgião do corpo provisório (PARANÁ, 1855, p.40-41).

Aponta ainda o Presidente a existência de charlatanismo na província:

Afora esses três indivíduos, não consta-me que haja mais pessoa alguma autorisada legalmente a curar: são os que por ahi receitão, médicos nacionaes ou estrangeiros, que ainda não satisfizerão as clausulas da legislação do paiz, para poderem usar de sua arte, ou verdadeiros charlatães, que, abusando da credulidade publica, vão sacrificando aquelles que depositão fé na sua sabedoria, adquirida sem trabalho nas fáceis indicações de mestres, as vezes tão sábios como elles, depois de terem, uns e outros, dado ao publico, em outras profissões menos árduas, provas inequívocas de sua ineptidão. Na completa anarchia, medica e pharmaceutica, que indico, surgem, no em tanto, algumas queixas de indivíduos, que se dizem prejudicados pelo predomínio do charlatanismo.

⁸¹PARANÁ. Secretário do Interior, Justiça e Pharmacia e Instrucção Pública. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Francisco Xavier da Silva – governador do Estado do Paraná por Caetano Alberto Munhoz – Secretario dos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Pública, em 31 de agosto de 1895.** Typ. e Lith. a vapor – Impressora Paranaense, 1895. p.16.

A escassez de profissionais fazia com que alguns médicos tivessem forçosamente que acumular a atuação junto aos militares com o atendimento aos civis. Cabe aqui menção especial ao Dr. José Candido da Silva Murici⁸², baiano de Salvador, nascido em 31 de dezembro de 1827, o qual formado em sua terra natal ingressou como tenente-cirurgião no Corpo de Guarnição Fixa. Chegou a Curitiba em 8 de novembro de 1853, tornou-se um médico de destaque, tendo recebido comendas honrosas por seus serviços ao Exército e à Pátria. Manteve-se como provedor da Santa Casa de Curitiba no período de 1866 a 1878.

Henrique de Beaurepaire Rohan, vice-presidente em exercício da Província do Paraná, em 1.º de março de 1856 (p.85), aponta a existência de dois estabelecimentos de caridade, o da capital e o de Paranaguá, informando que a Santa Casa de Misericórdia da capital "Foi installada em 6 de dezembro de 1852", arrolando como seus bens "Uma morada de casas, que lhe doou o finado vigário Antonio Teixeira Camello (...) Uma morada de casas, que lhe doou a extincta loja maçônica *Candura* (...) Uns muros de pedra, na rua do Campo⁸³". Complementa o vice-presidente que as condições físicas não permitiam o funcionamento do hospital da Capital, como segue "A casa que servia para as sessões da extincta loja maçônica *Candura* hoje pertencente á irmandade foi convertida em hospital, o qual, todavia não funciona", sendo "que se acha mui deteriorado".

⁸²Ver biografia escrita por LEÃO, E. **Dicionário histórico e geográfico do Paraná**. Curitiba: Empreza Graphica Paranaense, 1929. v.3. Fascículo 1. p.1.041.

⁸³A casa situada no então Largo da Matriz, hoje Praça Tiradentes, esquina com a Rua José Bonifácio, era um imóvel deixado por doação testamentária pelo padre Antonio Teixeira Camello, falecido em 24 de abril de 1847, que se preocupava com a fundação deste tipo de serviço para atender os curitibanos carentes (1895, p.15). Em novembro de 1855, os membros da Loja Maçônica Fraternidade fizeram o repasse de um imóvel localizado na Rua Direita (atual 13 de Maio) para melhor acomodar a instituição. Relatório do Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública ao então governador do Estado do Paraná, Dr. Francisco Xavier da Silva.

O Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba⁸⁴ em seu artigo 3.º, § 1.º, estabelece para admissão na irmandade qualquer tipo de pessoa, desde que cumpridas as qualidades exigidas, como segue:

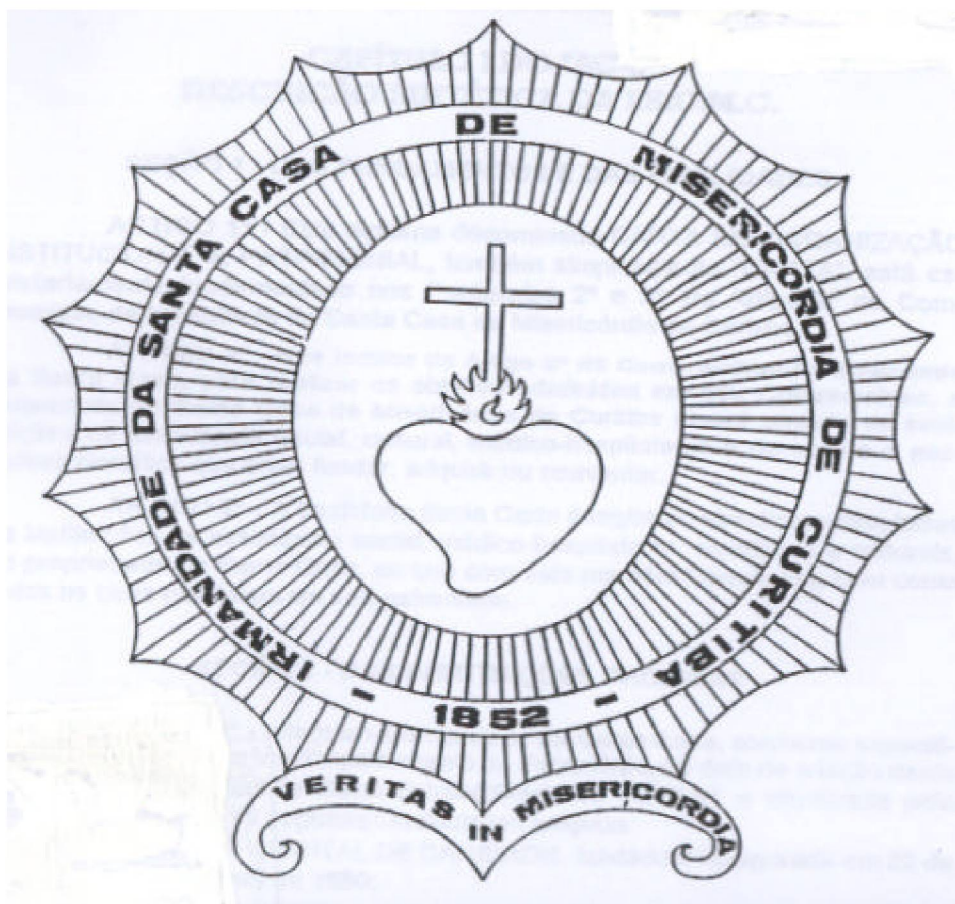
Todas as pessoas, tanto homens como mulheres, serão admittidos indistinctamente, tendo porem as qualidades seguintes: 1.º que sejam pessoas livres; 2.º que tenham mais de vinte annos; 3.º que sejam de boa consciência e fama; 4.º que sejam livres de toda a infâmia de facto e de direito; 5.º que tenham algum meio honesto de subsistência; 6.º finalmente, que sejam tementes a Deus, e caritativos, para poderem bem servir a Deus e aos pobres.

A irmandade utilizava em lugar da cruz um estandarte ou painel "estampado d'um lado a imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Santa Casa, e de outro, a imagem de S. Francisco de Paula", conforme o art.19 § 5.º. A data de 8 de dezembro marca as festividades da padroeira, "com missa cantada, sermão e procissão de manhã, circulando a capella", como aponta o mesmo artigo. Nos atos religiosos os irmãos da irmandade deveriam vestir "opa preta com murça da mesma cor, que terá sobre o peito esquerdo um coração – carmezim – sobreposta uma cruz verde; o provedor terá por insígnia uma vara preta", segundo o art.19 § 6.º.

O Compromisso apresenta em seu art. 21, § único, a clientela que deveria ser atendida no hospital, com "desvelo e caridade": "1.º Os irmãos pobres. 2.º Todos os pobres e mendigos. 3.º Todas as mais pessoas que quizerem ser tratadas e curadas pela Santa Casa".

⁸⁴O compromisso foi registrado em São Paulo na data de 9 de junho de 1852 (Curitiba: Typ. De Lopes, 1864).

FIGURA 10 - EMBLEMA DA IRMANDADE DE MISERICÓRDIA



FONTE: Acervo da Biblioteca da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (2004)

José Antonio Vaz de Carvalhaes então vice-presidente da Província, em 7 de janeiro de 1857 informa à Assembléia Legislativa Provincial, a entrega de verbas para auxiliar a casa de caridade da capital:

Sobre a Santa Casa de Misericórdia da capital só vos posso informar, que mandei fazer-lhe entrega da quantia que, como auxilio, lhe foi consignada no orçamento vigente, descontando-se a importância da despesa feita, por ordem do meu antecessor, com melhoramentos de que carecia o seu hospital. Não mandei crear a enfermaria para alienados, de que trata o mencionado orçamento, por parecer-me melhor que, em lugar mais apropriado, se construísse uma casa especial para esse fim. O engenheiro Hégréville deve, nestes dias, apresentar-me a planta da obra, que será logo começada, se a minha opinião merecer o vosso assentimento. O local em que se acha o hospital da Santa Casa não me parece conveniente a um estabelecimento deste gênero: conviria, pois, construir outro, em que ficassem mais attendidas as condições hygienicas; porem isso traz despesas, que não comportarão as forças da irmandade sem auxilio dos cofres públicos e da philantropia particular (PARANÁ, 1857, p.38-39).

O estabelecimento de caridade começou a atender aos doentes como revela o Presidente da Província, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembléia Legislativa em 7 de janeiro de 1858:

Fundado na casa que foi doada a irmandade pela loja maçônica denominada – Candura – recebo durante o anno dous enfermos, um dos quaes sarou, e o outro ainda lá se conserva. Concluiu-se o accrescimento que por anteriores ordens da presidência se fez para estabelecer-se a enfermaria dos loucos, e nella existem actualmente 3 (PARANÁ, 1858, p.19-20).

Nas palavras do presidente José Francisco Cardoso em 1.º de março de 1860 nota-se um apelo à caridade dos cidadãos da Província e reforço à consciência católica, prometendo empenhar-se em ações que auxiliassem o hospital:

A caridade, Senhores, é um dos característicos notáveis do coração humano, e que aos olhos de Deus muito enobrece a mão occulta que a pratica. Á míngua de recursos, quanta vez não soffre o pobre as contorsões da dor e arruína a existência sob o peso de continuados soffrimentos! É portanto reparável que, apezar do sentimento caritativo de nossa população, se haja condemnado ao abandono o único hospital pio aqui existente. Animar pois tão vantajosas instituições é só uma necessidade á que cumpre attenderdes, é também um dever imposto á consciência do catholico. Por minha parte, farei todo o empenho em levantar do olvido estabelecimentos taes, promovendo no da capital, bem como no de Paranaguá, os necessários melhoramentos á sua existência e prosperidade (PARANÁ, 1860, p.50-51).

Para que as melhorias no hospital pudessem ocorrer, fazia-se necessária a ajuda do Estado, pois a filantropia do povo não era suficiente. As instalações modestas e até mesmo precárias do hospital de caridade, que os relatórios de governo indicam, certamente são o reflexo das dificuldades econômicas por que passavam a província e sua capital nesse período.

O presidente André Augusto de Padua Fleury em 1866 faz menção ao trabalho de um enfermeiro na Santa Casa de Misericórdia da capital, assim como dos doentes atendidos no ano:

Sua administração está incumbida ao provedor e mais funcionarios da mesa, e immediatamente á um enfermeiro, que assiste no edificio. É mui limitado e quase insignificante o seu patrimônio, e consta de uma morada de casas, sita no Largo da Matriz, que lhe fora deixada em testamento pelo parocho Antonio Teixeira Camello; e de umas paredes de pedra, levantadas na rua nova do Saldanha, legadas pelo finado Augusto Belmonte. Foram tratados, durante o anno, 8 enfermos, dos quaes

Sahiram curados	6
Falleceu.....	1
Existe.....	1
	8

(...) Como vedes, quase nenhuma utilidade póde prestar tal estabelecimento,e, segundo a phrase de seu actual provedor, ainda não foi perfeitamente comprehendida a nobre e humanitária missão desempenhada pela sociedade, quando cerca de commodos e das prescripções da sciencia os dias do infeliz, que, depois de haver percorrido o infortunado estádio da miséria, cae extenuado de forças e fallido de saúde (PARANÁ, 1866, p.20).

As dificuldades de organização marcavam a Irmandade, e eram relatadas pelo presidente da Província Polidoro Cezar Burlamaque em 1867 (p.37-38):

Foram tratados no anno compromissal ultimamente findo, 13 enfermos, dos quaes

Sahiram curados	9
Falleceram.....	3
Ficou.....	1

Este estabelecimento que, se fosse bem dirigido, podia prestar relevantissimos serviços aos desvalidos, vai em completa decadência, e a não serem tomadas providencias promptas e decisivas, que o levarem do abatimento em que jaz, dentro em breve deixará de existir. Há cerca de 3 annos que não é possível conseguir-se regularmente a reunião da irmandade para fazer-se a eleição da mesa, conforme manda o compromisso. É tal a indiferença da irmandade que, um particular desejando prestar-lhe contas dos alugueis de uma casa sua em que mora, promoveu de seu motu-proprio, e conseguiu, a muito custo, a reunião de alguns irmãos. Compareceu numero sufficiente, e nem assim as contas foram tomadas! (PARANÁ, 1867, p.37).

Mesmo com poucos irmãos atuantes e interessados, quem tomou a frente do movimento foi Dr. Murici:

Aproveitando a oportunidade, pois que não era possível obtel-a de outra maneira, o provedor de então convidou os irmãos presentes a elegerem nova administração. Foram eleitos o provedor, os mais funcconarios e a mesa, cabendo aquelle cargo ao Dr. José Candido da Silva Murici. Passado, depois da eleição, o praso de 8 dias, que o compromisso marca para a posse da nova mesa, e prestação de contas da que concluiu o seu tempo, apresentou-se unicamente o provedor eleito, não sendo por essa razão empossados, nem elle nem os mais funcconarios. D'ahi em diante nunca mais reuniu-se a irmandade, afim de cumprir este dever, de modo que esta presidência, tendo, por mais de uma vez, dirigido-se ao respectivo provedor, exigindo informação dos motivos porque havia cessado o fornecimento de diárias e roupa a alienada Catharina, que, há longo tempo, pára reclusa na cadêa da capital, não se achou ninguém, que se julgasse revestido de semelhante autoridade (PARANÁ, 1867, p.37-38).

A prestação de contas sobre as finanças da Irmandade também se via prejudicada em face da não reunião da mesa, como segue o documento:

Desejava prestar-vos alguns esclarecimentos sobre a receita e despeza da santa casa, mas como fazel-o, quando o encarregado de suas contas não as presta pela impossibilidade da reunião da mesa? Baldo de dados que habilitem-me a pôr-vos a par do movimento financeiro deste estabelecimento, devo comtudo presumir, tomando por ponto de partida o estado de anomalia em que elle se acha, que sua receita seja insignificantissima, e que ainda assim o producto della não se ache recolhido em cofre. É lamentável, Senhores, que a indiferença publica vá matando de esterilidade uma instituição eminentemente caridosa, merecedora da animação e auxilio de todos os corações bem formados (PARANÁ, 1867, p.38).

O presidente da província relatou igualmente as condições em que se encontravam os doentes pobres na capital, e enfatizou que se empenharia para que o hospital se tornasse uma realidade para essa população:

Esta capital, mostrando-se surda e quase insensível aos gritos dos míseros enfermos, que vagam por ahi por essas ruas, cobertos de andrajos, famintos de pão, e mal sustendo os passos vacilantes, ou jazem prostrados em duros leitos de dor, desabrigados do tempo, esquecidos dos homens – dá o documento mais triste contra sua civilização, contra a philantropia de seus habitantes, e lavra a condemnação de seus sentimentos religiosos, porque esquece estas palavras de Evangelho: *-ubi charitas, ibi deus est.* Mas, não espero que a santa casa restabelecer-se-há ao sopro vivificante da caridade publica, e que os irmãos da confraria, voltando a si da lethargia, que os inebria, tratarão de collocar a irmandade na altura de sua divina missão. Para este resultado empregarei de minha parte os meios que cabem na alçada da administração (PARANÁ, 1867, p.38).

Com a posse de Dr. Murici como provedor da Irmandade, ao final de 1866, novos rumos foram tomados em relação ao hospital, e o governo ampliou as verbas aplicadas visando à construção de um novo edifício:

Tendo em consideração a necessidade de construir-se um edifício que sirva de asylo á santa casa de misericórdia desta capital, em local mais conveniente e com proporções maiores que as do actual edifício, resolveu a presidência, em 31 de Julho ultimo, encarregar das respectivas obras o zeloso provedor da irmandade Dr. J. C. da Silva Murici, determinando que a ellas fossem applicadas as quantias de 1:000\$000 do § 14 do art. 1.º e 4:000\$000 da verba consignada na lei do orçamento para obras publicas. Por deliberação minha ficou esta ultima quantia reduzida a 3:000\$000 (PARANÁ, 1868, p.13)

O lançamento da primeira pedra da nova Santa Casa a ser levantada no Largo do Quartel do Regimento, atual Praça Rui Barbosa, ocorreu em 8 de março de

1868 (1894, p.13). O projeto e supervisão da obra de construção do prédio da Santa Casa é de autoria do engenheiro alemão Gotlieb Wieland. O Decreto n.º 4.453 de 12 de janeiro de 1870 da Câmara Municipal da Capital regulamentou a doação da área para a construção do novo hospital para a Irmandade, ante os esforços do provedor Dr. Murici.

O presidente da Província Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa descreveu em fevereiro de 1871 como se encontravam as obras da nova Santa Casa e as finanças para o empreendimento:

Estão em andamento as obras do novo hospital, achando-se quase concluídas as paredes do pavimento térreo. O respectivo provedor Dr. José Candido da Silva Murici officiou pedindo a expedição de ordem afim de ser-lhe entregue a quantia de 10:000\$000, com que a assembléa provincial dotou aquelle estabelecimento no exercício corrente. A 11 de Agosto determinei á thesouraria provincial que, nos termos de sua informação de 16 do mez anterior, verificasse a entrega em prestações, sendo a 1 de 2:000\$000 e as mais de metade dessa quantia, observando-se o que se acha providenciado em relação a prestação de contas da despesa. A 1 e 2 prestações já foram entregues e applicadas, segundo os documentos que me foram apresentados e que em data de 27 de Outubro e 16 do corrente enviei áquella repartição para os fins convenientes (PARANÁ, 1871, p.11).

Com a construção seguindo em frente, o velho hospital continuava prestando assistência aos doentes, inclusive aos imigrantes que chegavam às terras paranaenses, como confirma o presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa em fevereiro de 1872:

A irmandade vae tomando o desenvolvimento que é para desejar e já estaria em estado florescente se contasse com recursos para soccorrer ás despesas a seu cargo. Os serviços que actualmente presta aos desvalidos, principalmente aos emigrantes que, accomettidos de enfermidades graves, destituídos de meios e sem família, procuram o hospital de caridade, onde encontram allivio a seus soffrimentos, recommendam-a a nossa protecção. Concedendo-a, como o tendes feito, continuareis a prestar um assignalado serviço aos desgraçados, victimas dos rigores dá sorte e á colonisação de que tanto carecemos para dar á província os braços instantemente reclamados pelas suas frondosas matas e magníficos campos na maior parte incultos. E quando attingirmos a época em que a agricultura, base principal da riqueza publica e particular, alcançar o grão de adiantamento que promette o abençoado solo do Paraná, serão largamente compensados os sacrificios feitos para animar a introdução de colonos. Estes farão disapparecer a falta de braços com que lutamos e a prejudicial rotina ainda seguida no amanho e preparo das terras, cooperando assim para remover-se as causas que ainda prendem o desenvolvimento e progresso desta esperançosa província (PARANÁ, 1872, p.72).

O movimento do hospital aumentou e passou a registrar a origem dos enfermos, indicando uma preocupação na qualidade de identificação dos doentes e não mais um registro geral de entradas e saídas, porém ainda existia "repugnância" na população quanto ao atendimento prestado, como segue:

Existiam 8 enfermos e entraram 33. Sahiram curados 23, faleceram 11 e conservam-se em tratamento 5. Classificando o numero dos enfermos por suas nacionalidades, temos:

Brazileiros	17
Allemaes	21
Italianos.....	1
Africanos	2

Se attendermos aos poucos recursos da santa casa de misericórdia e a repugnância mal fundada que ainda se nota na população em procurar o seu auxilio, concluiremos que já não é pequeno o serviço que ella presta. Convem não desanimar porque desse estabelecimento desaparecerão em pouco tempo, em vista do progresso e da civilização de que dia a dia vê experimentando a capital (PARANÁ, 1872, p.73).

A assistência médica desse período instituía o tratamento domiciliar dos doentes, tendo as visitas médicas como prática comum, sendo os pobres, os abandonados e os alienados devendo ser atendidos naquela instituição de caridade. Santos Filho enfatiza que "o exame do paciente compreendia inquirição sobre o mal, contagem do pulso e palpação da região dolente" (SANTOS FILHO, 1991, v.1, p.320-321). Quando não existiam boticas, era o próprio médico que receitava e fornecia o medicamento, que era transportado na chamada caixa-de-botica "provida das drogas mais em uso".

Destacando as obras do novo hospital, o presidente Venâncio apontou a necessidade de o governo continuar apoiando financeiramente a Irmandade para que a conclusão se efetivasse, sugerindo que a forma de retribuição dos custos faltantes se desse por meio de atendimento da força militar ou dos presos pobres:

Invoco a vossa attenção para esta importante obra. No estado de adiantamento em que ella se acha seria imprudência e falta de economia abandonal-a, porquanto, a verificar-se essa hypothese, o que não é de esperar de vosso patriotismo e illustração, immenso seria o prejuizo para a província, já pela deterioração das paredes feitas, já pela perda de grande quantidade de materiaes reunidos. Com mais algum sacrificio dos cofres, as obras alcançarão o desejado termo; até hoje tem a província gasto nas obras do hospital a quantia de 31:000\$000 que junto ao restante da verba do corrente exercicio 4:000\$000, perfaz a quantia de 35:000\$000, isto é quase o total do custo da obra. Como disse acima,

sou de opinião que se deve dar a quantia precisa para acabar a obra, mas acho também que a irmandade da santa casa devia fazer uma equidade á província que tanto a tem auxiliado na sua obra humanitária, por exemplo: comprometendo-se a curar grátis os presos pobres e soldados da policia, ou fazendo qualquer outra concessão que vós achardes justa e ella concordar (PARANÁ, 1872, p.73-74).

O surgimento de hospitais militares ocorreu no Brasil somente no século XVIII, sendo os soldados doentes atendidos anteriormente nas Santas Casas. Para tal prestação de serviço ocorria o pagamento de uma remuneração aos hospitais de caridade, verba esta que não cobria integralmente os gastos (SANTOS FILHO, 1991, v.1, p.255).

Em Curitiba, com o impulso nas obras do hospital de caridade, a conclusão dos trabalhos preocupava o coronel Manoel Antonio Guimarães, vice-presidente da província em 1873:

Está quasi concluído o frontespício do torreão central em que tem de ser collocada a capella e as paredes externas acham-se na altura de receber o madeiramento do telhado. Com o material já comprado e existente, no valor de 9:122\$262 reis, brevemente estará coberto o edificio. Espero que consignareis um auxilio para a conclusão das obras, sob pena de ficarem paralisadas visto serem por demais exíguos os recursos de que dispõe a irmandade (PARANÁ, 1873, p.8-9).

Os escassos recursos de patrimônio da Irmandade fizeram com que os cofres provinciais subvencionassem o hospital, que passou a englobar uma enfermaria militar, provavelmente como forma de ressarcimento da ajuda do poder público, mas funcionando ainda no mesmo endereço de humildes condições, e prestando agora uma nova modalidade de atendimento, qual seja, o de primeiros socorros, o que implicava aumento na abrangência dos serviços, conforme demonstra o relatório de 1874:

Ao zelo e solicitude do respectivo provedor Dr. José Candido da Silva Murici se deve a existência desta pia instituição, que, apesar da falta de recursos, relevantes serviços tem prestado á humanidade desvalida. Continúa o hospital a funcionar em uma casa de acanhadas proporções, onde também se acha estabelecida a enfermaria militar, de modo que ainda não foi possível crear-se a enfermaria das mulheres e alienados. Receberam tratamento durante o anno findo 50 doentes, inclusive 3 alienados, um dos quaes recuperou o uso da razão. (...) Esse resultado seria maior si se levasse em conta os enfermos que se contentam com os primeiros socorros e retiram-se em seguida (PARANÁ, 1874, p.12).

No mesmo documento citava-se o estado avançado da obra do novo hospital:

Com minha assistência procedeu-se no dia 9 de agosto ao levantamento da cumieira do elegante edifício do hospital, cujas obras tiveram grande incremento no anno findo. Acha-se coberto, com sua fachada concluída, e prompta a armação interna das paredes que ainda não receberam o tijolo que deve preencher os claros da madeira. O seu todo apresenta uma perspectiva imponente e reúne a precisa solidez. Vai ficar o primeiro edifício da provincia (PARANÁ, 1874, p.13).

Vivenciando dificuldades para o atendimento de enfermos civis, principalmente de mulheres, por vezes Dr. José Candido da Silva Murici viu-se forçado a pedir auxílio a cidadãos para acomodar em suas residências pacientes de sexo feminino:

Em que embaraços, porém, não me vejo, sempre que se me apresentam mulheres enfermas? Por vezes tenho até recorrido a caridade do digno cidadão Laurentino José da Silva e a de outros, para que recebam em suas casas, onde visito-as e presto-lhes todos os socorros precisos para o seu tratamento. É, pois, só com a conclusão do novo hospital que poder-se-há sanar tão grave inconveniente (PARANÁ, 1874, p.1).

Dr. Murici ressaltava também o fato de ter de manter em prisões externas ao edifício os pacientes alienados:

Também, por falta de accomodações, continuam em prisões fora do edificio os infelizes alienados. Não me foi possivel, por falta de meios, fazer reconstruir as duas pequenas prisões contiguas ao hospital, e, por igual motivo, não pude mandar proceder aos reparos de que tanto carece a casa, em que este funciona. Pois, a exiguidade dos nossos recursos ainda mais se aggravou com a privação que soffremos do auxilio de 2.000\$000 concedido pela assembleia provincial para o tratamento dos desvalidos que procuram o nosso estabelecimento de caridade. Repito-vos o que já por vezes vos tenho dito: é triste, é muito doloroso que o nosso hospital seja de tão acanhadas proporções que não possamos accomodar nelle os mais infelizes dos enfermos, aqueles que, além de privados da saude physica, a do corpo, tambem veem-se destituídos do gozo de outro bem ainda mais precioso, a razão, o Dom por excellencia do homem (PARANÁ, 1874, p.2).

O provedor apontava a carência não apenas das instalações físicas, como também de recursos materiais para a assistência aos doentes:

Não é, porem, somente de deficiencia de commodos que ressen-te-se o hospital; elle tambem carece de material para o seu serviço interno. A roupa que temos é pouca, está já muito usada e quasi sempre imprestavel. Precisamos de camas, colchões, lençóes e de diversos outros objectos, cuja, aquisição não pude fazer, por não ter recebido o auxilio de dois contos de que acabo de fallar, e com o qual contou-se sempre para socorrer a essa e a outras despesas (PARANÁ, 1874, p.2).

O cidadão Laurentino José da Silva acumulava os cargos de enfermeiro, administrador, escriturário e de amanuense⁸⁵ do hospital, recebendo um ordenado de "40\$00 mensaes, retribuição manifestamente insignificante, mas que a exiguidade dos nossos recursos não permite por enquanto eleval-o" (PARANÁ, 1874, p.3), conforme relatava o provedor. Além desse funcionário, uma ex-demente considerada curada após dois anos de tratamento na instituição, chamada Marcolina, auxiliava no atendimento aos doentes e era a cozinheira, sem receber honorários por isso, em face da gratidão pela assistência recebida. O provedor ainda contava com um terceiro funcionário que servia de ajudante de enfermeiro e cozinheiro e, ainda, "zelador das insígnias e alfaias [ornamentos] da irmandade e o de andador".

Chama a atenção a função terapêutica desse hospital; o quadro de pessoal que atendia os pacientes certamente influenciava diretamente a qualidade da assistência prestada, todavia não se conhecem os padrões de outros hospitais da época. Parece não existir uma ambientação adequada para um hospital, desde os aspectos básicos de higiene, às condições físicas das instalações, o que faz lembrar um depósito de doentes.

O presidente da província Adolpho Lamenha Lins em 1876 destaca os esforços do provedor Dr. Murici em concluir as obras, lamentando as acanhadas instalações atuais do hospital, apesar do aumento de atendimentos, a saber:

Não há ali enfermaria para mulheres nem para alienados, de sorte que estes são recolhidos á cadêa, e aquellas são recebidas e tratadas na mesma enfermaria dos homens. É de urgente necessidade, pois, concluir as obras do novo hospital, elegante e espaçoso edificio que o dedicado provedor da Santa Casa tem conseguido, com os auxílios da província, elevar ao estado em que se acha, e que faz honra á esta capital. O novo edificio alem das vastas accomodações que tem para hospital, tem espaço para a enfermaria militar que deve ser para ali mudada logo que estejam concluídas as obras. Estas vão se fazendo lentamente pela falta de meios para dar-lhes rigoroso impulso; entretanto o que resta fazer é pouco em relação ao que já está feito (PARANÁ, 1876, p.38-40).

⁸⁵De acordo com o Dicionário Aurélio (1988, p.35), trata-se de "escrevente, copista, (...) que fazia a correspondência e copiava ou registrava documentos".

O mesmo relatório apresenta a distribuição dos pacientes atendidos segundo a nacionalidade, demonstrando o acolhimento de imigrantes:

Deveis auxiliar a Santa Casa de Misericórdia no seu humanitário empenho. O movimento das enfermarias, segundo as informações que me foram prestadas, é o seguinte: Foram tratados no hospital 96 doentes, inclusive 6 alienados, dos quaes eram dous do sexo masculino, e quatro do feminino, havendo dous recuperado a razão, fallecido três de outras enfermidades que sobrevieram, e um acha-se recolhido á prisão da municipalidade, por não haver logar apropriado no hospital. Dos 90 doentes, exclusão feita dos alienados, eram:

Brazileiros	24
Alleães	20
Francezes	11
Italianos.....	7

Maior seria a relação dos enfermos, se n'ella se comprehendessem muitos indivíduos que apenas procuram o hospital para ahi obter os socorros mais urgentes, recolhendo-se depois para suas casas. Também não estão incluídas as praças do corpo policial, que contribuem com dous terços do respectivo soldo para seu tratamento, e nem os presos enfermos que são tratados em sua prisão, por não haver no hospital logar seguro para recolhel-os. Fizeram-se 35 operações, sendo 5 de alta cirurgia, e 30 de pequena.

Os cálculos assinalam a totalização em 96 doentes, mas a exposição do numerário é incorreta, totalizando 62 doentes atendidos não alienados. Independente do erro aritmético, o número de atendimentos aumentou.

Os relatórios de governo de 1877, 1878 e 1879 mencionam que os serviços prestados na pequena casa da Rua Direita atendiam inadequadamente mulheres e que recusavam os alienados e os doentes de moléstias contagiosas, cuja ciência na época já recomendava a segregação.

Em março de 1879 faleceu Dr. Murici, e seu genro, o Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, assumiu a provedoria até 1887. Não medindo esforços para a conclusão da obra, o novo provedor solicitou suplementações de verbas ao governo, assim como alterações na obra foram realizadas pelos engenheiros Monteiro Tourinho e Theresio Porto.

Em visita ao Paraná para marcar o início dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, o Imperador Dom Pedro II e a Imperatriz Thereza Cristina prestigiaram a inauguração do novo edifício do hospital, que

ocorreu a 22 de maio de 1880. O hospital viria a receber nova visita imperial em 3 de dezembro de 1884, quando a Princesa Isabel e o Conde d'Eu aqui compareceram.

Na tentativa de urbanizar áreas públicas, marcando a preocupação com o traçado das ruas e vias de acesso da cidade, a Comissão do Quadro Urbano, em 20 de janeiro de 1887, apresentou à Câmara Municipal de Curitiba uma proposta de alinhamento de ruas próximas ao hospital, o que resultaria num amplo largo⁸⁶, que passou a ser denominado Largo da Misericórdia. Como no Largo da Misericórdia localizava-se também o Quartel do 3.º Regimento de Artilharia a Cavalo, seu comandante, Manoel José Pereira Junior, encaminhou ofício ao presidente da Província, Sr. Faria Sobrinho, datado de 15 de abril de 1887, solicitando autorização para proceder ao aplainamento do Largo da Misericórdia visando à realização de exercícios militares, a saber:

Não existindo nas proximidades desta cidade uma só praça para nela se trabalhar em manobras de artilharia, o que dá lugar a fazer-se uma longa marcha para achar-se um campo apropriado para instituir as praças do Regimento naquele exercício e acontecendo que existe em frente, ao quartel deste regimento a praça da Misericórdia com espaço suficiente para estes trabalhos, mas que pelas circunstâncias dos acidentes do terreno é difícil fazer rodar as viaturas d'Artilharia e pelos muitos sulcos que também existem neste terreno (CÂMARA..., Ata da sessão de 16 de abril de 1887).

Isso veio colaborar para a melhoria da aparência dos arredores do hospital, trazendo alento para os que freqüentavam aquela região. Em 1901, naquela localização avizinhou-se a Igreja do Senhor Bom Jesus do Perdão e o convento.

Em relação à enfermaria militar, a Lei n.º 36, de 5 de julho de 1892, determinava para o tratamento das praças do Regimento de Segurança a utilização do hospital da Santa Casa. O hospital passou a tratar os soldados enfermos, necessitando assim de um aumento de subvenção que não cobria todas as despesas.

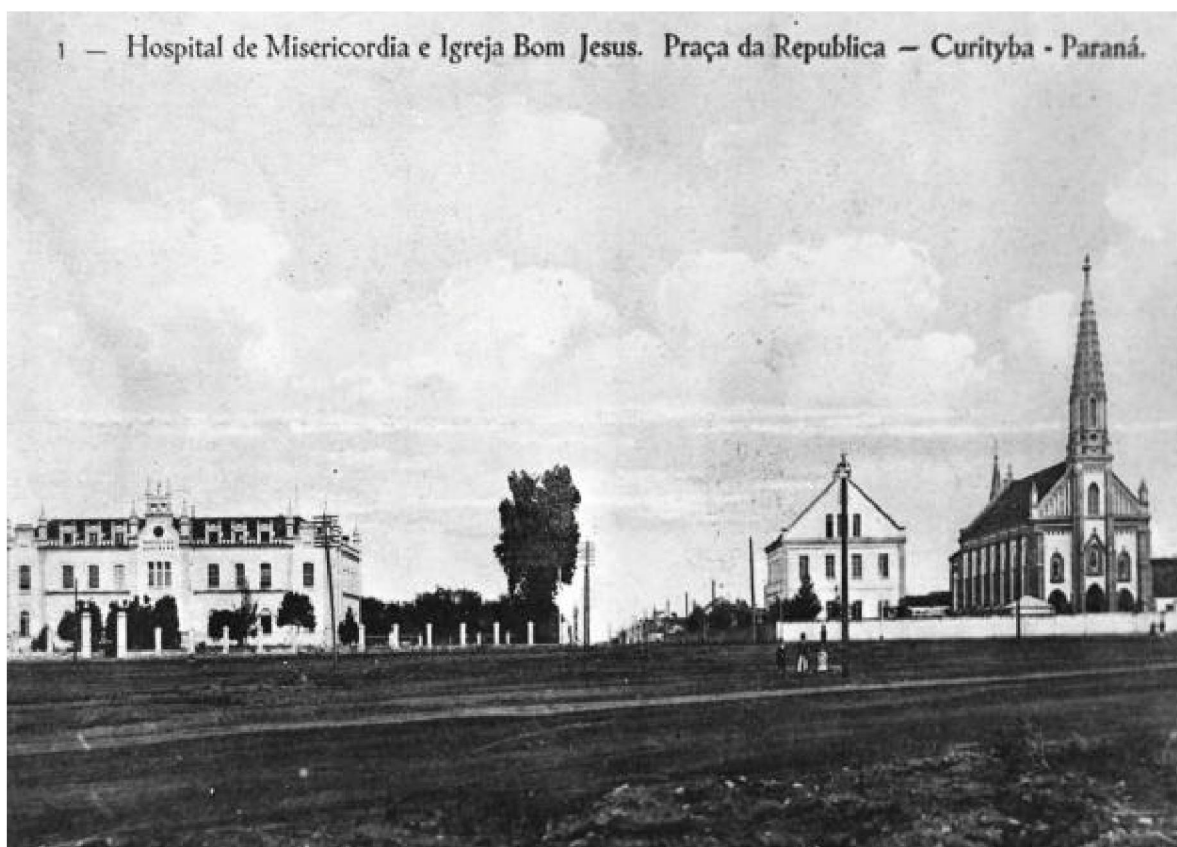
⁸⁶CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Ata das sessões realizadas em 20 de janeiro e 5 de março de 1887.

O jornal A República, datado de 1.º de outubro de 1895, apresenta a seguinte nota assinada pelo Irmão Tesoureiro Augusto de Assis Teixeira:

Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Curityba: De ordem do Irmão Provedor, communica-se que instituiu-se hoje o serviço policlinico de consultas medico-cirurgicas deste hospital das 7 ás 10 horas da manhã para os necessitados que exhibirem certificado de pobreza das autoridades ecclesiasticas ou policiaes.

O serviço ambulatorial de consultas, portanto, foi ofertado a partir dessa data, estabelecendo uma via de comunicação entre o poder do Estado laico e o da Igreja, que visa à seleção dos necessitados. Pode-se dizer que o controle do afluxo dos pacientes implica vigiar e controlar a população.

FIGURA 11 - A PRAÇA DA REPÚBLICA, TENDO A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO LADO ESQUERDO E A IGREJA DO BOM JESUS DO LADO DIREITO (1905)



FONTE: Coleção Julia Wanderley - Acervo da Casa da Memória

3.2 UMA PRESENÇA TRANSFORMADORA: A SAÚDE DOS CORPOS E A SANTIFICAÇÃO DAS ALMAS

Para a reconstituição do trabalho das Irmãs de São José na Santa Casa de Misericórdia, enfrentou-se a ausência de registros escritos pelas religiosas quanto às atividades desenvolvidas. As Crônicas das Irmãs de São José foram uma fonte de pesquisa importante, de autoria de uma religiosa da congregação que conseguiu, ao final da década de 1960, reunir depoimentos de irmãs, inclusive algumas que prestaram serviços nos hospitais. Cabe, todavia, apontar a visão parcial que trazem esses documentos produzidos pela congregação, devendo ser usados com cuidado pelo historiador.

Valendo-se dos relatórios de governo da Província do Paraná, no período de 1894 a 1910, dos Relatórios dos diretores médicos aos Provedores da Santa Casa e dos Relatórios da Irmandade do período de 1911 a 1937, foi possível estabelecer o perfil do atendimento realizado pelas religiosas, como também observar notícias da imprensa local que referendavam as mudanças observadas naquela instituição, após sua chegada.

Em 28 de julho de 1896, as religiosas de São José de Moutiers e os sacerdotes que as acompanharam na viagem da França ao Brasil, desembarcaram em Paranaguá, seguindo para Curitiba. Aguardaram a chegada do bispo D. José, que se encontrava ausente da cidade, ficando hospedadas com as Irmãs dos Santos Anjos. Por determinação do bispo, instalaram-se na Santa Casa de Misericórdia. A primeira impressão do hospital assim é descrita nas Crônicas:

A construção era de estilo português, de bela aparência, escadaria ampla, salas espaçosas. Situada à Praça da República. No centro do primeiro andar estava linda Capelinha. Todo o hospital era bem dividido. Esqueceram, porém, ao fazer a planta, dos sanitários... Falha imperdoável ! (HECK, 1978, p.10)

As religiosas após quinze dias em terras curitibanas mudaram-se para a Santa Casa, relatando as condições encontradas:

A limpeza era mais do que primitiva. Para não sujar as calças, os médicos arregaçavam-nas ao entrar nas salas. Não havia cosinha, propriamente dita. Sobre um fogão onde um negro preparava as refeições, os parasitas corriam livremente. Abundava em toda a parte a vermina, que se alojava até na roupa das Irmãs e do Senhor Capelão os quais mal conseguiam libertarem-se dos importunos hóspedes (HECK, p.12).

O trabalho das religiosas foi árduo nesse início, elas faziam todas as atividades necessárias:

Costuravam, renovavam a roupa de cama e melhoravam a alimentação. Havia encontrado a roupa dos doentes num estado tal de sujeira que ninguém aceitou em lavá-la. Irmã Basília e Irmã Flávia, de boa mente, o fizeram, à noite, para não serem vistas pelos administradores que, em vez de admirar-lhes o heroísmo as teriam julgado mal. Não teriam compreendido como era possível. Religiosas tão dignas entregarem-se a trabalhos tão repugnantes! (...) A ordem e a limpeza foram aos poucos se implantando, causando admiração entre os próprios profissionais médicos "Se precisássemos de um grão de poeira como remédio, seria impossível encontrá-lo". Esta referência se dava à organização da farmácia hospitalar ao cargo da Irmã Marie Françoise (HECK, p.12-13).

O relato demonstra que as religiosas buscaram implantar uma disciplinarização do ambiente hospitalar, com a medicalização e a readequação dos espaços, valorizando-se o meio e não mais a doença; os padrões trazidos pelas Irmãs de São José tinham no ordenamento do cuidar sua marca principal. O médico passou a preocupar-se mais com o doente, entendendo que sua recuperação era objeto do trabalho médico.

Essa medicalização do hospital se deu, portanto, a partir da sua organização, pois procurava-se transformar a instituição de assistência aos pobres em local preocupado com a cura de doentes. Foucault destaca esta ação transformadora, vivenciada em vários hospitais do mundo, dizendo:

O primeiro fator da transformação foi não a busca de uma ação positiva do hospital sobre o doente ou a doença, mas simplesmente a anulação dos efeitos negativos do hospital. Não se procurou primeiramente medicalizar o hospital mas purificá-lo dos efeitos nocivos, da desordem que ele acarretava. E desordem aqui significa doenças que ele podia suscitar nas pessoas internadas e espalhar na cidade em que estava situado, como também a desordem econômico-social de que ele era foco perpétuo (FOUCAULT, 1996, p.103).

Dr. Trajano Joaquim dos Reis (PARANÁ, 1896c, p.34), Inspetor Geral de Higiene em 1896, descreve a capital paranaense descuidada de seu asseio. Era

precário o calçamento, com acúmulo de lama e pó, sem contar os detritos lançados a céu aberto, visto que não existia esgoto, fazendo-se correr pelas ruas as águas das chuvas e as águas servidas, sendo que o lixo das casas era encaminhado para o "Pilarsinho e na rua Assunguy, em uma varzea á direita, formando monturos, cujas imanações só não nos fasem bem".

Segundo o relatório do inspetor, registraram-se de 1895 a 1896 epidemias de pneumonia aguda e de sarampão, bem como a escarlatina, que chegou a Curitiba pelos portos de Paranaguá e Antonina (PARANÁ, 1896c, p.13).

O Jornal A República de 27 de setembro de 1896, praticamente após dois meses da chegada das Irmãs ao Paraná, apresentava em sua primeira página, a visita que o então governador do Estado, o Sr. Santos Andrade, havia realizado ao Hospital de Caridade, sendo acompanhado pelo Secretário de Estado dos Negócios das Finanças, pelo Coronel Comandante do Regimento de Segurança, pelo Major Fiscal e por um jornalista. Foram recebidos na ocasião pelo Provedor Joaquim Monteiro, pelo tesoureiro Assis Teixeira, pela Irmã Superiora e pelos médicos Lemos e Espindola.

Dando maiores detalhes da visita, o mesmo jornal traz em sua primeira página, do dia 29 de setembro, notícias sobre a referida visita. Fazia menção às mudanças percebidas no atendimento aos doentes e na organização dos serviços em face da chegada das religiosas:

O Hospital de Caridade de Curityba como que resurge agora do abandono e abatimento a que há tempos atraz havia cahido, não que a benefica interferencia dos governos republicanos houvesse abandonado, mas porque esses mesmos recursos eram mal empregados, e fazendo-se sobre tudo sentir a falta de pessoal habilitado para o desempenho da difficil missão de tratar dos enfermos. Devemos porém accentuar bem claramente, que o aceio e ordem, conforto e carinho que hoje se notam, só poderiam encontrar os infelizes enfermos nessas mulheres de sublime abnegação, que, como um raio de luz, illuminão com a affeição maternal de sua santa missão, até o resgate da saúde ou até o dia da morte, os que ali pedem guarida. Nem os recursos avultados que o Estado dispensa, nem a solicitude do digno provedor e do não menos esforçado thesoureiro da Irmandade da Santa Casa, nem os desvelos dos medicos internos, poderiam valer, se não fôra a lembrança de uma bôa hora, buscar o auxilio das Irmãs de S. José.

As religiosas trouxeram nova organização para o atendimento dos doentes, ou seja, uma ordem a ser obedecida, preocupando-se não somente com as questões de higiene e asseio, mas também com as relações humanas e o tratamento medicamentoso que deveria ser seguido. Para se entender este tipo de ação é possível recorrer a Foucault (1998), quando este aborda a combinação entre a hierarquia de vigilância com a sanção que normaliza, permitindo a sujeição dos corpos e sua dominação pelos que assistem aos doentes. A presença constante das religiosas era um novo elemento que enfatizava a disciplinarização dos corpos que a medicina buscava, incrementando dessa forma a organização da instituição. Assim prossegue o jornal enfatizando as condições do ambiente:

Com o Exmo. Sr. Dr. Santos Andrade visitamos desde a cosinha até as aguas furtadas, desde as cellas dos doudos á sumptuosa capella; revistamos as chagas dos enfermos, sentimos o sorriso da orphãsinha a quem o destino roubou uma mãe logo ao nascer, mas que no regaço da Irmã de Caridade crescerá feliz e querida; examinamos os generos cuidadosamente acondicionados e vimos a ordem e o arranjo nas roupas bem dispostos, lavadas, e passadas. Não é aquillo o preparo de uma visita antecipadamente annunciada, mas sim o methodo, o cuidado systematico.

O periódico aborda também o trabalho das religiosas no tratamento dos doentes:

O enfermo tambem recebe directamente o carinho benefico das Irmãs, pois são ellas que pensão as feridas, distribuem, hora por hora, as dóses prescriptas, sem confiar em absoluto, como se fazia antes, esse encargo ao proprio doente. O medico sabe que as suas ordens serão cumpridas e que a efficacia dos recursos da sciencia não soffrerá pelo desleixo da applicação. A irmã communica-lhe o estado satisfatorio e boa marcha do tratamento e o medico póde então occupar-se mais detidamente do enfermo que inspirar mais cuidados.

Naquela ocasião, prometeu o governador propor ao Congresso Legislativo um aumento da subvenção de recursos, mostrando "...o interesse que o Estado tem dispensado aquella casa".

O referido artigo de jornal também mencionava as dificuldades de materiais, custeios e carência de serviços, como a falta de luz elétrica, por que passava o Hospital de Caridade, contando com a filantropia da sociedade para buscar suprir as necessidades, como segue:

Nota-se ainda muita deficiencia nos moveis e mesmo a falta de uniformidade dos leitos não causa boa impressão; mas com prazer ouvimos dizer que a philantropia de varios cavalheiros já tem supprido essa lacuna. O sr. Manoel Guimarães Netto beneficiou áquelle estabelecimento presenteando-o com 100 camas de ferro; o sr. Antonio Manoel da Silva, igualmente offereceu 10 leitos e o sr. Lourenço Justiniano Paquete vai concorrer com os respectivos colchões. Não precisamos entretecer louvores a proceder desses distintos cavalheiros que assim revelão nobres sentimentos altruisticos. Não devemos passar além sem que transmittamos ao publico a veneração e respeito com que é citado pela administração o nome do sr. Roberto Hauer, cujos beneficios prestados áquella casa são de ordem a merecer a gratidão de todos. Este cidadão, nas quadras mais difficeis sustentou, por avultado adiantamento, o custeio de dietas e pessoal necessario, não consentindo nunca que faltassem os recursos necesarios á tantos desgraçados. Também o exmo. Sr. Dr. Vicente Machado, representante da companhia de luz electrica, determinou que gratuitamente fossem ali assentados os focos necesarios, sem despeza alguma para a instituição.

Finalmente novas camas chegaram ao hospital, sendo registrado como notícia do jornal A Republica, datado de 1.º de outubro de 1896, n.221, em sua segunda página. Este material foi destinado para a enfermaria militar, a qual recebeu a denominação do doador como homenagem:

O nosso distincto amigo Manoel Antonio Guimarães Netto acaba de fazer um importante donativo à Santa Casa de Misericordia, que muito honra aos seus elevados sentimentos de humanidade. Como é sabido, apesar de todos os esforços empregados no sentido de fazer daquella pia instituição um estabelecimento modelo, a sua situação financeira era um obice quasi insuperavel, que a esse nobre intuito se oppunha. A caridade particular, porem, unida ao desvelado zelo do governo tem prestado um importante concurso e preenchido lacunas que alli se notavam. A pouco e pouco vão sendo introduzidos melhoramentos de valia, de modo a fazer do nosso Hospital de Caridade um estabelecimento recomendavel á benemerencia publica. O nosso digno amigo Guimarães Netto acaba de prestar-lhe um serviço valiosissimo, offerecendo cem elegantes camas de ferro para a respectiva enfermaria. O dr. João Evangelista Espindola, medico do Hospital, que se achava no estabelecimento na occasião em que as camas chegavam, resolveu denominar – Guimarães Netto – a grande sala destinada a enfermaria dos soldados do Regimento de Segurança, em testemunho de gratidão por tão nobre e recommendavel acto. Foi uma justa homenagem ao humanitario cidadão, que dess'arte fez jus ás benções agradecidas de infelizes enfermos.

O jornal republicano acabou novamente por enfatizar as ações governamentais, apesar de as doações da sociedade virem atenuar a situação econômica difícil por que passava constantemente a instituição. O destino dos leitos aos enfermos do corpo militar aponta a preocupação maior que o Estado mantinha com as questões de segurança, em detrimento da pobreza.

Em 1.º de outubro de 1896 ocorreu também a celebração de um contrato assinado pela então Superiora da Congregação das Irmãs de São José, Irmã Marie Joseph Jacquier, e o Provedor Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, devidamente acompanhado do Irmão Tesoureiro, ficando os contratantes como representantes da Mesa da Santa Casa de Misericórdia empenhados em:

Art. 1.º: Pagar a viagem não só das Irmãs que se fiser vir da casa mãe da congregação, para tomar a direcção do Hospital da Santa Casa, como também das que forem nesseçarias para supprir as Irmãs fallecidas, ou inutilizadas.

Art. 2.º Fornecer as irmãs: aposento, cama, comida, roupa lavada, roupa branca para o serviço da casa, lus para noite, remédios e a quantia de trinta e cinco mil reis mensaes, como remuneração dos serviços prestados, isto a cada irmã.

Art. 3.º Se qualquer das Irmãs ficar enfermas, a irmandade da Santa Casa de Misericórdia, continuará a sustental-a na forma estipulada, menos a quantia mensal para vestuário, porque esta será entregue a Irmã que substituir a que ficar enferma.

Art. 4.º Contractar um capellão digno de confiança, e fazer com que o mesmo capellão ou qualquer sacerdote, celebre missas não só nos dias santificados, como regularmente em todos os dias da semana na Capella do Hospital, visitando, nessa ocasião as enfermas e, confessando as que estiverem no caso disso, e administrando-lhes os Sacramentos; ao qual a irmandade pagará a quantia de sessenta mil reis mensal como remmuneração aos seus serviços e dará mais, casa, e sustentação; O capellão ou sacerdote mencionado prestar-se-hão aos misteres da confissão e administração dos Sacramentos todas as veses que para isso for chamado.

Art. 5.º Os enfermos indigentes serão recebidos, provado que seja sua condição social por attestados de auctoridades competentes. Os pensionistas serão recebidos digo admittidos mediante fiança ou responsabilidade de pessoa idônea, na qual se designará a classe que tiver de occupar.

As religiosas ficaram obrigadas por sua vez a:

Art. 6.º A segunda contractante obriga-se a fornecer as Irmãs que forem nesseçarias para o tratamento dos doentes e, direcção do Hospital de Misericórdia que a irmandade tem nesta cidade.

Art. 7.º Obriga-se mais, por intermédio das dictas Irmãs a dirigir o estabelecimento, cuidar dos doentes, da direcção da cosinha, da despença, do armário da rouparia, em uma palavra – de todo serviço domestico.

Art. 8.º Obriga-se por esta forma a encarregar-se da policia, e de tudo quanto respeita a boa ordem da casa.

Art. 9.º A tractar os doentes com todo o desvello e caridade, tendo muito em vista que não deverão affastar-se das prescripções dos médicos sobre os remédios e dietas.

Art. 10 A contractar as enfermeiras e serventes da Casa, e despedil-as quando nesseçario for.

Art. 11 A directora terá depositado em sua mão uma quantia que seja sufficiente para as despesas do mês. No fim de cada mês mandará a conta da despesa feita ao Provedor para este, mandar-lhes dar sua importância pelo Thesoureiro.

Art. 12 A directora fará (mensalmente) todas as despesas correntes da casa, e para isso poderá empregar um servente ou recorrer ao Provedor para prestar-lhe como deve, o adjutorio que fôr preciso.

Art. 13 A directora fará mensalmente um relatório sobre as entradas e sahida dos doentes, e sobre as nessecidades que a pratica mostrar, para se fazer um regulamento para a casa.

Art. 14 A mesma directora terá um livro em que lançará as contas, das quaes serão extrahidas as que teêm de apresentar no fim de cada mês na forma do artigo 11 onse.

Permitia-se ainda o cancelamento do compromisso firmado, como segue:

Art. 15 Qualquer das partes que quiser desmanchar este contracto previnirá a outra parte com antecedência de seis meses, na hypothese do disctrato ser proposto pela irmandade da Santa Casa de Misericórdia, esta se obriga a dar á aquellas transporte para sua terra natal. Do que para constar irão annos passar este, e outro no mesmo theor, que assignamos, ficando cada contractante com o seu.

Curityba 1.º de Outubro de 1896.

A prestação de contas aos provedores, a garantia de alimentação, vestimenta e moradia abordadas no contrato marcam a preocupação com as condições de moradia e de trabalho, podendo-se atribuir a esse contrato a qualidade de dispositivo de regulamentação das atividades das religiosas. A vigilância permanente estava instituída como obrigação das religiosas, implicando o repasse de informações para as autoridades, quais sejam: os médicos e a provedoria da instituição. Trabalhar para a disciplinarização do espaço hospitalar era função das irmãs, que assim estariam contribuindo para o ordenamento social. Há que se ressaltar que, segundo Foucault: "A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares." (FOUCAULT, 1996, p.106).

Entende-se que esse contrato é do tipo convênio em razão da forma em que vem apresentado (aspecto formal), que não visa ao lucro, ou seja, a onerosidade existe na medida tão-somente de restituir em módicos valores para o atendimento de suas necessidades básicas, em que pese as diversas obrigações para as partes contratantes, o instrumento utilizado (contrato) é de cunho filantrópico. De um lado, os contratantes têm projetos e objetivos determinados e, de

outro, exigem das contratadas rigoroso cumprimento dos tópicos elencados. Portanto, poder-se-ia falar em cláusulas leoninas em que há prevalência de uma das partes em detrimento da outra; por exemplo, as irmãs contratadas poderiam adoecer e simplesmente serem substituídas. Reforça-se que as atividades previstas vão ao encontro das recomendações das Constituições para as Irmãs Hospitaleiras.

Com esse contrato as Irmãs passaram a ocupar um espaço de poder na medida em que assumiram a responsabilidade pela administração dos serviços do hospital, em nome da congregação religiosa. Com a investidura de um poder legitimado pela Igreja, o contrato foi firmado com a instituição religiosa e não de forma individualizada. O grupo de religiosas formava o corpo gestor do hospital e, para tanto, a cada uma cabia determinada tarefa. A título de exemplo pode-se destacar que a Irmã Marie Lucie era responsável pela enfermaria das mulheres, onde atuou até 1903 quando foi nomeada superiora do Asilo dos Alienados. De 1900 até 1904 Irmã Maria dos Anjos foi a encarregada da enfermaria de homens. A Irmã Marie Basile trabalhava na cozinha da Santa Casa, já a Irmã Marie Françoise era encarregada da Farmácia, sofrendo muitas dificuldades no início dos trabalhos, como relatam as Crônicas:

Teve ocasiões de sobejo para provar a sua fidelidade a Deus. Ali, sofreu contínuas vexações por parte do enfermeiro, digo, do farmacêutico que ela substituiu. Mais de uma vez confiou, em prantos, à sua Superiora, o sofrimento por que passava. Com o passar do tempo foi vencendo, foi adquirindo prática. Conheceu melhor a língua. No futuro, várias Irmãs inexperientes, aprenderam de Irmã Marie Françoise, a maneira de lidar na farmácia, quer com o pessoal de serviço, quer com os doentes ou ainda, como manipular os remédios. Era mestra paciente, dedicada e boa (HECK, 1978, p.205).

O trabalho das religiosas não abrangia somente os cuidados com os corpos, mas também com as almas dos doentes como demonstra este trecho das Crônicas: "Muitos são os doentes que delas recebem cuidados e orientação para uma vida mais cristã. Trabalha-se no silêncio, mas trabalha-se realmente... Cuida-se do corpo para atingir as almas, doentes às vezes. Para muitos, a Santa Casa é o vestíbulo do céu, é o farol que lhes aponta a eternidade." (HECK, 1978, p.18).

As Crônicas assim relatam o trabalho como enfermeira de Madre Marie Joseph, reforçando as recomendações da quinta e nona regras das Constituições quanto ao trabalho das Irmãs Hospitaleiras:

Mére Marie Joseph iniciou com amor a sua vida de Enfermeira. Quem não lhe admirou a rara energia? A virtude sem igual? Aos doentes, deu a sua grande alma, sua inteligência esclarecida. Foi a mãe carinhosa e boa com todos os sofredores de Cristo. Visitava-os freqüentemente. Animava-os com palavras de fé. Não os deixava partir, para a eternidade sem o conforto dos Sacramentos. Interessavam-lhe as almas, pelas quais viera ao Brasil, estas almas novas suscetíveis de darem abrigo às sementes da salvação (HECK, 1978, p.14).

No relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública encaminhado ao governador do Paraná, encontra-se menção à atuação das religiosas na transformação do hospital, como segue:

Com a localização ultimamente de seis irmãs de caridade, o serviço desse estabelecimento melhorou consideravelmente, estando já a reclamar proporções mais amplas, edifício mais espaçoso (PARANÁ, 1896b, p.5).

Em 1898, assim se manifesta o então Secretário dos Negócios:

Esta benéfica instituição, que faz da Caridade verdadeiro apostolado, continua sob a administração da Irmandade da Misericórdia, sendo sua direcção confiada ao zelo desinteressado e inexcedível das Irmãs de S. José. Excuso encarecer o que é e tem sido para a pobreza, que ali encontra abrigo e lenitivo a seus infortúnios, a S. Casa: sabe-o a população inteira de Curityba (PARANÁ, 1899, p.6).

Em 1900, quatro anos depois, os elogios continuavam por parte do Secretário da mesma pasta:

A Santa Casa de Misericórdia de Curityba, o nosso tradicional estabelecimento de caridade, continua a prestar os mais valiosos socorros aos enfermos desamparados. O serviço hospitalar é feito, de modo irrepreensível pelas dedicadas irmãs de S. José e pelos distintos facultativos que compõem o corpo medico do estabelecimento (PARANÁ, 1901a, p.11).

Essa mudança na imagem do hospital permitiu que o local fosse utilizado como posto de vacinação contra a varíola e igualmente ocorresse a aproximação da população. O jornal A Republica em setembro de 1899 (p.2) traz um apelo à população curitibana para que realizasse a vacinação contra essa enfermidade, com

o fito de proteger a cidade da epidemia que assolava Paranaguá. Foi também determinada como posto de vacinação a Câmara Municipal.

De 1897 a 1900, a provedoria da Santa Casa de Misericórdia teve a sua frente o Monsenhor Alberto José Gonçalves, que muito se dedicou a ampliação do hospital. Nesse período, as atividades exercidas pelas religiosas eram bastante diversificadas, abrangendo desde a administração até a higiene e o trabalho na cozinha. Mas a realidade da época muito exigiu dessas mulheres, como a falta de instalações de água e esgoto no hospital.

Dr. Francisco Xavier da Silva, governador do Estado, em mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 1901, reforça a atuação das religiosas na Santa Casa: "O serviço interno da Casa de Misericórdia da Capital está entregue aos cuidados de irmãs de São José, que desempenham os seus arduos deveres com dedicação, inextinguível zelo, mantendo no estabelecimento irrepreensível asseio." (PARANÁ, 1901b, p.6).

Procurando dirimir as dificuldades financeiras em 1904, o Sr. José Hauer, membro da Irmandade, propôs e financiou uma reforma no hospital, quando se transformaram as antigas celas⁸⁷ para alienados em seis confortáveis aposentos para atender doentes particulares, surgindo assim a categoria de pensionistas.

A visão do hospital estava mudando, exigindo que as instalações se adequassem para atender a uma nova clientela. O medo do local da morte estava sendo substituído, atraído pelo novo atendimento oferecido pelas religiosas.

Bento José Lamenha Lins, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 1904, reforça o importante papel desempenhado pelas religiosas de São José durante a epidemia de febre amarela ocorrida naquele ano:

⁸⁷Cabe ressaltar que as celas eram utilizadas para os doentes mentais, e que já nesse período passaram a ser atendidos no Hospício Nossa Senhora da Luz, localizado no bairro do Ahú, também sob a administração das irmãs de São José de Moutiers.

...Durante o ultimo exercício foi a solicitude do governo varias vezes posta em prova pelo apparecimento de epidemias felizmente debelladas. Em seguida a um caso comprovado de febre amarela, occorrido em Paranaguá, manifestaram-se outros aqui em praças do Regimento de Seguranças que n'aquella cidade haviam permanecido em serviço sanitário. Nesta difficil emergência offereceram-se abnegadamente para servir como enfermeiras no Lazareto as Irmãs de S. José, prestando inestimáveis serviços que, em nome do Governo, devo registrar e agradecer (PARANÁ, 1905, p.11).

Em novo pronunciamento, em 1908, Dr. Bento refere-se ao atendimento do hospital: "O Hospital de Caridade acha-se bem montado, offerecendo todas as condições de conforto e aceio, muito contribuindo para isso o zelo do corpo clínico e a dedicação das enfermeiras, Irmãs de São José" (PARANÁ, 1908, p.11). A autoridade enfatiza também os resultados conquistados no atendimento da população: "Apezar de muitos doentes só se apresentarem ao Hospital em estado muito avançado das affecções que os atacam, é favorável a proporção das curas alli obtidas." (PARANÁ, 1908, p.12).

O movimento das enfermarias na Santa Casa em 1909 registrou 620 enfermos, tendo ocorrido 50 óbitos, dos quais 15 adentraram o hospital em estado de morte; na farmácia foram aviadas 14.857 receitas. O fluxo de pacientes crescia e, com isso, também o trabalho das irmãs.

As religiosas foram aos poucos assumindo novos serviços no hospital como a Sala do Banco, que era "destinada a fornecer gratuitamente remédios e proceder a curativos na pobreza". Cumpre esclarecer que esses medicamentos entregues eram destinados aos pacientes que se tratavam no domicílio. O número de atendimentos ampliava-se; porém, o quadro de pessoal se mantinha o mesmo.

Somente em 8 de janeiro de 1911 o então provedor, Manoel Martins de Abreu, menciona que o pedido de fornecimento de água e instalações de esgoto, feito ao Presidente do Estado Dr. Francisco Xavier da Silva, naquele ano, fora atendido, refletindo inclusive na qualidade da assistência prestada, como informa: "...se reflectiu desde logo no desaparecimento de certa ordem de enfermidades que accomettia ao pessoal e aos próprios asylados, suavizando consideravelmente as difficuldades anteriores para o asseio e hygiene" (IRMANDADE..., 1911, p.6).

O diretor clínico Dr. João Evangelista Espindola, em 8 de janeiro de 1911 enfatiza ao Provedor as transformações que trouxeram ao hospital as instalações completas de água e esgoto como segue: "... a desapareição das moléstias gastro-intestinaes, consequência da ingestão de águas contamminadas e tão freqüentemente observadas" (IRMANDADE ..., 1911, p.29).

Nesse mesmo relatório, Dr. Espindola destaca como era a distribuição dos 68 leitos do hospital:

Quatro as enfermarias em que recebem tratamento os doentes: no pavimento térreo, a de São Roque, com capacidade para 18 doentes, destinada a enfermos homens, atacados de moléstias cirúrgicas e a meu cargo; a de S. Jorge, com a mesma lotação, e privativa dos soldados do Regimento de Segurança e dirigida pelo Dr. Rodolpho Lemos; os inferiores e officiaes desta milícia são recolhidos aos quartos particulares; no pavimento superior, a de Sant'Anna, com 14 leitos e destinada ao tratamento das mulheres, affecções medicas e cirúrgicas ao mesmo tempo; a de S. Lucas, para moléstias internas dos homens, com capacidade para 18 doentes; estas duas ultimas estão a cargo do Dr. Victor do Amaral (IRMANDADE ..., 1911, p.18).

O atendimento na farmácia, a cargo das religiosas, era volumoso, conforme cita o documento:

Foram aviadas na Pharmacia do Hospital, 15907 receitas das quaes 5874 para as enfermarias, 6906 para o Regimento de Segurança e 3127 para a Sala do Banco ou seja uma media de 43 receitas diarias. Por via de regra, salvas pequenas faltas que são compradas no Rio, a Santa Casa adquire os remédios na Europa, com isenção de direitos aduaneiros (IRMANDADE ..., 1911, p.18).

Reforçava, ainda, o diretor como se dava a divisão de funções com as Irmãs de São José: "A meu cargo está a direcção do serviço clinico; a do serviço interno é confiada a uma irmã superiora e a 8 irmãs que repartidamente se occupam de todo o serviço interno e das enfermarias." (IRMANDADE ..., 1911, p.18).

Em 1912 o hospital ganhou uma nova ala constituída por uma seção de banheiros, uma ampla sala de operações, e gabinetes de desinfecção e de ginecologia, assim descritos pelo diretor médico Dr. João Espindola:

... a casa de banhos, com quatro magnificas banheiras esmaltadas, providas de água fria e quente. Vem logo em seguida o gabinete de esterilização que é ao mesmo tempo sala de chloroformisação e de preparo do operado e de vestiário dos medicos, com as installações mais que modestas já existentes. Logo após a sala de operações que, como a

ultima tem o chão de mosaico, provida de uma ducha de lavagem, vinda de uma caixa de capacidade de 3 mil litros d'água, uma péssima mesa de operações, typo Kny-Scherer, e na absoluta carencia de um esterilizador de água fria e quente para a lavagem das mãos durante as operações que exigirem esse cuidado no acto (IRMANDADE ..., 1912, p.18).

O mesmo relatório de 1912 aponta novas aquisições de materiais para o hospital, permitindo a aproximação da Santa Casa com o desenvolvimento da medicina européia:

Da Europa recebemos uma meza de operações, fabricada na casa Mathieu de Paris, classificada por um medico estrangeiro que nos visitou, como o ultimo requinte da civilização cirúrgica; um esterilizador mural, para água fria e quente que for necessária durante as graves operações abdominaes; um autoclave vertical Mathieu, uma excellente meza de gynecologia, emfim o instrumental mais urgente (IRMANDADE ..., 1912, p.16).

Apesar das dificuldades financeiras vivenciadas pela Santa Casa, as doações recebidas permitiram o acesso a melhores condições de trabalho influenciando a qualidade da assistência prestada. As inovações na área médica estavam diretamente ligadas ao cuidado exercido pelas religiosas de São José, pois cabia a elas atuar nos gabinetes e auxiliar na sala de operações, atendendo aos pacientes e apoiando os profissionais.

Dr. Espindola, diretor médico do Hospital em 26 de janeiro de 1913 relata os atendimentos prestados, a saber: "distribuiu no anno que findou 6962 formulas", sendo que "... em 1910-2845", dando uma noção do aumento da população beneficiada pelo hospital. Quanto à Sala do Banco, o mesmo relatório complementa: "os doentes da Sala do Banco e dos quartos particulares escolhem, dos medicos do hospital, aquelle que merece sua preferênciã". (IRMANDADE ..., 1913, p.13).

O médico solicita aumento do instrumental cirúrgico e aponta que o hospital apresentava-se aparelhado para realizar diferentes procedimentos, destacando a mesa de operações e uma autoclave ambos fabricados em Paris, um esterilizador e até uma mesa ginecológica. O diretor médico apresentava ainda a necessidade de se estruturar uma lavanderia a vapor, um pavilhão para isolamento dos tuberculosos e de pacientes com câncer e de um gabinete para microscopia clínica.

Observa-se que o hospital crescia no número de atendimentos, como também passava a conviver com a nova tecnologia cirúrgica e de esterilização de materiais. Certamente as religiosas que eram responsáveis pela manutenção do patrimônio e pelo cuidado dos doentes viram-se forçadas a se adequar a esses novos conhecimentos da ciência médica.

Com a mudança do perfil da cidade, que agora passava a assistir a acidentes nas vias públicas com carros e carroças, surgia nova preocupação para as autoridades. A ampliação da assistência prestada no hospital visando ao atendimento urgente, qual seja, "o socorro imediato ao sinistrado na via publica", era dificultada pela não permanência de um médico em tempo integral. Este serviço em várias ocasiões acabava aos cuidados das religiosas e seus auxiliares, como registra o mesmo relatório:

... acontecia que o doente chegando ao Hospital, por vezes no mais detestável abandono de qualquer tratamento de ocasião, não encontrava medico que pudesse prover ao seu mal a rapidez que exigia, sendo medicado, diga-se a verdade, pelo pessoal subalterno do hospital que já dispõe de longa pratica neste sentido, mas não podendo inspirar toda garantia (IRMANDADE ..., 1913, p.17).

Dr. Espindola concluía apontando a necessidade de o poder municipal edificar o que hoje se denomina de Pronto Socorro: "Não se installou ainda a assistencia urgente, serviço puramente municipal, a qual tanto nos interessa para o nosso viver interior e eu torno a affirmar que não a podemos fazer em um hospital destinado única e exclusivamente á assistência hospitalar, onde se exige o maior silencio e a maior ordem possível, sobretudo á noite." (IRMANDADE ..., 1913, p.17).

A admissão de doentes também passou a ser atributo da Irmã Superiora, como coloca Dr. Espindola em seu relatório:

Por determinação verbal da provedoria, para conveniência do serviço e sobretudo no interesse do doente que não deve e nem mesmo pode, quantas vezes, consumir longo tempo em saber a quem se dirigir para obter o ingresso no hospital, ficou determinado que semelhante incumbência, até então da exclusiva attribuição daquela autoridade, se tornasse extensiva não só a esta directoria, como ainda aos medicos do Hospital e á Irmã Superiora, encarregada da administração interna do estabelecimento (IRMANDADE ..., 1913, p.14).

O diretor médico da Santa Casa, Dr. Espíndola, em 25 de janeiro de 1914 mencionou um atendimento de 1.275 doentes durante o ano de 1913, predominando "nos três primeiros planos o reumatismo, as afecções broncho-pulmonares agudas e as moléstias gastro-intestinaes".

Ao longo desse ano a admissão dos doentes nas enfermarias gerais era realizada mediante a avaliação de qualquer médico do hospital e, na falta do profissional no período noturno, a responsabilidade era da irmã superiora, como afirma o diretor médico:

Não comportando, por enquanto, os recursos da Santa Casa a permanência de um medico de dia, fóra daquela hora, cabe á irmã superiora recebê-los, observadas com todo o cuidado as restricções que dizem respeito aos alienados e aos atacados de molestias contagiosas que absolutamente não poderão ser recebidos, em circumstancia alguma (IRMANDADE ..., 1915, p.60).

Curitiba crescia e igualmente as necessidades de atendimento aos doentes, como apontava o Dr. Espindola em seu relatório ao Provedor de 1915: "O augmento das populações fixa e flutuante desta Capital é um facto que está á vista de todos, collocando esta directoria na contingência de só permitir entrada áquelles doentes que della precisarem absolutamente, por falta de leitos sendo, por vezes, necessario fazel-os supplementares e no chão" (IRMANDADE ..., 1915, p.96). Mas, apesar do aumento da população, houve um declínio no número de atendimentos, como Dr. Espindola menciona em 16 de janeiro de 1916, visando à contenção de despesas, visto que os subsídios repassados pelo Estado permaneciam os mesmos desde 1911: "Foi progressivo o augmento da população hospitalar nos annos de 1911, 1912 e 1913, tendo sido tratados 717 doentes no primeiro, 966 no segundo e 1275 no terceiro. Em 1914 o numero desceu a 1249 e no anno findo a 1184, isto é, 65 para menos." (IRMANDADE ..., 1916, p.15).

O provedor Manoel Martins de Abreu, em 14 de janeiro de 1917, relata os serviços prestados que envolviam o trabalho das religiosas e a aceitação do hospital cada vez maior pela comunidade:

Foram no decurso do anno passado executadas na Santa Casa, como acabamos de ver, 168 operações, na sua maior parte de alta cirurgia e applicados, approximadamente, 3000 curativos cirúrgicos. As condições de asseio deste hospital satisfazem plenamente. A alimentação é boa, bem confeccionada e abundante. (...) Os quartos para doentes pensionistas têm sido procurados com frequência, até mesmo por pessoas de representação social, o que faz-nos crer que vae a pouco e pouco desaparecendo a velha e absurda prevenção dalguns, para com este estabelecimento (IRMANDADE..., 1917, p.28-29).

O Provedor Dr. Manoel Martins de Abreu também se refere ao trabalho das religiosas durante a epidemia de tifo ocorrida em 1917. A preocupação com as doenças contagiosas vinha desde longa data, conforme prescrevia a higiene moderna, permitindo que o hospital ganhasse uma nova ala que apresentava quartos de isolamento. Assim manifesta-se o provedor:

Já se acha concluída a ala esquerda do Hospital de cuja necessidade vos falei em meu relatório passado. A construcção foi feita de accordo com a direcção medica do Hospital, obedecendo assim, o quanto possível, ás prescripções hygienicas modernas. Com este augmento ficou o Hospital provido de mais três quartos particulares, dois quartos fortes para isolamento e quatro espaçosas enfermarias que, em attenção aos extraordinários serviços e actos de caridade prestados á Santa Casa pelos Srs. Monsenhor D. Alberto Gonçalves e Drs. Moysés Marcondes e Muricy, receberam os nomes de "D. Alberto Gonçalves", "Dr. Moysés Marcondes", "Dr. Muricy"; a quarta enfermaria recebeu o nome de "S. Vicente". Foi bem opportuno este augmento no Hospital, pois, ainda nem bem completo, foram em duas dessas salas installadas duas enfermarias de isolamento para os doentes accommettidos de typho, por occasião da máxima intensidade da epidemia que grassou nesta cidade, prestando assim reaes serviços á pobreza (IRMANDADE..., 1918, p.3-4).

O trabalho voluntário das irmãs durante epidemias está previsto nas Constituições da Congregação, neste caso não haveria mandado da parte das Superiores, fazendo-se um apelo às Irmãs de boa vontade.

Dr. Pinto Rebello, como diretor interino do hospital, em janeiro de 1918, faz referência à caridade prestada na instituição, mencionando a atenção das religiosas de São José:

Caridade ... Sim, como que se photographa na nossa retina o vulto do Nazareno, em suas vestes alvas e amplas, physionomia de uma brandura impressionante, gestos compassados e sóbrios, a distribuir benefícios aos humildes que soffrem, percorrendo cidades ou atravessando safaro deserto e embrenhando-se nas steppes verdejantes, afim de levar aos necessitados o pão da caridade. Amae ao próximo, ensinava Elle e, creiam, esta é a divisa que acompanha quantos neste hospital executam uma partícula de labor. Sim, aqui pratica-se caridade, caridade muda e simples, sem a mínima ostentação, que

tanto a afeia. Caridade christã ... Aqui se a semeia suavizando o soffrimento aos afflictos, que são todos esses coitadinhos anonymos que tropeços e cambaleantes, açoutados pelos tormentos da luta pela vida e combalidos pelas moléstias, procuram nesta casa tratamento e abrigo. Vede. Ora é a cândida irmã de S. José levando a água fresca aos lábios sequiosos do febricitante ou o alimento que reconforta o debilitado, ora o profissional que com auxilio da medicina esforça se por dar a saúde à uns, a outros minorar a dor, ora o sacerdote que vem trazer ao desesperado ou agonisante o alivio e o conforto espiritual que a religião a todos offerece (IRMANDADE ..., 1918, p.11-12).

O médico João Evangelista Espindola, representando a Sociedade de Medicina, procurou listar as medidas higiênicas a serem tomadas pela população durante a epidemia, e se utilizou do jornal O Comércio do Paraná (09/10/1917) para divulgar os cuidados necessários. Certamente o que os médicos propuseram era realizado também no Hospital de Misericórdia, o que permite vislumbrar as tarefas executadas pelas religiosas nesse período de epidemia:

Uma solução antisseptica estará sempre à mão para a desinfecção das matérias evacuadas, o escarro e a saliva, mesmo, tudo será levado imediatamente a latrina, fazendo-se a imediata descarga. Onde não houver latrina, deve-se as enterrar muito longe, o mais que for possível, dos poços ou fontes de água, de preferência em lugar mais baixo que estes. No quarto dos doentes não se conservarão roupas. Haverá um recipiente onde serão collocadas em lugar ao abrigo de qualquer contaminação e desinfectadas por meio de fervura ou do nosso vulgar sistema de barrela. Haverá um saco, tão impermeável quanto possível, para serem colocados posteriormente a esta operação. As pequenas peças de curativos e de objectos de nenhum valor, serão queimados. Os utensílios, durante a moléstia, serão desinfectados freqüentemente e conservados sempre em rigoroso asseio e só usados pelo próprio doente. Sendo contagiosas as matérias fecaes, a pele do typhico poiderá apresentar superfícies perigosas e o doente contaminar as pessoas cujas mãos apertar. Daí a regra geral: não visitar typhicos. Quem, porém, o fôr obrigado a fazer, em saindo da residencia d'elle, deverá lavar as mãos cuidadosamente, com sabão, sempre em água corrente. Quando se vae para a mesa, seja na época epidemica ou não, é de rigor lavar as mãos. É coisa intuitiva. Nunca em bacias, e, como dissemos, sempre em água corrente.

Instalar-se-ão, no quarto, mosquiteiros contendo uma solução de leite formulado a 10%.

A atuação das Irmãs de São José durante a epidemia de tifo mereceu elogios por parte do Provedor Dr. Manoel Martins de Abreu:

A cargo das Irmãs de S. José continua a direcção interna do Hospital (...). O carinho e a dedicação com que estas dignas irmãs tratam os doentes ahi internados e o prompto e completo desempenho que dão a tudo quanto lhes está affecto, variando com as necessidades de momento, como por occasião da epidemia de typho, em que o Hospital teve extraordinário movimento e em que tudo foi feito com a melhor e maior regularidade, fazem-as as credoras de justíssimos louvores e dos nossos agradecimentos, em nome da pobreza socorrida pela nossa Irmandade (IRMANDADE..., 1918, p.7-8).

A gravidade da epidemia é referida pelo Dr. Pinto Rebello, diretor interno do hospital neste mesmo relatório:

Nos três últimos mezes, como tendes perfeita sciencia, senhor Provedor, foi Curityba visitada por forte epidemia de febre typhoide que impresionou vivamente a nossa população, não só pela rapidez com que invadiu determinados bairros, como também pela gravidade do mal. (...) A população da nossa Capital, da cidade somente, não vae alem de 45 mil almas, no entanto a febre typhoide, em pouco mais de quinze dias, prostou ao leito para mais de 1200 pessoas, entrando neste numero unicamente os casos notificados. O governo do Estado, tomado de surpresa e desapparelhado no que concerne a cerviços bacteriologicos, pediu auxilio ao de S. Paulo que immediatamente organisou e fez vir a Curityba uma Comissão de bacteriologistas (IRMANDADE ..., 1918, p.19).

Essa comissão era presidida pelo Dr. Theodoro Bayma. O hospital constituiu assim um setor para os pacientes tifosos, e disponibilizou-se pela administração da irmandade "1000 ampolas de vacina antitiphica preventiva que foram applicadas ou cedidas ás pessoas que procuraram immunisar-se" (IRMANDADE ..., 1918, p.20). Nesse período os estudantes de medicina da Universidade do Paraná, acompanhados dos professores, freqüentavam as enfermarias da Santa Casa trazendo suas contribuições aos serviços do hospital.

A Irmandade da Santa Casa apresenta em 1919 o número de atendimentos realizados pelo hospital e os óbitos registrados referentes aos anos anteriores:

Em 1912 foram tratados 966, falecendo 62

" 1913	"	"	1273,	"	76
" 1914	"	"	1249,	"	78
" 1915	"	"	1184,	"	70
" 1916	"	"	1242,	"	48
" 1917	"	"	1093,	"	87
" 1918	"	"	1146,	"	100 (IRMANDADE..., 1919, p.11).

O aumento do número de óbitos no ano de 1918 se deveu à epidemia de gripe espanhola que assolou Curitiba, ocasião em que foram internados 153 pacientes na Santa Casa, estando a maioria em "estado moribundo".

Dos 1.146 pacientes tratados ao longo de 1918 eram "nacionais 877 e estrangeiros 269; 511 paranaenses e 366 de outros estados" (IRMANDADE..., 1918,

p.11). O hospital totalizava 150 leitos assim distribuídos: enfermaria São Vicente de isolamento para tuberculosos com 10 leitos; enfermaria Dr. Muricy de isolamento para moléstias infecto- contagiosas 10 leitos; enfermaria Dr. Moysés Marcondes de clínica médica com 12 leitos; enfermaria Dr. Alberto Gonçalves de clínica da Escola de Medicina 14 leitos; enfermaria São Lucas de clínica médica 9 leitos; enfermaria São Martinho para mulheres com 14 leitos; enfermarias Santa Isabel e Sant'Anna ambas para mulheres com 28 leitos; enfermaria São Roque de clínica cirúrgica com 14 leitos; a Sala Anexa para repouso de operados contava com 7 leitos; a enfermaria São Jorge era militar e tinha 13 leitos; a enfermaria de crianças acolhia 5 leitos; os quartos particulares de 1.º classe atendiam 6 pacientes e os de 2.º classe 8 pacientes.

Dr. João E. Espindola finaliza seu relatório para o Provedor, datado de janeiro de 1919 referindo-se à atuação das Irmãs de São José:

Como nota final, cumpre-me mais uma vez escalçar, nesta batalha quotidiana em prol do bem, o nobre esforço das boas e inimitáveis irmãs de caridade, da Confraria de São José. Vae para mais de 20 annos que as admiro, collocando os fructos preciosos do trabalho e da respectiva intelligencia em commum com os intuitos da nossa grande instituição, digna de melhor e mais efficaz amparo, como a mais elevada obra de solidariedade social que possuímos (IRMANDADE ..., 1919, p.16).

A administração do hospital nos anos de 1919 e 1920 faz referência à necessidade de se ampliar o número de contribuintes da Irmandade em face das dificuldades financeiras vivenciadas. Da mesma forma clama ajuda da administração pública Estadual e da Câmara Municipal para a revisão dos recursos repassados, tendo em vista que o hospital mantinha "suas portas abertas aos desamparados de todos os municípios do Estado" (IRMANDADE ..., 1921, p.7).

Eram restritos tanto o número de profissionais médicos como o de pessoal para atendimento aos doentes:

Poucos são os auxiliares que (...) no Hospital de Caridade, parcamente remunerados, coadjuvam nos serviços dos doentes as beneméritas Irmãs de São José; todos cumprem os seus deveres, fazendo jus na sua humildade á gratidão de todos vós, Srs. Irmãos. No Hospício está á sua frente a Irmã superiora Maria Lucia e no hospital a Irmã superiora Maria Francisca, ambas de zelo incansável, irreprehensivel, na realisação dos nobres mistéres do seu voto de religiosas, na sua obra perenne de caridade e de amor (IRMANDADE ..., 1921, p.4).

A atuação das religiosas de São José assim é descrita pela administração do hospital: "Em contacto diário com a dor e a miséria, alheias aos prazeres mais honestos da vida, são os verdadeiros esteios da ordem, da disciplina e conseqüentemente da administração destas casas de caridade." (IRMANDADE ..., 1921, p.4).

Em 16 de junho de 1920 faleceu Irmã Marie Joseph, tendo prestado 24 anos de serviços à Santa Casa de Misericórdia, desde sua chegada da França, como irmã superiora do hospital, em 1896. Em sua homenagem foi instalado o seu retrato na galeria dos beneméritos do hospital. A administração assim registrou o trabalho de Irmã Marie Joseph:

Neste longo intervallo portou-se como verdadeiro anjo á cabeceira dos doentes, incansável na distribuição de carinhos aos desgraçados, captivando a todos por seu dedicado esforço em mitigar a dor e a afflicção dos que nesta casa de misericórdia tanto soffreram. Quem a conheceu na sua bondade e de dedicação sem limites pelos pobres, por entre as paredes desta casa, sente-a protectora ainda de sua pobreza e das suas irmãs que a adorava (IRMANDADE ..., 1921, p.6).

A manutenção das condições adequadas de higiene no ambiente hospitalar vem reforçar o esmero na atuação das Irmãs de São José, conforme relata Dr. Joaquim Pinto Rebello, diretor clínico interino:

Ao ar não polluido, por sempre renovado, addicionemos o perfeito asseio e ordem reinantes e veremos que os nossos doentes movem-se em um meio continuamente rodeado das melhores condições hygienicas. É pois que a boa hygiene é um grande passo em direcção a metta collimada - a cura, justo é que nos congratulemos por constatarmos que melhoramento de tão assignalada monta possuea nossa principal casa de caridade (IRMANDADE ..., 1921, p.16).

Dr. Rebello descrevia a Santa Casa como tendo: "A melhor pharmacia; (...) amplas enfermarias, no último aceio, bem ventiladas, fartamente banhadas pela luz, providas de agua e lavatorios em profusão e de water-closets; serviço interno tão bom dirigido pelas abnegadas irmãs de São José; (...) um corpo clínico distinctissimo; (...) uma administração geral cautelosa e severa" (IRMANDADE..., 1921, p.21-22). O médico apontava, porém, as dificuldades que persistiam:

não temos um laboratório de microscopia clinica; (...) não temos uma instalação de raios X; (...) falta-nos um pavilhão de isolamento; (...) a nossa casa de banhos é defficiente; (...) a nossa lavanderia vae ainda pelo systema primitivo, á mão; (...) as nossas instalações cirurgicas, sala de esterilização e sala de operações, si bem que muito melhoradas, ainda deixam muito a desejar. O nosso instrumental cirurgico é bem parco (IRMANDADE ..., 1919, p.22).

O relatório do biênio 1921-1922 registra o aumento do instrumental cirúrgico do hospital, a troca de uma velha mesa cirúrgica por uma mais moderna, a aquisição de armários envidraçados para depósito do arsenal cirúrgico, assim como a reforma de uma autoclave e de dois esterilizadores. Ao longo de 1921 foram internados 1.099 doentes e em 1922 o total foi de 953 doentes.

A Sociedade de Socorro aos Necessitados, criada por incentivo da Associação Comercial do Paraná em 21 de setembro de 1921, dedicava-se a obras sociais para reintegração ao trabalho de indivíduos doentes, viciados (principalmente alcoolistas) ou desajustados. O estatuto determinava suas atribuições:

- Suprir do necessário para a vida os verdadeiros indigentes, domiciliados em Curityba, e, assim, eliminar a causa da mediedade nas ruas;
- Socorrer pobres, mesmo não registrados como indigentes, em caso de necessidade eventual ou urgente, bem verificada;
- Socorrer, por tempo limitado, pessoas validas necessitadas a agenciar para ellas collocações ou emprego honesto, compatível com as suas aptidões; (...) (SOCIEDADE ..., 1922).

Na pessoa de seu presidente, o Sr. Herculano C. F. de Souza, em seu relatório à Assembléia Geral, faz menção da atenção recebida na Santa Casa pelas religiosas de São José:

Alem disso, pedimos fossem internados para tratamento, na Santa Casa de Misericórdia, algumas dezenas de doentes, que, devido às suas condições especiaes, não podiam tratar-se convenientemente em suas casas. Mais a miúdo e mais a fundo, tivemos ocasião de conhecer o subido gráo a que se eleva a extraordinária dedicação pelos enfermos e infelizes, dessas santas creaturas, que, com divina abnegação, dedicaram-se, de corpo e alma, a causa dos soffredores: as Irmãs de Caridade. (...) Tudo quanto possamos dizer, não é bastante para exprimir o seu devotamento e a sublime grandeza de suas almas e corações (SOCIEDADE ..., 1922, p.52).

A farmácia da Santa Casa em 1923 era reponsabilidade da Irmã Maria Paulina, auxiliada por uma empregada servente e contando com a ajuda da irmã

superiora. Nesse ano foram aviadas 14.652 receitas sendo 9.146 para as enfermarias e quartos particulares e 5.506 para os doentes da Sala do Banco.

Em 1924 a Santa Casa consegue encaminhar pacientes para outros serviços que a cidade passou a contar. As crianças e os pobres passavam a ser recebidos pela Cruz Vermelha, o Instituto de Proteção à Infância e a Sociedade de Socorro aos Necessitados. O serviço de Moléstias Venéreas e Sifilíticas permitia também uma investigação diagnóstica adequada pelos laboratórios de pesquisas clínicas que contava.

A procura pelos quartos particulares aumentava no hospital, "a tal ponto que não tivemos durante o anno, um único aposento dessocupado" (IRMANDADE ..., 1924, p.103). Dr. Espindola reforçava novamente a preocupação com a inexistência de um "serviço de assistência urgente" para a cidade, principalmente porque à noite não existia serviço médico na Santa Casa, cabendo às religiosas receberem os pacientes.

Dr. Kossobudsky, responsável pelo serviço cirúrgico da Santa Casa, apresentou em 9/11/1924 em seu relatório ao diretor médico Dr. Espindola dados sobre o aumento no movimento dos doentes cirúrgicos nos quartos particulares, principalmente para cirurgias mais graves. Na tentativa de buscar soluções para melhorar o atendimento prestado sugeriu o cirurgião:

- 1.º Construir um pavilhão cirúrgico para as operações asepticas, modernamente aparelhado.
- 2.º Convidar mais uma irmã para os quartos particulares, que uma, apenas, é sobrecarregada de trabalho excessivo.
- 3.º Os quartos particulares exigem um enfermeiro habilitado para os homens.
- 4.º Convidar mais uma irmã para o serviço de cirurgia, porque a irmã que nos auxilia, tem trabalho demais sendo que no caso de moléstia ou qualquer impedimento não pode ser substituída por uma outra, efficientemente competente (IRMANDADE..., 1924, p.93).

A atuação das religiosas nos serviços de enfermagem tinha destaque pela importância sentida pelo profissional médico. É de se considerar também a necessidade de enfermeiros leigos no auxílio às irmãs de São José. Aos poucos ia se constituindo o corpo inicial da enfermagem paranaense.

Em 7 de outubro de 1926, o Corregedor da Justiça Desembargador Clotário Portugal esteve em visita oficial ao hospício e à Santa Casa, mandando

registrar no livro de Atas e Transcrições Correccionais da Comarca de Curitiba o que consta quanto ao hospital de caridade:

... O hospital encontrava-se perfeitamente limpo, denotando ordem completa. Os doentes das diversas enfermarias achavam-se sob os cuidados de Irmãs diversas em compartimentos ventilados e com as devidas condições hygienicas. Nenhum fez reclamações de qualquer ordem. Franqueados os livros de entradas e sahidas foram elles examinados estando com a escripturação em ordem. Os Snrs. Desembradores Corregedor da Justiça e Procurador Geral manifestaram á Irmã Superiora, ao Provedor e ao Thesoureiro, o seu entusiasmo pela direcção brilhante que vem sendo imprimida ao estabelecimento, não lhes tendo poupado elogios extensivos aos demais membros da diretoria (IRMANDADE..., 1927, p.9).

Durante o ano de 1926 os estudantes de medicina da Universidade do Paraná passaram a prestar serviços noturnos no hospital atendendo aos pacientes hospitalizados, assim como aqueles que necessitavam de socorros imediatos. Irmã Maria Francisca permanecia como superiora no hospital, coadjuvada pelas irmãs enfermeiras e pelo pessoal leigo contratado. A farmácia era dirigida por Irmã Maria Paulina.

Ainda nesse ano o hospital sofreu reformas na estrutura física. A lavanderia mudou de local e foi ampliada, porém, permanecia o sistema de lavagem manual da roupa; a sala de operações foi dividida ao meio para originar um gabinete de otorrinolaringologia.

Os indigentes que necessitavam de cuidados médicos continuavam a ser recolhidos pela Repartição Central de Polícia e encaminhados à Santa Casa, ao longo de 1927, da mesma maneira que os menores de ambos os sexos recolhidos do Abrigo de Menores e Escola de Preservação, quando doentes.

O Provedor Antonio de Souza Mello menciona em janeiro de 1928 o estado de asseio e de ordem em que se encontrava o hospital, fazendo referência à atuação das Irmãs de São José: "Raro é o visitante que não se manifesta surprehendido e agradavelmente impressionado com a ordem e aceio que encontra nos dois estabelecimentos e o externam com sinceridade e entusiasmo. Nestas manifestações bem insuspeitas está o maior elogio que podemos fazer a essas valiosas coadjuvadoras da Administração desta Irmandade." (IRMANDADE ..., 1928, p.13).

Depois de muito se solicitar, foram adotados uniformes para os doentes do hospital, graças à doação de tecidos. Os pacientes eram mantidos com a própria roupa até então, o que dificultava a manutenção das condições de higiene.

Ao final de 1928 iniciou-se a construção do prolongamento da ala esquerda do hospital, totalizando 350m² de ampliação para abrigar consultórios médicos e quartos para pensionistas. Nesse ano assumiu como superiora Irmã Ida Maria nos serviços da Santa Casa.

Dr. José Guilherme de Loyola, diretor do Serviço Clínico do hospital, assim se refere às Irmãs de São José: "... nossos mais sinceros agradecimentos às abnegadas Irmãs de São José, pelo muito que sempre tem feito pelo engrandecimento desta casa de misericórdia, quer cuidando do asseio e boa ordem, quer não deixando faltar aos doentes a sua doce e preciosa assistência, tanto para os soffrimentos phisicos como moraes" (IRMANDADE ..., 1929, p.24).

A inauguração do novo pavilhão do hospital, em 8 de dezembro de 1928, contou com a gratificante surpresa da doação de um moderno aparelho de raio X e de todo mobiliário necessário ao serviço radiológico pela empresa Leão Junior e Cia. Ocorreram também melhorias no abastecimento de água no hospital:

... foram retiradas diversas caixas de ferro galvanizado, que se achavam distribuidas em varias dependencias do edificio, tendo sido construidos dois grandes reservatórios em cimento armado cada um com a capacidade 14.500 litros, ficando deste modo assegurado o abastecimento de água, com pressão e abundancia sufficientes para o supprimento de todo o estabelecimento (IRMANDADE ..., 1930, p.11).

O novo pavilhão foi denominado "André de Barros", irmão e benfeitor da Santa Casa, contando no andar térreo com um ambulatório, consultório e sala de curativos, serviço de urologia, de eletroterapia, serviço de olhos, ouvidos, nariz e garganta e o serviço radiológico. No andar superior ficaram instalados oito quartos para pensionistas de 1.^a classe e dois apartamentos com sala de visitas, uma sala de banho e ainda uma sala geral para visitas. Inaugurou-se também em 1929 uma lavanderia mecânica, deixando para trás o atraso primitivo da lavagem manual da roupa hospitalar. Assim, o hospital ampliava as condições de atendimento à população paranaense,

ofertando novas especialidades médicas com correspondente desenvolvimento tecnológico. Por certo as irmãs enfermeiras vivenciavam tais mudanças, adaptando-se a elas, acompanhando os avanços da medicina da época.

Em 1929 Irmã Maria Paulina, que durante muitos anos dirigiu a farmácia, foi substituída por Irmã Maria Germana, que além de acumular os serviços da farmácia tornou-se a superiora do hospital. A Sala do Banco funcionou até 8 de dezembro de 1928, quando foi extinta devido à criação do novo ambulatório.

Dr. Joaquim Pinto Rebello, em seu relatório anual, assim se dirige às Irmãs de São José:

As esforçadas religiosas Irmãs de São José, á quem muito deve a Irmandade de Misericórdia, continuam a imprimir ao Hospital, pela sua austeridade, uma atmospha de ordem e de inquebrantavel respeito. Resignadas até o sacrifício, possuem qualidades optimas de zeladoras, pois que são economicas por principio, sem exceções absurdas e não se descuidam um só instante da hygiene e do asseio do Hospital, uma das suas características. Nas salas de operações ou nas de curativos, nas enfermarias ou nos quartos particulares, por toda a parte se as vê solícitas para com os médicos, bondozas para com os enfermos (IRMANDADE ..., 1930, p.41).

Em 22 de março de 1930 celebrou-se missa em ação de graças na capela da Santa Casa em comemoração ao 50.º aniversário da inauguração do hospital. Em julho desse mesmo ano efetuou-se a construção de um pavilhão para cirurgia, apoiado sobre a ala direita do edifício, compreendendo no pavimento térreo uma ampla sala cirúrgica, tendo em anexo uma sala de esterilização e também uma sala de anestesia. No pavimento superior correspondiam os mesmos compartimentos. Houve ainda aquisição de material cirúrgico com vistas na ampliação do serviço.

Com a revolução irrompida em 5 de outubro de 1930, o hospital foi colocado à disposição do General Plínio Tourinho, Chefe das Forças Revolucionárias do Paraná e Comandante da 5.ª Região Militar, mantendo-se preparado para qualquer emergência.

Dr. David Silveira da Mota, provedor interino, menciona a contribuição ao hospital do trabalho das Irmãs de São José: "A administração interna a cargo das abnegadas irmãs da Congregação de São José, a cuja frente se achava presentemente a irmã Maria Germana, tem correspondido, como sempre, á tradicional confiança, que de anno para anno, mais cresce no alto conceito publico e da nossa

Irmandade" (IRMANDADE ..., 1930, p.31). Complementa o provedor sobre a dedicação da irmã superiora: "A digna Irmã Superiora, a exemplo de suas antecessoras, tem prestado á Administração, como auxiliar zelosa e inteligente, relevantes serviços, tanto na irrepreensível ordem interna que se observa, como no sentido econômico em que se revela attenta e cuidadosa." (IRMANDADE ..., 1930, p.32).

Com os avanços da área médica ocorreu uma reunião dos profissionais do hospital para discutir "as questões da nomenclatura nosologica, da forma das papeletas e dos quadros thermometricos, a questão do formulário, do plantão dos enfermeiros, além de outros assumptos" (IRMANDADE ..., 1930, p.50). O hospital gradativamente ia se tornando fornecedor de serviços mais complexos e necessitava assim melhorar os registros, buscando a qualidade do atendimento prestado.

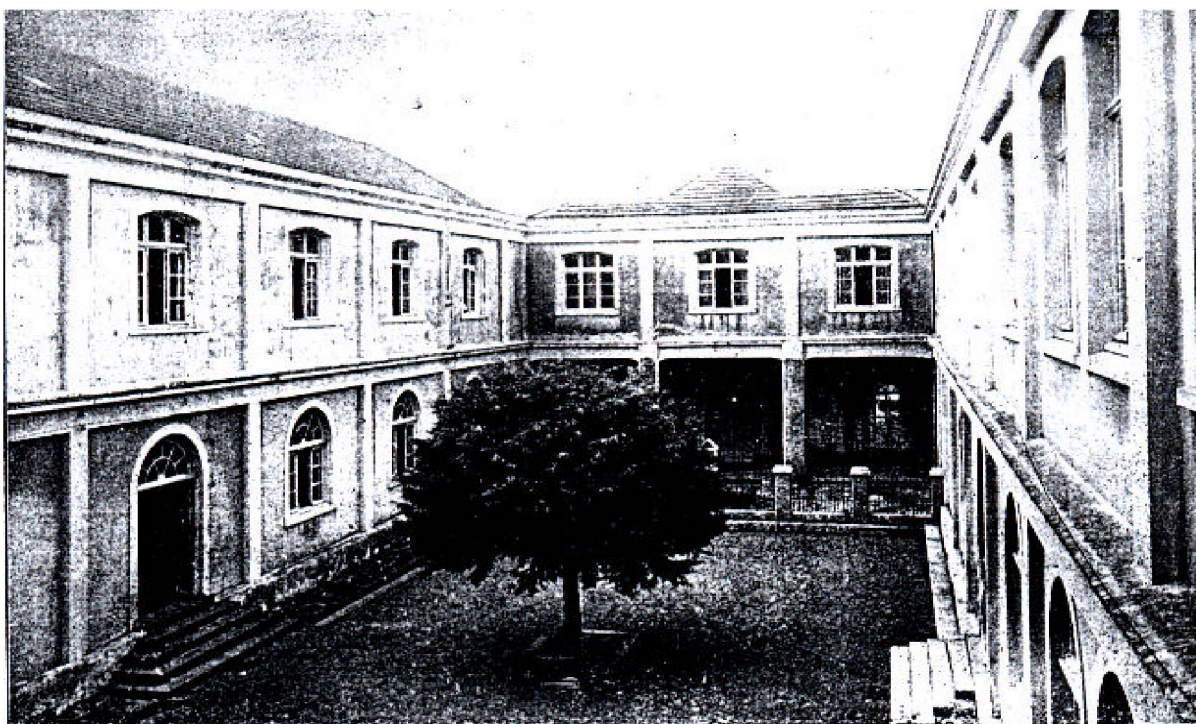
Ao longo de 1930 o hospital concedeu 2.363 altas, foram aviadas na farmácia para uso interno 23.142 receitas e 6.858 para uso externo; no ambulatório de cirurgia realizaram-se 7.849 curativos e 186 pequenas intervenções sendo que no ambulatório de moléstias internas foram dadas 5.611 consultas.

O corpo clínico da Santa Casa prestou uma homenagem à Irmã Josepha pelos trabalhos desenvolvidos ao longo de quase trinta anos junto ao serviço de cirurgia. Inaugurou-se uma placa de bronze no novo pavilhão de cirurgia com os seguintes dizeres: "À Irmã Josepha, pelas suas grandes virtudes, homenagem dos médicos. 1903 – 1931" (IRMANDADE ..., 1932, p.47).

Durante o período revolucionário de 1932, o hospital recebeu centenas de feridos vindos da zona de combate, não deixando de atender aos indigentes:

Tendo irrompido em 9 de julho de 1932, em S. Paulo, o movimento constitucionalista que visava a deposição do Governo Central, o Hospital de Caridade serviu de hospital de sangue, recebendo, enquanto durou a lucta, em suas enfermarias, elevado numero de soldados feridos, transferidos da frente do exercito do sul para esta capital, onde, com guias fornecidas pelo Hospital Militar Divisionário, a elle baixaram, sendo, na quasi totalidade, feridos que necessitavam de intervenções chirurgicas e de outros cuidados que só lhes podia proporcionar um hospital devidamente aparelhado como é o desta Irmandade. (...) Grande foi o movimento do nosso hospital durante esse periodo, pois tornou-se necessario duplicar a capacidade de leitos nas enfermarias, de modo que não fosse prejudicado o recolhimento de indigentes. (...) Estiveram internados 289 soldados feridos (IRMANDADE ..., 1932, p.26-27).

FIGURA 12 - PÁTIO INTERNO DO HOSPITAL DE CARIDADE



FONTE: Relatório da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1930)

Dr. Eduardo Virmond Lima, diretor clínico do hospital nesse período, enfatiza o sentimento do dever cumprido após o período revolucionário:

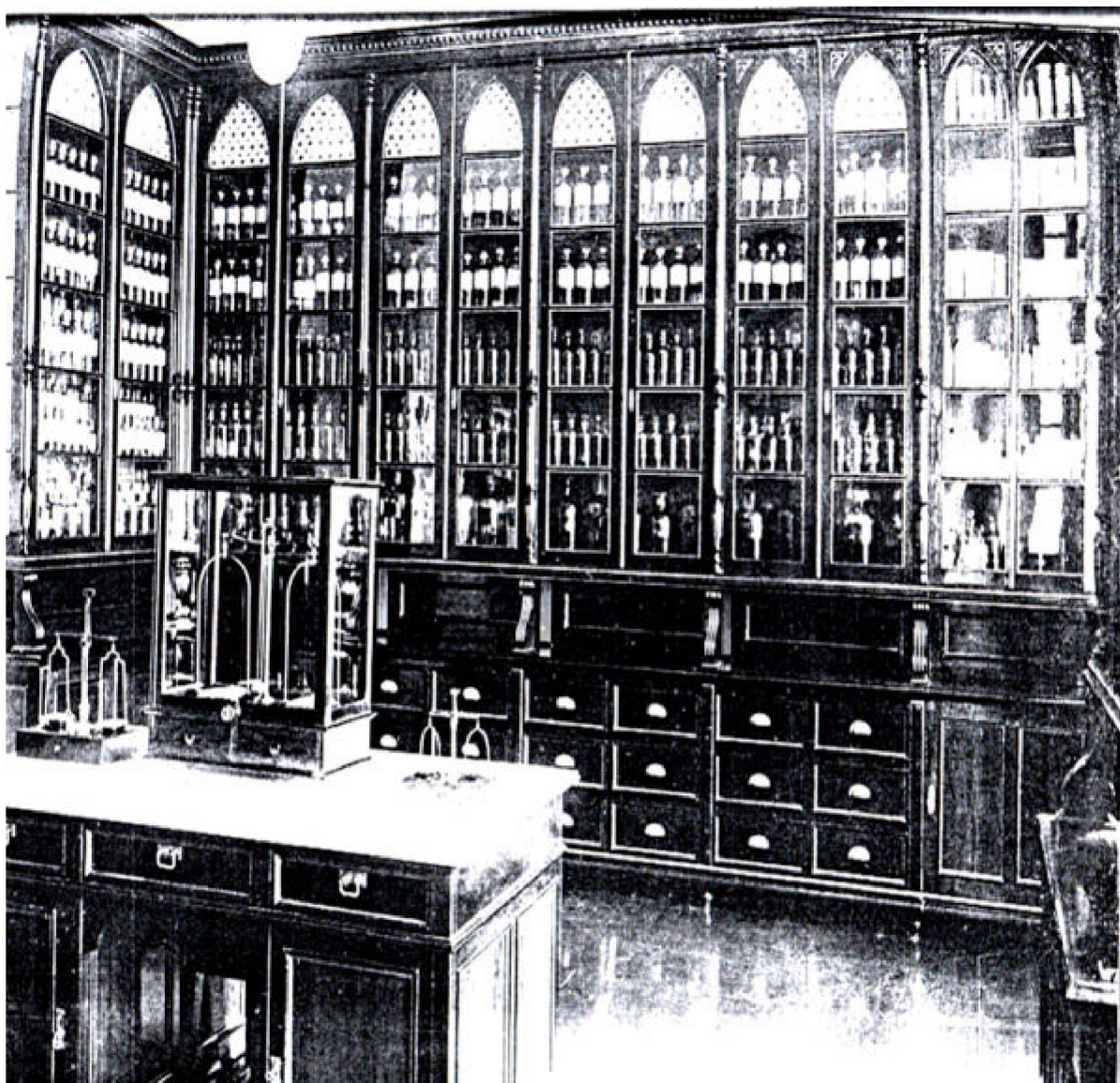
Foi uma oportunidade feliz para nos, por podermos assim dar uma prova da eficiência e da capacidade de trabalho dos que conosco labutam. (...) Durante esse período revolucionário, foi grande o número de colegas que ofereceram os seus serviços às forças em operações, e por este motivo, afastaram-se temporariamente das suas funções neste Hospital. Apesar disso, e do aumento considerável do serviço, todo o trabalho não foi em nada prejudicado, por se haverem multiplicado em atividade os que aqui ficaram (IRMANDADE..., 1932, p.49).

Com o aumento dos serviços no hospital, a Congregação de São José de Moutiers encaminhou novas religiosas para este trabalho: "Estão atualmente em serviço 17 religiosas, continuando como Superiora, a Exma. Irmã Maria Germana, sendo todas ellas dignas do reconhecimento dos doentes que têm passado pelo estabelecimento, pela sua extrema bondade e dedicação" (IRMANDADE..., 1932, p.32).

Toda essa ação na área de saúde vem reforçar as virtudes que devem caracterizar a Irmã Enfermeira da Congregação de São José, de acordo com as Constituições:

*XXII - Les vertus principales qui doivent caractériser les Soeurs Gardes-malades sont: l'esprit de foi, une grande charité, une douceur inaltérable, beaucoup de patience, de dévouement, et surtout l'esprit d'obéissance et de discrétion. Elles n'oublieront pas que leur conduite doit toujours être digne de leur saint état.*⁸⁸ (CONGREGATION ..., 1894, cap.VI, p.188-189).

FIGURA 13 - A FARMÁCIA DA SANTA CASA



FONTE: Relatório da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1930)

⁸⁸Tradução livre:

"XXII - As virtudes principais que devem caracterizar as Irmãs Enfermeiras são: o espírito de fé, uma grande caridade, uma doçura inalterável, muita paciência, dedicação, e sobretudo o espírito de obediência e discrição. Elas não esquecerão que sua conduta deve sempre ser digna de seu santo estado."

3.3 UM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO: ALIENADOS OU CONDENADOS?

Burguiere (1998), na antropologia histórica, destaca que para o historiador é de fundamental importância observar os grupos sociais. Para isso, menciona que nas fontes qualitativas ou literárias se deve atentar para aquilo que os discursos dominantes "dissimulam ou desprezam". Alerta que os trabalhos na área da história das doenças ou das epidemias não devem se manter com interpretações "puramente biológicas ou estritamente socioeconômicas". Finaliza citando o trabalho de Le Goff sobre a história dos gestos, com estudos sobre a "evolução dos estilos de comportamento, técnicas de usos e de linguagem do corpo, os mecanismos de remanescência e de inflexão, de concorrência, de resistência ou de imitação que caracterizam a história social do corpo" (BURGUIERE, 1998, p.141).

O homem doente e sua história são considerados um dos novos objetos da História. Revel e Peter tratam das diversificações sobre esta temática, que pode variar desde a sociologia da morbidade, e chegar até uma análise econômica. Referem-se ao silêncio que envolve a doença, pois abrange o discurso histórico da medicina e das instituições médicas:

No momento em que pretende o máximo de rigor, no final do século XVIII e início do XIX, a medicina, que lança como princípio que não existem senão homens e doenças, encontra a cada passo a lacuna aberta entre esses dois conjuntos gerais. Para a clínica, o corpo torna-se o espaço neutro que se abre à observação e ao saber. Enfim, liberado de sua história particular, é um objeto. No entanto, às margens da clínica, uma inquietação ressurgue sempre, multiforme, e lembra ao médico que seu parceiro verdadeiro não é a doença, nem a humanidade, porém um homem doente (REVEL e PETER, 1995, p.144).

Para esses autores, a constituição de um discurso ou de uma cadeia de discursos sobre o corpo serve de documentos para a pesquisa do historiador, devendo-se atentar para os silêncios e fugas. O saber e o ver, a palavra e a distância organizam as relações lentamente instituídas entre o médico e o doente.

O isolamento do corpo doente "ao leito e ao quarto" nas instituições, em função de uma epidemia ou não, vigora até o final do século XVIII. Estas instituições passaram a ser depositário dos males, onde o sofrimento se tornava discurso, as

palavras se transformaram em signos e a doença tornava-se dizível. Mas estas descrições, via de regra, surgem como descrições de sinais e sintomas e não como falas humanas; o corpo é a divisória entre o médico e a doença. Neste contexto, o saber médico permite buscar as categorias foucaultianas de biopoder. Abordando as relações de poder-saber (o poder produz saber), segundo Foucault, as tecnologias do poder sobre o corpo se fazem presentes entre os psiquiatras, usadas por eles como instrumentos. Resgatou não apenas a repressão, proibição, condenação, mas sua utilização social de acordo com as circunstâncias históricas determinadas.

A disciplina, para esse autor, "é uma anatomia política do detalhe". Utiliza diversas técnicas visando à distribuição dos indivíduos num espaço (colégios, quartéis), podendo existir a clausura (cela). Lugares determinados suprem a necessidade de vigiar, como nos hospitais (vigilância médica das doenças e dos contágios) e nas fábricas (aparelho de produção). Reforça ainda que "A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente." (FOUCAULT, 1998, p.138).

Os observatórios podem ser o acampamento, o hospital-edifício ou a escola-edifício, porém o olhar tem necessidade de escala, o que Foucault chama de vigilância hierarquizada, constituindo-se num pequeno mecanismo penal, que deverá alertar o que é inadequado à regra, afastando-se dela ou tratando-se de desvios. Assim, aparecem os castigos disciplinares para reduzir os desvios, permitindo como que num jogo a quantificação de "bons" e "maus". Já o exame é uma combinatória entre as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza, e é excessivamente ritualizado. Está presente no hospital, na escola, no exército, e permite a documentação por um sistema de registro, o que torna cada indivíduo um caso.

Foucault nos apresenta o dispositivo panóptico (modelo de Bentham) que nada mais é do que a organização de unidades espaciais nas quais o indivíduo era visto, mas não via, o que permitia o funcionamento automático do poder, constituindo-se num laboratório do poder, ou melhor, o enunciado de uma nova teoria sobre o olhar. Neste contexto não se corre o risco da tirania, pois qualquer membro da sociedade

pode acessar o funcionamento da escola, do hospital, da fábrica, da prisão. Sendo assim, duas imagens da disciplina podem ser visualizadas: por um lado, a disciplina-bloco (instituição fechada) e, por outro, o panoptismo com a disciplina-mecanismo (FOUCAULT, 1998, p.173). No decorrer do século XVIII multiplicaram-se as instituições de disciplina como também os procedimentos disciplinares. O princípio de disciplinarização foi aplicado de forma mais intensa no enclausuramento dos loucos.

No Brasil os loucos não foram alvo de preocupação durante os primeiros três séculos, visto que não existia uma política de saúde ou social. Quando não estavam perambulando pelas ruas, eram encarcerados junto com criminosos ou vadios, mantidos assim presos nas cadeias, ou encaminhados às Santas Casas que possuíam local apropriado, ou melhor, celas gradeadas, para alojar esse tipo de doente.

No século XIX instituiu-se uma grande quantidade de hospitais para os alienados mentais, os chamados manicômios, destacando-se a figura do francês Philippe Pinel (1745-1826) como o criador da clínica psiquiátrica. A Psiquiatria como especialidade médica permitiu a manutenção da moralidade social auxiliou na regulação do espaço social, já que o manicômio era visto como um instrumento de cura, para onde eram encaminhados os perturbadores da ordem, considerados perigosos para a sociedade.

Procurando seguir as orientações da escola francesa, um grupo de médicos pertencentes à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, veio, a partir de 1830, protestar contra o tratamento dado aos doentes mentais. D. Pedro II, por meio do Decreto n. 82 de 18 de junho de 1841, criou o primeiro hospício brasileiro no Rio de Janeiro, recebendo a instituição a denominação do imperador em sua homenagem. A construção previa não somente a existência de quartos e celas para isolamento, mas iniciava-se a preocupação em ofertar alguma atividade aos doentes como música e trabalhos manuais. O Hospício Pedro II foi inaugurado somente em 30 de novembro de 1852, e era considerado um anexo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

O Decreto n.º 162-A de 11 de janeiro de 1890 extinguiu a ligação do hospício à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, que passou a ser denominado Hospital Nacional de Alienados.

O modelo de atendimento médico europeu recomendava que os alienados fossem recolhidos pelas autoridades policiais, sendo que os mais agressivos deveriam ser mantidos isolados em celas. O louco que vivia vagando solto pelas ruas passou a ser considerado pelo imaginário popular como um perigo social, pois poderia exaltar-se, transgredindo a ordem.

A precariedade da chefatura de polícia exigia que a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba recolhesse em suas celas um número excessivo de doentes, visto que não existia instituição especializada. Em 1895, ou seja, quinze anos após a inauguração do atual prédio da Santa Casa em Curitiba, o Chefe de Polícia em relatório ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Estado do Paraná destacava que, apesar da magnitude da construção e das condições das novas acomodações, necessitava-se de melhoramentos, porquanto, a subvenção recebida pelo governo e os donativos dos cidadãos não permitiam a implementação de obras de incremento da estrutura física, inclusive para o atendimento dos doentes mentais, a saber:

... precisa entretanto o alludido edificio de alguns melhoramentos instantemente reclamados, como sejam: – encanamento para esgotos, construcção de cosinha e outros semelhantes. (...) Tem-se recolhido e continua-se a fazel-o, enquanto não existir asylo apropriado, infelizes loucos e dementes, os quaes, embora não exista accomodações especiaes, são tratados com todo carinho em dependencias do pavimento térreo (PARANÁ, 1895, p.15).

O Chefe de Polícia novamente se dirige (PARANÁ, 1896a, p.16) ao Secretário de Interior e Justiça, em agosto de 1896, abordando a falta de um asilo para que fossem recolhidos os alienados, não somente da Capital, mas também para responder aos pedidos das autoridades policiais de outras localidades. Assim, reforçava a autoridade policial: "Na Santa Casa de Mizericordia existem somente seis cellulas para loucos e estas achão-se quasi sempre occupadas por numero superior a lotação de cada uma dellas". Isto acabava por gerar um acúmulo de

doentes mentais nas cadeias públicas, visando à manutenção da ordem e tranqüilidade. Por meio de verbas enviadas pelo Ministério da Justiça, foi possível iniciar-se a construção de um asilo para alienados na Capital (PARANÁ, 1896a, p.6).

Nas Crônicas (1978, p.11-12) encontra-se um depoimento a respeito da maneira como as Irmãs de São José viram os doentes mentais à sua chegada: "Os doentes mentais vagavam pelos corredores, envoltos em cobertores vermelhos, gritando. Tornavam-se perigosos. As celas insuficientes, quais verdadeiras prisões com grades, eram reservadas para os mais furiosos." (HECK, 1978, p.11-12).

A situação tornou-se difícil o que acabou por determinar a decretação da Lei n.º 202 de 26 de novembro de 1896, pelo então Governador do Estado, José Pereira Santos Andrade, que autorizava o governo a contratar com o Hospital Nacional de Alienados, situado no Rio de Janeiro, o tratamento dos enfermos existentes nos estabelecimentos públicos e particulares do Estado. Assim, o governo estava abrindo um crédito que possibilitasse as despesas com transporte e tratamento dos doentes naquela cidade.

Porém, as dificuldades para encaminhamento se faziam presentes, porquanto Curitiba tinha precariedade nos transportes e comunicações com outros centros regionais. Desta forma, a loucura passou a ser doença na realidade de Curitiba, conferindo mais poder ao médico que sobre ela deveria atuar. Assim como na Europa e nos Estados Unidos, houve um deslocamento do espaço de tratamento do louco, que antes vivia na comunidade livremente.

Monsenhor Alberto José Gonçalves, provedor da Santa Casa no período de 1898-1908, empenhou-se junto ao governo do Estado em solicitar apoio para a construção de um hospital para alienados. Enquanto a construção não se efetivava, os doentes mentais eram atendidos na Santa Casa, como esclarece o Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública dirigindo-se ao governador do Estado:

Continuam em andamento as obras do Asylo de Alienados desta capital, auxiliado no exercício passado pelo governo da União com a importancia de quinze contos de réis. Até esta data e de accôrdo com as necessidades de occasião, tem sido solicitadas e obtidas pelo Dr. Chefe de Polícia, cellulas especiaes na S. Casa de Misericórdia para ali serem provisoriamente recolhidos os alienados que são postos á sua disposição (PARANÁ, 1897, p.8).

A situação se mostrava ainda mais precária, visto que as seis celas disponíveis na Santa Casa não atendiam à demanda da cidade nem tampouco das diversas localidades do Estado, obrigando o Comissário de Polícia da capital baixar ordem às demais chefaturas do Estado, solicitando que somente encaminhassem os alienados à capital depois de pedido de autorização, como segue:

A falta de acomodações disponíveis no Hospital de Caridade d'esta capital, tem dado lugar que alguns indigentes affectados de alienação mental sejam recolhidos à cadeia desta cidade, para que não perturbem a ordem e tranquillidade publicas. Para evitar a pratica de semelhante providencia, contraria ao estado de nossa civilização e aos principios de humanidade, esta Repartição ordenou ás autoridades que lhe são subordinadas que não enviassem esses infelizes para essa capital, sem preceder a necessária autorização, cessando assim a pratica de converter-se as cadeias em asylo de alienados. A construcção do asylo projectado, n'esta capital, é, portanto de summa importância, como tem sido demonstrado pelos meus antecessores (PARANÁ, 1897, p.5 e 6).

A Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública aponta que foram mantidos na Santa Casa em tratamento 14 alienados, no fechamento do ano de 1898. O chefe de polícia interino, em relatório datado de 20 de dezembro desse mesmo ano, reforçava ao Secretário do Interior e Justiça os transtornos causados pela falta de acomodações para os alienados, conforme segue:

Continúa esta Repartição a lutar com serias difficuldades para accomodar aos infelizes que são atacados de loucura n'este Estado. Não posso por isso furtar-me ao dever de chamar a vossa atenção para a necessidade de ser concluida a construcção do Hospicio de Alienados; necessidade que me julgo dispensado de encarecer ao esclarecido criterio do Governo, porque é notorio o grande numero destes individuos que vivem abandonados por não haver na Santa Casa de Misericordia as accommodações precisas para sua segurança e tratamento (PARANÁ, 1898, p.8).

Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva em 1900, como Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública (PARANÁ, 1901a, p.11) lamenta a situação dos alienados que lotam o hospital de caridade, enfatizando que em breve tempo o problema seria resolvido com a inauguração do Hospício Nossa Senhora da Luz. Posteriormente o relatório da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia datado de 1931 assim se refere à criação do asilo:

Por acto n.º 123 de 3 de março de 1891, foi nomeada uma Commissão para dirigir e fiscalizar as obras da secção do Hospital de Misericórdia, destinada á internação de alienados. Essa Comissão, julgando não ser aconselhável a construcção de uma ala anexa ao Hospital, procurou local mais apropriado nos arredores da cidade, conseguindo um terreno devoluto no arrabalde AHÚ, terreno esse que foi cedido ao Hospício, pela Câmara Municipal, por titulo de 31 de julho de 1895. Em 29 de janeiro de 1896 foi lançada a primeira pedra do edificio destinada ao novo Hospício (IRMANDADE..., 1932, p.21).

Surgiu assim, no bairro do Ahu, o Asilo de Alienados de Nossa Senhora da Luz, denominação esta para homenagear a padroeira da cidade, inaugurado em 25 de março de 1903. O jornal Diário da Tarde, de 17 de março de 1903, assim noticia as proximidades da inauguração do novo asilo:

Terá logar no dia 25 do corrente a inauguração solemne do Asylo de Alienados, levantado no bairro do Ahú, nas proximidades desta capital. Há cerca de 7anos que foi collocada a primeira pedra dessa gigantesca obra e os espiritos pessimistas punhão duvida então que sobre essa pedra podesse se erguer o projectado monumento. Effectivamente justificam-se esses laivos de pessimismo, pois quem sabe das dificuldades de toda ordem com que arcamos para emprezas incomparavelmente inferiores, em um Estado pobre como o nosso, não duvidaria em considerar uma utopia o levantamento tão dispendioso de um edificio nas condições delineadas. Mas a força de vontade dos particulares, colligados com a do governo, o labor incessante á par de uma dedicação desmarcada (...), o auxilio espontâneo da proverbial caridade do povo paranaense, venceram afinal todas as óbices, que pareciam insuperáveis, e eis que hoje, galhardamente, se levanta no bairro do Ahu o magestoso Hospício de N. S. da Luz. Ao penetrar neste vasto templo da caridade, a nossa alma de paranaense se rejubila e se desvanece, palpitando com o mais justo orgulho, pois raras são as cidades que possuem um edificio de tão grandes e bellas dimensões para fins tão humanitários. Dentro de poucos dias esses infelizes que perderam a razão, muitos dos quaes se acham aglomerados em logares impróprios, sem os requisitos scientificos, reclusos até em prisões convencionaes, serão installados em suas cellas, onde nada lhes faltará e onde serão mais felizes, apesar de desgraçados sempre. Os mendigos também, que por ahi andão maltrapilhos e famintos, esmolando de porta em porta, terão de par em par abertas a portas do grande edificio, de baixo de cujo tecto protector ficarão a salvo da fome, do frio e das intemperies.

Dias após, em 4 e 5 de abril, ocorreu a chegada dos doentes que se encontravam alojados na Santa Casa de Misericórdia. Das seis religiosas que se dedicavam aos serviços da Santa Casa, três delas foram assumir os serviços do Asilo, a saber: Marie-Lucie (Jeanne Marie Rolland), Flávia (Virginia Borlet) e Maria Francisca (Victoire Michell). As religiosas passaram a residir no novo hospital, o qual ao final do ano de inauguração registrou 25 pacientes internados. Cabe destacar que havia a necessidade de separação dos espaços e não do gerenciamento dos serviços, o que fez com que a congregação permanecesse no atendimento aos alienados.

As Crônicas das Irmãs de São José apresentam uma descrição do novo asilo:

A sala principal foi transformada em Capela, pois o Cristo não podia faltar ali como nas outras casas. Por ele vieram as Irmãs servir os doentes "outros Cristos" e com Ele desejavam elas morar sob o mesmo teto. Aos domingos, doentes e habitantes das colônias vizinhas aí se reuniam para assistir à Santa Missa. Não havia Igreja nas proximidades (...) As portas do edifício eram fechadas com grades, grades essas que separavam do mundo de fora os coitados desprovidos da razão. O revmo. Padre Bérout foi nomeado Capelão da nova obra (HECK, 1978, p.85).

O regulamento do hospital que norteava os diferentes ramos da administração sofreu modificações em 1903, passando a exigir em seu artigo 20, parágrafo único, o que segue: "o Director do Serviço Medico, de acordo com os demais facultativos, apresente annualmente ao Provedor um relatório circunstanciado acerca do estado sanitário do hospital, com declaração das moléstias reinantes, do numero de doentes entrados, de mortos e de restabelecidos e indicando as medidas que julgar convenientes para a melhor consecução do fim que tem em vista a instituição". Este detalhamento veio colaborar para o controle de gastos da instituição.

O hospital recebia alienados de ambos os sexos e também os indigentes autorizados pela Chefatura de Polícia, visando ao recolhimento das ruas. O fechamento do relatório de 1904 apresentou em seu balanço o registro de 71 pacientes no hospício, entre os quais 23 mendigos como segue: "Neste mesmo hospício há uma secção reservada para o recolhimento de mendigos e que actualmente agasalha 23 d'esses infelizes." (IRMANDADE ..., 1905, p.16).

A qualidade da assistência prestada no asilo é elogiada pelo Sr. Bento José Lamenha Lins, Secretário de Estado dos Negócios, do Interior, Justiça e Instrução Pública:

O Hospício de Nossa Senhora da Luz, único estabelecimento existente no Estado em condições de asylar a tratar alienados, que alli existem em numero de 71, é uma instituição utilíssima, notavel pelas proporções e formas architectonicas de seu edificio, que se não está ao nível dos últimos progressos n'este gênero de construcções, é entretanto um dos melhores do Paiz. Se considerarmos que antes de sua construcção jaziam os pobres loucos nas cadeias publicas, ou em quartos do Hospital, perturbando a tranqüilidade e repouso dos demais enfermos, verificaremos quão merecidos foram e

ainda o serão os auxílios prestados e a prestar pelo Governo a este caridoso Instituto (PARANÁ, 1905, p.12-13).

FIGURA 14 - AS RELIGIOSAS DE SÃO JOSÉ E OS MÉDICOS DO HOSPÍCIO (SEM DATA)



FONTE: Acervo da Congregação de São José

Em 29 de janeiro de 1905, o governo do Estado comunicava à Irmandade seu interesse em adquirir o prédio onde funcionava o hospício para ali implantar uma penitenciária, propondo uma indenização visando à construção de um novo hospital para alienados.

O asilo mantinha também um setor para abrigar mendigos, apesar do aumento do número de doentes internados. Como mencionado no capítulo 2, Curitiba preocupava-se com a mendicância e a vadiagem. Os indivíduos que não conseguiam a licença para esmolar eram encaminhados novamente ao Gabinete de Identificação da Chefatura de Polícia para requerer a "guia para o Asylo" objetivando abrigo no hospício. Isto vem justificar a presença nos relatórios do quantitativo de alienados, como também de indigentes atendidos. Monsenhor Alberto Gonçalves empreendeu busca de um local para o novo hospital, sendo escolhido as proximidades do antigo Hipódromo ou Prado de Corridas, localizado à rua de São José (atualmente Marechal Floriano).

Com esforços do governo e de particulares ali se ergueram três pavilhões, tendo ainda em anexo um prédio destinado à cozinha, à lavanderia e ao gerador de luz, e no sótão possuía também "dois quartos e o estendedor de roupa" (VAN ERVEN, 1948). A medicina apontava uma nova modalidade de distribuição dos doentes mentais em pavilhões, a hospitalização concretizava o método de exclusão. As Crônicas das Irmãs de São José completam a descrição do local:

O local é mais alegre, mais agradável, mais propício à saúde. Os pavilhões estão separados uns dos outros por meio de pátios arborizados e lindos jardins. Neles passeiam os doentes aproveitando do sol e do ar fresco o que facilita a volta à calma. O Hospital chamado "Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz" é um verdadeiro mundo pelas dimensões e pelo número de pessoas que lá vivem. Não faltam aí: a Capela, o Salão Nobre, a sala de visitas, o gabinete do Provedor, a Capelania, a clausura para as Irmãs, etc, etc. A propriedade do Hospital, grande, está cercada por altos muros, apresenta lindas alamedas que convidam ao repouso (HECK, 1978, p.87).

A psiquiatria indicava o tratamento para o alienado em três níveis: higiênico, físico e moral. No higiênico estavam prescritos cuidados dietéticos, exercícios e até cuidados com vestimentas. O nível físico envolvia desde o cuidado com banhos e os medicamentos, já o tratamento moral procurava dominar os desejos desenfreados, utilizando a ocupação do tempo do doente com atividades. Estava assim instituído o tratamento asilar de doentes mentais em Curitiba. Da mesma forma que na Santa Casa, as religiosas eram responsáveis por seguir os tratamentos indicados pelos médicos, organizando toda a estrutura de serviços como cozinha e rouparia, procurando manter a ordem e a higiene.

Importante ressaltar que no início do século XX passou a exigir-se em todo o país que "todos os hospícios públicos ou privados fossem fiscalizados diretamente pelos especialistas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores da República", como registra Cunha (1990, p.35), justificando a presença das informações sobre a Santa Casa de Misericórdia e posteriormente do Asylo nos arquivos de governo desta pasta.

O psiquiatra como detentor do saber tinha em seus ajudantes, como as religiosas de São José, uma ramificação da autoridade, garantindo-se as condições

de mando e subordinação. A supervisão dos postos inferiores era realizada pelas irmãs, estabelecendo-se um sistema hierárquico de supervisão, caracterizando a prática policialesca. No hospício existia a figura do ajudante masculino para os cuidados básicos, colaborador das religiosas.

A Irmandade da Santa Casa em 1911 registra a presença de 264 pacientes no hospício, sendo 30 o número de indigentes para uma capacidade prevista de 150 pacientes, portanto uma lotação excessiva. O provedor Manoel Martins de Abreu enfatizou que "de todos os pontos do interior do Estado começaram a affluir alienados, em tão grande numero, que, desde logo, se notou serem insuficientes os pavilhões inaugurados" (IRMANDADE ..., 1911, p.13). O hospício recebia também pacientes que pagavam pelo tratamento, chamados de pensionistas, porém eram em número reduzido, pouco contribuindo para as despesas existentes, que preocupavam a provedoria.

O depoimento do diretor do hospício Dr. Antonio Rodolpho Pereira de Lemos apontava como diagnósticos prevalentes na população hospitalar nesse período "as psychoses generalizadas com confusão mental, epilepsia, hysteria, paralysisa geral e demência" (IRMANDADE ..., 1911, p.22). O médico prossegue descrevendo o perfil dos doentes: "É maior o numero de nacionaes que o de estrangeiros e bem como o de homens que o das mulheres." (p.22). Reforçam-se também as atividades existentes para ocupação dos doentes: "Existem alienados empregados no serviço da lavoura." (p.22). O diretor médico encerra sua fala, destacando o trabalho das religiosas "As irmãs de S. José continuam como auxiliares do serviço sempre com a mesma dedicação e cuidado para os nossos doentes." (p.23).

O relatório anual de 1912, apresenta aspectos do atendimento oferecido aos doentes: "A alimentação dos recolhidos é boa, abundante ainda que não seja muito variada. Deve-se melhorar e adaptar ao nosso clima, segundo as estações, o vestuário dos alienados. Os alienados cujo estado de melhora permite, são aproveitados em diversos serviços, principalmente na lavoura". Os elogios sobre a atuação das religiosas persistem: "Continuam como boas e excellentes auxiliares as

irmãs de S. José, sob a direção da Irmã Lucia." (IRMANDADE ..., 1912, p.25). Porém, a direção do hospício se manifestava preocupada com o acolhimento de pessoas que não fossem doentes mentais em suas instalações: "O Hospício deve ser para alienados. Indigentes, velhos e desocupados perturbão a sua missão, prejudicão os seus doentes e o transformão em Asylo de mendigos de velhos e em Colônia Correccional." (p.25). A cidade se beneficiava do recolhimento de vadios e mendigos no hospício, pois estes prejudicavam a imagem de capital moderna que tanto se buscava para Curitiba, concepção esta que predominava nos centros de referência como Rio de Janeiro e São Paulo.

A lotação do hospício preocupava quanto à manutenção do asseio nas instalações, como afirma o diretor médico Dr. R. Pereira de Lemos: "A hygiene é sacrificada pela impossibilidade de uma limpeza rigorosa; e o aspecto das salas em que se accumula toda esta gente alienada é o mais desagradável possível." (IRMANDADE ..., 1915, p.21). A situação se tornava crítica, quando chovia, visto que os pacientes não podiam ser mantidos nos "pátios de recreio".

As autoridades médicas do hospício apontavam a necessidade de se separar os doentes que atingiam a cronicidade, usando o trabalho físico no tratamento, criando-se colônias agrícolas, seguindo a orientação do psiquiatra inglês Hac-Tuke, de Falret, Edevard O'Neill e do psiquiatra alemão Schule. O Hospital do Juquery de São Paulo era citado como exemplo a ser seguido pelos paranaenses, pois muitas inovações na terapêutica se faziam presentes naquela instituição.

Os médicos solicitaram que os encaminhamentos de doentes fossem realizados com maior precisão por parte da polícia no fornecimento de dados pessoais que ajudariam no tratamento, sugerindo: "Não basta o nome, a geração, a idade e o estado civil; é preciso igualmente a historia da doença, a data e o modo de começo, suas primeiras manifestações e a marcha seguida desde sua origem. Se não cometteu excessos alcoólicos, se não recebeu nenhum choque moral, se é o único caso da família ou há outros doentes entre os seus descendentes ou ascendentes." (IRMANDADE ..., 1915, p.28). Pode-se indagar quão difícil seria para o médico traçar

um tratamento sem levantar a história do doente, fazendo do hospital um depósito de alienados com duvidosa ação terapêutica.

Apesar das dificuldades de superlotação, o hospital inaugurou um serviço de hidroterapia; sobre a terapêutica o relatório de 1912 traz o seguinte:

Applicamos a hydrotherapia e a clinotherapie com excellentes resultados para os incuráveis e aos que estão em condições de trabalho destinamos á applicação da lavoura. Grande parte de verduras, cereaes e fructas que servem de alimentação aos doentes são por elles mesmos cultivados, tratados e colhidos nos terrenos do Hospício. Muitos auxiliam o serviço da cozinha e aos próprios enfermeiros na vigilância do edificio, e outros, geralmente as mulheres, occupam-se da lavanderia (IRMANDADE ..., 1915, p.29).

O diretor médico Dr. R. Pereira de Lemos e o médico do hospício Dr. Cláudio de Lemos assim qualificam o trabalho das religiosas de São José: "...são excellentes auxiliares, bondosas e benevolentes e que tratam dos alienados com sympathia e caridade" (IRMANDADE ..., 1915, p.30).

O ano de 1913 findou com 285 doentes internados, sendo que o hospital ganhou um novo pavilhão destinado aos pensionistas. O diretor e o médico do hospício enfatizavam a necessidade de maior separação entre os doentes, preocupando-se com os alienados perigosos, pois estes poderiam influenciar negativamente os demais, "basta considerar que temos quase 20 alienados, uns para responderem processo e outros condenados por crimes revestidos de grande barbaridade. Na maioria são epilêpticos impulsivos, indivíduos que forão internados trazendo para o hospício todas as falhas, todos os vícios e todas as impuresas da nossa sociedade" (IRMANDADE ..., 1915, p.66). Para os médicos, o hospício deveria ser local de cura e não uma prisão. A terapêutica se mantinha a mesma sendo que não se fazia uso da eletricidade "por falta de uma instalação completa" (p.68).

O volume de doentes e o pequeno número de funcionários possibilitavam a fuga, conforme aponta o relatório: "Evadiram-se apenas 3 alienados, e pela deficiência do pessoal com que contamos é motivo de elogios a vigilância das Irmãs de Caridade e dos enfermeiros. Dous dos evadidos voltaram por sua própria vontade, declarando não poderem mais viver fora do Hospício." (IRMANDADE ..., 1915, p.68).

Com a população curitibana aumentando também crescia o número de alienados, que no final de 1914 perfaziam 308 no hospício, dentre os quais 29 indigentes. Dr. Lemos reforçava que o tratamento oferecido era o aconselhado pela ciência; "abolimos por completo os meios de contenção, e a reclusão, que nunca desaparecerá dos hospícios, só a empregamos em casos especiaes. Os nossos doentes vivem em plena liberdade" (IRMANDADE ..., 1916, p.25). A imagem de alta periculosidade atribuída ao louco cada vez mais estava se sedimentando, imagem esta perpetuada nos dias atuais.

O Hospital Psiquiátrico em 1916 foi assolado por grave incêndio no prédio anexo que abrigava a usina elétrica, a cozinha e a lavanderia. Com a guerra devastando a Europa em 1917, a situação econômica do hospital se via mais difícil, pois o momento era de contenções, porém o número de doentes não diminuía.

Uma preocupação para a instituição era a não existência de atendimento médico noturno no hospício; as religiosas faziam a supervisão dentro das condições possíveis. A direção sugeriu que alunos do 5.º ou 6.º anos da Faculdade de Medicina do Paraná, curso este iniciado em 1912, viessem suprir esta necessidade, já que estavam atuando na Santa Casa, mas a idéia não conseguiu concretizar-se.

Irmã Marie-Lucie, em 1921, foi transferida pela Congregação de São José para o Hospital de Paranaguá, completando 19 anos de serviços aos alienados. O diretor do hospício assim se referiu a ela: "Nunca surpreendi na diligente e bondosa companheira de trabalho o menor vislumbre de indiferença ou desfalecimento deante do rígido cumprimento do serviço. Nenhum attricto entre os serviços clinico e administrativo se constatou em tão longo período." (IRMANDADE..., 1921, p.12). Irmã Maria Francisca ficou como superiora, substituindo Irmã Marie-Lucie.

No segundo semestre de 1923, assumiu como médico do hospício o Dr. Wacław Radecki, que enfatizava para a provedoria a necessidade de permanência de médico na instituição nas 24 horas, pois seu trabalho era bastante limitado, como afirmou: "O auxilio medico, no hospício, nas condições actuaes tem

que limitar-se ao papel do medico numa casa de isolamento, isto é, o medico pode intervir geralmente só nos casos especiaes, não podendo tratar 350 doentes, separadamente." (IRMANDADE ..., 1924, p.87).

No ano de 1924, no hospício teve início a construção do denominado Pavilhão André de Barros, edificado com os recursos por esse legados em testamento para a irmandade, como reconhecimento pelo muito que colaborou com o Hospital de Caridade.

Com a inauguração do Asylo de São Vicente de Paula em 1926, os indigentes do hospício foram para lá removidos, porém a Chefatura de Polícia continuava enviando os alienados recolhidos.

Em 7 de outubro de 1926, o Corregedor da Justiça Desembargador Clotário Portugal esteve em visita oficial ao hospício, mandando registrar no livro de Atas e Transcrições Correccionais da Comarca de Curitiba o que consta:

Foram encontrados no estabelecimento 351 alienados de ambos os sexos e 9 reclusos por outras moléstias. O livro de registro de entradas e saídas estava regularmente escripturado e todo o estabelecimento, que foi examinado em seus detalhes, estava em ordem, nenhuma reclamação havendo. A Irmã Superiora revela-se de uma dedicação extraordinária e mostrou-se muito solícita em prestar os esclarecimentos que lhe foram pedidos (PARANÁ, 1926).

O hospício recebeu obras de melhoramentos e ampliação em seus pavilhões ao longo do ano de 1928. No ano seguinte, o governo do Estado autorizou a remodelação da rede de água e esgotos, construindo uma fossa séptica adequada ao número de pacientes.

No ano de 1930, finalmente o hospital passou a utilizar fichas de identificação com a história do doente, previamente preenchidas pela polícia, constituindo um arquivo de auxílio no tratamento médico. O relatório do serviço médico faz menção ao trabalho da superiora Irmã Maria Lúcia e de suas seguidoras, assim se referindo "continuam no sacrosanto apostolado de velar pelos infelizes privados da razão, dedicando-lhes todo o carinho e conforto possíveis, com a maior

piedade que se pode imaginar" (IRMANDADE ..., 1931, p.32). A partir desse ano a irmã superiora passou a ser auxiliada por uma assistente, Irmã Beatriz, assim designada, pois Irmã Maria Lúcia já não mais contava com a mesma força pela idade muito avançada. Nesse período no hospital passou a existir um corpo de enfermeiros leigos de ambos os sexos, porém subordinados às religiosas. Podemos dizer que a enfermagem psiquiátrica curitibana, além do serviço abnegado e caridoso das religiosas, começa a esboçar suas raízes históricas, exercida conforme os registros por leigos e agora por elementos do sexo feminino.

Novos melhoramentos ocorreram em 1931, como a construção de oito quartos para pensionistas, uma enfermaria para indigentes, um refeitório, constituindo-se em novo pavilhão com pátio interno, sendo chamado "Dia de Caridade", denominação esta em virtude de evento promovido por senhoras católicas com o apoio da população, que conseguiu arrecadar verbas ao longo de quatro anos, viabilizando esta obra. Assim o hospício passou a contar com:

seis pavilhões, dos quaes dois para indigentes do sexo masculino, um para indigentes do sexo feminino, um para pensionistas do sexo masculino e outro para os do sexo feminino, equivalente ao atendimento particular atual e, um para a administração interna. Além desses pavilhões, possui ainda pavilhões de observação, de quartos fortes, cosinha, oficinas, necrotério, despensa e outros (...). No pavilhão da administração interna, estão installados consultórios médicos, pharmacia, secretaria, capella, etc. (IRMANDADE ..., 1932, p.21-22).

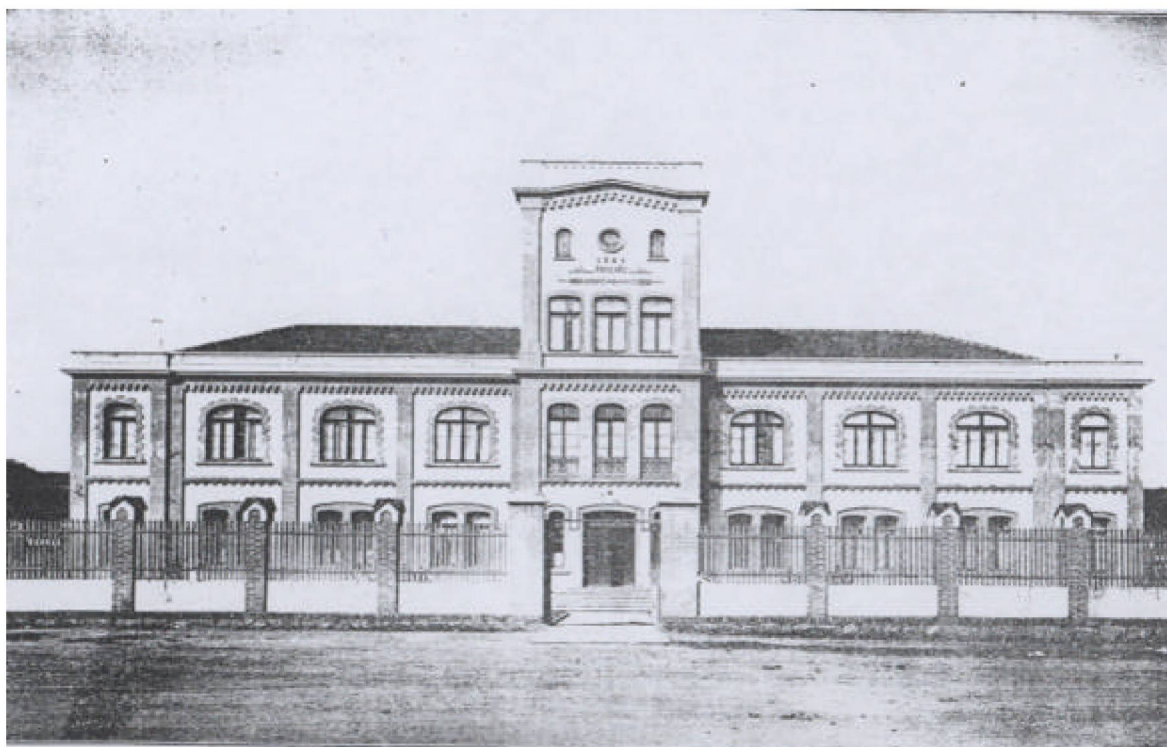
Por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932, alguns médicos se afastaram de suas funções, aumentando o trabalho para os que ficaram, pois o hospital continuava com população excedente, apesar da ampliação física. Foram destinados livros para registro dos doentes em cada pavilhão, visando ao controle de entradas e saídas, além do registro geral já existente (IRMANDADE ..., 1933, p.95-96).

Em 16 de maio de 1933, o hospício inaugurou um gabinete dentário para a execução de todos os trabalhos necessários aos internados. O diretor clínico Dr. Alô Guimarães esteve em visita a estabelecimentos congêneres em São Paulo e no Rio de Janeiro, buscando estudar a assistência a psicopatas. O que presenciou de mais moderno na psiquiatria nestes grandes centros de referência permitiu que se

instalasse no hospício uma seção de agitados, serviço de balneoterapia, hidroterapia e eletricidade médica com melhores recursos, e a criação de uma enfermaria para doenças intercorrentes, com isolamento para moléstias contagiosas. O médico reforça, no término de seu relatório anual, a importância de se pensar na mudança de nome do estabelecimento para não mais chamá-lo de hospício, mas sim de hospital.

As Irmãs de São José puderam assim acompanhar a evolução da terapêutica psiquiátrica, desde o confinamento em celas no hospital às dificuldades do tratamento asilar, chegando à era das estruturas de pavilhões e da preocupação com a ocupação do doente mental e a manutenção de sua saúde física.

FIGURA 15 - PAVILHÃO CENTRAL DO HOSPÍCIO N. SRA. DA LUZ



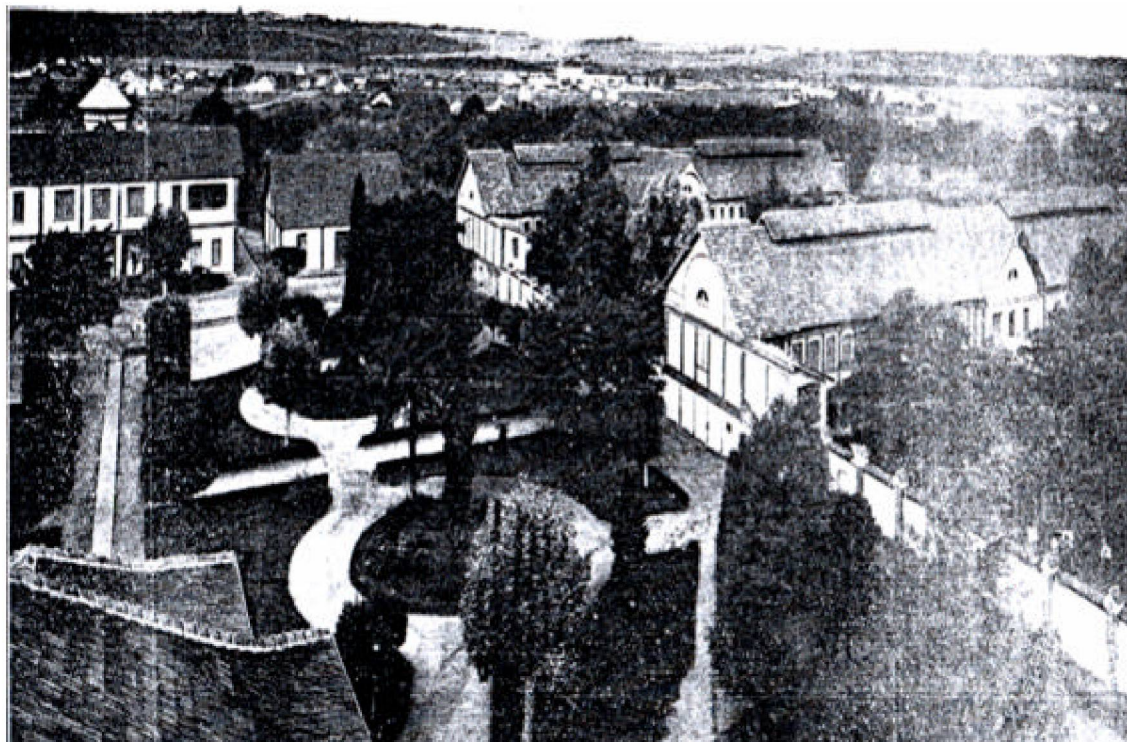
FONTE: Relatório da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1930)

FIGURA 16 - VISÃO DE UMA DAS ENFERMARIAS DO HOSPÍCIO N. SRA. DA LUZ



FONTE: Relatório da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1930)

FIGURA 17 - VISTA PARCIAL - FACE DIREITA DO HOSPÍCIO N. SRA. DA LUZ



FONTE: Relatório da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1930)

3.4 O CUIDAR SANTIFICADO

O cristão a serviço do doente tem sua espiritualidade voltada ao agir como Jesus, pois este é considerado modelo. Segundo Vendrame, estar movido por amor e compaixão deve identificar aquele que cuida dos doentes: "Quem tem amor vê a necessidade do próximo, dele se aproxima, faz o que o próximo pede na sua situação; no que ele não consegue fazer pede ajuda de outros, para que o doente seja tratado do melhor modo possível." (VENDRAME, 2002, p.85). O autor reforça a identificação com Cristo: "Não necessita que alguém lhe venha dizer o que deve fazer, a quem e como. Basta-lhe olhar para o Cristo misericordioso, ser como o bom samaritano (Lc. 10: 25-27), tomar a sério a palavra do Cristo: Vá e faça o mesmo".

O doar-se sem limites, enfrentando sacrifícios, atendendo às necessidades daquele que sofre, caracteriza o trabalho das religiosas de São José, respeitando a dignidade da pessoa humana. Sua obrigação para com Deus é aceitar a missão da congregação.

As religiosas demonstravam, segundo os registros das fontes, uma atitude humanitária, preocupando-se com o cuidar físico e com o da alma, portanto numa visão de todo, não fragmentada da pessoa humana. Perceber as necessidades do doente, procurar amenizar a dor e o sofrimento colaborava para a preservação da dignidade do doente.

O paciente que se submetia ao hospital estava autorizando que seu corpo fosse manipulado por terceiros, portanto se mantinha numa posição de fragilidade. O abatimento pela doença tinha que ser superado, e a atenção contínua das religiosas, com gestos afetuosos certamente colaborava para que se estabelecesse empatia neste relacionamento marcado pela confiança e no qual a identidade de cuidadora religiosa era continuamente reforçada.

O *modus vivendi* da religiosa envolve a "fé radical, oração e experiência de Deus, fraternidade e solidariedade Cristã, pobreza, castidade e obediência" (MARTÍNEZ DÍEZ, 2002, p.22). A religiosa morre para a vida profana e vive para a

vida cristã, uma vida religiosa com tempos de oração e silêncio na experiência de Deus, como também para obras inseridas nos meios sociais mais necessitados. Tudo isto exige uma comunidade com uniformidade, disciplina, um estilo de vida marcado por horários, costumes, maneira de se apresentar, num compromisso de busca pela perfeição evangélica fundamentando a identidade e singularidade de vida religiosa.

Na teologia da vida religiosa de São Tomás de Aquino, "A perfeição da vida cristã é alcançada pela caridade" (II-II, 184, 1c; 2c). E ainda afirma: "Os homens que abraçam o estado de perfeição, não fazem profissão de serem já perfeitos, mas de tender à perfeição" (II-II, 184, 5 ad 2). Este compromisso de perfeição tende à santidade. Para São Tomás na misericórdia a ajuda ao outro se dá pela necessidade deste outro (CUNHA, 2000, p.399). A prática da misericórdia consiste na esmola, e esta pode ser espiritual ou corporal, constituindo-se nas obras de misericórdia corporais e as espirituais. Quando se pode dar alguma coisa a alguém que necessita, e este ato é voluntário, então o ser humano pratica a misericórdia e, portanto, está praticando a caridade, pois a mola propulsora é a comoção pela miséria do outro.

O aniquilamento exigido nas Constituições da Congregação não impediu a liberdade de atuação das religiosas de São José, comandadas por Madre Léonie. O visível das religiosas expresso nos gestos, nas ações e nos comportamentos marcam a subjetividade destas mulheres, que é influenciada por uma autoridade, mantendo relação com o discurso religioso. A imagem construída não é contraditória, pois a completude da santidade buscada por elas perpassa a subjetividade.

A ordem religiosa impôs às Irmãs a sujeição à figura do Bispo, representante de Deus, tanto nas ações sociais como nas ações educacionais, e no trabalho na área hospitalar, a sujeição à figura do médico. A virtude da obediência obriga a Irmã de São José a prezar pela autoridade, como indicam as Constituições:

IV - Les Soeurs auront une très grande estime du voeu d'obéissance, parce qu'il est le plus excellent des voeux de religion, et qu'il donne à leurs moindre actions, faites en vue de l'accomplir, un doublé mérite devant Dieu. De plus, elles se souviendront qu'en obéissant à leurs Supérieurs et à leurs Constitutions, elles feront toujours très certainement la volonté de Dieu, comme au contraire elles ne la feront jamais lorsqu'elles agiront contre l'obéissance.

V- La vertu d'obéissance ajoute à l'acte extérieur la soumission intérieure, appelée obéissance de volonté et de jugement. Pour satisfaire à la perfection de cette vertu, il faut que les Soeurs exécutent promptement, exactement, aveuglément, cordialement et joyeusement toutes les prescriptions de la Règle et toutes les recommandations des Supérieurs ⁸⁹ (CONGREGATION..., 1894, III parte, cap.V, p.111-112).

Vale ressaltar como Haroche aborda a etimologia de sujeito, termo este que se originou no século XII, significando:

..."submetido à autoridade soberana". "Sujeição" aparece igualmente na mesma época; no século XV são derivadas as palavras "assujeitar" e depois "assujeitamento". Bloch e Wartburg nos revelam também que o termo "sujeito", significando no início "que é subordinado", toma, a partir do século XVI, o sentido de "matéria, causa, motivo" e, enfim, de "pessoa que é motivo de algo, pessoa considerada em suas aptidões" (HAROCHE, 1992, p.158).

O aniquilamento das religiosas permite que o desejo pela santidade sirva como estímulo para ação. Por outro lado, pode-se questionar se o assujeitamento acaba por provocar, segundo Pêcheux (1988), "a ilusão da autonomia do sujeito".

O significado básico da palavra autonomia, designa o processo de emancipação, adquirir independência (GOSSMANN, 1997). Neste sentido as religiosas de São José no seu trabalho social, educacional e na área de saúde demonstraram autonomia quanto à organização dos ambientes e serviços, nos cuidados e ainda no

⁸⁹Tradução livre:

" IV - As Irmãs terão uma enorme estima pelo voto de obediência, porque ele é o mais excelente dos votos religiosos e que ele dá a todas as suas ações, feitas visando cumpri-lo, um duplo mérito perante Deus. Além do mais, elas se lembrarão que, obedecendo aos seus superiores e as suas Constituições, elas farão sempre e muito certamente a vontade de Deus. Caso contrário, elas não a farão jamais quando agirão contra a obediência.

V - A virtude da obediência acrescenta ao ato exterior a submissão interior, chamada de obediência da vontade e do julgamento. Para satisfazer a perfeição desta virtude, é preciso que as Irmãs executem prontamente, exatamente, cegamente, cordialmente e alegremente todas as prescrições da Regra e todas as recomendações dos Superiores."

controle dos auxiliares das atividades. Na área hospitalar o espaço de autonomia vinha precedido de um diagnóstico médico que permitia às religiosas a tomada de decisões, porém quando a busca pelo diagnóstico exigia a permanência do doente no hospital, os cuidados gerais eram tomados por elas. Da mesma forma, quando a perspectiva de cura era finda e a morte se fazia presente, todo o conforto e cuidados finais também eram exercidos por elas, reforçando-se o trabalho espiritual. Esta forma de agir demonstrava o poder que era imposto pelas religiosas que se faziam presentes cuidando ao longo de todos os dias, preocupando-se também com o cuidar das almas, desempenhando assim o poder pastoral. A imagem do cuidar santificado está impregnada de significados do mundo transcendente, o que vai além da percepção racional. Ao conceder-se à religiosa a autoridade de apoiar o indivíduo enfermo em um momento em que a assistência à morte se faz presente ou possível, ela passa a ser intermediadora entre o espaço terrestre e o espaço celeste. Expressa-se, assim, uma representação de poder simbólico.

De acordo com Bourdieu (2000), este é o capital simbólico particular deste campo religioso, determinando seu poder. Toda a ação das religiosas permitiu o reconhecimento legítimo e, portanto, marcou sua identidade. A visão de identidade foi estabelecida por Madre Léonie em seu grupo, confirmando sua autoridade pelo que conseguiu enunciar, conquistando o respeito da identidade.

Por sua vez, o poder não pertence apenas às Irmãs de São José ou aos médicos ou à provedoria, mas envolve a todos e por todos é exercido, porquanto nas relações sociais e também nos comportamentos individuais tem-se o espaço para o exercício do poder. Foucault (1996) estabeleceu uma teoria envolvendo as relações entre saber, poder e verdade. Segundo ele, o poder cria saber e este por sua vez produz poder. O saber acumulado implica a existência de um campo de luta, pois o poder necessita do saber. Neste contexto, o discurso do saber produzido pelo poder torna-se lei e acaba sendo introjetado nos indivíduos, implicando ações e pensamentos. Este saber não é somente utilizado como justificativa do poder, ele é mais amplo, produzindo uma série de instrumentos:

Instrumentos reais de formação e de acumulação do saber; métodos de observação, técnicas de registros, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isto significa que o poder para exercer-se nestes mecanismos sutis é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas (FOUCAULT, 1996, p.186).

O poder está presente no hospital em todos os espaços, motivo pelo qual o paciente sofre a ação do poder exercido por aqueles que o cuidam e tratam. O fato de as religiosas terem conseguido organizar o hospital, impondo horários para medicação, rotinas para a higienização, regras para a cozinha e lavanderia, controle da farmácia, entre outras, constitui exemplo da presença do poder disciplinar que aplica imposições. Desta forma, o hospital vem conformar uma rede de poderes, exercido pelo médico, pelas religiosas e pela Provedoria. Quem domina o saber (médico, do cuidar, e o institucional) constitui o seu núcleo de micropoder.

Foucault aborda o biopoder analisando as questões da medicina e partindo de três eixos: que são o nascimento da clínica, do hospital e da medicina preocupada com o social. Para ele foi a partir do século XVII que perdeu força o poder dos soberanos em determinar o direito à vida ou à morte, surgindo então um poder do Estado que visava organizar a vida das comunidades, disciplinando-as.

Com a disciplinarização, o hospital deixou de ser o depósito dos desvalidos ou lugar para se morrer, passando a se medicalizar, preocupando-se com a cura e sendo o local para a atuação médica. Foucault apresenta não as mudanças conceituais ocorridas na medicina entre os períodos do século XVIII ao XIX, mas principalmente a alteração de referência espacial (da medicina a domicílio para o hospital) e verbal (o discurso clínico busca localizar a doença e não somente ouvir as queixas dos doentes).

Examinando os Relatórios de prestação de contas encaminhados à Assembléia Geral, assinados pelos Provedores da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, e pelos Diretores Médicos do mesmo hospital (no período de 1911-1918) fazendo referência às atividades das Irmãs de São José, a espiritualidade estabelecida no plano teórico é percebida na vida comunitária:

Enfermarias e demais dependências do Hospital e do Hospício conta a administração com o zelo e caridade das benemeritas Irmãs de São José, que por isso cada vez mais se tornam credoras da nossa gratidão (IRMANDADE ..., 1911, p.7).

O serviço interno do Hospital e do Hospício, bem como das enfermarias, continua a cargo das benemeritas Irmãs de S. José. O desempenho da tarefa que lhes cabe é por tal modo irrepreensível que a administração sente-se no dever de recommendal-as à gratidão e estima dos dignissimos irmãos (IRMANDADE ..., 1912, p.8).

As irmãs de S. José, em número de nove, dirigidas pela irmã superiora conduzem-se com tal nobresa de sentimentos nos múltiplos misteres da sua penosa tarefa que é um acto de intensa justiça assignalar o auxilio dedicado que ellas prestam à minha direcção, interferindo com uma somma extraordinaria de espirito bemfazejo em tudo que diz respeito às boas normas de aceio e da direcção interna (IRMANDADE ..., 1912, p.19).

Partindo dos discursos citados, os enunciadores nos fazem deparar com atributos positivos das religiosas, tais como carinho, abnegação, dedicação, zelo, tomados socialmente como ações valorizadas, confirmando a intencionalidade dos emissores em apresentar um texto moralizante, permitindo aos receptores reconhecer os valores éticos apresentados. Os locutores são vozes sociais e apresentam as religiosas de acordo com a imagem que a estrutura de poder espera de sua atuação, chegando a repetir os adjetivos como reforço:

O serviço interno dos hospitaes e hospício continua a cargo das benemeritas Irmãs de S. José que cada vez mais se tornam dignas da nossa consideração pelo seu zelo e dedicação extremada no desempenho de sua caridosa missão (IRMANDADE ..., 1913, p.8).

A cargo da Irmã Superiora, auxiliada por nove irmãs da Congregação de S. José, está a administração interna do hospital. O que ellas valem como unidades arregimentadas de trabalho coordenado e de dedicação pela causa dos enfermos, é cousa por demais sabida e que salta aos olhos de todo o mundo, na simples visita de surpresa ao hospital (IRMANDADE ..., 1913, p.17).

Continua a cargo das Irmãs de S. José o serviço interno do Hospital e Hospício, cuja missão desempenham com tal dedicação e ardor, que cada vez mais dignas se tornam da nossa veneração (IRMANDADE ..., 1914, p.51).

A fala ressalta o que já está internalizado na psiqué da sociedade, eis a representação social de ser freira. As práticas não científicas das Irmãs são reforçadas,

sendo enfatizada a missão religiosa, distanciando-se os cuidados prestados em um nível inferior ao tratamento e à cura proporcionados pelos médicos.

As expressões sinonímicas utilizadas nos diversos relatórios caracterizam o cuidado exercido pelas religiosas, esse cuidar está concretizado conforme atestam as falas. Os valores morais e religiosos identificam uma prática que a nova ordem social traz, a dedicação ao servir aos pacientes e aos médicos, imperando a subalternidade e a obediência como indicam estes relatórios:

O serviço interno dos nossos hospitaes continua a cargo das benemeritas Irmãs de S. José, que no desempenho da sua tarefa fazem jus ao nosso sincero reconhecimento pelo modo irrepreensível com que cumprem a sua ardua missão, sempre dispensando o seu peculiar affecto e carinho aos enfermos (IRMANDADE ..., 1915, p.91).

Continua a ser irrepreensível e da mais conveniente vantagem a direcção interna do Hospital e Hospicio pelas Irmãs de S. José auxiliando com dedicação o desempenho da administração e tratando com carinho e zelo a todos os nossos internados, pelo que as julgamos dignas dos nossos louvores (IRMANDADE ..., 1917, p.9).

O atendimento prestado pelas religiosas de São José representa a tradução de forma prática dos esforços de Jesus Cristo, marcando assim o testemunho de fidelidade cristiana, sintetizando a missão das irmãs hospitaleiras. Os atributos reconhecidos servem de base à identidade coletiva, e com suas ações no interior do contexto social as religiosas constroem sua identidade. Impuseram uma representação positiva de si mesmas, exercendo o poder de identificação:

A administração interna continúa, como até aqui, a cargo de dez irmãs da congregação de São José. Meigas e carinhosas para com os desherdados da sorte que, enfermos procuram esta casa, trazendo sempre nos lábios um sorriso cheio de pureza e de castidade christã, enérgicas, porem, quando a energia se faz necessária, estas virtuosas e abnegadas irmãs de São José imprimem a esta casa muita ordem e rodeiam n'a de uma atmospheria de inquebrantável respeito (IRMANDADE..., 1917, p.29-30).

Bourdieu ajuda a entender a dependência do poder em função da posição de um grupo em relação a outros, fazendo com que a identidade funcione como um sistema de classificação, delimitando a divisão do mundo social e conferindo autoridade.

Cushe ressalta que "a identidade é sempre resultante da identificação imposta pelos outros e da que o grupo ou o indivíduo afirma por si mesmo" (CUSHE, 1999, p.197), enfatizando que a identificação resulta em se diferenciar, delimitando-se uma fronteira social simbólica.

Reforça-se que a amplitude de ações das religiosas era significativa, pois lhes cabia toda a direção dos serviços internos do hospital. A inquietação provocada pela atuação das religiosas no campo hospitalar foi amenizada pela subordinação às ordens médicas, mas, ao mesmo tempo, o ordenamento e a direção do hospital marcavam a autonomia das Irmãs de São José, favorecendo a aceitação social. A valorização do trabalho das Irmãs, porém, não pode se ater à disciplina da Igreja, implica também o atendimento das determinações médicas, demonstrando a existência de uma organização disciplinar ordenada pelos provedores e médicos. Destarte, esta maneira de agir das religiosas caracteriza o cuidar santificado.

Ao analisarmos as diversas falas sobre a atuação das Irmãs de São José, podemos traçar as características do cuidar santificado exercido por elas:

1. **Presença constante:** o estar disponível permitia que se estabelecesse a interação, fazendo com que os doentes se sentissem respeitados e valorizados. A postura, os gestos, a fala, e até mesmo o tom de voz demonstravam o respeito e o interesse pelos atendidos. Esse relacionamento possibilitava o controle e o domínio sobre as situações, visto que as religiosas moravam no próprio hospital, exercendo o controle nas 24 horas do dia.
2. **Observação atenta:** ocorria a percepção apurada a todos os acontecimentos, inclusive com demonstração de sensibilidade à dor e sofrimento dos pacientes, permitindo, assim, o discernimento nas ações. Esta observação possibilitava saber o que o paciente necessitava ou ainda, desejava, podendo-se atuar ou minimizar o que o incomodava.
3. **O dimensionamento temporal e espiritual (corpo e alma) como campo de ação:** o cuidado físico desempenhado pelas religiosas atendia

às prescrições médicas (caráter de subalternidade), como também mantinham uma constante preocupação com o conforto espiritual, numa vertente de complementariedade do cuidar.

4. **Cabedal de conhecimentos e habilidades:** a manutenção das condições de higiene eram notórias, controlavam com eficácia o aviamento de receitas, acompanhavam a evolução da terapêutica médica, adequando os cuidados prestados às inovações tecnológicas. Marcaram uma prática centrada em realizar tarefas com responsabilidade.
5. **Competência gestora:** habilidade e energia para gerir todos os serviços a elas subordinados, tendo o comprometimento pela preservação da instituição hospitalar. O poder das religiosas está legitimado por um saber que elas possuem, que está atrelado a sua formação e aos requisitos necessários, constituindo o capital cultural que desenvolveram. Demonstraram eficiência para cumprir o seu papel, disciplina, e abnegação, conseguindo impor padrões para o hospital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que ora se encerra mostrou a experiência vivenciada pelas Irmãs de São José de Moutiers no trabalho na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, no período de 1896 a 1937. Dois aspectos foram fundamentais: em primeiro lugar, a transição de uma enfermagem pré-profissional para a construção do espaço hospitalar a partir dos conceitos de ordem, disciplina, asseio; e, em segundo, o cuidar de doentes motivado pelo conceito de cuidar santificado, ou seja, cuidar do corpo e santificar a alma.

Ao seguir os passos indicados por Bourdieu, foi possível estudar o campo religioso. Como corpo organizacional, a congregação, com o respaldo da Igreja, pôde reorganizar o espaço hospitalar. Pelos conhecimentos, pelas qualidades organizativas e disposição, obtiveram o capital cultural que permitiu a dominação e legitimação dentro da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Isto se refletiu no nível do atendimento prestado e possibilitou igualmente o reconhecimento social. A perspectiva espiritual marcou a diferença do trabalho dessas mulheres, como também a competência gestora. Para as religiosas, o hospital se apresentava na sua organização espacial-temporal como casa de Deus, local onde o tratamento e a cura das moléstias eram suplantados pela salvação da alma.

As religiosas de São José, exercendo seu trabalho no Hospital de Caridade, conquistaram valorização social. A idéia que a população construiu da Irmã de São José tem sua origem na imagem advinda do atendimento prestado, marcado pela compaixão, solidariedade, preocupação e desvelo, além da organização na administração dos serviços.

O cuidar da saúde do corpo e da saúde da alma ocorria na mesma realidade, percebendo-se a complementariedade dos planos terrestre e celeste, o que determina uma maneira característica de cuidar. O temporal e o espiritual dimensionaram-se como campo de ação das irmãs de São José de Moutiers, e compreender este cuidar foi o objeto desta pesquisa. O cuidado para a manutenção

da vida, participando da cura do doente trouxe o respeito para a religiosa de São José. A irmã hospitaleira tinha sua prática voltada ao doente, realizando os cuidados de higiene, dietéticos e medicamentosos. O cuidado prático com os corpos acompanhava as orientações médicas. Com a doença, o enfermo demonstra fragilidade entre viver e morrer. Na luta deste homem pela vida, buscando conforto e saúde, as religiosas se tornaram especialistas do sagrado e cuidadoras dos corpos.

Essas mulheres preocupavam-se com o alívio do sofrimento e na manutenção da dignidade quando a cura não era possível e a morte se fazia presente. O poder médico tem como essência a luta vitoriosa da vida sobre a morte, o que traz ao ato de curar uma aproximação entre o terrestre e o divino. As religiosas de São José também foram agentes da cura, acompanhando e auxiliando no tratamento dos pacientes do Hospital de Caridade. Com eficácia ou não, o tratamento dado aos pacientes permitia a aproximação entre o humano e o divino, pois se o corpo não fosse salvo, as religiosas buscavam trabalhar os valores da relação vida e morte, visando à transcendência. O cuidar da alma não apenas envolvia a evangelização, mas também a preparação do indivíduo para a morte.

As religiosas cuidavam dos outros com vistas em alcançar a santidade, portanto, satisfazendo as próprias necessidades de santificação. Este entendimento não pode ser considerado com a racionalidade tradicional porque envolve o sagrado. As religiosas por meio do trabalho de cuidar dos doentes buscaram também a experiência do sagrado, que Otto enfatiza como fundamental para a religião. É na intimidade com Deus, no chamado à santidade que as religiosas se supriam de forças para atuar no cotidiano de trabalho no hospital.

O cuidar do outro implicava amá-lo, e esta lei do amor era a busca pelo transcendente. Segundo Bingemer, este amor deve ser entendido como “liberdade seduzida, de entrega gratuita de si, de oblatividade, na qual tudo é posto a serviço da construção de uma nova solidariedade fraterna” (BINGEMER, 2000, p.28). Para essa autora, o paradigma do amor compreende “serviço, entrega, autodoação até a morte” (p.29), o que se constata na atuação das Irmãs de São José.

O ajudar o outro permite entender a devoção e dedicação ao trabalho penoso, pois exige paciência e humildade, visto que nem sempre o ser cuidado retribui a atenção recebida.

Transformando o hospital em casa cristã, onde devia imperar o princípio da hospitalidade e da solidariedade fraterna, as Irmãs de São José, ao praticar o cuidar santificado, delimitaram seu agir em quatro níveis:

- **Físico:** souberam vencer as dificuldades impostas pela estrutura física do hospital, desde a inexistência inicialmente dos banheiros, a falta de canalização da água, as instalações primitivas da lavanderia até a falta de materiais e equipamentos. Com os avanços da tecnologia médica passaram a receber instrumentais e mobiliários modernos, o que exigiu o aprendizado e a atualização das religiosas diante das inovações. Desde que chegaram à Santa Casa trabalharam para impor asseio ao ambiente hospitalar.
- **Administrativo:** respeitaram o cumprimento do contrato firmado com a Irmandade, zelando pelo patrimônio da instituição. Elas administraram os recursos atuando no serviço de cozinha, lavanderia, farmácia, chefiando os subalternos e responsabilizando-se pelo cuidar dos doentes. Assumiram a atribuição de admitir os doentes no hospital quando os médicos não se faziam presentes. Há que observar o jogo de interesses que envolviam as ações administrativas, pois existia a troca de papéis com o provedor e os médicos. É possível se questionar a autonomia das religiosas, ou seja, até que ponto não se firmou a subordinação pela delegação ou concessão das funções desempenhadas. A hospitalidade constituiu-se em serviço da Igreja, cabendo às religiosas a responsabilidade no andamento e na ordem dos serviços.
- **Social:** cabe aqui se destacar as relações entre os envolvidos no cuidado do doente, as falas dos médicos e administradores são sempre elogiosas em relação às Irmãs de São José. O mesmo foi

demonstrado na avaliação da comunidade, registrada nos periódicos da época, assim como na avaliação dos representantes dos poderes Executivo e Judiciário, destacando a diferença percebida no hospital após a chegada das religiosas. A Santa Casa passou a receber mais pacientes, observando-se que a organização hospitalar imposta permitiu a perda dos temores do tratamento não domiciliar por parte da população. As Irmãs de São José em sua atuação no hospital puderam articular as ações com as idéias. A população percebeu mudanças reais no hospital, o que certamente fez com que o discurso fosse colocado em prática, pois se deu valor real à necessidade de mudança.

- **Espiritual:** as religiosas faziam uso da palavra, oravam e instruíam os doentes em uma ação ministerial instituída. Não havia separação entre os doentes, todos recebiam a mesma atenção. A obra missionária da Igreja se fazia presente, pois os valores cristãos eram sustentados nos princípios da caridade, da justiça e no cumprimento dos mandamentos divinos. O conforto espiritual para a irmã hospitaleira também se constituía em tarefa cotidiana. A população carecia de conhecimento sobre os preceitos religiosos e a atenção dispensada pelas irmãs permitia a ação catequética (ensinamento da palavra de Deus). A perspectiva da morte levava o paciente a refletir sobre sua vida e a presença religiosa neste momento reforçava o cuidar espiritual, pois eram habilidosas e competentes em levar tranquilidade para que o exame de consciência se realizasse visando à plenitude do espírito. Por outro lado, atuavam no conforto e na aceitação da doença (da dor e da incapacidade temporária ou permanente).

Atuando como hospitaleiras as Irmãs de São José de Moutiers tiveram o seu trabalho marcado pela força prática e simbólica do cuidar, constituindo um monopólio do exercício legítimo do poder.

Florence Nightingale buscou a qualificação para a enfermagem seguindo um modelo baseado na atuação religiosa e também na militar. Exigia disciplina, regramentos, dedicação, treino, e seguia uma estratificação hierárquica. Com sua visão diferenciada pelos estudos e a atuação na guerra, destacou a importância da prevenção em relação à cura e da promoção da saúde, e também organizou parâmetros para a administração hospitalar. A enfermagem para Florence consistia em “uma arte e uma ciência, e requeria uma organização científica, e educação formal, para cuidar dos sofrimentos das doenças” (REED e ZURAKOWSKI, 1983, p.13). Sem dúvida, procurou laicizar a enfermagem, tornando-a uma ocupação respeitável e de representação social.

No Brasil, em 1931, terminou a Missão Parsons, que havia implantado o modelo americano para a escola e serviço de enfermagem na Escola Anna Nery, no Rio de Janeiro. Como apontam Barreira e Baptista (2002), após esse período ocorreu o incremento do ensino de enfermagem com orientação católica, quando ordens religiosas passaram a criar suas próprias escolas, com a direção e o corpo docente sendo constituídos por religiosos. São exemplos a Escola Carlos Chagas, de Belo Horizonte, criada em 1938; a Escola de Enfermeiras Católicas Luiza de Marillac, de 1939, e a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo. Religiosas passaram a ingressar no curso de enfermagem visando ao retorno como enfermeiras e docentes nas instituições católicas. Reforçam as autoras que “durante o Estado Novo das onze escolas de enfermagem criadas, seis eram católicas” (BARREIRA e BAPTISTA, 2002, p.209).

No Paraná, a própria Congregação de São José foi a responsável pela criação, em 1953, da primeira escola para enfermeiras, denominada Escola Madre Leonie, atendendo à solicitação do bispo D. Manoel da Silveira D’Elboux.

A Congregação de São José reduziu drasticamente o quadro de irmãs hospitalares ao longo da década de 1970, na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, e com o passar dos anos a enfermagem leiga assumiu o campo profissional. O cuidar santificado deu lugar ao cuidar profissional, porém numa visão humanizada, como

aponta Horta (1979, p.3), pois o “ser-enfermeiro é gente que cuida de gente”. No cuidar humanizado a preocupação não se limita ao indivíduo, mas envolve a família e a comunidade; portanto, numa perspectiva ampliada dos sujeitos de atuação, que vivem e interagem com o meio ambiente.

No campo administrativo religioso a congregação também sofreu alterações. O Conselho Geral da Congregação marcou sua presença em Roma a partir de 1949. Em 1957, a Congregação de São José de Moutiers uniu-se à Congregação de São José de Chamberry, passando a utilizar esta denominação.

No Brasil, em fevereiro de 2000, as seis províncias existentes abriram um Noviciado Interprovincial localizado em Porto Alegre. A congregação contava com 2.200 religiosas no ano de 2000, atuando em quatro continentes e 16 países, abertas a todas as formas de apostolado, atendendo às necessidades espirituais e materiais.

Para finalizar, cabe ainda uma reflexão sobre a aplicabilidade desta pesquisa para a enfermagem de hoje. Allen (1991) chama a atenção para a dificuldade de as enfermeiras trabalharem com a espiritualidade, num entendimento de necessidade humana. Identificar a necessidade da atenção espiritual no cliente ou perceber a presença da angústia espiritual é tarefa difícil. Kim et. al. (1987) define angústia espiritual como “uma ruptura do princípio de vida que penetra em todo o ser de uma pessoa e transcende a natureza biológica”. Carson (1989) enfatiza que o cuidado espiritual consiste em a enfermeira se mostrar presente e disponível, o que implica desenvolver constantemente atitudes favoráveis de relacionamento, com bom senso e equilíbrio. Para as religiosas, esse conforto espiritual faz parte do seu capital cultural e de seu domínio simbólico, visto que se apropriam dos bens sagrados, enquanto para a enfermeira leiga exige-se disponibilidade e presença interessada junto ao cliente, sabendo escutá-lo sem abdicar dos valores éticos.

Esses comportamentos esperados da enfermeira pressupõem a reflexão sobre sua prática e a busca da qualidade no cuidar. Cabe aqui salientar que a escola como instituição de formação desse profissional deve permitir e incentivar a discussão quanto aos atributos e às formas de aprimoramento para o ser cuidador,

compreendendo que o atendimento às necessidades espirituais implica bases humanitárias para o cuidar.

A trajetória da enfermagem paranaense teve como ponto de partida a construção social de uma identidade religiosa, que sofreu profundas transformações com os novos conhecimentos tecnológicos. Isto impõe o desafio de buscar subsídios para a construção ou reconstrução de uma identidade social corporificando e retransmitindo a humanização do sagrado exercida pelas religiosas.

REFERÊNCIAS

Fontes

BARROS, J. C. D. (Bispo). **Carta Pastoral** de D. José de Camargo Barros – Bispo de Corytiba, tratando do Concílio plenário latino-americano e ordenando a consagração da diocese ao Sagrado Coração de Jesus. Corytiba: Typ. Imp. Paranaense, 1899.

_____. **Carta Pastoral** saudando aos seus diocesanos no dia de sua sagração. Corytiba: Typographia da Imprensa Paranaense, 1900a.

_____. Collecção dos Boletins ecclesiasticos. **Boletim Ecclesiastico da Diocese de Corytiba**, Corytiba: Typ.da Imprensa Paranaense, Anno I, n.3, 2 de março de 1900b.

BRAGA, J. F. D. (Bispo). **Carta Pastoral** saudando seus diocesanos. Curityba, 1908.

BRASIL. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. Primeiro Fascículo, de 1.º a 31 de janeiro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BULA ad Universal Ecclesias. In: **Colleção** das pastoraes, circulares, mandamentos etc. de Sua Excia. Rvma. o Sr. Bispo de Corytiba, durante o 1.º qüinqüênio de sua administração. Corytiba: Typ. Imp. Paranaense, 1900. p.8

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Ata das sessões realizadas em 20 de janeiro e 5 de março de 1887.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Ata da sessão de 16 de abril de 1887.

CAVALCANTI, J. A. A. (Arcebispo do Rio de Janeiro) e cols. **Carta Pastoral Coletiva** após a realização da Primeira Conferência dos Bispos da Província Ecclesiastica do Sul do Brasil. São Paulo, 12 de novembro de 1901.

CONGREGATION DÊS SOEURS DE SAINT-JOSEPH. **Constitutions pour la Congregation dês Soeurs de Saint-Joseph**. Bar-Le-Duc Imprimiere de Loeuvre de Saint-Paul, 1894.

CONGREGAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Constituições para o Instituto das Irmãs de São José**. Typographia de Frederico Pustet, Livreiro-editor Pontificio, 1907.

FEDALTO, P. Histórico do Seminário de São José. Pe. Pedro Fedalto. **Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Curitiba**, Ano XXI, n.34, p.62-63, 1957.

GONÇALVES, Monsenhor A. J. Collecção dos Boletins ecclesiasticos. **Boletim Ecclesiastico da Diocese de Corytiba**, Corytiba, Typ. da Imprensa Paranaense, Anno I, n.4, 6 de abril de 1900.

HECK, L. **Nossa história**. Congregação das Irmãs de São José, Província do Paraná, 1965. (manuscrito)

_____. **Nossa história.** Congregação das Irmãs de São José, Província do Paraná, 1978. v.1-2. (datilografado)

IRMÃ de São José. Notas sobre Notre Mère Leonie. **Crônicas da Congregação de São José**, v.1, 18 maio 1965. (Texto manuscrito)

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Exposição do estado da Santa Casa de Misericórdia de Curityba feita pelo provedor Doutor José Candido da Silva Murici no dia 14 de dezembro de 1873.** Curityba: Typographia da Viuva Lopes, 1874.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatorios apresentados à Assembleia Geral em 8 de janeiro de 1911.** Curityba: Typ. "A República", 1911.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatórios apresentados á Assembléa Geral em 14 de janeiro de 1912.** Curityba: Typ. Santo Antonio, 1912.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatorios da Irmandade da Misericordia de Coritiba de 1912, 1913 e 1914.** Coritiba: Typ. da Penitenciaria do Estado, 1915.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatorios apresentados à Assembleia Geral em 24 de janeiro de 1915.**

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatório da Irmandade da Misericordia de Coritiba-1915- Apresentado à Assembleia Geral em 16 de janeiro de 1916.** Coritiba: Typ. da Livraria Econômica, 1916.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatório da Irmandade da Misericordia de Coritiba, 1917, apresentado pelo Irmão Provedor Manoel Martins de Abreu, Janeiro de 1918.** Coritiba: Typ. da Livraria Econômica, 1918.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Santa Casa de Misericordia de Curityba - 1919-1920.** Curityba: Typ. da Livraria Mundial, 1921.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Santa Casa de Misericórdia de Curityba - 1921-1922.** Curityba: Typ. da Livraria Mundial, 1922.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatorio apresentado á Assembléa Geral em 13 de janeiro de 1924, pelo Provedor Annibal Guimarães Carneiro.** Curityba: [s.n.], 1924.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatorio da Administração do anno de 1926 apresentado á Assembléa Geral em 20 de fevereiro de 1927, pelo Provedor Antonio de Souza Mello.** Curityba: Livraria Mundial, 1927.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatorio da Administração do Anno de 1927 apresentado á Assembléa Geral em 8 de janeiro de 1928, pelo Provedor Antonio de Souza Mello.** Curityba: Livraria Mundial, 1928.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatorio da Administração do Anno de 1928 apresentado á Assembléa Geral em 2 de junho de 1929, pelo Provedor Antonio de Souza Mello.** Curityba: Livraria Mundial, 1929.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatorio da Administração do anno de 1929 apresentado á Assembléa Geral em 2 de junho de 1930, pelo Provedor Antonio de Souza Mello.** Curityba: Livraria Mundial, 1930.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatorio da Administração do anno de 1930 apresentado á Assembléa Geral em 29 de março de 1931, pelo Provedor interino David Silveira da Mota.** Curityba: Livraria Mundial, 1931.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatorio da Administração do anno de 1931 apresentado á Assembléa Geral em 13 de março de 1932, pelo Provedor Ivo Abreu de Leão.** Curityba: Livraria Mundial, 1932.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatorio da Administração do anno de 1932 apresentado á Assembléa Geral em 26 de março de 1933, pelo Provedor David Silveira da Mota.** Curityba: Soc. Ltda. de Artes Graphics, 1933.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITYBA. **Relatorio da Administração do anno de 1933 apresentado á Assembléa Geral em 25 de fevereiro de 1934, pelo Provedor Manuel Francisco Correia.** Curitiba: Soc. Ltda. de Artes Graphics, 1934.

ITÁLIA. **Constituições das Religiosas de São José de Chambery.** Roma: Casa Generalícia, Editora Ave Maria Ltda., 1951.

PARANÁ. **Coleção de Leis do Paraná – anos de 1895/1896.** Lei n.º 202, de 26 de novembro de 1896, p.238-239. Curityba: Typ. d'a Republica, 1929.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 8 de fevereiro de 1855.** Curityba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1855.

PARANÁ. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 1.º de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan.** Curityba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856.

PARANÁ. **Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial da província do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857 pelo vice-presidente, José Antonio Vaz de Carvalhaes.** Curityba: Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1857.

PARANÁ. **Relatório do presidente da província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858.** Curityba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858.

PARANÁ. **Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província do Paraná na abertura de 1.ª sessão da 4.ª legislatura pelo presidente, José Francisco Cardoso, no dia 1.º de março de 1860.** Curityba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1860.

PARANÁ. **Fala dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná na primeira sessão da oitava legislatura á 15 de fevereiro de 1866 pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury.** Curityba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1866.

PARANÁ. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo presidente da província o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque.** Curityba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1867.

PARANÁ. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da província do Paraná na abertura da 1.^a sessão da 8.^a legislatura pelo presidente, bacharel José Feliciano Horta de Araújo, no dia 15 de fevereiro de 1868.** Curityba: Typ. de C. Martins Lopes, 1868.

PARANÁ. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná na abertura da 2.^a sessão da 9.^a legislatura pelo exm. sr. Presidente, Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, no dia 15 de fevereiro de 1871.** Curityba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1871.

PARANÁ. **Relatório com que o Exm. Sr. Presidente, Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, abriu a 1.^a sessão da 10.^a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1872.** Curityba: Typ. da Viúva & Filhos de C. M. Lopes, 1872.

PARANÁ. **Relatório com que o Exm. Sr. Vice-presidente da província, coronel Manoel Antonio Guimarães, abriu a 2.^a sessão da 10.^a legislatura da Assembléa Provincial do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1873.** Curityba: Typ. da Viúva Lopes, 1873.

PARANÁ. **Relatório com que o excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araújo Abranches abriu a 1.^a sessão da 11.^a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874.** Curityba: Typ. da Viúva Lopes, 1874.

PARANÁ. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876, pelo presidente da província, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins.** Província do Paraná, Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 1876.

PARANÁ. Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrucção Pública. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná por Caetano Alberto Munhoz, Secretario dos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Publica em 29 de setembro de 1894.** Curityba: Typ. e Lith. A vapor da Companhia Impressora Paranaense, 1894.

PARANÁ. Secretário do Interior, Justiça e Pharmacia e Instrucção Pública. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Francisco Xavier da Silva – governador do Estado do Paraná por Caetano Alberto Munhoz – Secretario dos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Pública, em 31 de agosto de 1895.** Typ. e Lith. a vapor – Impressora Paranaense, 1895.

PARANÁ. Chefatura de Polícia. **Relatorio apresentado ao Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica do Estado do Paraná pelo Juiz de Direito e Chefe de Policia Dr. Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho em 31 de agosto de 1896.** Curityba: Typografia Modello a Vapor. 1896a.

PARANÁ. Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. José Pereira Santos Andrade – Governador do Estado do Paraná – pelo Bacharel Antonio Augusto de Carvalho Chaves – Secretario dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica, em 1 de setembro de 1896.** Curityba: Typographia Modello a Vapor, 1896b.

PARANÁ. Inspetoria Geral de Hygiene. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná Dr. Francisco Xavier da Silva pelo Inspetor Geral de Hygiene Dr. Trajano Joaquim dos Reis em 1 de setembro de 1896.** Curityba: Typ. e Lith. a vapor da Companhia Impressora Paranaense, 1896c.

PARANÁ. Polícia do Estado. **Relatório apresentado ao cidadão Dr. Secretário do Interior, Justiça e Instrução pública do Paraná pelo commissario de polícia da 1.^a circunscrição desta capital encarregado do expediente da Polícia do Estado, em 31 de agosto de 1897.** Curityba: Atelier Novo Mundo, 1897.

PARANÁ. Polícia do Estado. **Relatorio apresentado ao Cidadão Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica do Paraná pelo Major Augusto Silveira de Miranda – Chefe de Policia Interino do Estado em 20 de dezembro de 1898.**

PARANÁ. Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. **Relatório apresentado ao Exmo. Dr. José Pereira Santos Andrade. Governador do Paraná pelo Bacharel Antonio Augusto C. Chaves – Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1898.** Curityba: Typ. d'A Republica, 1899.

PARANÁ. Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva, Secretario de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1900.** Curityba: Typ. da Livraria Econômica, 1901a.

PARANÁ. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, na 2.^a sessão da 5.^a Legislatura no dia 1.^o de fevereiro de 1901, pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva.** Curityba, Typ. D'A Republica, 1901b.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos - 1904.** Curitiba: Typ. e Lith. Impressora Paranaense, 1905.

PARANÁ. Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Vicente Machado da Silva, Presidente do Estado do Paraná pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins - Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública - 1905.** Curityba: Typographia A Republica, 1906.

PARANÁ. Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva – Vice Presidente do Estado do Paraná pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins – Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Inastrução Pública.** Curityba: [s.n.], 1908.

PARANÁ. **Relatório da Irmandade da Misericórdia de Coritiba, 1917, apresentado pelo Irmão Provedor Manoel Martins de Abreu, Janeiro de 1918.** Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1918.

PARANÁ. **Atas e Transcrições Correccionais da Comarca de Curitiba.** Curitiba, 1926.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Mensagem enviada à Câmara Municipal – Fevereiro de 1935**. Curityba: Typographia do "Diário Oficial", 1935. p.14-15.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Mensagem ao Prefeito**. Secretaria da Prefeitura, janeiro de 1911. Curityba: Typographia d'A República, 1911.

REIS, J. D. **Das principais endemias e epidemias de Curityba**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Ribeiro Macedo, 1898.

RERUM NOVARUM, **Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a Condição dos Operários**. Tradução: Manoel Alves da Silva. São Paulo: Paulinas, 1999.

SILVA, D. L. (Bispo). Mandamento. **Boletim Ecclesiastico da Diocese de Curityba**, v.5, n.6, p.98-99, maio 1906.

SILVA, D. L. (Bispo). **Carta de Despedida aos seus ex-diocesanos de Curtyba**. Curityba: Typ.da Livraria Economica, 1907.

SOCIEDADE DE SOCORRO AOS NECESSITADOS. **Relatório apresentado a Assembléia Geral pelo seu primeiro presidente cidadão Herculano C. F. de Souza, dando conta dos trabalhos realizados no primeiro anno social decorrido de 21 de setembro de 1921 a 20 de dezembro de 1922**. Curityba: [s.n.], 1922.

TEXTOS PRIMITIVOS. Irmãos de São José. Trad. brasileira, 1985. v.1-2.

Periódicos

A Estrella, 25 maio 1902, anno V, n.8.

Boletim Ecclesiastico da Diocese de Corytiba, 2 mar. 1900, anno I, n.3, p.1.

Boletim Ecclesiastico da Diocese de Corytiba, 6 abr. 1900, anno I, n.4, p.52-53.

Boletim Ecclesiastico da Diocese de Curityba, fev./mar. 1906, anno VII, n.8, p.01.

Boletim da Diocese de Curityba, 24 ago. 1908, n.1, p.12.

Jornal **A Republica**, 13 nov. 1895, anno X, n.264.

Jornal **A Republica**, 26 set. 1899, anno XIV.

Jornal **A República**, 3 jan. 1900.

Jornal **Diário da Tarde**, 15 jun. 1900.

Jornal **Diário da Tarde**, 17 mar. 1903.

VELLOZO, D. A Imprensa e o Clero. **O Cenáculo**, Curitiba, fev. 1896, p.33-45.

Bibliografia

ALLEN, C. The inner light. **Nursing Standard**, v.5, n.20, p.521-3, 1991.

AQUINO, S. T. **Summa Theologiae**. Tradução: Alexandre Corrêa. São Paulo: Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, 1956.

ÁRIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AUBERT, R. **PIO IX y su epoca**: historia de la iglesia. Valencia (Espanña): EDICEP, 1974.

_____. **A igreja na sociedade leberal e no mundo moderno**. Petrópolis: Vozes, 1975. v.5. Tomo I.

AZEVEDO, F. Espiritualidade ultramontanista no nordeste (1866-1874): um ensaio. In: AZZI, R. **Ávida religiosa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1983.

AZZI, R. **A vida religiosa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1983.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. v.I.

BALHANA, A. P.; WESTPHALEN, C. M. Demografia e economia: o empresariado paranaense: 1829-1929. In: COSTA, I. D. N. (Org). **Brasil**: história – econômica e demográfica. São Paulo: IPE-USP, 1986.

BARREIRA, I. A.; BAPTISTA, S. S. A (re)configuração do campo da enfermagem durante o Estado Novo (1937-1945). **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.55, n.2, p.205-216, mar./abr. 2002.

BENATTI, A.; SALDANHA, S. M. **Rui Barbosa**: a praça na trilha do tempo. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1996.

BENEDETTI, L. R. **Os santos nômades e o deus estabelecido**. São Paulo:Paulinas, 1984.

BEOZZO, J. O. História da Igreja Católica no Brasil. In: **Curso de verão**: ano III. São Paulo: Paulinas, 1989. p.120-178. (Coleção Teologia Popular)

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução: Pe. Matos Soares. 7.ed. São Paulo: Paulinas, 1975.

BINGEMER, M. C. L. **Cadernos Adenauer 9**: fé, vida e participação. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, nov. 2000.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados – providência (1890-1950). In: PERROT, Michelle (Org.). **História de mulheres**: o século XX. Porto: Afrontamentos, 1991.

BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

BONI, M. I. M. **O espetáculo visto pelo alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/ Universidade de São Paulo.

BOTELHO, J. B. L. **Medicina e religião: conflito de competência**. Manaus: Metro Cúbico, 1991.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. **O poder simbólico**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRANDÃO, H. N. **Gêneros do discurso na escola**. São Paulo: Cortez, 2000. v.5.

BRUNEAU, T. C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

_____. **Religião e politização no Brasil: a igreja e o regime autoritário**. São Paulo: Loyola, 1979.

BUCKER, B. P. **O feminino da igreja e o conflito**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

BURGUIÈRE, A. Antropologia histórica. In: LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1986.

CARDOSO, C.F. Uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, C. F. e MALERBA, J. (Org.) **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas (SP): Papirus, 2000.

CARDOSO, C. F. e MALERBA, J. (Org.) **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas (SP): Papirus, 2000.

CARSON, V. B. **Spiritual Dimensions in Nursing Practice**. Philadelphia: W.B. Saunders & Company, 1989.

CHARTIER, R. The world as representation. In: REVEL, J.; HUNT, L. (Orgs.) **Histories French constructions of the past**. Tradução: Arthur Goldhammer. New York: The New Press, 1995. p.544-558.

CHIAPPETTA, L. **Prontuario di diritto canonico e concordatario**. Roma: Edizione Dehoniane, 1993.

CINÀ, Giuseppe; LOCCI, Efisio; ROCHETTA, Carlo (Dir.). **Dicionário interdisciplinar da pastoral da saúde**. Tradução: Calisto Vendrame, Leonor Pessini. São Paulo: Paulus, 1999.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO promulgado por João Paulo II, papa. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1983.

COLLIÈRE, M. F. **Promover a vida: da prática das mulheres de virtude aos cuidados de enfermagem**. Lisboa: Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 1989.

CUNHA, M. C. P. **Cidadelas da ordem**: a doença mental na República. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CUNHA, D. **A amizade segundo São Tomás de Aquino**. São João do Estoril - Cascais: Principia, 2000.

CURY, C. R. J. Igreja Católica – educação: pressupostos e evolução no Brasil. In: PAIVA, V. (Org.). **Catolicismo, educação e ciência**. São Paulo: Lopta 1991. p.106-109.

CUSHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

DORNAS FILHO, J. **O padroado e a Igreja Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Col. Brasileira)

DOUILLET, J. **Quem é um santo?** São Paulo: Flomboyant, 1960.

DUBY, G. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, J. **História**: novos problemas. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FEDALTO, Pe P. **A arquidiocese de Curitiba na sua história**. 5.ed. Curitiba: [s.n.], 1956.

_____. Histórico do Seminário de São José. **Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Curitiba**, AnoXXI, n.34, p.62-63, 1957.

FENIANOS, E. E. **Cristo Rei**: a viagem da nau do tempo. Curitiba: UniverCidade, 1996. (Coleção Bairros de Curitiba)

FOUCAULT, M. **Archéologie du savoir**. Paris:Gallimard, 1969.

_____. **O nascimento da clínica**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

_____. **Microfísica do poder**. 12.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GELMI, J. **Los papas**: retratos y semblanzas. Barcelona: Editorial Herder, 1986.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GOSSMANN, E. **Dicionário de teologia feminista**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

GRELOT, P. **A condição da mulher segundo o Novo Testamento**. Aparecida (SP): Santuário, 1998.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **Da palavra ao gesto**. Tradução: Ana Montoia e Jacy Seixas. Campinas (SP): Papirus, 1998.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOORNAERT, E. **Formação do catolicismo brasileiro (1550-1800)**. Petrópolis: Vozes, 1977.

HORTA, W. de A. **Processo de enfermagem**. São Paulo: EPU, 1979.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. Tradução: João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 1990.

IMAP. **História administrativa de Curitiba**: leis decretos e atos (1900-1920). Curitiba, 1993.

JAROUSSE, M. R. **Uma história que renasce**. Tradução: Irmã Maria Lucia Mocellin. Paris: Éditions du Rameau, 1988.

KARVAT, E. C. **Discursos e práticas de controle**: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem (Curitiba: 1890-1933). Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

KIM, M. J; McFARLAND, G. K.; MACLANE, A. M. **Pocket guide to nursing diagnoses**. 2nd ed. St. Louis: C.V. Mosby, 1987.

LEÃO, E. **Dicionário histórico e geográfico do Paraná**. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1929. v.3. Fascículo 1.

LE GOFF, J. **São Francisco de Assis**. Tradução: Marcos de Castro. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEININGER, M. **Care**: the essence of nursing and health. Trorofare (NJ): Slack Inc, 1988.

LUFF, S. G.A. A organização da Igreja. In: **Nova enciclopédia católica**. Rio de Janeiro: Renes, 1969. v.6.

LUZ, M. T. **Natural, racional, social**: razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MADRI. **Código de derecho canónico y legislación y version castellana**. 4.ed. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 1952.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas (SP): Pontes, 1989.

MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**: uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MARCHI, E. **A igreja e a questão social**: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil 1850-1959). São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) - USP.

_____. O mito do Brasil católico: Dom Sebastião Leme e os contrapontos de um discurso. **História questões e debates**, Curitiba, Ano 15, n.28, p.57, jan./jul. 1998.

MARGOTTA, R. **História ilustrada na medicina**. São Paulo: Manole, 1998.

MARTÍNEZ DÍEZ, F. **Vida religiosa**: carisma e missão profética. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2002.

MARTINS, A. R. **Curitiba de outrora e de hoje**. Curitiba: Gráfica Monteiro Lobato e Cia., 1922.

_____. **Quantos somos e quem somos**: dados para a história do povoamento do Paraná. Curitiba: Imp. Gráf. Paranaense, 1944.

MASSERONI, E. **La spiritualità del piccolo disegno**. Madonna dell'Olmo – Cuneo: Edizioni Agami, 1995.

MENEZES, C. L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**: a experiência de Curitiba. São Paulo: Papyrus, 1996.

MICELLI, S. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

MILNER, P. A liturgia da igreja. In: **Nova enciclopédia católica**, Rio de Janeiro, Renes, 1969. v.9.

MIRANDA, C. M. L. **O risco e o bordado**: um estudo sobre a formação da identidade profissional. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ, 1996.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

NORA, P. **História – novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

NUNES, M. J. F. R. Prática político-religiosa das congregações femininas no Brasil: uma abordagem histórico-social. In: AZZI, R.; BEOZZO, J. O. (Orgs.). **Os religiosos no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.

OLIVEIRA, P. A. R. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis (RJ): Vozes, 1985.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**. Brasília: Brasiliense, 1983.

_____. **Palavra, fé e poder**. Campinas (SP): Pontes, 1987.

ORTIZ, R. **Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

OTTO, R. **O sagrado**. Lisboa: Edições 70, s/d.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: um a crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Orlandi et al. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

- PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PIZANI, M. A. P. N. **Os caminhos do ensino de graduação em enfermagem na cidade de Curitiba, de 1953 a 1994**. Curitiba, 1999. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.
- POMBO, J. F. R. **O Paraná no centenário: 1500-1900**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.
- REED, P. G.; ZURAKOWSKI, T. L. Nightingale: a visionary model for nursing. In: FITZPATRICK, J. J.; WHALL, A. L. **Conceptual models of nursing: analysis and applications**. Maryland: Prentice Hall, 1983. p.11-25.
- REHFELD, W. I. **Tempo e religião: a experiência do homem bíblico**. São Paulo: Perspectiva - Editora da USP, 1988.
- REVEL, J.; PETER, J. P. O corpo. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História – novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p.144.
- RIBEIRO, L. C. **Memória, resistência e trabalho em Curitiba (1890-1920)**. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- RIVIÈRE, C. **Ritos profanos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.
- ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre el origen de la desigualdad entre los hombres**. Madri: Aguilar, 1981.
- SALVADOR, C. C.; EMBIL, J. U. **Dicionário de direito canônico**. São Paulo: Loyola, 1993.
- SANTOS FILHO, L. C. **História geral da medicina brasileira**. 1. reimp. São Paulo: Hucitec, 1991. v.1-2.
- SCARANO, J. **Devoção e escravidão**. São Paulo: Nacional, 1976.
- SCHLESINGER, H.; PORTO, H. **Dicionário enciclopédico das religiões**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. v.2.
- SCHMIDLIN, A. J. **El mundo secularizado: historia de la iglesia**. Valencia (España): EDICEP, 1995. v.1.
- SCOTT, G. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e realidade**, Rio Grande do Sul, v.20, n.2, p.101-132, 1995.
- SERPA, É. C. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.
- SILVA, G. B. da. **A enfermagem profissional: análise crítica**. São Paulo: Cortez, 1986.
- SILVESTRE, L. M. Irmãs de São José de Chambéry – 1650. In: TOIGO, J.; REIS, M. E.; GIONGO, M. C.; OLIVEIRA, I. J.; FONTMORIM, M. L. **Textos primitivos: irmãs de São José**. Curitiba: [s.n.], 1985. v.1-2.

SINGER, P. **Prevenir e curar**: o controle social através dos serviços de saúde. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

STERPELLONE, L. **Os santos e a medicina**: médicos, taumaturgos, protetores. São Paulo: Paulus, 1998.

TOIGO, J.; REIS, M. E.; GIONGO, M. C.; OLIVEIRA, I. J.; FONTMORIM, M. L. **Textos primitivos**: irmãos de São José. Curitiba: [s.n.], 1985. v.1-2.

TRINDADE, E. M. C. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

URSJ - Uma Religiosa de São José. **Revivendo um longínquo passado**. São Paulo: Ave Maria, 1955.

VAN ERVEN, H. M. **Contribuição ao histórico do Hospital de Nossa Senhora da Luz**. Curitiba: [s.n.], 1948.

VAUCHEZ, A. Santidade. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v.12, p.287-300, 1987.

VENDRAME, C. Doença e cura na Bíblia. In: BEOZZO, José Oscar (Org.). **Curso de verão, ano XVI – Saúde**: cuidar da vida e da integridade da criação. São Paulo: Paulus, 2002.

VICTOR, N. **A terra do futuro**: impressões do Paraná. Curitiba: Reedição da Fundação Cultural de Curitiba, 1913.

VIEIRA, B. O. **História do serviço social**: contribuição para a construção de sua teoria. 3.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

WACHOWICZ, R. C. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural - Casa Romário Martins, 1981.

WALDOW, V. R. **Cuidado humano**: o resgate necessário. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

_____. **O cuidado na saúde**: as relações entre o eu, o outro e o cosmos. Petrópolis: Vozes, 2004.

WEBER, B. T. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na república rio-grandense 1889-1928. Bauru: EDUSC, 1999.

WERNET, A. **A igreja paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987.

WOODHAM-SMITH, C. **Florence Nightingale**. New York: Mc Graw-Hill, 1951.

ANEXO 1**PROVEDORES DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CURITIBA**

1. Gestões no Século XIX

01. Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira
Eleito para o ano de 1854.
02. Dr. Augusto Lobo de Moura
Eleito para o ano de 1855.
03. Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira
Eleito para o ano de 1856.
04. Padre João de Abreu Sá Sottomaior
Eleito para o ano de 1859.
05. Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães
Eleito para o ano de 1859.
06. Dr. José da Silva Cândido Muricy
Eleito para o ano de 1866
Reeleito sucessivamente para os biênios de 1867/1879
07. Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque
Eleito para suceder ao Dr. Muricy em 1879
Reeleito sucessivamente para os biênios de 1880/1887
08. José Fernandes Loureiro
Eleito para o ano de 1887
09. José Theodoro de Freitas
Eleito para o ano de 1890.
10. Joaquim José Belarmino de Bittencourt
Eleito para os anos de 1891/1894.
11. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva
Eleito para o ano de 1895.
12. Padre Alberto José Gonçalves
Eleito para os anos de 1897/1899.
Reeleito para os anos de 1899/1901.

2. Gestões no Século XX

12. Padre Alberto José Gonçalves
Reeleito sucessivamente para os anos de 1901/1908
13. Manoel Martins de Abreu
Eleito para o ano de 1909.
Reeleito para os anos 1910/1919.
14. André Pinto de Barros
Eleito para o ano de 1920
Reeleito para os anos de 1921/1922.
15. Annibal Guimarães Carneiro
Eleito para o ano de 1923
Reeleito para os anos de 1924/1925.
16. Antonio de Souza Mello
Eleito para o ano de 1926
Reeleito para os anos de 1927/1930.
17. David Silveira da Mota – Vice Provedor
Assumui em 1930.
18. Ivo de Abreu de Leão
Eleito para o ano de 1931.
19. David Silveira Mota
Assumiu por diversas vezes a Provedoria nos impedimentos temporários do Provedor 1931.
20. David Silveira da Mota
Eleito para o ano de 1932
Reeleito para o ano de 1933.
21. Manoel Francisco Correia
Eleito para o ano de 1934
Reeleito para o ano de 1941.

ANEXO 2

**QUADROS DEMONSTRATIVOS DA ATUAÇÃO DAS IRMÃS DE
SÃO JOSÉ DE MOUTIERS NO BRASIL, NAS ÁREAS DE SAÚDE,
EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (1896-1937)**

SAÚDE								
INSTITUIÇÃO	Sta .Casa de Curitiba	Sta. Casa de Misericórdia de Paranaguá	Hospital da Estrada de Ferro – Curitiba	Asilo dos Alienados (hoje Hosp. Psiquiátrico N. Sra. da Luz)	Hospital da Estrada de Ferro (Hospital 26 de Outubro)	Sta. Casa de Misericórdia de Ponta Grossa	Hospital Militar	Casa de Saúde São Sebastião
Data chegada	29/07/1896	03/04/1897	17/12/1898	03/04/1903	26/10/1906	02/02/1913	01/03/1928	20/09/1931
Cidade	Curitiba	Paranaguá	Curitiba	Curitiba	Ponta Grossa	Ponta Grossa	Curitiba	Rio de Janeiro
N.º Religiosas	4 irmãs 2 irmãs conversas	3 irmãs 1 irmã conversa	2 irmãs 1 irmã conversa	2 irmãs 2 irmãs conversas	2 irmãs 1 irmã conversa	2 irmãs 1 irmã conversa	3 irmãs 2 irmãs conversas	4 irmãs 1 irmã conversa
Saída das Religiosas		03/01/1972	1909	13/07/1907, transferência do Asilo dos Alienados do Ahu para o Prado (R. Mal. Floriano)	O hospital foi fundado em 26/10/1906	Inaugurado o hospital em 08/12/1912	Saída das religiosas em 01/01/1969	1932

EDUCAÇÃO									
INSTITUIÇÃO	Colégio São José	Colégio São José Paranaguá	Colégio São José	Colégio São José	Colégio São José	Pensionato de N. Sra. de Lourdes (internato)	Colégio São Francisco	Juvenato São José	Colégio Santo Antonio
Data chegada	03/11/1902	03/11/1902	Agosto 1903	16/01/1905	01/02/1906	11/02/1904	1918	08/12/1924	06/02/1935
Cidade	Curitiba	Paranaguá	Morretes	Castro	Lapa	Curitiba	Curitiba	Curitiba/Cajuru	Colombo
N.º de Religiosas	2 irmãs transferido para a Rua Aquidaban (hoje Rua Emiliano Perneta)	4 irmãs	3 irmãs	3 irmãs 1 irmãs conversa	4 irmãs		2 irmãs		4 irmãs
Saída das religiosas		Fechado em 1979	Fechado em 1913	Fechado em 08/10/1993	Fechado em Dez./1980	Fechado em Dez./1965	Fechado em 1940	Fechado em 1967	Dezembro 1947

ASSISTÊNCIA SOCIAL						
INSTITUIÇÃO	Asilo São Vicente	Asilo Sant' Ana	Asilo São Luiz	Fundação Hipólito Araújo	Casa da Criança	Sodalício São José (Pequeno Lar S José
Data chegada	Maio/1906	06/09/1915	02/02/1919	05/01/1924	16/07/1931	02/02/1932
Cidade	Lapa	Petrópolis-RJ	Curitiba	Lapa	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
N.º de Religiosas	1 irmã 1 irmã conversa	4 irmãs	1 irmã	3 irmãs	4 irmãs 1 irmã conversa	2 irmãs 1 irmã conversa
Saída das Religiosas		Fechado em 08/01/1994 Mais tarde chamado "Recolhimento dos Desvalidos", depois Educandário Terra Santa e Casa dos Meninos de Petrópolis		15/01/1968	1955	